PAULO MARCOS ESSELIN
VINICIUS RAJÃO DA FONSECA
(ORGANIZADORES)

O EXPANSIONISMO BRASILEIRO SOBRE A BACIA PLATINA E A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA CONTRA O PARAGUAI

PORTO ALEGRE RS
2019

FCM
Porto Alegre
Leitores do mundo, uni-vos!

O EXPANSIONISMO BRASILEIRO SOBRE A BACIA PLATINA E A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA CONTRA O PARAGUAI

Capa
Ilustração Lelo. Retirada da Laguna.
Óleo sobre tela. Coleção particular do Prof. Dr. Gilberto Luiz Alves.

Diagramação
Tiaraju de Almeida - MTE/RS 16.669

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

E96 Paulo Marcos Esselin / Vinicius Rajão da Fonseca
O expansionismo brasileiro sobre a Bacia Platina e a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai / Paulo Marcos Esselin; Vinicius Rajão da Fonseca (organizadores). -- Porto Alegre, RS: PPGH; FCM, 2019.
306 p., il.

1. Brasil – Expansão territorial - História. 2. Paraguai – Guerra da Tríplice Aliança - História. 3. América Latina – Relações exteriores - História. I. Esselin, Paulo Marcos. II. Fonseca, Vinicius Rajão da. III. Título.

CDD (22) 989.205

Maria Aparecida Jacques de Arruda - Bibliotecária CRB1/ 2.301

2019

FCM
Porto Alegre
Leitores do mundo, uni-vos!

Sumário

Apresentação 7

(Re)pensando a história local a partir das constribuições de epistemologias ***outras*** de sujeitos que habitam a fronteira platina em Mato Grosso do Sul 11
Marcos Antônio Bessa-Oliveira
Gilmara de Souza de Brito

"Sin él, en el chaco no hay ingenio, ni obraje, ni algodonal": o mundo do trabalho nas fronteiras do Cone Sul 35
Vitor Wagner Neto de Oliveira

A tríade "Guerra do Paraguai - erva mate - território": a contribuição da Ilex paraguariensis para a formação da fronteira do território brasileiro pós-guerra 65
Rubens Silvestrini
Alisolete Weingartner
Luã Tachibana

Antecedentes Remotos e Inmediatos de la Guerra de la Triple Alianza 85
Enrique Duarte Romero

A construção do mito e a ideia de memória nacional: 109
Ana Beatriz Ramos de Souza

Educação na América Latina e o Ensino Confessional Católico no MT/MS (1959-1994): 137
Brazil, Maria do C. /UFGD
Valdez, Fanny S. /UFGD
Amaro, Eliane M. /UFGD
Borba, Marcel dos S./UFGD

Entre la imposición y la oposición: Documentos sobre la resistencia al enfoque histórico escolar impuesto luego de la guerra del 70´ en Paraguay 157
Viviana PAGLIALUNGA

A Expedição Manuel Drago: uma trágica experiência de deserções, indisciplinas e condições higiênicas na guerra contra o Paraguai..... 175
Jorge Prata de SOUSA

Guerra do paraguai: correntes historiográficas nos livros didáticos 195
Eva Faustino da Fonseca de Moura Barbosa
Luiz Paulo Ferreira

"La campaña de Mato Grosso (1864-1868) en la retina de la historiografía brasileña y argentina (s.XIX-XXI)" 225
Cleverson Rodrigues da Silva
Esteban Pablo Chiaradía

Fotografías Y Litografías del sitio de Paysandú (1864-1865) 245
Alberto del Pino Menck

O mito da expansão: as fronteiras brasileiras no Mato Grosso do Sul e os antecedentes da Guerra da Tríplice Aliança..... 277
Adler Homero Fonseca de Castro

Apresentação

A Guerra do Paraguai que para alguns historiadores deve ser nominada como Guerra contra o Paraguai, durou cinco anos, arruinando por quase um século, a expectativa dos vizinhos fronteiriços, menos milhares de crianças e velhos, uma vez que a população masculina do Paraguai foi totalmente eliminada.

Muitos paraguaios, brasileiros, uruguaios e argentinos foram mortos, mas repousam em lugares sem nome ou nos panteões militares, exigindo respeito e contemplando na atualidade os laços de amizade, assinalando que a luta entre irmãos só pode haver derrotados e não vencedores.

Agradeço de maneira especial o organizador da obra - Paulo Esselin, por me proporcionar o privilégio de prefaciar este livro tão importante no contexto historiográfico da América Latina.

A obra apresenta pesquisas recentes no contexto de nova historiografia sobre a Guerra do Paraguai, assim, Gilmara de Souza de Brito e Marcos Antônio Bessa-Oliveira enfatizam a guerra (Re)pensando a história local a partir das contribuições de epistemologias *outras* de sujeitos que habitam a fronteira platina em Mato Grosso do Sul, contemplando a educação, história, a cultura, a produção dos saberes e artes, no processo exploratório colonizador.

O historiador - Vitor Wagner Neto de Oliveira destaca o mundo do trabalho nas fronteiras do Cone Sul, por meio de políticas imaginárias desrespeitadas pelos ameríndios, pelos nacionais e imigrantes; Rubens Silvestrini, Alisolete Antônia dos Santos Weingartner e Luã Tachibana correlacionam a tríade guerra do paraguai-erva mate-território e a con-

tribuição da *Ilex paraguariensis* para a formação da fronteira do território brasileiro pós-guerra, objetivando construir uma correlação da exploração da erva-mate nativa na ocupação do sul do antigo Matto Grosso no Pós-Guerra do Paraguai.

Em um outro aporte encontra-se o trabalho de Enrique Duarte Romero, que discute os antecedentes remotos e imediatos de Guerra de Tríplice Aliança, esclarecendo que a violência da guerra resolve alguns dos nós, diante de um Paraguai devastado e que o Império Brasileiro obtém não só o desejado acesso fluvial a Mato Grosso, mas também o reconhecimento formal de sua soberania sobre o extremo sul daquele província.

A pesquisadora Ana Beatriz Ramos de Souza, escreve sobre a construção do mito e a ideia de memória nacional, mencionando os restos mortais de Solano López (Assunção) e o monumento à Retirada de Laguna (URCA - Rio De Janeiro), desconhecido de muitos brasileiros. Nesse diapasão, Maria do Carmo Brazil, Fanny S. Valdez, Eliane M. Amaro e Marcel dos S. Borba apresentam a educação na América Latina e o ensino confessional católico no MT/MS (1959-1994), bem como, a concepção e o funcionamento do Seminário Santo Antônio, demonstrando que a expansão do ensino no Brasil, em especial, no sul de Mato Grosso, foi realizada pelos freis Franciscanos na região da Grande Dourados - Rio Brilhante.

Viviana Paglialunga traz à tona a imposição e oposição da abordagem histórica da escola imposta após a guerra dos 70 no Paraguai, recomendando o estudo de uma história de educação mais analítica e comprometida, gerando uma série de novas perspectivas que não apenas constroem conhecimento do ponto de vista educacional, mas também solidificam conceitos históricos.

O estudo sobre a Expedição Manuel Drago: uma trágica experiência de deserções, indisciplinas e condições higiênicas na guerra contra o Paraguai, do historiador Jorge Prata de Sousa, baseia-em em relatos dos memorialistas, dos registros da administração das forças militares, que permeia as condições higiênicas da Força Expedicionária durante a guerra contra o Paraguai, em um trabalho *sui generis*.

Luiz Paulo Ferreira e Eva Faustino da Fonseca de Moura Barbosa observam em seu estudo histórico a Guerra do Paraguai e suas correntes historiográficas nos livros didáticos, analisando alguns atuais conteúdos sobre a guerra, que são utilizados nas escolas da rede pública de Ensino de Mato Grosso do Sul - MS.

Cleverson Rodrigues da Silva e Esteban Pablo Chiaradía discutem a campanha de Mato Grosso (1864-1868) no olhar da historiografia brasileira e argentina, objetivando traçar uma abordagem para o tratamento desta frente de guerra em um corte de autores brasileiros e argentinos, em diferentes épocas de produção, referindo-se à campanha do Paraguai no sul de Mato Grosso (1864-1868).

Alberto Del Pino Menck procurou destacar o uso da fotografia como instrumento político, centrando sua atenção sobre a invasão brasileira ao Uruguai, sobretudo na cidade de Paissandu.

Adler Homero Fonseca de Castro questionou a tese de expansão brasileira sobre a bacia Platina, embora reconheça que há um consenso quase unânime de que houve tal expansionismo. Defende que de forma alguma pode se assumir a posição, que se tornou comum nos livros de história, de que o Paraguai perdeu territórios, pois esses nunca tinham sido efetivamente dele. Por serem ocupados por brasileiros, o que se poderia dizer no máximo, é que os territórios em disputa foram anexados ao Brasil.

Dessa forma, surgiu um revisionismo sobre a Guerra do Paraguai reconstruindo pelos autores acima citados, em uma demonstração de que a história é um processo que pode ser revisto, reconstruído e desvendado por pesquisadores interessados na verdade e na cidadania consciente de um dever ético e responsável.

Prof. Dr. Maria Augusta de Castilho (UCDB/MS)
Historiadora

(Re)pensando a história local a partir das constribuições de epistemologias *outras* de sujeitos que habitam a fronteira platina em Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Marcos Antônio Bessa-Oliveira [1]

Profa. M.da Gilmara de Souza de Brito [2]

Introdução

Nós que habitamos o território Platino, vivemos na América Latina, e mais especificamente na América do Sul, Brasil, Mato Grosso do Sul, Campo Grande, que é o local de onde erigimos nosso discurso, tendo a consciência dessa realidade geográfica, partiremos para a tomada de consciência de nossa realidade social, política, econômica e cultural pela qual esse

---

1 Doutor em Artes Visuais, área de concentração em Fundamentos Teóricos pelo IA/Unicamp. Professor DE/TI na Cadeira de Artes Visuais no Curso de Artes Cênicas e Professor Permanente do PROFEDUC na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UUCG. É Líder do Grupo de Pesquisa NAV(r)E – Núcleo de Artes Visuais em (re)Verificações Epistemológicas – CNPq/UEMS. Membro do NECC – Núcleo de Estudos Culturais Comparados – UFMS e do Núcleo de Pesquisa Estudos Visuais – UNICAMP. marcosbessa2001@gmail.com.

2 Mestre no PROFEDUC – Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação – pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS/UUCG, possui graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS (2010) e atua como professora na Educação Básica, nas redes pública e privada. É membro do Grupo de Pesquisa NAV(r)E – Núcleo de Artes Visuais em (re)Verificações Epistemológicas – CNPq/UEMS. E-mail: profgilmarabrito@hotmail.com.

território vivencia.

Somos herdeiros do processo exploratório de colonização da Modernidade. Processo pelo qual nós fomos relegados à marginalização e à subalternização. Sendo que mais tarde, com a Nova Ordem Mundial e a consolidação do capitalismo pós Guerra Fria, passamos à categoria de países que compõe o bloco sul (países pobres, com altas taxas de violência e problemas sociais, ou seja, no subdesenvolvimento em relação à política econômica capitalista).

Assim, passamos a habitar a fronteira-sul que, taxados por sermos sem História, Arte, cultura e produção de saberes e conhecimentos, ainda carregamos em nossa história esse estigma dentro da visão atual de globalização. Pois, mesmo que a colonização tenha chegado ao seu fim, a colonialidade ainda habita nos sujeitos-fronteira que convivem diariamente com os traços deixados por tal processo. E não podemos deixar de considerar que a "herança" da taxação de fronteira-sul é uma consequência da colonização que, através da exploração pela qual sofremos, sobrou-nos as mazelas da pobreza, da miséria e das desigualdades sociais com as quais convivemos diariamente.

Reconhecer essa realidade é o primeiro passo para que possamos lutar contra a colonialidade que nos habita, abordada pelos teóricos Aníbal Quijano e Walter Mignolo, como a *colonialidade do poder*[3], que Quijano aponta como "[...] a idéia (sic) de "raça" como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social[4];" , e que Mignolo afirma ser a causa marcante para o que ele denomina de *diferença colonial*[5], "A diferença colonial é, finalmente, o local ao mesmo tempo físico e imaginário onde atua a colonialidade do poder"[6]. Ou seja, é

---

3 São os resquícios das práticas coloniais que habitam as mentalidades dos sujeitos que vivem nos territórios que sofreram processo de colonização. É quando os sujeitos habitantes de tais territórios continuam a subjugar, hierarquizar e discriminar da mesma forma como os colonizadores fizeram.

4 QUIJANO, Aníbal. "*Colonialidade, poder, globalização e democracia*". Novos Rumos, Marília, ano 17, n 37, p. 4-28, 2002, p. 4.

5 Para Mignolo, a diferença colonial é uma característica específica das sociedades que sofreram processo de colonização. É a característica essencial que difere os sujeitos que habitam os territórios que foram colonizados, daqueles que foram os colonizadores. E, partindo dessa premissa, ele aponta que nenhum sujeito que habita fora dessa diferença colonial pode contar a História dos sujeitos que vivem sob ela. Pois, somente quem vivencia é que sente na pele o que é habitar tal diferença, que é condição marcante para conviver com as mazelas da discriminação, do preconceito e da exclusão social.

6 MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais / Projetos globais*: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

a partir dessas peculiaridades dos sujeitos que habitam os territórios colonizados – nós – que convivemos com o preconceito, a discriminação e as diferenças sociais vistos ainda hoje como princípios de exclusão e marginalização.

Pois, a partir da colonização na Modernidade, todo aquele que não se encaixava no padrão eurocêntrico colonial/moderno – o sujeito branco, fálico, machista, hétero e da elite – se encontraria na base social e, por isso, estaria numa condição marginalizada e subalternizada, essas diante daqueles que eram os centros do poder hegemônico. O problema é que, mesmo com o fim da colonização, ainda agimos como se estivéssemos sob ela. Não nos (re)conhecemos enquanto sujeitos produtores de História, Arte, cultura, saberes e conhecimentos, pois ainda reproduzimos o que os centros de poder (Europa e Estados Unidos) produzem. Desta forma, não contamos a nossa História, não valorizamos a nossa Arte e não nos (re)conhecemos enquanto sujeitos independentes e que existem para além daquilo que o processo de colonização implantou em nosso território.

Tendo este cenário geoistórico com questões, Mignolo nos propõe a pensarmos sobre epistemologias outras[7] para fazer emergir novas perspectivas históricas e sociais dos sujeitos que vivem sob a égide da diferença colonial. A essas novas epistemes, o teórico denomina de "gnose liminar" ou "pensamento liminar",[8] constituindo teorias que lutam contra a colonialidade do poder, para barrar as suas práticas

> A gnosiologia liminar é uma reflexão crítica sobre a produção do conhecimento, a partir tanto das margens internas do sistema mundial colonial/moderno (conflitos imperiais, línguas hegemônicas, direcionalidade de

(Humanitas), p. 10.

7 Mignolo nos propõe a pensarmos em "epistemologias outras" e não "outras epistemologias", pois, de acordo com o teórico, se nos basearmos na segunda proposta, continuaremos a nos ver como continuação dos centros do poder, e não estaremos de fato propondo uma epistemologia nova, diferente e própria dos territórios que sofreram o processo de colonização. Para ele, pensando em "outras epistemologias", continuaremos a pensar ainda *de dentro* do pensamento hegemônico, numa visão acrítica dos fatos. Sendo assim, as "epistemologias outras" são próprias para serem pensadas *de dentro* da América Latina, por possuir a diferença colonial.

8 De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa, "gnose" significa ato ou processo de conhecer ou saber; e, "liminar" significa: que representa as preliminares de algum assunto, posicionado num local limítrofe, que precede a passagem de um indivíduo a uma nova categoria social. Disponível em: http://michaelis.uol.com.br/. Acesso em 20 de out. de 2018.

> traduções etc.), quanto das margens externas (conflitos imperiais com culturas que estão sendo colonizadas, bem como as etapas subseqüentes de independência ou descolonização).[9]

Dessa forma, a gnose ou pensamento liminar é uma resposta à colonialidade do poder implantada nos territórios colonizados e, para de fato fazermos com que ela seja efetiva, devemos ter visão crítica sobre a nossa realidade enquanto sujeitos colonizados e que foram relegados à margem e à subalternização. E a partir daí, numa crítica emergente, fazer valer a nossa voz e vez, mostrando ao mundo que somos sujeitos que produzem História, Arte, cultura, saberes e conhecimentos quanto qualquer outro território, não numa perspectiva de melhor ou pior, mas na sua/nossa diferença, que é a diferença colonial.

Partindo dessas perspectivas é que redigimos o artigo anteriormente apresentado no *IV Congresso Internacional de História Regional – O expansionismo brasileiro sobre a Bacia Platina e a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*, trazendo as discussões embasadas em teóricos que emergem seus discursos da diferença colonial e apresentando pesquisadores locais que visam dar voz e vez ao nosso território latino, sul-americano, brasileiro, sul-mato-grossense e campo-grandense. A partir das perspectivas de Quijano e Mignolo, mas baseados também nas concepções de outros autores que trabalham nas propostas das teorias Pós-Coloniais, dos Estudos Culturais e nos Estudos Subalternos, para fazer emergir epistemologias *outras*, nossas e próprias dos sujeitos que habitam na diferença colonial como, por exemplo, os teóricos e professores Edgar Cézar Nolasco e Marcos Antônio Bessa-Oliveira que habitam a fronteira-sul em Mato Grosso do Sul.

Os pesquisadores Edgar Nolasco e Marcos Bessa-Oliveira foram apontados na pesquisa anterior como teóricos locais e que fazem emergir suas epistemes como alternativas para a superação da colonialidade do poder implantada em nosso território. Algumas de suas obras foram citadas, e aqui iremos nos aprofundar em suas ideias, assim como também na apresentação do Grupo de Pesquisa NAV(r)E – Núcleo de Artes Visuais em (re)

---

9 MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais / Projetos globais*: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. (Humanitas), p. 33-34.

Verificações Epistemológicas que é coordenado por Bessa-Oliveira e que tem um papel primordial na busca pela superação da visão hierarquizante e excludente entre os sujeitos sociais que habitam as fronteiras marginais de nosso território (MS). Lugar geoistórico herdeiro da colonização e que não eliminou ainda a colonialidade, que insiste em manter viva em nossa mentalidade a ideia de divisão social e de que os sujeitos que aqui habitam não são capazes de produzir sua própria História, tendo sempre que recorrer aos clássicos e aos centros de poder para existirem enquanto sujeitos sociais e para (re)produzirem Artes.

O objetivo maior deste artigo é o de propor epistemologias *outras*, capazes de nos fazer refletir sobre a nossa condição de sujeitos colonizados e de nos dar condições para mudarmos o que está (im)posto historicamente em nossa mentalidade. Para, a partir daí, como numa tomada de consciência, sermos voz e vez dentro e fora de nossas fronteiras, independentemente dos discursos dos centros de poder.

Epistemologias locais: de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, para o mundo

A construção de nossa História foi (im)posta numa visão eurocêntrica, e a sociedade vem nos (im)pondo essa visão. Porém, o que queremos aqui é nos movimentar contra a visão eurocêntrica de História latino-americana e brasileira, para propormos uma visão local de quem vive e convive nessas fronteiras[10] marginalizadas pelo pensamento eurocêntrico.

Através das definições de fronteiras e limites apontadas por Hissa, de que

> [...] são desenvolvidos para estabelecer domínios e demarcar territórios. Foram concebidos para insinuar precisão: a precisão que pede o poder. Enquanto forma de controle, a precisão é necessária para o exercício pleno do poder, em suas diversas instâncias. [...] No

10 O conceito de fronteiras abordado neste trabalho parte dos pressupostos de Cássio Eduardo Viana Hissa, professor da Universidade Federal de Minas Gerais, que aponta a existência das fronteiras como limites para dividir e marcar territórios para a manifestação do poder na lógica moderna.

> entanto, na maior das distâncias, na periferia dos núcleos de poder, a fronteira é demarcação imprecisa, vaga. [...] Limitar é partilhar para governar. Limites e fronteiras são manifestações de exercícios de poder. Limitar é dividir. E, seguramente, o ato de dividir está associado à intenção de controlar. Outros significados estão associados à idéia (sic), decorrente do conceito básico: *extremo, fim, contorno, separação*.[11]

Os pesquisadores locais citados tomam da nossa geografia fronteiriça para propor as nossas fronteiras na ótica da união. Como fronteiras que não mais separam, mas que unem seus sujeitos, a partir da tomada de consciência da sua condição subalterna e das práticas de mudanças de postura e conduta dentro da sociedade, lutando contra a colonialidade do poder a partir das suas diferenças, que estão contidas na diferença colonial. A partir das perspectivas Pós-Coloniais, esses vêm evidenciar uma visão descolonial daquilo que foi escrito sobre nós mesmos.

O "descobrimento", a marginalização do indígena e do negro, a marginalização das religiões distintas do cristianismo europeu, a subalternização da fala, dos dialetos, dos costumes e das tradições daqueles que não eram europeus, foram todos ignorados da condição de civilização e da representação cultural desses povos e foram colocados entre as fronteiras epistêmicas da exclusão: da exterioridade.

O pensamento Pós-Colonial quer fazer uma reviravolta nessas perspectivas (im)postas aos sujeitos habitantes dos territórios marginalizados e fazer emergir o nosso ponto de vista, a nossa visão enquanto sujeitos que habitam tais fronteiras. É fazer com que a História latino-americana seja vista a partir do sujeito latino-americano, assim como no caso da brasileira, indo além também, para pensar no sujeito que vive na fronteira sul-mato-grossense – *de dentro* das fronteiras latino americana e brasileira –, ou seja, no território Platino.

A partir das perspectivas teóricas de Quijano e Mignolo, abordaremos sobre os pesquisadores locais e as suas propostas epistemológicas que

---

11 HISSA. Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras:* inserções da geografia na crise da modernidade. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 35-36.

têm como base (re)conhecer, (re)contar e (re)significar a nossa História, Arte, cultura e produção de saberes e conhecimentos. Tais epistemes locais farão com que sejamos sujeitos protagonistas da nossa própria História, para que não continuemos a ser apenas atores (re)produtores do que os centros de poder (Europa e Estados Unidos) produzem, ou como querem que sejamos reconhecidos.

Nolasco[12] e Bessa-Oliveira[13] vêm trilhando as suas vidas acadêmicas em busca de fazer reverberar epistemologias *outras* a partir do lócus de onde erigem seus discursos. Os dois pesquisadores são professores universitários na cidade de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, e trazem em suas pesquisas e obras publicadas as possibilidades epistêmicas de dar voz e vez ao discurso fronteiriço, subalterno e marginal a partir do local de onde nós estamos. Além de coordenarem Grupos de Pesquisas

---

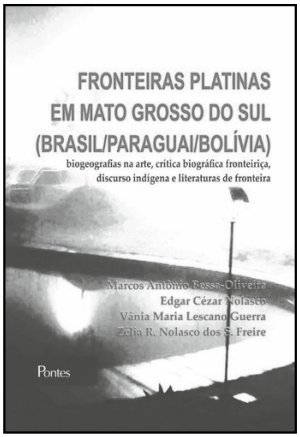
12 É Coordenador do NECC - Núcleo de Estudos Culturais Comparados, Editor-Presidente dos CADERNOS DE ESTUDOS CULTURAIS. Desenvolveu estágio de Pós-Doutorado no PACC na UFRJ. Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1992), mestrado em Teoria da Literatura pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997) e doutorado em Literatura Comparada também pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003). Atualmente é professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação nível Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. É Membro do GT de Literatura Comparada da ANPOLL. É membro do conselho editorial das Revistas - Papéis (UFMS) e RAÍDO - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFGD). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Crítica Cultural, Estudos Culturais, Literatura Comparada, Crítica Local, Literatura Brasileira e Teoria Literária, atuando principalmente nos seguintes temas: Crítica Cultural, Estudos Culturais, Paisagens Culturais, Literatura Comparada, Crítica Local, Clarice Lispector, Literatura Brasileira, Teoria Literária. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/7443635104960914. Acesso em: 01 de nov. de 2018.

13 Professor Efetivo da UEMS - Unidade Campo Grande - no Curso de Graduação em Artes Cênicas - da cadeira de Artes Visuais e Professor Permanente do PROFEDUC - Programa de Mestrado Profissional em Educação. É Artista Visual, Doutor em Artes Visuais - pela linha de pesquisa Fundamentos Teóricos - pelo IA-Unicamp. Coordena o NAV(r)E - Núcleo de Artes Visuais em (re)Verificações Epistemológicas. É Mestre em Estudos de Linguagens e Graduado em Artes Visuais - Licenciatura - Habilitação em Artes Plásticas pela UFMS. Desenvolveu pesquisas com Bolsas CAPES e PIBIC/CNPq no Doutorado, Mestrado e na Graduação. Desenvolve pesquisa vinculada ao NAV(r)E-UEMS/CNPq sobre a produção artística (PRÁTICA, PEDAGÓGICA E TEÓRICA) de Mato Grosso do Sul. É Editor dos CADERNOS DE ESTUDOS CULTURAIS. É membro dos Grupos de Pesquisas NECC-UFMS e Estudos Visuais - IA/UNICAMP e do Grupo O PROCESSO IDENTITÁRIO DO INDÍGENA DE MATO GROSSO DO SUL: ANÁLISE DOCUMENTAL E MIDIÁTICA DA LUTA PELA TERRA - UFMS. Tem livros e diversos artigos publicados sobre Clarice Lispector - pintora/escritora e sobre a produção artístico-plástica sul-mato-grossense em nível nacional e internacional. Tem experiência na área de Fundamentação Teórica em Artes Visuais, com ênfase em Artes Plásticas, no Ensino em Artes Visuais, Poéticas Artísticas, atuando principalmente nos temas: Estudos Visuais, Crítica Biográfica Cultural, Paisagens Biográficas, Pós-Colonialismo, Estudos Culturais, Memória e Arquivo Culturais, Identidade Cultural, Pesquisas em Artes Visuais, Teorias das Artes Visuais, História da Arte, Arte e Ensino, Literatura/Pintura e Organização de Exposições. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/7724599673552418. Acesso em 01 de nov. de 2018.

locais para manter discussões pertinentes relacionadas às problemáticas que vivem os sujeitos fronteiriços pelas condições da marginalização e da subalternização nas quais foram (im)postas. Tais grupos são propostas físicas de locais que fazem emergir tais epistemologias, para que, a partir de produções dos membros envolvidos – artigos, dissertações, teses e outros – e da própria fala dos sujeitos, façam com que as discussões cheguem a locais outros – eventos, congressos, simpósios e etc – para, de fato, fazer valer as suas propostas.

Dentre os diversos livros já publicados dos pesquisadores em questão, um deles foi abordado de forma enfática no *IV Congresso Internacional de História Regional – O expansionismo brasileiro sobre a Bacia Platina e a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*, que foi escrito em conjunto com outras pesquisadoras (Vânia Maria Lescano Guerra e Zélia R. Nolasco dos S. Freire), que é a obra *Fronteiras Platinas em Mato Grosso do Sul – (Brasil/Paraguai/Bolívia) – biogeografias na arte, crítica biográfica fronteiriça, discurso indígena e literaturas de fronteira* (imagem 1).

IMAGEM 1 – Capa do Livro Fronteiras Platinas em Mato Grosso do Sul – (Brasil/Paraguai/Bolívia) – biogeografia na arte, crítica biográfica fronteiriça, discurso indígena e literaturas de fronteira, de Marcos Antônio Bessa-Oliveira et. al.



Fonte: Site Livraria Cultura[14]

14 Disponível em: https://www.livrariacultura.com.br. Acesso em 01 de nov. de 2018.

Nesta obra os autores fazem discussões muito pertinentes sobre o conceito de fronteira para proporem uma visão crítica da possibilidade de nos "jogarmos" para epistemologias *outras* e sermos sujeitos que se autoafirmem enquanto produtores de História, Arte, cultura, saberes e conhecimentos.

> O pensamento fronteiriço vem ocupando espaços culturais desafiadores, erigindo-se fora do eixo hegemônico e, consequentemente, descentra(liza)ndo o cenário crítico em nosso país, na produção de uma epistemologia própria. No que se segue, procuro mapear alguns aspectos básicos desta ampla questão. Antes disso, cabe dizer que me reporto, fundamentalmente, aos quatro ensaios que compõem este livro que tenho a honra de prefaciar. Fronteiras Platinas em Mato Grosso do Sul (Brasil/Paraguai/Bolívia) atesta a vitalidade da crítica produzida por autores e autoras que tão bem conhecem o universo das fronteiras que habitam – e que os habita.[15]

A obra em si tem a preocupação de nos fazer compreender o que é viver sob a fronteira marginal deixada pela colonização, e nos propõe reflexões acerca das Artes, cultura e da Literatura para a busca por epistemes outras capazes de fazer reverberar a nossa voz.

> Nesse sentido, tomando nossa tríplice fronteira geográfica (Brasil/Paraguai/Bolívia) como um ponto fundamental onde essas convergências e divergências todas se confrontam – situadas no cerne da Bacia do Prata, por isso nominamos de fronteira platina –, tomada como real e imaginária simultaneamente, propomos problematizar, como propostas epistêmicas *outras* a partir desse lugar (ge-

15 GOMES. Heloísa Toller. Pensamento Fronteiriço: Ocupação de Espaços, Desestabilização de "Saberes Consagrados". Prefácio In: BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio; NOLASCO, Edgar César; GUERRA, Vânia Maria Lescano; S. FREIRE, Zélia R. Nolasco dos. Fronteiras Platinas em Mato Grosso do Sul – (Brasil/Paraguai/Bolívia) – biogeografias na arte, crítica biográfica fronteiriça, discurso indígena e literaturas de fronteira. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017, p. 9 e 10.

> ográfico, mas também cultural), mais especificamente estando nós situados em Mato Grosso do Sul (Brasil), "*bio*geografias", "crítica biográfica fronteiriça", "discursos indígenas" e "literaturas de fronteira". Este livro coroa essas temáticas [...][16]

Sendo assim,

> As ideias que vêm expostas no livro são, portanto, de (re)verificações epistemológicas modernas que sempre situaram nossa "fronteira platina", e as outras tantas fronteiras latinas (periféricas e marginais por natureza imposta), em um lugar singular, quando do tratamento dessas, reconhecido como o "fim do mundo" por não estarem centradas onde as "fronteiras" são entendidas como o lugar epistêmico inicial (reconhecido por méritos econômicos, político e culturais) dos discursos coloniais.[17]

No livro Bessa-Oliveira propõe compreender que, sobre os sujeitos que habitam as fronteiras, nenhum outro lugar poderá falar sobre eles e sobre essa própria fronteira, pois, somente quem a habita e sente na pele o que viver sob as suas condições é que pode de fato narrar as suas histórias, artes e produção de saberes e conhecimentos: "[...] compete salientar que na América Latina, por exemplo, os muitos lugares "fora dos eixos" estão desenvolvendo arte, literatura, culturas e conhecimentos que só podem ser inscritos em epistemes particulares [...]"[18]. Como numa

---

16 BESSA-OLIVEIRA. Marcos Antônio. *et.* Al. Fronteiras Platinas em Mato Grosso do Sul – (Brasil/Paraguai/Bolívia) – *biogeografias* na arte, crítica biográfica fronteiriça, discurso indígena e literaturas de fronteira. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017, p. 18-19.

17 Ibid., p. 19.

18 BESSA-OLIVEIRA; Marcos Antônio. *"Biogeografias Como Episteme Local*: Fronteiras Platinas (Brasil/Paraguai/Bolívia)". In: BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio; NOLASCO, Edgar César; GUERRA, Vânia Maria Lescano; S. FREIRE, Zélia R. Nolasco dos. Fronteiras Platinas em Mato Grosso do Sul – (Brasil/Paraguai/Bolívia) – *biogeografias* na arte, crítica biográfica fronteiriça, discurso indígena e literaturas de fronteira. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017, p. 35.

visada contra as práticas dos centros falarem sobre as periferias, pois o pensamento hegemônico nem pensa e nem sabe das situações reais pelas quais as fronteiras vivem "[...] temas que até hoje sequer foram lembrados pelos discursos hierárquicos e hegemônicos: culturas, sujeitos, produções artísticas, línguas e linguagens, direitos e deveres, saúde, ensino, pesquisa, objetos, culinárias"[19], etc. E reforça o autor ao dizer que "Quando falamos de América Latina estamos tratando de uma imensidão e multiplicidade de culturas que talvez ainda nem sequer possa ser imaginada".[20]

Ou seja, a América Latina dentro das perspectivas históricas narradas pelos Clássicos da Modernidade está sendo vista a partir das óticas eurocêntricas, sendo esquecidas as vozes dos sujeitos latino-americanos, e que, possuindo as vivências por habitarem tal fronteira, podem de fato narrar a realidade de tal lócus. Podemos protagonizar nossas próprias Histórias.

A América Latina e os tantos lugares colonizados sempre produziram História, Arte, cultura, saberes e conhecimentos. O que acontece, no entanto, é que o pensamento hegemônico, eurocêntrico e colonial/moderno fizeram questão de apagá-los para fazer prevalecer as suas histórias, e assim, continuamos a propagar dentro das próprias fronteiras tais perspectivas, como numa prática de afirmação daquilo que os centros contaram sobre nós.

Sendo assim, passamos a fazer parte das fronteiras que nada produzem, apenas (re)produzem o que os centros de excelência (Europa e Estados Unidos) produzem, não nos (re)conhecendo enquanto sujeitos autores de suas próprias histórias, ficando de fato no local dos sem voz e vez, "Portanto, quando pensamos em América Latina há que se levar em conta que toda esta extensão territorial está situada em um lugar epistêmico geográfico que está sempre, ou quase sempre, sendo pensado pela ótica colonial: histórica ou contemporânea"[21], pois tiveram sua história apagada pelos discursos hegemônicos.

Na obra em questão, Bessa-Oliveira propõe como epistemologia *ou-*

---

19 Ibid., p. 36.

20 Loc. Cit.

21 BESSA-OLIVEIRA; Marcos Antônio. "*Biogeografias* Como Episteme Local: Fronteiras Platinas (Brasil/Paraguai/Bolívia)". In: BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio; NOLASCO, Edgar César; GUERRA, Vânia Maria Lescano; S. FREIRE, Zélia R. Nolasco dos. Fronteiras Platinas em Mato Grosso do Sul – (Brasil/Paraguai/Bolívia) – *biogeografias* na arte, crítica biográfica fronteiriça, discurso indígena e literaturas de fronteira. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017, p. 36.

tra a perspectiva da *bio*geografia, que é uma proposta *outra* de fazer o sujeito ter voz a partir do local em que se encontra, e se utilizar dessa voz para registrar aquilo que ele vivencia nas suas experiências, não deixando mais que falem por ele, como na perspectiva da Modernidade, em que o sujeito colonizado não tem voz e vez, e quem conta a sua História é o colonizador (que habita o centro de poder).

> Estas biogeografias de que falo estão, há mais de meio milênio – no caso do Brasil –, sendo rechaçados pelos discursos hegemônicos das Ciências Naturais, da Filosofia, Sociologia, Antropologia e das *Belles-Lettres* e *Beaux Arts*. Esses discursos disciplinares, que imperaram até aqui sobre as práticas e culturas dessas biogeografias migrantes, fizeram com que essas sempre fossem tomadas como ilustração para essas culturas letradas dominantes.[22]

Desta forma, em resposta à diferença colonial mencionada por Mignolo (2003), Bessa-Oliveira propõe que os sujeitos falem por si mesmos, numa perspectiva autônoma de (re)contar a sua própria História que é transmitida a partir da visão eurocêntrica. Sendo assim, a perspectiva da *bio*geografia propõe o seguinte: pensar o *bios* (o sujeito do lugar), o geo (o lugar de onde esse sujeito erige seu discurso) e as grafias (que são as diferentes produções e práticas artísticas e culturais desses sujeitos em seus diferentes lugares), para além da colonialidade do poder.

Edgar Nolasco, que também é autor na obra citada, possui tantas outras escritas partindo da perspectiva de nos reconhecermos enquanto sujeitos produtores de suas próprias epistemes, capazes de nos colocar na (im)posição de autores de suas próprias Histórias, Artes, culturas e produtores de saberes e conhecimentos. Ele nos chama a atenção para o fato das margens/periferias terem por hábito a reprodução do que os centros produzem, e nos traz epistemologias *outras* para (re)pensarmos tais atitudes. Sobre a colonialidade que ainda insiste em habitar nossa mentalidade, Nolasco em outra obra a denomina de "ferida colonial"[23].

Em *Fronteiras Platinas em Mato Grosso do Sul – (Brasil/Paraguai/Bolí-*

---

22 Ibid., p. 48.

23 NOLASCO, Edgar Cézar. Perto do Coração *Selbaje* da Crítica *Fronteriza*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

via) – biogeografias na arte, crítica biográfica fronteiriça, discurso indígena e literaturas de fronteira, com o capítulo denominado *A (des)Ordem Epistemológica do Discurso Fronteiriço*, Nolasco amplia nosso horizonte para a compreensão do conceito de exterioridade a partir de Walter Mignolo, pensando ser a exterioridade o que habita fora do pensamento Moderno. Ou seja, as margens, a fronteira exterior para fora dos centros ou, a própria subalternidade, não reconhecidas como um discurso de excelência.

> O discurso crítico fronteiriço habita a *exterioridade* e, por conseguinte, só pode ser pensado *a partir de* (um lócus) e se inscreve como um *método* crítico capaz de barrar a ordem discursiva moderna que se cristalizou no mundo, por meio de uma prática da desordem descolonial, uma desobediência epistêmica (MIGNOLO) sem precedente na história do ocidente. Pensando no que já privilegiei de Foucault, quero me deter agora nas expressões ou conceitos "a partir de", "método" e "exterioridade", e o faço pela abordagem da crítica descolonial que ancora toda a discussão aqui proposta, por entender que tais conceitos situam parte do *bios* do discurso crítico fronteiriço. Sendo que a outra parte dá-se por conta do reconhecimento e da inscrição do biolócus do intelectual crítico dentro da própria reflexão que propõe no momento.[24]

Assim como Bessa-Oliveira, Nolasco aponta a importância do *bios*, ou seja, do sujeito falar por si mesmo a partir do lócus em que se encontra. Sobre a questão da diferença colonial já apontada anteriormente, Nolasco afirma que "é exatamente aquilo que não foi contemplado pelo pensamento moderno"[25], sendo assim, pensar *de dentro* da diferença colonial é pensar para além do que a Modernidade nos relegou, é pensar dentro

---

24 NOLASCO, Edgar Cézar. "A (des)Ordem Epistemológica do discurso Fronteiriço". In: BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio; NOLASCO, Edgar César; GUERRA, Vânia Maria Lescano; S. FREIRE, Zélia R. Nolasco dos. Fronteiras Platinas em Mato Grosso do Sul – (Brasil/Paraguai/Bolívia) – *bio*geografias na arte, crítica biográfica fronteiriça, discurso indígena e literaturas de fronteira. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017, p. 68.

25 Ibid., p. 69.

da exterioridade da qual o pensamento colonial/moderno determinou a nossa (im)posição diante do mundo.

O pesquisador também nos chama a atenção para que os intelectuais que habitam a exterioridade e a diferença colonial tenham olhar crítico para as teorias que migram dos centros e chegam às fronteiras. Assim como também devemos bem observar o que é produzido nas fronteiras, tendo sempre o cuidado de não continuar a repetir o que o pensamento colonial/moderno sempre fez com as práticas culturais da exterioridade:

> [...] entendo que o discurso crítico fronteiriço, ou melhor, a epistemologia fronteiriça, antes de ser tomada como um campo de estudo, deve ser compreendida como um lócus de enunciação fronteiriço crítico por excelência. Por conseguinte, ao invés de continuar a reproduzir à exaustão a velha prática de importação de teorias dos centos desenvolvidos do país e do mundo e simplesmente repeti-las nas bordas periféricas do país, deve tomar o lócus fronteiriço como um campo gerador de saberes e de um discurso crítico específico que se ancora em uma epistemologia da fronteira.[26]

Ele aponta também que muitos dos intelectuais que erigem seus discursos da fronteira buscam pensar a partir da descolonialidade. Para ele, é importante pensar a partir dessa condição (im)posta pela modernidade, caso contrário, não estaremos (re)escrevendo, (re)contanto e (re)significando aquilo que o pensamento colonial/moderno deixou sobre nós.

> Além de encontrarmos, hoje e cada vez mais, uma plêiade de intelectuais fronteiriços (ameríndios e latinos) pensando das margens, temos, por conseguinte, uma teoria e uma crítica que emergem desses *loci* e que

26 NOLASCO, Edgar Cézar. "A (des)Ordem Epistemológica do discurso Fronteiriço". In: BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio; NOLASCO, Edgar César; GUERRA, Vânia Maria Lescano; S. FREIRE, Zélia R. Nolasco dos. Fronteiras Platinas em Mato Grosso do Sul – (Brasil/Paraguai/Bolívia) – *bio*geografias na arte, crítica biográfica fronteiriça, discurso indígena e literaturas de fronteira. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017, p. 70-71.

> não passam, necessariamente, por uma mera tradução/absorção/transformação da epistemologia moderna. Não que desconheçam essa, muito pelo contrário: mas sua proposta descolonial corre por fora do sistema colonial moderno/ocidental assentado na tradição grega e latina.[27]

Assim como Bessa-Oliveira também aponta que

> A história dessa tríplice fronteira foi escrita por discursos hegemônicos históricos e continua sendo contada pelos discursos que acreditam na viagem das teorias, por exemplo, como aqueles sugeridos por Mignolo que as entendem como novas formas de colonização, e não como novos instrumentos para iluminar a inteligência de seus anfitriões ou revelar uma realidade que não poderia ter sido percebida sem o deslocamento da teoria, ou sem convidar uma teoria a permanecer.[28]

Ou seja, é preciso pensar de forma crítica, reconhecendo a própria condição de subalternidade a partir do pensamento colonial/moderno e pensando a partir dele para a desconstrução do que está (im)posto. Pois, somente assim, estaremos nos movendo contra a colonialidade do poder, que insiste em nos fazer acreditar que esta fronteira marginal (platina) não é capaz de produzir História, Arte, cultura, saberes e conhecimentos.

Pensando exclusivamente em nossas fronteiras geográficas e nos sujeitos que nela habitam, Nolasco sugere ainda como fazer emergir uma epistême local, própria dos sujeitos esquecidos pela Modernidade, ao afirmar que

> Uma das formas de barrar a tal colonialidade transmitida por meio do discurso estatal, aca-

27 Ibid., p. 71.

28 BESSA-OLIVEIRA; Marcos Antônio. "*Bio*geografias Como Episteme Local: Fronteiras Platinas (Brasil/Paraguai/Bolívia)". In: In: BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio; NOLASCO, Edgar César; GUERRA, Vânia Maria Lescano; S. FREIRE, Zélia R. Nolasco dos. Fronteiras Platinas em Mato Grosso do Sul – (Brasil/Paraguai/Bolívia) – *bio*geografias na arte, crítica biográfica fronteiriça, discurso indígena e literaturas de fronteira. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017, p. 53-54.

> dêmico e disciplinar, bem como pela boca dos latifundiários do estado e preconceituosos de toda estirpe, talvez seja a de privilegiar as diferentes histórias locais narradas e vividas na fronteira-sul e suas relações de poder entre elas e os sujeitos dessas histórias fronteiriças (a exemplo dos indígenas, dos brasiguaios, paraguaios, bolivianos, fronteiriços enfim).[29]

Ou seja, é dar voz e vez àqueles que não são ouvidos, pois não falam, já que dentro do pensamento colonial/moderno eles não existem. Um outro aporte teórico que os pesquisadores Nolasco e Bessa-Oliveira se utilizam é a partir da escritora indiana Gayatri Chakravorty Spivak em sua obra *Pode o Subalterno Falar?*, em que ela aborda sobre a importância do subalterno falar sem que os outros o façam por ele, inclusive os próprios teóricos pós-coloniais.

Spivak chama a atenção do escritor pós-colonial para uma escrita que rompa/transpasse o legado ocidentalizador de sempre falar pelo outro, pois em muitos casos, ele se sente tão intelectual a ponto de acreditar que pode ocupar este papel. Ela aponta para o fato de que uma das responsabilidades do escritor pós-colonial é criar mecanismos para combater a subalternidade, desta forma, criando as possibilidades para que o subalterno fale por si mesmo. Sandra Regina Goulart Almeida, ao prefaciar (traduzindo) a obra de Spivak afirma que:

> Ao concluir que o subalterno não pode falar, Spivak vai além de uma mera resposta objetiva a essa pergunta [título "Pode o subalterno falar?"]. Tal afirmação tem sido interpretada erroneamente e de forma simplista como se Spivak estivesse afirmando categoricamente que o subalterno – ou os grupos marginalizados e oprimidos – não pudesse falar ou que tivesse que recorrer ao discurso hegemônico para fazê-lo. Aqui Spivak refere-se ao fato de a

29 NOLASCO, Edgar Cézar. "A (des)Ordem Epistemológica do discurso Fronteiriço". In: BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio; NOLASCO, Edgar César; GUERRA, Vânia Maria Lescano; S. FREIRE, Zélia R. Nolasco dos. Fronteiras Platinas em Mato Grosso do Sul – (Brasil/Paraguai/Bolívia) – *bio*geografias na arte, crítica biográfica fronteiriça, discurso indígena e literaturas de fronteira. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017, p. 73.

> fala do subalterno e do colonizado ser sempre intermediada pela voz de outrem, que se coloca em posição de reivindicar algo em nome de um(a) outro(a). Esse argumento destaca, acima de tudo, a ilusão e a cumplicidade do intelectual que crê poder falar por esse outro(a). Segundo Spivak, a tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido(a). Para ela, não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar "contra" a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido.[30]

Sendo assim, basear-se nas teorias Pós-Coloniais e pensar de forma descolonial não terão valor significativo na luta contra a colonialidade do poder se as vozes silenciadas não puderem ocupar espaços para serem ouvidos, ou ao menos terem o direito de falar por si. É preciso ser o subalterno para falar com propriedade sobre o que é viver na subalternidade, ou seja, na diferença colonial. Assim como mencionou Nolasco ao se posicionar enquanto teórico e sujeito fronteiriço:

> Tanto as sensibilidades locais, quanto as biográficas do pensador de fronteira amalgamam-se em seu lócus discursivo, erigindo-se, por conseguinte, uma epistemologia específica de fronteira que encampa as experiências dos povos subalternos e propõe saídas para reverter as relações e condições de subalternidades imperantes na fronteira-Sul. Não é por acaso que uma das questões mais importantes acerca da razão subalterna e teorização pós-ocidental/colonial feita por Mignolo seja exatamente sobre "a inscrição da ex-

30 ALMEIDA, Sandra Regina Goulart de. "Prefácio – Apresentando Spivak" In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Trad. Sandra Regina Goulart de Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010; p. 7-21, *apud* SPIVAK, 2010, p. 14.

> periência colonial/subalterna do crítico em suas práticas teóricas". Assim, espero estar justificando tanto o subtítulo desta parte de meu texto ("A partir de mim, o *bios*"), quanto a necessidade de repetir incansavelmente de onde articulo meu discurso crítico. Cada vez mais, torna-se visível que aqueles críticos que não marcam de onde erigem seu lócus discursivo, geohistoricamente falando, tornam-se meros ventríloquos de teorias itinerantes e respectivos pensadores que pensam o mundo de dentro do sistema colonial moderno.[31]

Além de abordarmos as discussões propostas na obra apresentada no *IV Congresso Internacional de História Regional – O expansionismo brasileiro sobre a Bacia Platina e a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai,* queremos aqui destacar outra obra na qual Nolasco aprofunda suas discussões, sobre as fronteiras em que vivemos, algumas vezes aqui já referendada. Publicada em 2013, *Perto do coração selbaje da crítica fronteriza* (IMAGEM 2) traz à tona o que é habitar a fronteira e as possibilidades outras de fazermos reverberar a nossa voz e vez diante dos discursos que se erigiram com poder de verdade perante o mundo.

31 NOLASCO, Edgar Cézar. "A (des)Ordem Epistemológica do discurso Fronteiriço". In: BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio; NOLASCO, Edgar César; GUERRA, Vânia Maria Lescano; S. FREIRE, Zélia R. Nolasco dos. Fronteiras Platinas em Mato Grosso do Sul – (Brasil/Paraguai/Bolívia) – *bio*geografias na arte, crítica biográfica fronteiriça, discurso indígena e literaturas de fronteira. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017, p. 74-75.

IMAGEM 2 – Capa do livro Perto do coração *selbaje* da crítica fronteriza (2013), de Edgar Cézar Nolasco.

Fonte: ENTRE FRONTEIRIDADES E EPISTEMOLOGIAS: "Resenha do livro Perto do coração selbaje da crítica fronteriza de Edgar Cézar Nolasco".[32]

Ao abordar sobre a prática contínua dos centros em falar pelas periferias/fronteiras, Nolasco nos apresenta a existência de dois problemas: um deles "[...] é que o discurso crítico do centro teima em achar que pode falar pelo e por quem se encontra fora do eixo"[33], ou seja, não há ao menos o questionamento se o que o eixo fala condiz com a verdade, não tomando nem mesmo a consciência de que ao falar pelo outro ele o cala e não sente a realidade de "vestir" o corpo que habita a margem/periferia/fronteira.

É aí que reside o que Edgar Nolasco afirma sobre não negar que exista até uma "boa intenção" nessa prática, pois esse centro acredita mesmo que pode falar pela periferia, já que o seu discurso acaba tendo valor de verdade, inclusive pelas periferias/margens, que é a outra problemática que Nolasco menciona: "O modo como, quase sempre, quem está à margem toma o que é dito pelo centro"[34], que é o que já abordamos anteriormente, quando a própria fronteira não se (re)conhece como produtora de História, Arte, cultura, saberes e conhecimentos, e ainda se autoafirma, mesmo que inconscientemente, enquanto sociedade ainda colonizada, quando não quebra com a prática do colonialismo tão presente nos dias

32 NACHIF, Daniela Correa. SATO, Fernando Abrão. "ENTRE FRONTEIRIDADES E EPISTEMOLOGIAS: Resenha do livro Perto do coração *selbaje* da crítica fronteriza de Edgar Cézar Nolasco". Disponível em: http://seer.ufms.br/index.php/cadec/article/viewFile/3416/2678. Acesso em: 01 de nov. de 2018.

33 NOLASCO, Edgar Cézar. Perto do Coração *Selbaje* da Crítica *Fronteriza*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013, p. 44.

34 NOLASCO, Edgar Cézar. Perto do Coração *Selbaje* da Crítica *Fronteriza*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013, p. 44.

atuais.

Quando a margem acredita que o centro é capaz de falar por ela, é quando, na verdade, ela não se (re)conhece enquanto sujeito capaz de produzir sua própria História, Arte, cultura, saberes e conhecimentos sobre e a partir dessas; independentemente da existência e da produção dos centros. A essas duas problemáticas Nolasco denominam-as de invisibilidades durante essa discussão, aquelas gerando o reforço da condição subalterna, que tem o seu discurso invisibilizado/inexistente.

Trazendo essa relação Centro X Periferia, entre Ocidente X "resto do mundo", podemos fazer a analogia com a relação que acontece dentro do Brasil quando estamos situados em Campo Grande, na tríade geograficamente fronteiriça Brasil/Paraguai/Bolívia, em relação a São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, quando Nolasco aponta que

> Nessa direção, penso que um dos papéis da crítica fora do eixo é, ao invés de aceitar e replicar passivamente, desarticular o discurso crítico hegemônico formatado nas grandes academias dos grandes centros do país, que teima em achar que o que é pensado nos centros pode servir, em sua totalidade, para o que se produz nas periferias. Como nas periferias, nas margens da nação, nas universidades fora dos centros são produzidos outros saberes e outros conhecimentos, então nada mais necessário do que um outro (não novo) pensamento crítico para poder acompanhar tais produções descentralizadas.[35]

Baseado nessas perspectivas que Nolasco apresenta, falando em linhas gerais, ele nos traz algumas propostas de epistemologias *outras*, as quais ele denomina de teoria pós-crítica (crítica da crítica dos centros), crítica subalternista ou ainda crítica *fronteriza*/fronteiriça, que, juntamente com a proposta das *bio*geografias de Bessa-Olivera, colaboram para (re)pensarmos, (re)escrevermos e (re)significarmos a nossa História, Arte, cultura e produção de saberes e conhecimentos, a partir do nosso lócus geográfico (Mato Grosso do Sul) e dos sujeitos que habitam tais

35 Ibid., p. 49.

fronteiras. Entendendo essas fronteiras para além de geográficas, mas como fronteiras epistêmicas, por isso produtoras de História, Arte, cultura, saberes e conhecimentos *outros*: de exterioridades aos pensamentos hegemônicos.

Retomando novamente as discussões a partir de Spivak (2010) em *Pode o Subalterno Falar?*, ao apontar a importância dos teóricos Pós-Coloniais lutarem contra a subalternidade e proporcionando espaços para que o subalterno possa falar e ser ouvido, quero voltar ao exemplo de Edgar Nolasco e Marcos Antônio Bessa-Oliveira que coordenam grupos de pesquisas locais em Campo Grande onde têm prevalecido tal prática.

Edgar Nolasco coordena o NEEC (Núcleo de Estudos Culturais Comparados) e Bessa-Oliveira coordena o NAV(r)E[36] (Núcleo de Artes Visuais em (re)Verificações Epistemológicas), os dois grupos buscam fazer emergir as vozes dos sujeitos que habitam a região fronteiriça em que se situa Mato Grosso do Sul, em específico, a cidade de Campo Grande.

Porém, ressaltaremos aqui a atuação do NAV(r)E[37] que foi objeto de pesquisa e de discussões durante o *IV Congresso Internacional de História Regional – O expansionismo brasileiro sobre a Bacia Platina e a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.* Retomando a abordagem de Almeida (2010) ao prefaciar a obra de Spivak, podemos afirmar que o grupo de pesquisa em questão faz parte do que podemos dizer de "um espaço aberto à luta contra a subalternidade", conforme apontado no artigo es-

---

36 O Núcleo de Estudos Culturais Comparados visa discussões relacionadas a reflexões contemporâneas envoltas à América Latina, preparando intelectualmente a comunidade para uma graduação, assim como os graduandos para a pós-graduação. Sendo assim, todas as discussões críticas propostas devem partir do locus cultural no qual se encontra o espaço do Núcleo (UFMS), ou seja, a Cultura Local (sul-mato-grossense e latino americana), para voltar-se para uma compreensão mais global. Disponível em: http://necc2009.blogspot.com/. Acesso em: 04 de nov. de 2018.

37 A tentativa do grupo de pesquisa, certificado pela UEMS/Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul junto ao CNPQ/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, NAV(r)E - NÚCLEO DE ARTES VISUAIS EM (re)VERIFICAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS, é romper criticamente com qualquer noção binária de pensar as produções em Artes Visuais - indistintamente da linguagem (plástica, performática, cênica, escultórica etc). A proposição dos pesquisadores envolvidos no grupo é a de podermos fazer reflexões teóricas que pensem sem exclusividade (Lugar Nenhum) como centro, mas que têm um lócus tomado como ponto de partida (o estado de Mato Grosso do Sul (na fronteira Brasil/Paraguai/Bolívia)) das reflexões para pensar em (Lugares Todos), especialmente latino-americanos como produtores de saber. Pensamos assim já que a ideia é fazer (re)Verificações Epistemológicas das produções artístico-visuais de lugares com características fronteiriças (geográfico e culturalmente falando) tomando as formulações teórico-críticas da crítica biográfica, estudos pós-coloniais e da crítica cultural embasando as reverificações teórico-críticas levantadas. Disponível em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4164051U4. Acesso em: 04 de nov. de 2018.

crito anteriormente e submetido ao evento:

> [...] o espaço físico onde os encontros do grupo acontecem para as discussões, dentro da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UUCG, é o local onde trabalhamos "contra a subalternidade", como Almeida menciona, e, a expansão das discussões que ali acontecem, seja através de comunicações e publicações em eventos, artigos publicados em periódicos e/ou até mesmo sendo levados para a educação básica dentro das escolas, tendo em vista que alguns membros do grupo também são professores da educação básica, são possibilidades de extensão dessas discussões. Para, assim, fazer chegar ao maior número de pessoas possível e levar aos sujeitos sociais desses locais subalternizados, a consciência de sua posição enquanto sujeito colonizado, subalternizado e marginal que, ele pode transpor essa (im)posição, indo além e se autoafirmando enquanto sujeito que produz história, cultura, arte e conhecimento a partir do local em que se encontra, independente de qualquer outro discurso que queira, por interesse ou não, apagar a sua existência.[38]

Sendo assim, o grupo se propõe, nas perspectivas teóricas e educacionais, a expandir seus objetivos na luta contra a subalternidade e para fazer emergir o nosso discurso enquanto sujeitos fronteiriços. Ou seja, além dos pesquisadores apontados como propositores de epistemologias *outras*, temos aí um vasto número de estudantes, professores e outros pesquisadores que podem "beber" da fonte do conhecimento proposto pelo Grupo de Pesquisa e seguir na busca pela autoafirmação de nossa

38 BRITO, Gilmara de Souza de; BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. "A Emergência de Epistemologias Outras Para (re)Verificar as Produções Fronteiriças na Região Platina: Um Olhar Para a Educação." In: Congresso Internacional de História Regional – O expansionismo brasileiro sobre a Bacia Platina e a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, 4, 2018. Aquidauana. *Anais eletrônicos*... Campo Grande: ArteSam, 2018, p. 315-332, p. 318. Disponível em: https://congressohistoriacpaq.ufms.br/anais/. Acesso em: 03 de nov. de 2018.

identidade enquanto sujeitos latino-americanos, brasileiros, sul-mato-grossenses e campo-grandenses com História.

Queremos sugerir que, além das reflexões para a busca de epistemologias outras, não podemos ficar apenas nos discursos teóricos, devemos abrir espaços físicos e proporcionar aos sujeitos sociais que busquem ter voz e vez dentro dos espaços fronteiriços que eles ocupam, fazendo assim e buscando cada vez mais ampliar a quantidade de sujeitos a que chegam tais teorias. É um bom princípio para fazer reverberar a nossa voz! E, claro, não deixando de mencionar que não basta apenas compreender as teorias e a realidade em que nós vivemos. É preciso também falar a partir da diferença colonial e na busca para superá-la, em nome de nossa História, Arte, cultura e produção de saberes e conhecimentos.

Considerações finais

A partir do que fora exposto, precisamos ir além, na tomada de consciência, em nossas perspectivas teóricas e nas mudanças de atitudes. As epistemologias *outras* propostas pelos teóricos e pesquisadores locais são pontos de partida para o (re)conhecimento e a valorização de nosso território enquanto construtores (protagonistas) de sua/nossa própria História.

Não precisamos repetir o que os centros fazem para fazer valer os nossos discursos, pois, primeiramente, devemos nos (re)conhecer enquanto sujeitos autores de suas próprias Histórias. Pois, enquanto nem mesmo dentro de nossas fronteiras não nos vermos capazes, quem dirá aqueles que estão fora e que nos olham como meros reprodutores um dia poderão nos ver.

As epistemologias *outras* propostas aqui são pilares para darmos início a uma reviravolta histórica – talvez um *giro decolonial* (MIGNOLO) – naquilo que a colonização, a colonialidade e a modernidade nos (im)pôs, que nada mais é do que o nosso apagamento diante do mundo. Porém, agora, neste *instante já*, poderemos ser voz e vez, não numa perspectiva vertical, mas a partir da horizontalidade, nos mostrando enquanto sujeitos que dever ter valorização independente de qualquer outro discurso que exista.

“Sin él, en el chaco no hay ingenio, ni obraje, ni algodonal”: o mundo do trabalho nas fronteiras do Cone Sul

Vitor Wagner Neto de Oliveira [39]

Introdução

Até o início do século XX os desenhos das fronteiras nos pampas, na mata atlântica, no chaco e nos pantanais, eram linhas políticas imaginárias desrespeitadas pelos ameríndios, pelos nacionais e imigrantes. O sentido de *fronteira da transgressão*, definição que fiz em obra anterior para o caso de Mato Grosso,[40] também se aplica para esse espaço platino mais amplo onde ladrões de gado, bandoleiros, contrabandistas e bandos armados a serviço de coronéis, de caudilhos e de empresas de extrativismo atuavam de um lado e de outro da linha, fazendo suas próprias leis. Essas fronteiras incertas, marcadas pela ausência dos Estados, eram pouco significantes também como limites para o capital e para os trabalhadores e indígenas. As fronteiras para os ameríndios, por sinal, eram (e em certa medida continuam sendo) culturais a partir do contato com outros povos, e os limites se davam na relação com a natureza, na busca por água, terra cultivável, coleta e caça.

Há de se notar, portanto, que em se tratando de história indígena, ou

---

39 Professor Associado do Curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. Texto resultado parcial da pesquisa no estágio de pós-doutorado em Ciências Humanas e Sociais desenvolvido na Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires.

40 OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. *Nas águas do Prata: os trabalhadores da rota fluvial entre Buenos Aires e Corumbá (1910-1930).* Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2009, p.45.

histórias em que indígenas são sujeitos privilegiados, o constructo ocidental moderno de nacionalidade não deve subjugar categorias que não se prendem nas fronteiras, como etnia, cultura e trabalho. A História por nós operada, filha da modernidade ocidental, é, historicamente, uma história nacional, escrita a partir da perspectiva do historiador fechado em suas fronteiras culturais e nacionais. Mas as populações autóctones não se definem pela nacionalidade. Isso é válido ao menos até o início do século XX na América do Sul e mesmo depois, quando os Estados se tornam mais presentes nas regiões de fronteira, com seus corpos militar, estatal e civil, e as populações indígenas passam a ser consideradas elementos da nacionalidade argentina, paraguaia, boliviana ou brasileira (e contadas positiva ou negativamente para efeitos de censo). O avanço da concepção liberal foi tamanho que mesmo as análises historiográficas e antropológicas que se dedicavam ao estudo das sociedades originárias estavam presas (e muito ainda permanece) a esses limites nacionais, inclusive procurando uma identidade de indígena brasileiro, boliviano, paraguaio, argentino...

Quando os europeus chegaram à América do Sul, como nas grandes bacias amazônica e platina e no litoral, encontraram um sistema social constituído pelas sociedades autóctones com base na relação homem-natureza a partir do agrupamento em parentela, e isso é o que possibilitava a reprodução do grupo em contato com outros grupos, inclusive em situações de conflitos internos à parentela ou com outras parentelas ou etnias. No início do contato com os europeus, enquanto aqueles eram poucos e podiam ser incorporados na vida em comunidade sob as condições dos grupos originários, ou eram transitórios, o sistema social autóctone garantiu a permanência dos grupos sem grande alteração. Mesmo quando do início da colonização, como a portuguesa com a exploração do pau-brasil com base na troca de produtos (objetos europeus para os indígenas e pau-brasil para os europeus), não houve grandes revezes entre os autóctones. A partir do momento em que os portugueses fincaram bases permanentes no território indígena, ainda na primeira metade do século XVI com o regime de donatarias e governo geral, essa relação primeira de "tensões encobertas", nos dizeres de Florestan Fernandes,[41] foi substituída pela tentativa de dominação/escravização de um lado e de resistência

41 FERNANDES, Florestan. "Antecedentes indígenas: organização social das tribos Tupis". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de e FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira: a época colonial.* Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989, pp.72-86.

de outro. O escambo realizado entre indígenas e europeus, nas novas condições dadas pela constituição da supremacia branca, foi logo percebido pelos autóctones como uma teia que os prendia em uma política não sua, mas que também podia ser utilizada para garantir acordos que possibilitassem a permanência de grupos em determinadas áreas e mesmo interferiu nas guerras locais entre parentelas ou etnias.

Esse contato inicial entre europeus e Tupi, analisado a partir de Florestan Fernandes, não é o padrão, pois irá variar a depender dos europeus e dos indígenas contatados, todavia a partir disso pode-se aludir a complexidade social que impôs aos europeus a necessidade de pensar estratégias de dominação pelo convencimento ou pela força.

Duas objetividades históricas permitem traçar semelhanças e diferenças das sociedades indígenas com relação às civilizações não indígenas: a terra (terra como mercadoria para os capitalistas e a relação dos indígenas distinta da propriedade capitalista e coletivista, terra como lugar de produção da vida biológica e cultural), e o trabalho (o indígena como mão de obra para as empresas extrativistas e agrícolas e o trabalho como atividade de produção da vida, produção de valor de uso).

A história da relação/tensão dos Guarani com os colonizadores na Bacia Platina é emblemática e permite uma certa generalização neste sentido. A perda do território originário, o aldeamento, o trabalho na extração e beneficiamento da erva-mate, o trabalho na exploração da madeira (*obrajes*), nas fazendas de gado, nos saladeiros e nas usinas de açúcar e álcool, e outras diversas formas de trabalho compulsório, marcaram a história não só dos Guarani, mas de praticamente todas as etnias que habitavam/habitam a região platina.

Em que pese essa generalização (de que há similaridades nas histórias dos povos americanos, marcadas pela dominação europeia, primeiro, e do Estado Nacional em seguida, pela perda do território original e pela escravização/servidão), os povos não são todos iguais. Têm diferenças culturais que devem ser levadas em consideração para não cairmos no erro de forçar uma unidade com base nas concepções apenas objetivas/materiais de perda do território. Neste texto discutiremos algumas nuances dessa história guarani e ocidental, com perspectivas de generalização, como se requer das análises sócio-históricas, todavia atentos aos problemas do padrão na História.

Neste sentido, a categoria trabalho é tomada aqui como este elemen-

to geral que condiciona a análise no tocante a cultura e a economia. Esta categoria fundante é, na gênese e no seu desenvolvimento, uma relação humana que não se prende ao Estado, porque é anterior a este e porque é uma ação humana de vida ou morte, como atividade de produção e reprodução da vida. O trabalho como unidade universal é "antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza".[42] E essa protaforma estará tanto na atividade dos indígenas livremente associados em sua terra, como nos estabelecimentos ervateiros e *obrajeros*, por exemplo, que como manufaturas precedidas da cooperação simples incorporaram mão de obra paraguaia, brasileira, argentina e indígena subsumida ao capital.[43] No primeiro caso, o valor de uso é originário das necessidades primárias fisiológicas como comer, beber, se proteger das intempéries, e determina a produção e é constituinte da cultura, enquanto que na cooperação para a produção capitalista o valor de uso, em que pese estar sempre presente (no limite coisas são produzidas para o *uso*), é subsumido pelo valor de troca e só possível pela expropriação dos meios de produção de *uns* (da terra aos indígenas e camponeses) e a apropriação do trabalho, da força de trabalho e por vezes do sujeito do trabalho, por *outros*, pelos capitalistas.

Sem a pretensão de "classificar" a abordagem, chamamos a atenção para os objetivos deste texto: analisar a história do trabalho e dos trabalhadores[44] indígenas e não indígenas na região platina na passagem do século XX. Portanto, não se trata de uma "história indígena", mas de história em que os indígenas são parte essencial. Se no Brasil de uma forma geral não podemos contar uma história dos trabalhadores desconsiderando que a classe trabalhadora brasileira é eminentemente negra, para a região em foco não podemos contar uma história dos trabalhadores sem estar atentos aos indígenas.

A frase inicial que dá título a este texto "sin él, en el chaco no hay ingenio, ni obraje, ni algodonal" foi registrada pelo funcionário do governo

---

42 MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política* – Livro I: o processo de produção do capital.. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p.255.

43 Idem, p.408.

44 Neste artigo não farei a diferenciação do gênero dos trabalhadores e das trabalhadoras – e portanto não discutirei essa questão –, todavia as mulheres (indígenas e não indígenas) no mundo *obrajeiro*, ervateiro e açucareiro é um tema que desperta o interesse, tendo em vista a regularidade em que aparecem nas fontes e a desatenção da historiografia para essas mulheres em um mundo aparentemente masculino.

argentino incumbido de observar e relatar as condições dos trabalhadores no interior do país, em 1904.[45] Juan Bialét Massé foi um dos primeiros agentes do Estado federal enviado para os longínquos territórios do norte e noroeste com este objetivo. Com a criação do Departamento Nacional del Trabajo (DNT), em 1907, o governo argentino enviaria intendentes com o mesmo objetivo em anos posteriores. Nas descrições que esses agentes fazem dos trabalhadores, da sociedade e da economia do interior do país, os indígenas [o *él* da frase no título] são presenças marcantes e a fluidez da fronteira é a marca indelével da região compreendida pelos territórios federais do Chaco, Misiones, Corrientes, Posadas e Jujuy (fronteiras nacionais da Argentina com o Brasil, Paraguai e Bolívia).

O *Boletín del Departamento Nacional del Trabajo*, publicado desde o primeiro ano de instalação do DNT (1907), obedecia ao preceito da informação com base científica, entendimento que passava, no início do século XX, pela objetividade do método e da exposição dos resultados, mensuráveis quase que matematicamente, e que, em se tratando de pesquisa com populações humanas, era permeado pela eugenia. E é neste âmbito que entram na análise aqui apresentada o *Boletín del Departamento Nacional del Trabajo* no 26, de 30 de abril de 1914, produzido pelo inspetor José Elías Niklison.[46] As relações de trabalho no norte e Alto Paraná argentino foram objetos ainda de outros números do *Boletín*, em edições dedicadas especialmente a essas regiões ou citadas no corpo de temas gerais (*Boletíns* no 28 de 1914, no 31 de 1915, no 32 de 1915, no 34 de 1916, e no 35 de 1917).

---

45 MASSÉ, Juan Bialet. *Informe sobre el estado de las clases obreras en el interior de la República. Presentado al Excmo. Sr. Ministro del Interior Dr. Joaquin V. González. De acuerdo con el decreto del Excmo. Sr. Presidente de la República, fecha 21 de Enero de 1904.* Buenos Aires: Imprenta y Casa Editora de Adolfo Grau, 1904 (Tomo primero). Juan Massé nasceu na Catalunha, Espanha, em 1846 e faleceu em Buenos Aires em 1907. Na Argentina foi médico, advogado e engenheiro, professor em universidades e assumiu cargos públicos. A biblioteca "Dr. Juan Bialet Masse" do *Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social* da Argentina disponibiliza os Boletins de forma digital.

46 REPÚBLICA ARGENTINA (Org. José Elías Niklison). *Boletín del Departamento Nacional del Trabajo.* Buenos Aires: Imprenta Alsina, No 26, 30 de abril de 1914. Disponível em: http://www.trabajo.gob.ar/biblioteca/memoria/bdnt.asp

Nas fontes os engenhos e *obrajes*: trabalhadores do Chaco

De forma geral, nas relações de trabalho aqui abordadas, independente do território (se Chaco, Jujuy, Misiones ou Santa Fé, se no Paraguai, no Mato Grosso ou no Paraná) e dos estabelecimentos (se engenho, ervateiro ou *obraje*[47]) os elementos se repetem: desde o aliciamento do trabalhador até suas condições de vida, tudo está submerso na órbita da produção para acumulação, de um lado, e para a reprodução da vida de outro. O indígena e o não indígena compõem esta engrenagem como elementos vivos e por isso dinâmicos que por vezes rompem, mudam ou quebram a estrutura. Para além de dominar a natureza, na frente de expansão ou do "colonialismo interno"[48], o capital, personalizado na figura do *patrón*, deveria também dominar esses sujeitos. Por isso os empreendimentos eram enclaves industriais,[49] como estados autônomos com leis, códigos e moedas próprios. Um estado dentro do estado que por vezes era transnacional:

> Engenhos, obrajes, fábricas de tanino, cultivos de amendoim e mamona, grandes laranjais e bananais, barracão, oficinas, carros, todo um pequeno mundo que se desenvolve aparte; porém também um pequeno estado, despótico, monárquico (...). Ali caem todos os índios e cristãos, americanos e europeus. Ficar ou não ficar, porém aquele que fica se submete à engrenagem.[50]

A engrenagem, de fato, prendia o trabalhador mesmo antes de adentrar o estabelecimento. E é essa teia para além do seu domínio territorial que permitia o sucesso da empresa dependente de braços baratos e

---

47 Manteremos alguns termos no original espanhol ou guarani porque se referem a realidades singulares e porque eram denominações presentes em toda a região, com poucas variações na escrita, independente da língua se guarani, espanhol ou português. Essas palavras, de uso comum entre os sujeitos e nas regiões em foco, também se tornaram comum na literatura que aborda o tema. Sempre que aparecer, essas expressões serão escritas em itálico.

48 LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil.* Brasília: Paralelo 15, 1996.

49 CÓRDOBA, Lorena; BOSSERT, Federico e RICHARD, Nicolas (org.). *Capitalismo en las selvas: enclaves industriales en el Chaco y Amazonía indígenas (1850-1950).* San Pedro de Atacama: Ediciones del Desierto, 2015, pp.9-10.

50 MASSÉ, op cit., p.43. As fontes em espanhol foram traduzidas livremente.

destemidos para a faina. Os agentes intermediários na discreta, porém eficaz, figura do conchavador,[51] era o elo primeiro entre o trabalhador e o patrão. Ele estava nas vilas, cidades e portos da região a espreitar os que chegavam. Mas também, no caso dos indígenas, eram intermediários os caciques, responsáveis por arregimentar em sua comunidade. Esta era a forma usual de prender o trabalhador na engrenagem, mesmo antes de entrar no estabelecimento: o *antecipo* era dado pelo *conchavador*, pessoa que não era empregada da empresa, geralmente um comerciante, portanto autônomo, mas que agenciava o trabalhador para o agente da empresa. O trabalhador entrava no local do trabalho já com uma dívida difícil de saldar.

Engenho

Havia uma hierarquia na submissão do trabalhador por parte das empresas. Os imigrantes europeus, poucos nessa região, geralmente ocupavam funções na administração dos empreendimentos ou estavam como colonos nos núcleos estabelecidos por companhias de colonização. Os *criollos* (os nacionais na Argentina e no Paraguai) desempenhavam as mesmas funções dos indígenas, todavia recebiam melhores salários, o que não os livravam das dívidas nos barracões e das amarras dos contratos verbais.

Juan Massé visitou um estabelecimento de engenho e algodoeiro na Colonia Benítez, no Chaco, próximo às cidades de Resistência e Corrientes. Ali de 600 a 700 trabalhadores, indígenas (não indica as etnias) e *criollos* correntinos (de Corrientes) cultivavam a cana e o algodão. O autor destaca os salários, chamando atenção para o modelo de administração desse estabelecimento, preferido pelos trabalhadores em vista do bom trato dispensado pelos administradores, especialmente o capataz, um suíço: pagavam $35 pesos mensais aos *criollos* para arar e outros trabalhos na terra, sem direito à comida; aos indígenas de $10 à $12 pesos para o mesmo trabalho. Aos *criollos* dava-se alojamento e aos indígenas sediam-se terrenos para estabelecerem seus barracos. Os valores pagos eram menores do que se pagava nos demais estabelecimentos, mas esse

51 Este termo aparece escrito de duas formas, a depender das fontes consultadas. Em Juan Massé é escrito *conchavador* (com V) e em José Niklison é escrito conchabador (com B). Isso pode denotar a maleabilidade da língua na fronteira, entre o espanhol (V com som de B) e o português. Nos ervais em território brasileiro também se utilizava este termo (com V).

era preferido pelas condições de trabalho e a forma de pagamento, que não era em vale, não havia *proveeduría*, tinha o descanso dominical e em dias de festa.[52]

Algumas empresas também estabeleciam hierarquia de gênero, geracional e de etnia entre os indígenas, uma engrenagem que buscava manter alto índice de produção e a submissão dos trabalhadores e trabalhadoras, como no engenho "La Esperanza".[53]

Na observação que fez nos engenhos em La Posta, San Pedro e La Esperanza, no Território Nacional de Jujuy, fronteira com a Bolívia, Massé notou o trabalho dos indígenas de etnônimoss "matacos", "chiriguanos" e "tobas", além de *criollos* de outras províncias argentinas e imigrantes europeus.[54] A fonte é reveladora da diversidade de etnias e culturas que, por conseguinte, formavam a cultura do trabalho nos engenhos do norte argentino. Os "matacos" citados por Massé é a denominação quechua, atualmente não utilizada, dada ao "Wichí", etnônimo do povo que habita historicamente o chaco ocidental boliviano e especialmente argentino, nas margens dos rios Pilcomayo, Bermejo e Itiyuro os quais descem das cordilheiras e desaguam no rio Paraguai. Os Wichí trabalhavam fundamentalmente nos engenhos de La Esperanza, Ledesma, San Isidro e San Martín del Tabacal.

Os Toba (também *Qom*) historicamente habitaram o chaco paraguaio e argentino (províncias de Chaco, Santa Fe, Santiago del Estero, Salta e Formosa). No início do século XX estavam aldeados na colônia de Nalpapí onde residiam com os Mocoví, e onde eram arregimentados para trabalharem nos *obrajes*, lavouras de algodão e engenhos. Essa localidade no Território Nacional do Chaco ficou marcada na história pelo massacre de Nalpapí, ocorrido em 19 de julho de 1924. Os indígenas e os *criollos* entraram em greve contra as condições de trabalho nas lavouras de algodão, especialmente contra um decreto do governador dos territórios de Chaco e Formosa, Fernando Centeno, que proibia a saída dos trabalhadores do território nacional. Esse decreto tentava assegurar braços para a lavoura e evitar a migração para outros territórios em busca de melhores condições de trabalho. Por ordem do governador, 130 policiais e civis dispararam contra os moradores levando à morte 423 pessoas, a maioria indí-

52 Idem, p.47.
53 Idem, p.77.
54 Idem, p.76.

gena.[55] A partir da metade do século XX, com o avanço da modernidade capitalista no campo e a crise das lavouras de algodão no norte argentino, muitos Toba migraram para as cidades da região.

Os Chiriguano se formaram como etnia da mestiçagem ameríndia no chaco boliviano do encontro dos Chané (também Chaná e Guaná), de orgiem Arawak, e os Guarani chegados do que viria a ser Brasil e Paraguai, ainda no período pré-hispânico. Os primeiros, Chané, por serem em menor quantidade, sofreram uma "guaranização" cultural e linguística, passando a predominar então aspectos dessa cultura, todavia formando um grupo distinto, etnônimo Chiriguano. Relatos do início do século XX, todavia, projetavam a extinção dessa etnia em vista da miscigenação com não indígenas, e na década de 1970 estudos apontavam para quão raro era encontrar Chiriguano no chaco boliviano. Combès e Villar apontam a contradição na decretação da extinção dessa etnia em vista da miscigenação, pois é, em si, uma cultura surgida do encontro ameríndio pré-hispânico, ou seja, da miscigenação, e que o contato com os não indígenas e com outros povos originários, bem como as relações sofridas, mesmo que de dominação, não impediriam a continuidade desta etnia, que atualmente na Bolívia pode estar representada nos grupos de língua guarani de etnônimos Ava, Simbá e Isoseño.[56]

Conforme Montani, os engenhos se constituíram como "cenários multiétnicos inéditos", pois para "os engenhos não só foram a maioria dos grupos chaquenhos – com exceção daqueles do extremo oriental e do norte –, senão também indígenas andinos e contingentes de *criollos*, e inclusive algumas empresas chegaram a contratar a modo de ensaio imigrantes de ultramar ('turcos', italianos, hindus e japoneses)."[57]

---

55 TRINCHERO, Héctor Hugo. Las masacres del olvido. Napalpí y Rincón Bomba en genealogía del genocídio y el racismo de estado en la Argentina. *Runa, archivo para las ciencias del hombre.* FILO/UBA, Buenos Aires, Vol.XXX, n.1, pp.45-60, 2009.

56 COMBÈS, Isabelle e VILLAR, Diego. Os mestiços mais puros. Representações Chiriguano e Cané da mestiçagem. *Mana: Estudos de Antropologia Social.* UFRJ/Museu Nacional, Rio de Janeiro, Vo.13, n.1, pp.41-62, 2007. A língua guarani não é homogênea, não é única e se difere a depender do grupo indígena, como estudado por Graciela Chamorro para os casos dos Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul e Paraguai: CHAMORRO, Graciela. "Povos indígenas guarani falantes no atual Estado de Mato Grosso do Sul (séculos XVI - XXI)." In: CHAMORO, Gaciela, COMBÈS, Isabelle (Orgs.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais.* Dourados-MS: Ed. UFGD, 2015, pp.293-322.

57 MONTANI, Rodrigo. El ingenio como superartefacto. Notas para una etnografía histórica de la cultura material wichí. In: CÓRDOBA, Lorena; BOSSERT, Federico e RICHARD, Nicolas (org.). *Capitalismo en las selvas: enclaves industriales en el Chaco y Amazonía indígenas (1850-1950).* San Pedro de Atacama: Ediciones del Desierto, 2015, pp.19-44, p.37.

O contato com os não indígenas e as novas relações de produção e de exploração à que foram submetidos os povos originários, contudo, transformaram também a interação desses com a natureza, antes de produção para o uso passou a ser produção para a troca: "Quando voltam trazem carregamentos de peles e plumas e vendem aos engenhos."[58]

Obraje

A extração de madeira no norte argentino na passagem do século XIX para o XX se constituiu como ponta de lança do capital na abertura de áreas para outras formas de exploração da terra e do homem que viria logo na rasteira deste. Naquele momento histórico a empresa *obrajera* tinha uma característica de interinidade que preparava o terreno para o advento de outro ramo de produção capitalista. Nem por isso a *obraje* deixou de ser, em si, um empreendimento autônomo, manufatura constituída de relações sociais complexas com base na cooperação simples e que precedia de investimento considerável de capital.

Por décadas a exploração do quebracho, na atividade *obrajera*, marcou a economia e a paisagem de uma imensa região, do pantanal mato-grossense, ao Paraguai e o chaco santafessino. Outras espécies de árvores também foram exploradas, todavia o que era mais rentável e que mais atraía capital e pessoas era o quebracho, pela qualidade da madeira (condensada e dura, daí a denominação de quebra-hacho/quebra-machado) muito apreciada nas construções e fábrica de móveis, e pelo tanino, subproduto extraído da madeira utilizado no curtimento do couro.

As terras baratas e ricas de quebracho, no norte argentino, atraíram exploradores na penúltima década do século XIX que em uma velocidade avassaladora, como é a do desmatamento, mudaram a paisagem percebida, já em 1904, por Juan Massé em Vera, departamento no norte de Santa Fé.[59]

A *obraje* constituiu-se em uma empresa que exigia pouco investimento em capital constante, além do domínio da terra que poderia ser por compra, arrendamento ou outras formas de apropriação de terras devolutas e indígenas. Conforme Juan Massé, os estabelecimentos deste ramo apresentavam pouca variação na grande região norte da Argentina e o

58 Idem, p.45.
59 Idem, p.160.

núcleo da propriedade *obrajera* se formava por ranchos de pau a pique, implantados desordenadamente em clarões na mata, dispersos, alguns possuíam uma construção maior de duas águas em que se organizavam a *proveeduría*, o escritório e nos fundos acomodações para o administrador: "quando se necessita de uma peça se faz (...), guarde ou não harmonia; faz-se como se quer em resposta à necessidade presente."[60]

Para fazer o trabalho de corte, beneficiamento primário da madeira e transporte, esses estabelecimentos pobres em matéria de infraestrutura exigiam volumoso capital variável e mão de obra diversa no que diz respeito à etnia e nacionalidade. Havia um sistema de empreitas, muito informal como quase todas as formas de contrato de trabalho nesse mundo. O capitalista acordava com o *contratista* determinada quantidade de toras medida em toneladas entregues nas *playas*, pontos de fácil escoamento próximos à ferrovia, estradas, picadas ou portos. O *contratista* pagava aos peões por produção e por tipo de atividade.

O trabalho era quase uma atividade humana básica de relação com a natureza, não fosse o objetivo do produto e a organização da produção: capitalista. Na atividade mais fundamental da empresa, que era o corte da árvore e o beneficiamento primário de tirar a casca e o alburno, o que mediava o trabalho humano com a natureza era o machado e o machete. A atividade exigia conhecimento prático adquirido por um trabalhador conhecedor do ambiente e experiente na operação da ferramenta primitiva. As funções secundárias de transporte do tronco também eram desempenhadas de maneira que exigia pouco investimento técnico, como o carro de tração animal e a abertura de picada, feita no machado e no machete. Mesmo a função mais valorizada naquele sistema, a do *labrador* que fazia dos troncos as vigas e palanques, era desempenhada com técnicas bastante primárias.

Além do *obrajero*, do *labrador* e do *carrero* tinha ainda outros trabalhadores na recepção das toras e vigas nas *playas*, como o *capataz* e ajudantes. Quando não havia carregamento a efetuar, aproveitavam o tempo para fazer lenha com as sobras de madeira. E esta não era uma atividade de menor monta, em que pese ser secundária: a lenha era fonte de energia essencial que gerava do fogo para o mate ao vapor para os barcos e locomotivas.

Nem todas as empresas *obrajeras* exploravam o tanino, no geral co-

60 Idem, p.167-8.

mercializavam a madeira em toras ou em vigas e palanques. Aquelas que se dedicavam também à extração do tanino tinham que contratar mais trabalhadores e, para tanto, investir mais capital. Como subproduto por vezes aproveitava-se nesta indústria a madeira que não servia para a exportação, como era o caso da empresa "La Zulema", em Santa Fe, à beira da ferrovia de Vera à Sábana.[61] Comparados aos trabalhadores mais bem pagos no corte e beneficiamento primário da madeira, como era o caso do *labrador*, os do tanino recebiam um salário melhor, em que pese estarem sob o mesmo sistema de superexploração.[62]

No *obraje* predominavam os correntinos, de 60 a 70 por cento conforme Massé, seguidos de outros argentinos de Córdoba, Entre Rios, Santa Fe e de paraguaios.[63] Indígenas também estavam nesta atividade: "não se faz com o índio senão exagerar a exploração que se comete com o cristão".[64] Da mesma forma que em outras atividades o contrato de trabalho também não existia, ou melhor, era oral e dependia da "boa fé". As grandes companhias, como a "La Forestal" de capital europeu que desde o final do século XIX atuava no norte argentino, especialmente em Santa Fe na exploração do quebracho e do tanino, faziam contratos por escrito e poderia haver menos abuso no valor das mercadorias na *proveeduría*.

A *proveeduría* fazia-se presente com suas artimanhas de fraudes nos preços e nas medidas. Como um enclave industrial a empresa *obrajera* procurava dominar a tudo e a todos, e uma das formas de dominação mais eficaz era garantir com que o circulo, desde a produção ao consumo e reprodução da força de trabalho, se encerrasse no seu próprio domínio. O *aviador* adiantava dinheiro, umas "rodas de lata que se supõe vale um peso", o trabalhador ia então à *proveeduría* converter esta mercadoria dinheiro em outras mercadorias, essas por sua vez eram sempre muito mais caras do que fora daquele domínio.[65]

Naquele mundo, todavia, a empresa não conseguia controlar a todos. Era um domínio prenhe de contradições que exigia maleabilidade do patrão e de seus imediatos, além da força armada e jurídica do Estado e da empresa. Ao abrir novas fronteiras para o capitalismo a empresa atraia para a região pessoas que tentavam ganhar a vida de diversas formas,

61 Idem, p.166.
62 Idem, p.162.
63 Idem, p.167.
64 Idem, p.41.
65 Idem, p.175.

e essa era uma contradição. Para os que tinham algum capital e prática, uma forma de ganhar a vida era o comércio ambulante. Neste quesito os "turcos" (forma generalizada de adjetivo pátrio para os imigrantes do Oriente Médio) e "judeus" pareciam predominar.[66] Esses caixeiros-viajantes percorriam os rios e estradas levando suas mercadorias para quem pudesse comprar, o que de certa forma quebrava a dependência do trabalhador em relação à proveedoría, e por isso esses comerciantes eram temidos pelos patrões porque vendiam os mantimentos a custos bem menores. Os proprietários dos obrajes tentavam reprimir esse comércio e as autoridades locais não reconheciam como legais. Alguns desses caixeiros-viajantes subiam os rios Paraná e Paraguai e chegavam a Mato Grosso, sendo denominados ali de "mascates" fluviais que aportavam nas vilas e cidades com seus produtos no barco que servia de casa e de loja.[67]

A *obraje* no chaco santafessino era um ambiente predominantemente masculino, de homens solteiros, o que não excluía a existência do trabalho de mulheres, especialmente nos povoados e vilas, como costureira, lavadeira e passadeira. Juan Massé[68] percebeu diferenças nesta composição em San Tiago del Estero. O *obrajero* santiaguenho era geralmente casado e levava a família para a *obraje*. Isso mudava também a vida no meio da mata, com a implantação do rancho com alguma estrutura (a "ramada"). O rancho *obrajero* fincado no meio da mata era pobre e se caracterizava pela transitoriedade própria daquele empreendimento.[69]

A *obraje*, como dito anteriormente, era uma empresa menos complexa administrativa e financeiramente, se comparada ao engenho, às fazendas de cultivo de algodão ou milho, as quais exigiam maior disciplina dos trabalhadores, dado a sazonalidade da produção que impunha a necessidade de cumprir tarefas em um tempo determinado, bem como a operação de certa maquinaria que, também, ditava o ritmo do trabalho. A menor complexidade da empresa *obrajera* levava a uma maior liberdade e autonomia do trabalhador na execução das tarefas, e isso parecia atrair homens para as matas.

Juan Massé perguntou para alguns *obrajeros* em Santa Fe se preferiam outro ofício, para o que responderam consensualmente que não. Um correntino disse: "Ah, senhor! O monte é a liberdade; o patrão, em Corriente,

66 Idem, p.176.
67 Ver OLIVEIRA, op. cit., p.59.
68 Op. cit., p.181.
69 Idem, p.173.

é amo; a debulhadora é a escravidão e a ruína (...); aqui não trabalho mais do que eu quero", e depois de um dia de trabalho na debulhadora de milho em Corrientes "não há vontade de comer nem de dormir". Massé fez a mesma pergunta a um paraguaio que respondeu em um espanhol truncado: "Quando bom patrão se tem, na mata é muito bom estar, melhor que tudo; muita bebida e dinheiro se tem: debulhadora é má, patrão é mau: paraguaio trabalha e não ganha".[70] Por fim, um *carrero* de uns trinta anos, correntino, expressou: "Eu não quero outro ofício: carregar, adestrar novilhos e viver livre".[71]

A empresa *obrajera* estabelecida no chaco argentino, paraguaio e brasileiro, como apontado acima, explorava essencialmente o quebracho, árvore típica da região e muito requisitada para madeira e extração do tanino. No Alto Paraná argentino, região de Misiones, no Paraguai oriental, no oeste e sudoeste do estado do Paraná e sul do antigo Mato Grosso a vegetação se alterava e oportunizava outras formas de exploração capitalista. A empresa *obrajera* ali extraia outro tipo de vegetação e outro ramo de indústria extrativista se abateu sobre a região: a indústria ervateira.

Nas fontes os *Obrajes* e ervais: trabalhadores da mata atlântica

A flora da região de Misiones, especialmente mais ao norte e na fronteira com o Paraguai (departamento de Alto Paraná) e Brasil (estados do Paraná e Mato Grosso - sul) era constituída da floresta subtropical Mata Atlântica de interior, bioma que ainda persiste em alguns espaços e que cobria grande parte do território brasileiro, norte argentino e sudeste paraguaio. Nesta região a exploração da madeira nos *obrajes* destinava-se à construção, confecção de móveis e para a queima (lenha), com espécies como: cedro, lapacho (ipê-roxo), loro (provavelmente o louro-pardo), canafístula, incenso e ibirapiré (sete-capotes ou araçá-do-mato). Os ervais compunham parte desta vegetação na bacia do rio Paraná, no Alto Paraná argentino, no sul e sudeste do Paraguai e na parte mais ao sul do Brasil, percorrida por este caudal e seus afluentes (região do atual Mato Grosso do Sul, fronteira com o Paraguai e divisa com o estado do Paraná, e deste estado na fronteira com o Paraguai e a Argentina).

---

70 "Cuando buen patrón teniendo, monte muy bueno estando, mejor que todo; mucha caña bebiendo y plata teniendo: trilladora mala, patrón malo: Paraguay trabajando y no ganando."

71 MASSÉ, Op. cit., p.172.

Obrajes

José Niklison – que percorreu a região entre outubro de 1913 e março de 1914 – observou que as empresas *obrajeras* em Misiones não se diferenciavam das do Chaco, analisadas por Juan Massé em 1904, o qual caracterizou como "negócio passageiro" e não como uma indústria e, com raras exceções, "não existia industrialismo proativo e honesto".[72] A exploração da floresta era feita de forma que garantia o maior lucro em menor tempo possível, portanto com pouco custo e de forma predatória. A destruição da floresta era avassaladora ao passo que em trinta anos, anteriores à 1914, teria ocorrido a devastação de cerca de sete léguas de mata de uma única margem do rio Paraná.[73]

As condições de vida e trabalho também se assemelhavam com as dos estabelecimentos do norte, com a presença indelével da *proveeduría* e do *conchavador*, e a relação de dependência que este sistema imprimia ao trabalhador.

Com duas exceções (Puerto Segundo e Puerto León), conforme o autor, os *obrajes* do Alto Paraná eram semelhantes entre si: o porto "com sua correspondente planchada" (rampa natural formada pelo declive do terreno em direção ao rio), "casas e depósitos da administração, parte ao interior a 'picada maestra' [picada principal], a grande artéria do *obraje* e dela irradiam as 'picadas maestrillas' [picada secundária ou *gajos*] em direção aos lugares da selva mais ricos em madeira" e destas as picadas menores (denominadas *picos*). Contavam ainda com pequenos estabelecimentos onde poucas pessoas controlavam de forma primitiva a contabilidade.[74]

Os trabalhadores eram classificados segundo as tarefas que desempenhavam. Os *picaderos* eram duplas de trabalhadores responsáveis por abrir as picadas. José Niklison salienta que em Porto Artaza e Santa Helena (Paraná, Brasil), Ñacunday no Paraguai, e Puerto Segundo na Argentina, tinham "magníficas picadas que se cuidam com esmero", que adentravam o interior dos *obrajes*.[75] Os *volteadores* ou *empleiteros* eram duplas que trabalhavam por conta própria (daí a denominação de empreiteiros) e iam de machado ao ombro para derrubar a árvore identificada pelos

72 Idem, p.123.
73 Idem, p.124.
74 Idem, p.133-4.
75 Idem, p.119.

descubierteros que "de uma só olhada medem a árvore e sabem do esforço que demandará para derrubá-la, a forma e o lado que irá cair de maneira que se economize no tempo e seja seguro". Os *labradores*, também em dupla, trabalhavam a árvore derrubada, deixando-a aprumada e alinhada, sem calombos e sem marcas da lâmina do machado, por fim deviam colocar a madeira em "franquia", ou seja: "em condições de serem transportadas ao porto" pelos carros de "alzaprima". Cada carro era puxado por oito mulas, conduzidos nas picadas pelos *carreros*. Os *cuarteadores* ajudavam os carreros na colocação da carga de madeira no carro: "quase todos são crianças, porém não tão pequenas como os 'madrineros' das tropas de mulas [dos ervais], rivalizam com os homens em habilidade e resistência para o trabalho".[76]

No porto da empresa *obrajera* os *mensús* eram encarregados de levar a madeira até os *jangaderos*, conduzindo os grossos troncos ou vigas no plano inclinado (na *planchada*). Também tinham a incumbência de descarregar a mercadoria da *proveeduría* dos navios com destino ao *obraje*, e podiam ainda ser requisitados pelo patrão a desempenhar temporariamente outras tarefas. Trabalho árduo, mas que permitia certa maleabilidade no tempo: "Os capatazes permitem 'tonguear' [descansar] de quando em quando, e eles sabem aproveitar esta permissão". Os *jangaderos* ou *embalsaderos* eram responsáveis por receber, no rio, as toras que deslizavam na *planchada*. Aguardavam em uma frágil balsa e quando a água se acalmava – após o impacto da tora e quando esta boiava na superfície – o *jangadero* pulava no rio "vestido, não tira nem o chapéu nem o costumeiro lenço de pescoço". A nado chegava à tora e subia na mesma, equilibrando-se passava a governa-la com os pés até que se juntasse às demais toras já alinhadas, formando uma grande balsa catre de até 1.200 toras flutuantes. Terminado um catre, se iniciava outro. Esses eram conectados em um pequeno vapor que descia o rio Paraná rumo aos mercados consumidores. Nessas balsas de toras se instalavam os peões tripulantes, com suas tendas para se protegerem na longa viagem.[77]

Em atividades secundárias existiam ainda os *carpinteros* e *herreros* que fabricavam no próprio estabelecimento o material de transporte, ferramentas e instrumentos de produção. Os *rozaderos* eram os responsáveis por fazer e cuidar dos roçados, espaços limpos em meio a selva ou nas margens das picadas onde se cultivavam produtos como milho,

76 Idem, p.114-7.
77 Idem, p.116.

feijão, mandioca, tabaco e, por vezes, a cana-de-açúcar. Utilizava-se a técnica guarani na preparação do terreno e no plantio que consistia em derrubada, queima para limpa e em seguida semeava-se com a ponta de um pau "palo en punta de los guaraníes".[78] Os *pindoceros* extraíam as folhas da palmeira "pindó" para fazer forragem para os animais, e dada a exploração, conforme José Niklison, essa espécie de palmeira dava sinais de escassez. Por fim, os *leñadores* trabalhavam por produção e extraiam lenha para servir ao *obraje*, mas também enviava-se para Posadas e outros povoados, bem como vendia-se aos vapores de carreira alimentados por carvão.[79]

Na mediação direta com esses diversos trabalhadores, estava a figura do *capataz*. Sua fama era de homem mau, atroz, todavia, conforme José Niklison, não se pode desconsiderar que poderia haver capataz com essas características, mas os que ele conheceu não eram assim, e sim "homens bons", "mansos", que "estimam os peões": "Esses capatazes são muito mais trabalhadores do que patrões".[80]

Ervais

O inspetor José Niklison esteve no Alto Paraná no período da entressafra nos ervais de Misiones. As impressões por ele registradas consideraram então o trabalho no Paraguai e no Brasil, que estava ativo quando da sua estadia em janeiro de 1914. Segundo Niklison a apresentação da pesquisa ao governo argentino (na fonte em foco) foi feita a partir do registro da "observação direta e imparcial", sem correção, pois de outra maneira seria "despojá-las de sua sinceridade e do valor da coisa vista e fortemente sentida". Mesmo particularizando a descrição aos locais que estavam em operação a exploração dos ervais, no Paraguai e no Brasil, a narrativa salienta que a forma do trabalho era igual ao de Misiones e de toda a região, daí o caráter de "generalização indispensável aos fins que se perseguiam" com a pesquisa.[81]

Os ervais no estado do Paraná (Brasil), no departamento de Alto Paraná (Paraguai) e na região do Alto Paraná (Argentina), e até 80 quilômetros saindo do rio em direção ao interior, nas proximidades do rio

78 Idem, p.120.
79 Idem, p.121.
80 "Esos capataces les pertenecen mucho más a los trabajadores que a los patrones". Idem, p.114
81 Idem, p.89

Ñacunday e no estabelecimento de Domingos Barthe, conforme Niklison, constituíam-se de árvores de porte entre 12 e 15 ou mais metros, uma altura que dificultava o trabalho do *mineiro* (ou *tariferos*) que escalava o tronco com correias nos pés,[82] se apoiava nos galhos e com o machete fazia a poda: "Ao término da tarefa, esses homens, completamente extenuados, apresentam numerosas feridas e escoriações no tórax, braços e nas pernas produzidas pelos galhos das árvores na perigosa operação de poda". Os ervais de Mato Grosso e de Villa Concepción, San Estanislao, San Pedro e de Tacurú Pucú (da *Industrial Paraguaya*) eram compostos, salvo exceções, de árvores de porte baixo (não mais que cinco metros), ramificadas e de copa cheia, o que facilitava o trabalho do *mineiro* que podia fazer a poda do chão. Da mesma forma, os ervais novos, de cultivo, que existiam em San Pedro e Tacurú Pucú.[83]

Os ervais nativos encontravam-se no meio da selva agrupados em "manchones" (capões ou manchões). José Niklison afirma ter visto manchões de até 30 quilômetros quadrados no erval "Laureal", na desembocadura do rio Ñacunday (Paraguai). Os manchões adquiriam maior extensão nas margens dos rios e arroios que corriam para o rio Paraná, formando a mata ciliar. O narrador observa, no entanto, que "Devido ao antigo sistema de poda, que consistia em despojar as árvores de suas folhas a cada três anos e também aos frequentes incêndios de matas originados pelas vegetações rasteiras de fácil combustão" os manchões não apresentavam, em 1913, "aspecto compacto que seguramente apresentavam" em tempos não muito anteriores ao início do século XX. Em uma área de quatro léguas quadradas Niklison calculava uma produção de seis a sete mil arrobas de erva canchada (ou "mboreviré"): "Na mesma extensão, nos primeiros tempos da exploração ervateira, se canchavam 20.000 arrobas". A redução da produção estava levando os industriais paraguaios a aumentar para cinco anos o intervalo entre as podas e a estabelecer regulamentos que previam multa ou punição judicial aos peões que podassem as árvores de forma a impedir seu desenvolvimento.[84]

O *rancho*, designação paraguaia que se proliferou na região, era a estrutura montada no interior dos ervais. Designado o lugar em que se iria trabalhar, estabelecia-se o *rancho* geralmente na margem de um arroio, procedendo a limpeza de um quadrado de 150 metros de cada lado. O

82 Idem, p.97-8.
83 Idem, p.89-90
84 Idem, p.90-1 e 97

que Niklison visitou em "Nacundaý" (Ñacunday) "se estendia em um plano suavemente inclinado desde as imensas árvores da selva, até a corrente de água". As construções de madeira constituíam-se do *barbacuá* e do *noque* com cobertura anexa destinada ao cilindro de moagem, a balança de gancho (balança romana) e o curral de mulas. Entre o *barbacuá* e o *noque* se levantavam as casas para o *urú* e os *guaynos* – "as melhores sem dúvida" –, enquanto as dos *mineiros* eram cabanas de pindó (tipo de palmeira) e taquara já dentro da mata, não muito distante do núcleo principal. Quando o trabalho tinha que ser feito em distâncias maiores, a *comitiva* se desdobrava e instalava a balança (romana) em um ponto intermediário entre o núcleo do *rancho* e o limite da área de exploração. As casas dos *mineiros* aí estabelecidas se amontoavam no entorno da balança "que neste caso substitui o 'barbacuá' como lugar de recepção para os "raídos".[85]

Na entressafra,[86] os homens trabalhavam por conta da empresa ervateira ou por conta própria. Quando da observação de Niklison ainda persistia um antigo costume das empresas obrigarem as *comitivas* a efetuarem as tarefas de preparação do rancho, paralelo a outras atividades como a abertura ou manutenção de *picadas*, "sem outra remuneração que a do mesquinho sustento". Para essas tarefas eram utilizados os peões que permaneciam com dívidas após o fim da safra, não podendo sair do estabelecimento a espera da próxima safra quando tentaria pagar suas dívidas. Com a demanda crescente pelo produto, ao mesmo tempo em que se dava o decréscimo na produção pelo extrativismo irracional, as empresas passaram a ocupar mais trabalhadores no período de preparação e a ocupar mais o tempo desses, pois a estrutura passou a ser mais complexa do que as frágeis construções de taquara, bambu, folha de palmeira e couro: "acentua-se a preocupação em melhorar os detalhes da elaboração" que no *rancho* passou a conceber a introdução de ferramentas como o *barcacuá*, cilindro para o *canchavo* e o *noque*. Ao passo que, segundo Niklison, em quase todos os estabelecimentos paraguaios e brasileiros, naquele período, nos *ranchos* eram erguidas construções estáveis de madeira.[87] Esses lugares, ou alguns desses *ranchos*, tornaram-se vilas ou reservas indígenas demarcadas na década de 1920 pelo governo brasileiro em Mato Grosso, como indicado por Antônio Brand e Fernando

85 Idem, p.92

86 A safra na Argentina era de março a agosto, no Paraguai de janeiro a agosto e no Brasil era contínuo. Idem, p.59.

87 Idem, p.91 e várias.

Almeida, justamente por concentrarem população indígena na colheita da erva.[88]

Os ervais dependiam da administração situada no porto,[89] lugar de onde se despachava a produção e onde se recebia os víveres, "las provistas". No mesmo porto desembarcavam "os peões contratados em Posadas pelos conchavadores" e também no porto esses trabalhadores embarcavam em direção ao *rancho* onde eram recebidos pelo *habilitado*, pessoa responsável pela coordenação dos trabalhos. O *habilitado* recebia dos patrões por arroba de erva produzida e pagava aos trabalhadores conforme a tarefa e a produção. Os novos trabalhadores *conchavados* se juntavam com os *mineiros* que permaneceram no rancho na entressafra. O trajeto entre o porto de desembarque e o destino (o núcleo do *rancho*) era feito em carros de boi, do tipo polacos (muito utilizados na região), e a pé. José Niklison faz referência ao caso do estabelecimento de Domingo Barthe, em Santa Helena (Brasil), que transportava os trabalhadores em carros de boi polacos,[90] e as 10 léguas de trajeto que não se permitia a circulação dos carros eram percorridas a pé. Neste trajeto o administrador do estabelecimento Barthe permitia o transporte de mulheres, crianças e os equipamentos dos trabalhadores em mulas fornecidas pela empresa.[91]

Um grupo de 28 a 30 trabalhadores no erval, a *comitiva*, estava sob a direção superior e vigilância do *habilitado* e era constituído de um *urú* (responsável por tostar a erva no *barbacuá*), dois *guaynos* (ajudantes do urú), um *capataz de tarifero*, dez *tariferos* (também denominados de *mineiro* ou *macheteiro* por operar o machete na poda da árvore de erva-mate), um *cozinheiro* e um *pindocero* (encarregado da extração de folhas da palmeira "pindó" utilizada na alimentação dos muares). Quando a exten-

---

88 BRAND, Antônio, ALMEIDA, Fernando Augusto Azambuja de. "Os Kaiowá e Guarani em tempos da Cia Matte Larangeira: negociações e conflitos". In: *XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina-PR, ANPUH, 2005, pp.1-8, p.2.

89 Em que pese esta generalização compreender a produção no Alto Paraná argentino, a produção da região do Sul de Mato Grosso para a fronteira com o Paraguai, como da *Cia. Mate Larangeira,* não tinha necessariamente o porto fluvial como ponto fulcral para a organização do trabalho, pois o transporte era feito em longo curso por terra em carros de boi até Concepción, Porto Murtinho e também uma travessia mais ao sul entrando em Misiones via *Iguazu*. Ver: QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. "O livre comércio entre Matogrosso e o Paraguai (1872-1898)". In: *XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13aConferência Internacional de História de Empresas.* Niterói, pp.1-34, 2017. Disponível em http://www.abphe.org.br/congresso/xii-congresso-niteroi/resultados.

90 Conforme Niklison, o sistema fora introduzido por Domingo Barthe em Santa Helena e se espalhou pela região. Idem, p.107.

91 Idem, p.93

são do erval a ser explorado exigia o desdobramento do *rancho*, a comitiva desse desdobramento, denominada "comitiva do romaneo", organizava-se com um capataz, dez *tariferos* e um cozinheiro.[92] Por ser um ofício que exigia experiência e atenção, para não estragar a erva (queimar de mais ou de menos), os *urús* eram os trabalhadores melhor remunerados e inclusive eram agradados pelos *habilitados* ou patrões, o que não quer dizer que eram bem remunerados. [93]

E assim começava a labuta: "São três da manhã. A vida e o trabalho começam no 'Rancho'. Homens e mulheres se amontoam em torno dos fogões para saborear, meio dormindo ainda, o estimulante chimarrão, enquanto é temperado, através de paciente manipulação, o revirado – ou 'revivo' como se diz por aqui – do café da manhã".[94] Ao nascer do sol os *tariferos* seguiam para o *manchón*. Os que tinham esposas iam acompanhados de suas mulheres que labutavam desempenhando a função de *guaynos*. Ao chegar no local da colheita "preparam e acendem o fogo para *sapecar* ou chamuscar a erva cortada no dia anterior". Também do dia anterior já ficara disposta a lenha para alimentar o fogo do *sapecador*. Terminado o trabalho de sapecar "arma-se o *raido* que o tarifero é obrigado a conduzir sobre as costas há uma distância de mil e quinhentos a dois mil metros". O fardo (o *raído*) pesava entre 150 e 200 quilos, o que exigia habilidade e força do *tarifero*, e se transformou em uma das representações mais divulgadas pelos contemporâneos e pela historiografia que destaca a superexploração do trabalhador com o corpo deformado pelo fardo: "Não se esquece a atormentada silhueta desses homens (...) em lenta marcha com os braços ao alto e as mãos entrelaçadas sobre a cabeça", levando o fardo para o *barbacuá* e a *romana*.[95]

Ainda logo pela manhã, quando os *tariferos* partiam para a tarefa diária, os *troperos* equipavam as mulas e iam para o *romaneo* distante, quando dos desdobramentos da *comitiva*, para trazer ao *barbacuá* a erva *sapecada*.

---

92 Idem, p.94

93 Idem, p.103

94 Idem, p.94. O revivo (ou reviro/revirado) é um tipo de bolo frito feito de farinha de trigo, sal, água e gordura animal ou manteiga que ainda faz parte da culinária da região.

95 Idem, p.95. Nesta mesma passagem Niklison observa que nos centros de conchavo do Ato Paraná os *tariferos* com mais de dez anos de trabalho estavam impossibilitados de desempenhar qualquer atividade que exigisse o menor esforço: "Fisicamente deformados, consumidos 'lastimados' como eles mesmo dizem com voz acentuada e olhar impregnado de profunda tristeza."

A torrefação da erva durava até 12 horas, para tanto os *urús* e os *guaynos* varavam a noite no trabalho. Pela manhã descarregavam do *barbacuá* a erva torrificada, quantidade que podia chegar a 300 arrobas, e colocava em *ponchadas* onde era transportada em quantidades de 8 a 10 arrobas para o cilindro do *canchavo* ou *moenda*. O peão encarregado do cilindro, o *cilindrero*, efetuava a moenda e levava em grandes bolsas a erva ao *noque* (denominação brasileira para o local de depósito da erva moída) ou *perchel* (denominação paraguaia). O mesmo peão *cilindrero* depositava a erva solta em um recipiente onde era socada por um *atacador* (pau redondo e grosso de cerca de dois metros).[96] O trabalho, portanto, consistia em primeiro sapecar a erva e depois colocá-la no forno (no *barbacuá*). O cilindro, introduzido na região na primeira década do século XX, substituiu o árduo trabalho de *canchar* (triturar) a erva tirada do *barbacuá*, trabalho que era realizado manualmente pelo *tarifero* com um pedaço de madeira.[97]

A pausa para o almoço iniciava-se geralmente as onze e meia, quando se comia o *yporá*, momento em que se reunia os alimentos que cada um fizera no seu rancho e comia-se de forma coletiva. O *habilitador* era o único que tinha cozinheiro, denominado de *dependiente*, homem que desempenhava diversas tarefas de administração (como anotar os gastos dos peões) até cortar lenha.[98]

Retomava-se o trabalho às 15 horas: o *tarifero* podava as árvores, o *urú* e os *guaynos* coletavam lenha para o forno do *barbacuá*, carregado com as primeiras arrobas de erva do dia, e assim seguia o trabalho durante a noite em intervalos de uma hora, até completar a carga suportada pelo *barbacuá*, permanecendo aí a noite toda, por 12 horas.[99] No *"regulamento ou condições de trabalho (...)* estampado na primeira página da caderneta dos trabalhadores" dos ervais do Paraguai, havia uma cláusula que obrigava o *tarifero* a também fazer a limpa da árvore, antes da poda, atividade que consistia em eliminar as trepadeiras como o cipó abundante nas matas ciliares. Cada árvore produzia de 3 a 4 arrobas de folhas verdes, que depois de sapecadas e somadas chegava a 18 arrobas.[100]

No final do dia

96 Idem, p.96
97 Idem, p.104
98 Idem, p.96.
99 Idem, p.97.
100 Idem, p.98.

> Regressam ao descanso de suas cabanas, em pesados e lentos passos, quase perdidos no frio da penumbra. A comida miserável o 'yipará' é breve. O movimento decresce, as vozes e ruídos se apagam, e no silêncio e na quietude emotivos o 'barbacuá' resplandece destacando com viva luz as três grandes figuras do acampamento em repouso: 'o urú' e seus dois 'guaynos'.[101]

José Niklison observa diferenças na organização da jornada nos ervais do Brasil e do Paraguai. No primeiro caso, o sistema *tiní* (do guarani "calor forte") consistia em começar a poda no clarear do dia, quando as árvores estavam molhadas de orvalho. Levava-se a erva ainda molhada para sapecar ou chamuscar, em fogão improvisado pelo próprio *tarifero* próximo às árvores em poda. Por este sistema a erva começava a ser sapecada por volta das nove horas da manhã, horário que permitia ao *tarifero* "repicar", ou seja, repetir a tarefa anterior produzindo mais algumas poucas arrobas. Este sistema, conforme o autor, era ainda mais prejudicial ao trabalhador porque expunha-o à umidade do orvalho e ao calor do fogão de sapecar. O sistema *veintecuatro* era o mais utilizado no Paraguai e preferido dos grandes ervateiros, e considerado o melhor pelo autor. Nesse sistema o corte começava às quatro horas da tarde, depois que se preparou o fogão para sapecar, e terminava no por do sol. Quando o tempo permitia, fazia-se o *sapecado* no início da noite e mais corrente no início da manhã (quatro ou cinco horas da manhã). Em seguida procedia ao *despunte* que consistia em separar os pequenos ramos dos grossos, e por fim os *raídos* eram conduzidos ao *barbacua* por volta das dez horas da manhã.[102]

Em escassos trechos Niklison faz referência às mulheres que acompanhavam seus companheiros, por vezes com filhos, e desempenhavam funções como a de *guayno*,[103] como no estabelecimento paraguaio Ñacunday, de exploração ervateira e *obrajera*, que tinha uma população traba-

---

101 Idem, p.99. "El trabajo del día ha terminado en la parte susceptible de término." / "O trabalho do dia terminou no tempo aceitável, mas não é o fim / acabou sem acabar"

102 Idem, p.100.

103 Idem, p.97. Em outro lugar o autor salienta que "a imensa maioria dos 'tariferos' tinham companheiras, seus 'guainos' na safra" (p.110)

lhadora de cerca de 715 pessoas, sendo 112 mulheres e 143 crianças.[104]

Existiam ainda outros trabalhadores que garantiam o escoamento da erva do *rancho* até o porto de embarque para os mercados consumidores, feito por tropas de 25 mulas carregadas, 2 de reserva, 3 para uso de um capataz, um peão de tropa e um *madrinero*. As mulas carregavam até 161 quilos, divididos em duas bruacas de couro, isso no caso das tropas paraguaias, pois Niklison observou que no estabelecimento argentino de *Núñez y Gibaja*, em Puerto Esperanza, uma tropa chegou da localidade de Barracão, estado do Paraná (Brasil), a 28 léguas de distância, com os animais carregando mais de 200 quilos cada um.[105]

Posadas, capital do território argentino de Misiones, era o mercado central que fornecia braços para os ervais e *obrajes* na Argentina, Paraná e Mato Grosso no Brasil, e Paraguai. Outros centros (em ordem de importância) eram Candelaria, Santa Ana e San Ignacio, portos localizados no rio Paraná em direção à Foz do Iguaçu. Contratava-se também em Encarnación, cidade paraguaia em frente à Posadas, e em Barracón, na fronteira com a localidade homônima no estado do Paraná, Brasil, mas em pequena escala: "ponto de escasso significado" no fornecimento de mão de obra.[106]

Posadas era o centro nervoso aonde chegavam homens em busca de trabalho a espera dos *conchavadores*, de onde saíam rumo aos *obrajes* e ervais, e para onde voltavam nos dias de liberdade: "Porque a verdade é esta: o peão suporta a lei do mais duro dos trabalhos, aniquila sua saúde no seu ofício e sucumbe, jovem ainda, ao peso do ofício, pela *única e exclusiva* recompensa desses dias de liberdade obtidos de tempos em tempos!".[107] Em 1913 o porto de Posadas registrou a entrada de 4.327 peões, sendo 2.164 argentinos, 1.298 paraguaios e 865 brasileiros. Esses trabalhadores vinham de diversas regiões para Posadas em busca de *conchavadores*. No mesmo ano, o porto registrou a saída de 4.077 trabalhadores das seguintes nacionalidades: argentinos (2.039), paraguaios (1.223) e brasileiros (815). José Niklison chama atenção para o fato de que esses números não eram exatos porque a prefeitura contabilizava apenas os passageiros de segunda classe dos vapores, e que havia um fluxo de passageiros peões de primeira classe que pagavam até o dobro no valor da passagem, para garantir vaga para Posadas. Neste sentido o inspetor su-

104 Idem, p.59.
105 Idem, p.105.
106 Idem, p.53.
107 Ibidem.

gere um acréscimo de até 10% no número final. Em Candelaria, no mesmo ano de 1913 a administração do Porto registrou o seguinte movimento: Entradas 398 sendo 265 argentinos, 94 paraguaios e 39 brasileiros; saídas 436, sendo 297 argentinos, 98 paraguaios e 41 brasileiros. Em Santa Ana: entradas 300 (202 argentinos, 9 paraguaios e 89 brasileiros), saídas 184 (114 argentinos, 2 paraguaios e 68 brasileiros). Aqui, a maior quantidade de brasileiros podia ser em vista da proximidade da fronteira.[108] O movimento de entrada e saída nesses portos era praticamente constante o ano inteiro, com uma breve elevação nos períodos de safra.

Percorrer a região do porto de Posadas, pelo olhar de Niklison, é desatar o nó que desencadeia o sistema de exploração do trabalhador nos ervais e *obrajes*, pois era ali que se dava o *conchavo*. O bairro operário de Posadas se estendia do centro em direção ao porto, lugar denominado de Bajada Vieja. Ali estavam as construções de madeira, onde também funcionavam as tabernas e bordéis. As portas de comércio se multiplicavam nas ruas do bairro, com portas abertas a mostrar o produto mais comercializado: a bebida alcoólica. Nas mesmas casas, não tão aparente, ficava também o comércio da prostituição. Neste bairro e no Porto era onde residiam os peões no tempo em que ficavam em Posadas, em busca de emprego ou na volta das internações nas matas. Nos bordéis e nas ruas, muitas vezes alcoolizados, os peões eram prenda fácil para os exploradores do trabalho. O *conchavador*, que conhecia individualmente aos trabalhadores, chegava com o *antecipo* e logo tinha a palavra do peão. A partir da entrega do dinheiro na condição de *antecipo* o peão passava a pertencer ao *conchavador*, o qual não o perderia de vista até o seu embarque. Depois da primeira entrega de dinheiro, vinha outra e outra..., comprava-se ainda roupa de trabalho e de passeio, lenços de seda, perfumes e presentes para as mulheres, maior parte companheiras de um momento. Nas compras, o peão era roubado na matemática do comerciante.[109]

Em Posadas – conforme a polícia, fonte de informação para Niklison – existiam 19 *conchavadores* de diferentes nacionalidades. Os "turcos", no total de 6, eram os que tinham melhor êxito na contratação. Esses eram também proprietários de pequenos e grandes comércios em geral. Em Candelaria existiam 2 *conchavadores*. Em Santa Ana eram 3, sendo 2 argentinos e 1 brasileiro, que contratavam para as firmas *Domingo Barthe* no Paraguai e *Diego P. Krieger* em Misiones. Em San Ignacio 2 *conchava-*

108 Idem, p.56-8.
109 Idem, p.54.

dores. Os *conchavadores* recebiam de $3 a $5 pesos por peão contratado, e outros valores conforme a empresa que utilizava de seus serviços. Quando de algum conflito entre peões e *conchavadores* antes do embarque, as autoridades do porto eram chamadas a dirimir.[110]

Os contratos, da mesma forma que na região do chaco, visto anteriormente, se faziam verbalmente por um período de seis a oito meses, mas podia-se prolongar o trabalho até que o peão conseguisse pagar o *antecipo* com trabalho. Os trabalhadores saíam de Posadas muitas vezes sem saberem ao certo as condições de trabalho, como: jornada, quantidade e qualidade da alimentação... alheios à nova situação e alheios também quanto a dívida que assumiam no *antecipo*.[111]

José Niklison salienta que havia queixas dos industriais em relação ao serviço dos *conchavadores*, pois alguns destes incentivavam os peões a fugirem em poucos dias depois da chegada ao local de trabalho, deixando a divida do *antecipo*, o que levava as empresas a novamente contratar os serviços dos *conchavadores* e assim aumentar os lucros desses.[112]

Os *conchavadores* instituíam agentes que vigiavam os peões nas embarcações para evitar fuga, que não eram raras especialmente a noite nas proximidades dos portos. O inspetor Niklison presenciou uma dessas fugas a bordo do vapor *España*, quando três peões fugiram da embarcação em frente à Encarnación, saída de Posadas, em 24 de dezembro de 1903. Os peões que fugiam dos barcos ou dos lugares de trabalho percorriam um porto a outro por terra, "abrindo picadas com seus inseparáveis machetes, ou pelo rio, valendo-se de 'guaviroas' (pequenas canoas feitas com troncos e talhadas a fogo) (...). Se utilizam também de madeiras flutuantes e de pequenas balsas, construídas de taquara..."[113]

Chegados ao porto de destino, e após breve permanência, os trabalhadores eram levados para o interior dos ervais ou *obrajes*. Outros ainda eram destinados às tarefas do porto. Em alguns estabelecimentos o transporte dos trabalhadores até o local de extração era feito em carros de boi, todavia na maioria dos estabelecimentos os trabalhadores iam a pé em percursos longos. Para deixar os locais de trabalho também se dava o mesmo: a pé.[114]

---

110 Idem, p.57-9.
111 Idem, p.55-6.
112 Idem, p.59.
113 Idem, p.63-4.
114 Idem, p.65.

Considerações finais

Nos registros do inspetor Niklison, sobre o trabalho no Alto Paraná, o indígena aparece nas entrelinhas ou em esparsos trechos, diferente dos registros de Massé para o norte argentino ao descrever com detalhes o trabalho indígena nos engenhos e *obrajes*. Essa ausência de maiores detalhes da presença indígena nos ervais e *obrajes* na fronteira Argentina-Brasil-Paraguai não significa que Niklison ignorasse a presença dos povos originários como mão de obra. Reconhece a presença em Puerto España (Paraguai), na empresa *Victoriano Benítez* e em Puerto Tacurú Pucú, também no Paraguai, empresa *La Industrial Paraguaya S.A.* Uma explicação para esta ausência nas observações do inspetor está nas formas de *conchavo*, que entre os povos originários parecia não se dar nos portos investigados pelo narrador. Como os indígenas estavam nos territórios ervateiros, o contato e o aliciamento se davam na própria comunidade, por vezes sob a mediação do chefe indígena, como o era no chaco descrito por Massé.

Outra explicação dessa ausência é a dificuldade em se estabelecer diferenças entre indígenas e *criollos* na região ervateira. Niklison chegou a afirmar que não encontrou "operários no Alto Paraná que não paraguaios de nacionalidade ou argentinos de Corrientes ou Misiones", brancos e "cobrizos".[115] Correntino, misioneiro e paraguaio não eram tão diferentes, e uma das características físicas que identificava essa população, conforme o inspetor, era a cor da pele acobreada/bronzeada ("cobrizos"). Outro aspecto que também dava coesão e distinguia a população da região era a língua guarani que parecia predominar nas relações de trabalho e cotidianas. Quando Niklison viajava com dois peões em uma canoa, os *mensús* de portos à beira do rio gritavam em guarani, "o idioma da região", "desejando boa viagem e perguntando qual era o antecipo" com que os viajantes fugiam. Essa passagem denota a característica "alegre" ressaltada pelo inspetor para os trabalhadores do porto, e a resistência na forma da fuga levando consigo a dívida do *antecipo* ("qual era a importância com que fugiam?"), mas também descortina outros indícios históricos desses homens: a cultura predominante na região, o guarani na língua e em outras manifestações.[116]

A fluidez da fronteira, portanto, não era só política e econômica, mas

115 Idem, p.127.
116 Idem, p.115.

também cultural. E no início do século XX, para esses agentes do Estado argentino ansiosos da racionalidade, aspectos culturais e sociais deveriam ser medidos "cientificamente", daí Massé mensurar o porte e a força física, descrever com detalhes os indígenas e não indígenas. Para ele, a região e as populações eram um grande laboratório.[117]

Essa perspectiva também levou Niklison a recorrer a um escrito de Cecilio Báez, intelectual, advogado e político liberal paraguaio da passagem do século XIX para o XX que identificava o "atraso" da nação paraguaia na "tradição" ditatorial dos primeiros governos independentes, mas também nos indígenas Guarani "insensíveis, irracionais, indolentes e ao mesmo tempo submissos à fadiga do trabalho árduo". Dessa caracterização dos Guarani, construída por Báez, decorre para Niklison a característica dos trabalhadores da região do Alto Paraná: "esse tipo (...) perdurou com leves modificações determinadas por influências posteriores, no trabalhador do Alto Paraná; manteve-se em tudo, no conceito e no modo de vida, e quase absoluta na integralidade física e moral."[118]

No Paraguai e no Brasil os indígenas Guarani eram mão de obra fundamental na exploração dos ervais, fosse na *Industrial Paraguaya*, na *Mate Larangeira*, ou nas muitas outras empresas e ou pequenos e médios exploradores autônomos. Particularmente a *Cia. Mate Larangeira* foi descrita por Niklison – a partir das fontes por ele consultadas (os peões do norte) – como uma empresa para onde não se queria ir e de onde poucos voltavam, onde não tinha descanso dominical...[119] Nos limites desse texto não cabe aprofundar essa história, todavia ressaltamos que dada

---

117 SURIANO, Juan. "El mundo como um taller de observación. La creación del Departamento Nacional del Trabajo y las influencias internacionales." *Revista de Indias*, Instituto de Historia del Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, Espanha, 2013, vol. LXXIII, n.257, pp. 107-130.

118 Idem, p.132. Para uma análise das ideias de Báez, ver: QUEIRÓZ, Silvânia. "A polêmica entre Cecilio Báez e Juan O'Leary e sua contribuição para a historiografia paraguaia". Estudos históricos. CDHPyB. Año VIII, no 16, Julio 2016, Uruguay, pp.1-23. Disponível em: http://estudioshistoricos.org/16/eh1603.pdf

119 Idem, p.45-6, 181 e 194-5. Sobre o trabalho nos ervais do Paraguai e Brasil, ver: BARRETT, Rafael. "Lo que son los yerbales". In: BARRETE, Rafael. *Obras completas*. Asunción: RP Ediciones: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1988. ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte-Larangeira*. Londrina: Ed. UEL, 1997. GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Matte Larangeira (Mato Grosso: 1890).* Tese (Doutorado em História). Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991. (Mimeo.). FERREIRA, Eva Maria Luiz, CARMO, Gustavo Costa do. "A mão de obra kaiowa e guarani na colonização do antigo sul de Mato Grosso." In: CHAMORO, Gaciela, COMBÈS, Isabelle (Orgs.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais.* Dourados-MS: Ed. UFGD, 2015, pp.359-368.

a complexidade dessas duas empresas, pelo porte e domínio territorial, como enclaves influenciaram a formação econômica e social do espaço, impondo uma nova ordem, todavia se utilizando do sistema econômico e cultural Guarani.[120]

O avanço do capitalismo na região – simbolizado não só pelos empreendimentos ervateiro, *obrajero* e o engenho, mas também pela ferrovia e o barco a vapor, e depois pelos agentes do Estado como do Departamento Nacional del Trabajo, da Argentina – nacionalizou e internacionalizou a fronteira, levando à crescente monetarização da economia: comprar e vender. A adoção de novos hábitos foi parte dessa monetarização, como o açúcar entre os Wichí nos engenhos, "tomar 'mate' (*mati*) carregado de açúcar, porque só é 'rica' (*aqoj*) se é realmente 'doce' (*haquneq*). Hoje em dia, o consideram um 'alimento' (*ihoq*). Tanto para os criollos como para os wichís não ter 'erva' (*yelwa*) e 'açúcar' (*pine* o *asuqa*) é 'ser pobre' (*palitsaj*)."[121]

Os povos originários se transformaram na sua composição social e na forma de produção e reprodução da vida, mas suas marcas, a sua cultura também transformou os não indígenas, especialmente os trabalhadores que estavam, em condições objetivas, muito mais próximos do ser indígena do que do ser branco.

120 Sobre o "sistema econômico nas sociedades guarani" ver SOUZA, José Otávio Catafesto de. "Sistema econômico nas sociedades indígenas guarani pré-coloniais". *Horizontes antropológicos.* Porto Alegre, Ano 8, no 18, pp.211-253, dezembro de 2002.

121 MONTANI, Op. cit., p.32.

A tríade “Guerra do Paraguai - erva mate - território”:

a contribuição da *Ilex paraguariensis* para a formação da fronteira do território brasileiro pós-guerra

Rubens Silvestrini [122]

Alisolete Weingartner [123]

Luã Tachibana [124]

Introdução

A região sul do antigo Mato Grosso, divisa com o Paraguai, não delineava corretamente os seus limites fronteiriços no século XIX - pouco residida e apresentando reservas significativas de erva mate nativa - e tornou-se área de movimentação bélica em decorrência da Guerra do Paraguai.

A situação hipotética delineada para este artigo versa que a exploração da erva-mate nativa na antiga porção territorial outrora pertencente ao Paraguai, contribuiu para a consolidação dos limites entre o Brasil e o Paraguai.

O objetivo primal deste trabalho é construir uma co-relação da exploração da erva-mate nativa na ocupação do sul do antigo Matto Grosso no

---

122 SILVESTRINI, Rubens. Doutor, Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Pesquisador da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia - FAENG/UFMS.

123 WEINGARTNER, Alisolete Antônia dos Santos. Professora Doutora. Historiadora.

124 TACHIBANA, Luã. Discente do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMS; bolsista do Laboratório de Estudos da Paisagem/FAENG/UFMS.

Pós-Guerra do Paraguai.

A erva mate, originária do continente Sul-Americano, tornou-se um hábito de diversos povos indígenas locais, inclusive de comunidades provenientes do Chaco e dos Andes, datado há aproximadamente de três mil anos atrás.

As migrações indígenas ocorridas no continente Sul-Americano, no sentido norte-sul, culminaram na fixação de comunidades genericamente chamadas de guarani de natureza arqueológica, etno-histórica e etnológica nas literaturas encontradas.

Estas migrações desencadearam a existência de aldeias indígenas na região hoje conhecida como a confluência dos estados brasileiros do Paraná e Mato Grosso do Sul com o município paraguaio de Salto Del Guayrá - anteriormente região nomeada como Província Del Guayrá. Esta província era um conjunto de vilas ocupadas pelos colonizadores espanhóis que buscavam obter controle da mão de obra indígena próximo às margens dos Rios Paraná e do Prata. Na figura 1, mostra-se demarcada a localização da citada área de confluência do surgimento do hábito indígena do consumo da erva mate.

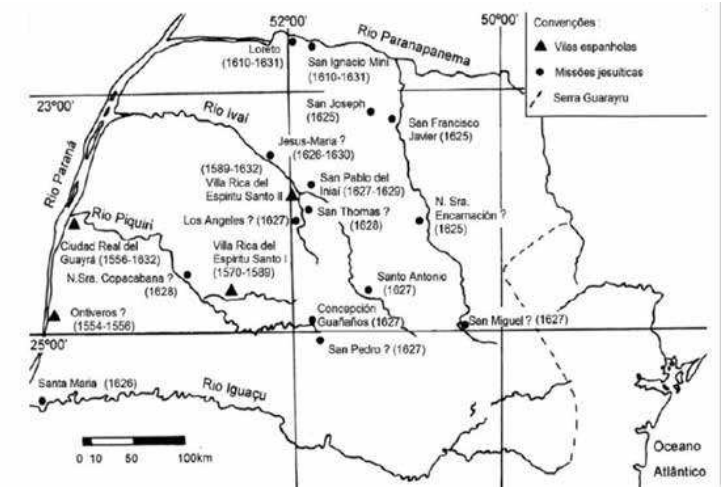
Figura 1 - Localização da Área de Confluência em relação às Fronteiras Atuais

Fonte: Adaptado pelos autores . Mapa político da América do Sul.
Crédito: CIA World Factbook / domínio público. Data: 10 de abril de 2008.

OLIVEIRA & ESSELIN[125] (2015, p. 284) denotam que a área de ocupação conforme a figura 2 era composta por florestas densas e tendo como vegetação nativa a planta *Ka'a* - a erva-mate nominada pelos guaranis - influenciou no hábito alimentar do uso da erva, que era comumente utilizada em cerimônias por meio de chá estimulante atualmente chamado de *Ka'ay*.

Os referidos autores caracterizam também que a consolidação deste hábito sugere que os mesmos seriam os agentes que induziram o aparecimento desta vegetação em praticamente todos os biomas[126] no leste da América do Sul por meio de formas de manejo de agroflorestas, como o transplante de mudas. Através de entrevistas com moradores do município de Porto Murtinho/MS descobriu-se que a Cia. Matte Larangeira tentou inserir o plantio de "Ilex paraguariensis" na região pantaneira que circunda a cidade – tentativa frustrada de implantação de uma espécie vegetal que não conseguiu se adpatar aos solos úmidos do ecossistema pantaneiro.

Figura 2 - Representação Cartográfica da Província Del Guayrá



Fonte: PARELLADA apud OLIVEIRA & ESSELIN (2015, p. 284)

125 OLIVEIRA, Jorge Eremites; ESSELIN, Paulo Marcos. Uma breve história (indígena) da erva-mate na região platina da Província do Guairá ao antigo sul do Mato Grosso. Espaço ameríndio. Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 278-318, jul/dez 2015.

126 unidade biológica ou espaço geográfico que tem condições semelhantes de clima, vegetação, solo, relevo entre outros - ecossistemas que apresentam homogeneidade nas características.

Os índios guaranis, devido aos hábitos migratórios, passaram a ter uma condição de nomadismo por buscarem sempre outros lugares para fixação de moradias. De acordo com OLIVEIRA e CAMPOS[127] (2012, p. 22), existe a compreensão de que fronteira e limites não são sinônimos. Hábitos seculares e migrações contínuas fizeram com que os índios guaranis ocupassem parte da América do Sul - até mesmo pelas condições físicas de serem exímios canoístas e perscrutarem novas paragens para habitação; isto contribuiu para a formação de paisagens humanizadas e na formação de novos ervais, de acordo com OLIVEIRA & ESSELIN[128] (2015, p. 285).

O sedentarismo passa a ser estabelecido a partir dos processos de fixações em que as comunidades indígenas agrícolas passaram a experimentar na alimentação as espécies vegetais silvestres nas áreas do entorno das aldeias.

Os deslocamentos humanos - conforme GONÇALVES[129] (1987, p. 173) - via de regra, precedem ou seguem mudanças profundas, seja do ponto de vista econômico e político, seja em termos sociais e culturais. As correntes migratórias dos índios guaranis, oriundas da porção superior do território amazônico, ocorreram durante milhares de anos - o que caracteriza uma migração de velocidade lenta, gradual e instalação de comunidades no sentido norte-sul do continente.

A relação dos espanhóis e seus descendentes euroamericanos nos povoados constituídos majoritariamente por indígenas que já tinham a *Ilex paraguariensis* consolidada na cultura alimentar, induziu na experimentação e no interesse entre os estrangeiros, que manteve as características de sociabilidade e solidariedade do uso, mas sem o tradicional valor ritualístico da erva - endossado por OLIVEIRA & ESSELIN (2015, p. 286).

Muito dos alimentos que fazem parte dos hábitos contemporâneos alimentares dos não-indígenas originaram da domesticalização de plantas por indígenas, a saber (entre parênteses, a grafia das espécies em lín-

---

127 OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; CAMPOS, Davi Lopes. *Migrantes e fronteiras*: lógicas subvertidas, vidas refeitas. In: PEREIRA, Jacira Helena do Valle; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. (Organizadores). Migração e integração: resultados de pesquisas em Mato Grosso do Sul. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

128 OLIVEIRA, Jorge Eremites; ESSELIN, Paulo Marcos. Uma breve história (indígena) da erva-mate na região platina da Província do Guairá ao antigo sul do Mato Grosso. *Espaço ameríndio*. Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 278-318, jul/dez 2015.

129 GONÇALVES, Alfredo José. *Migrações internas*: evoluções e desafios. In: Estudos Avançados / Universidade de São Paulo. Institutos de Estudos Avançados. Vol. 1, no. 1. São Paulo: IEA, 1987.

gua guarani): mandioca (*mandi'o*), batata (*jetý*), cabaça (*andai*), abóbora (*kurapepê*), milho (*avati*), feijão (*kumanda*), algodão (*mandyju*) e erva mate (*ka'á*).

No caso específico da erva mate, seu processo rudimentar de produção para consumo consistia em "sapecar" a erva - expondo-a a altas temperaturas em curto espaço de tempo - a fim de retirar a umidade da folha, proporcionando aroma e sabor diferenciado (semelhante a uma defumação). A figura 3 - "barbaquá" - explicita um modo rudimentar, artesanal, do processo de secagem das folhas retiradas das plantas arbustivas da erva mate.

Figura 3 - Modelo Rudimentar de "Barbaquá"

Fonte: Joel Vieira - Amambai/MS. Data: 27 de maio de 2008.

O termo "barbaquá", instrumento rudimentar de produção da erva-mate, originou a palavra inglesa "barbecue" - que na língua portuguesa significa churrasco - carne assada em um braseiro. Apesar do barbaquá ser um instrumento específico de secagem da erva mate, os indígenas, ao voltarem de suas caçadas, colocavam os animais mortos nas bordas dos barbaquás enquanto "cancheavam"[130] os ramos da erva - consequentemente, após algum momento, a carne da caça passava por uma cocção

130 Canchear é um termo rupestre que significa quebrar as folhas e os ramos da erva mate; é uma das etapas do beneficiamento da erva mate que tem a função de cortar e picar o mate para deixá-lo em pedaços bem pequenos.

alterando o sabor da mesma.

A Guerra do Paraguai realiza inferências nas questões fronteiriças na divisa Brasil-Paraguai - questões sociais, populacionais, demográficas, econômicas entre outras. Os povos que ali habitavam eram constituídos de indígenas e não-indígenas. O período de guerra, compreendido de dezembro de 1864 a março de 1870, certamente modificou esta região fronteiriça.

Após a guerra, a região habitada pelas etnias Kaiowá e Guarani, foi avaliada por uma comissão de limites determinada pelo Imperador Dom Pedro II - com o objetivo demarcatório fronteiriço entre o Brasil e o Paraguai; especificamente, esta ocupação indígena, encontrava-se limítrofe entre os rios Apa (hoje Mato Grosso do Sul) e o Salto de Sete Quedas (Guaíra, Paraná).

O responsável, que fora nomeado para chefiar esta comissão, foi o comerciante Thomaz Larangeira - que verificou uma grande área de ervais naturais e uma abundante mão de obra disponível no pós-guerra. Nesta região havia um significativo número de indígenas que poderiam vir a trabalhar na extração e beneficiamento da erva-mate, porém, conforme evidenciou BRAND[131] et al (2005, p. 1), as relações dos nativos com a Companhia Matte Larangeira se tornaram hostis.

As relações conflituosas desencadeadas pela Guerra da Tríplice Aliança[132] - Argentina, Brasil e Uruguai contra o Paraguai - interferiu no *modus vivendi* dos povos que ali habitavam. OLIVEIRA e CAMPOS[133] (2012, p. 24) asseveram esta consideração, a saber:

> "... a vida fronteiriça está, ao menos em grande parte, regulada pelas esferas nacionais que a envolvem e estipulam as norma, leis e regras que farão e darão sentido de nacionalidade aos habitantes. Dessa forma, e considerando que a vida fronteiriça é composta por pelo

131 BRAND, Antonio J.; FERREIRA, Eva M. L.; ALMEIDA, Fernando A. A. de. *Os Kaiowá e Guarani em tempos da Cia. Matte Larangeira:* negociações e conflitos. In: Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – história, guerra e paz. Londrina, ANPUH, CD-ROM. Disponível em: http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0129.pdf. Acesso em 29 jan. 2015.

132 No Paraguai é denominada de "Guerra Grande".

133 OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; CAMPOS, Davi Lopes. *Migrantes e fronteiras:* lógicas subvertidas, vidas refeitas. In: PEREIRA, Jacira Helena do Valle; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. (Organizadores). Migração e integração: resultados de pesquisas em Mato Grosso do Sul. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

> menos dois Estados, as relações entre esses, em todas as suas esferas, definirá ao menos parcialmente, aquilo que se identifica como vida fronteiriça. Em outras palavras, a fronteira é prenhe das consequências da existência dos limites e das relações entre os países que a compõem."

Método

O processo investigatório utilizado para a confirmação da hipótese segue um modelo materialista dialético, que tem como base a matéria, a dialética e a prática social pois trabalha com princípios e categorias de análise. Por ser um método que analisa os fatos em ordem cronológica, foi proposto pelos autores deste artigo como o mais adequado para a busca da investigação das premissas escolhidas.

A historicidade auxilia no ordenamento dos fatos mais relevantes e resulta em uma interação entre vários aspectos demonstrados, como por exemplo, a origem do desenvolvimento da economia gerada pela cultura da erva mate mato-grossense.

Os instrumentos de coleta de dados escolhidos foram a pesquisa bibliográfica - utilizando livros, artigos, sítios eletrônicos e exposições didático-pedagógicas dos autores - e entrevistas diversas com munícipes da região fronteiriça Paraguai-Brasil, empresários e autores, utilizando a oralidade - cabe salientar que os entrevistados solicitaram a não inclusão de seus nomes. A coleta de dados embasada na oralidade trouxe à pesquisa dados relevantes que acabaram por indicar novas ideias para futuras pesquisas.

A Tríade "Guerra do Paraguai - Erva Mate – Território"

A existência da espécie vegetal denominada "Ilex paraguariensis" - nome científico cunhado pelo pesquisador botânico Auguste de Saint Hilaire – existente em boa parte da região sul do continente americano, criou nos séculos XVIII e XIX uma economia própria que interferiu não só em mudanças sociais e econômicas como também em ações políticas. As

missões jesuíticas, organizadas pela Companhia de Jesus, foram importantes não só pelas suas estruturas de governanças, mas também pela influência em questões políticas a serem tomadas no século XVIII.

Conforme relata DONGHI[134] (1975, p. 25):

> "As Missões continuam a produzir algodão (exportado sob forma de tecido grosseiro) e particularmente mate, uma herva da qual se bebe a infusão e que os jesuítas difundiram até Quito através de toda zona andina. Mas a produção das Missões conta cada vez menos; e a zona rival do Paraguai, dominada por colonos de longínqua origem peninsular, termina por triunfar, conseguindo conquistar os mercados do mate, antes dominado pelas redes comerciais da Companhia."

No período colonial brasileiro, especificamente na época das capitanias hereditárias, a capitania de São Paulo possuía uma grande área geográfica se comparada ao tamanho atual de seu estado – conforme figura 4. No início do século XVIII a capitania de São Paulo compreendia os atuais estados do Paraná e São Paulo. A porção sul da referida capitania - hoje, Paraná - possuía, à época, duas crescentes vertentes econômicas extrativistas rurais: a exploração da madeira oriunda das florestas de araucárias (*Araucaria angustifolia*) e a colheita e beneficiamento dos arbustos de erva mate nativa (*Ilex paraguariensis*) - este produto utilizado no mercado interno brasileiro e também largamente exportado.

Em 19 de fevereiro de 1811 foi criada a Comarca de Paranaguá e Curitiba pelo Príncipe Dom João de Portugal. Na figura 4 é demonstrada a Capitania de São Paulo que englobava a comarca de Paranaguá, onde havia um importante porto estabelecido ao sul da capitania - porto que recolhia cada vez mais impostos embasados na exportação de grandes volumes de erva mate.

O crescente enriquecimento de produtores, beneficiadores e comerciantes de erva mate na porção sul da capitania paulista, fortaleceu a ideia separatista que acaba por culminar na criação do estado do Paraná em 19 de dezembro de 1.853.

---

134 DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina*. trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 323 p.

Figura 4 - Capitania de São Paulo

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Prov%C3%ADncia_do_Paran%C3%A1#/media/File:Brazil_(1822).svg

Conforme CHAMORRO[135] (1999, p. 14) cita a respeito das migrações indígenas durante o século XVIII, "... A causa mais gritante da atual dispersão, porém, é sem dúvida a colonização que se intensificou, na segunda metade deste século, na região de fronteira entre Paraguai e Brasil."

Com o término da Guerra do Paraguai, a Argentina e o Brasil invadiram porções do território paraguaio, diminuindo consideravelmente a área da nação derrotada. Conforme a figura 5, o Paraguai tem seu território diminuído em função da apropriação espacial das nações vencedoras. É possível identificar em algumas obras literárias a identificação destas referidas apropriações territoriais por parte do Brasil e da Argentina, classificando o país Paraguai como uma nação "despedaçada" em virtude da perda significativa de áreas originais de sua nação.

135 CHAMORRO, Graciela. *Os guarani*: sua trajetória e seu modo de ser. Disponível em: comin.org.br/static/arquivos-publicacao/os-guaranis-1206992949.pdf. Acesso em 10/4/2018, às 19h22min.

Figura 5 - O País "Despedaçado"

Fonte: DOZER (1966, p.367) apud Weingartner (2005, p.27)

Com o término dos conflitos bélicos, o governo brasileiro estrategicamente projetou uma rápida ocupação da região anexada. A região sul do Mato Grosso uno pertencia ao Paraguai. Inúmeros municípios atualmente existentes no Mato Grosso do Sul encontram-se na região que outrora fora a região nordeste do Paraguai - municípios como Porto Murtinho, Nioaque, Caracol, Aral Moreira, Bela Vista, Jardim, Guia Lopes da Laguna, Dourados entre outros.

Um dos municípios do Mato Grosso do Sul, Porto Murtinho, foi criado a partir da Companhia Matte Larangeira, com o intuito de ser um porto navegável para a exportação de erva mate nativa colhida no estado.

À época de sua criação, Porto Murtinho era simplesmente um local de transbordo da carga de erva mate - iniciou-se um processo de construção de casas das pessoas que trabalhavam na Companhia.

A erva mate colhida no Matto Grosso era embarcada e levada para a cidade de Concepción no Paraguai e depois levada para a cidade de Buenos Aires, Argentina. A logística da distribuição do produto erva mate se dá pela importância econômica no tocante ao escritório da Companhia estabelecido em território argentino - a sede comercial instalou-se em Buenos Aires devido à exportação.

A criação da empresa Matte Larangeira proporcionou um ordenamento territorial brasileiro não só pela ocupação estratégica de um espaço anteriormente próprio da nação paraguaia, como também pelas transações comerciais decorrentes da exportação do produto erva mate. Como citam SPENGLER e CARLITO[136] (2007):

> "Nesse contexto, para viabilizar a exploração do sertão surgem então os novos bandeirantes, entre eles Thomaz Larangeira, que através de um empreendimento industrial financiado pelo capital internacional criaria condições para o avanço da política neocolonialista e endocolonizadora sobre o sudoeste mato-grossense, perpetuando a espoliação dos povos defasados da História através da conscrição da mão-de-obra em regime servil e da devastação dos recursos naturais pelo extrativismo desordenado."

A criação "artificializada" de um porto com o intuito de escoamento dos produtos da Matte Larangeira foi uma das tentativas de ocupação de uma nova fronteira brasileira pós-guerra do Paraguai. O surgimento de Porto Murtinho inicialmente transforma o referido porto em uma pequena vila - depois transformada no ano de 1912 em município - a qual passa por ciclos econômicos distintos, como demonstrado no quadro 1. Entre a década de 1970 e 1990 o município de Porto Murtinho praticamente sobreviveu apenas da economia oriunda da produção da bovinocultura de corte pantaneira – a qual apresentava à época baixos índices de rentabilidade econômica com a produção extensiva.

136 SPENGLER, Henrique de Melo; CARLITO, Marcos Paulo. *Porto Murtinho*: história e cultura. Coxim: Editora dos Autores, 2007. 144p.

Quadro 1 - Município de Porto Murtinho e seus ciclos econômicos

Porto Murtinho / MS - Ciclos Econômicos:	
Ciclo da Erva-mate (1860 à 1930)	pólo de exportação da erva.
Ciclo dos Saladeros (1930 à 1970)	época das "charqueadas"[137]; na região existiam aproximadamente 20 *saladeros*[138] - declínio após o surgimento dos frigoríficos.
Ciclo do Quebracho (1950 à 1970)	retirada da madeira quebrada para produção de tanino.
Ciclo do Turismo (a partir de 1990)	concentrando nas atividades de pesca e serviços oferecidos.

Fonte: elaborado pelos autores.

Um relatório técnico elaborado na década de 1930 comprova a existência em larga escala da ocorrência natural da erva mate. Este relatório, desenvolvido por um técnico federal, tinha o objetivo de expor as potencialidades econômicas deste produto primário, em virtude da existência da espécie em grandes porções na região sul do país e também em significativa área recém anexada após o término da Guerra do Paraguai. A figura 6 mostra as áreas em que se encontrava a ocorrência natural da erva mate pelo Brasil.

137 Charqueada é a denominação de galpões cobertos onde a carne salgada passa por um processo de desidratação.

138 Saladero era o termo utilizado no Paraguai para as indústrias de produção de charque - carne salgada; foram as predecessoras dos atuais frigoríficos. Sinônimo de charqueada.

Figura 6 - Carta Geral do Brasil - a exploração, indústria e exportação do mate

Fonte: COSTA[139] (1935).

Com o fim da Guerra, foi criada uma comissão formada por brasileiros e paraguaios para iniciar um inédito processo demarcatório do limites entre os países. Anteriormente ao conflito não havia uma definição destes limites. Em 1872 coube a esta comissão mista a tentativa de se estabelecer as divisas de cada país. O catarinense Thomaz Larangeira, natural de Laguna/SC, pertencia à referida comissão e identificou a riqueza natural de grandes proporções econômicas da erva mate nativa.

Após obter um decreto imperial emitido por Dom Pedro II, Larangeira trouxe gaúchos conhecedores das operações de beneficiamento da erva mate, com o intuito de explorar, em grande escala, um potencial mercado consumidor - existente no Brasil e também na Argentina e no Uruguai.

O fato da erva mate ser nativa e também o seu beneficiamento não

139 COSTA, Francisco Leite Alves. *O mate (exploração, indústria e exportação).* Rio de Janeiro. Directoria de Estatística da Produção (Secção de Publicidade). 1935.

ser oneroso, fez com que a Companhia Matte Larangeira auferisse lucros grandiosos desde o início das operações da empresa - tornando-a assim uma companhia altamente rentável desde a sua criação.

Porto Murtinho foi um local estratégico para a exportação da erva mate para os países vizinhos no sul do continente. O sucesso da empresa recém-criada fez com que a mesma expandisse suas atividades não só na América do Sul como em solo europeu. Como narra MAGALHÃES[140] (2013, p. 48):

> "No período que vai da fundação, no Brasil, da *Companhia Matte Larangeira S. A.* (5 de setembro de 1891), até a transferência para Buenos Aires (15 de dezembro de 1902), Já sob o nome de *Larangeira, Mendes & Cia.,* o empreendimento ervateiro passou por um meteórico processo de crescimento na capital portenha. De lá, espalhava sacos, latas e pacotes de *Ilex paraguariensis* pelo restante do país, para o Chile, Uruguay e também para a Europa, através da firma *Francisco Mendes & Cia."*

A extração da erva mate pela Matte Larangeira era o primeiro passo para o início da comercialização do produto. A logística da época para transportar a erva colhida direcionava um grande número de carretas de boi para Porto Murtinho. Pesquisas bibliográficas demonstram que a Matte Larangeira, para realizar o transporte até o porto, possuía oitocentas carretas de boi e um número aproximado de vinte mil animais - necessários para as citadas carretas. Consequentemente esta logística para o transporte da erva mate utilizava milhares de empregados ligados diretamente ao transporte e distribuição do produto.

A logística, a partir do ano de 1892, era transportar o produto da região de Dourados até o porto recém instalado - construído pela Companhia - batizado de Porto Murtinho. Para chegar ao porto era uma viagem de aproximadamente 360 quilômetros. Além da trajetória ser difícil em virtude das dificuldades - trilheiros precários, lugares inóspitos e algumas matas densas - existia um trecho de planície pantaneira intransponí-

140 MAGALHÃES, Luiz Alfredo Marques. *Retratos de uma época* - os Mendes Gonçalves & a Cia. Matte Larangeira. Ponta Porã: Alvorada, 2013. 235 p.

vel na época das cheias.

Thomaz Larangeira construiu um *grande* elevado - aterro - de vinte e dois quilômetros no trecho final da viagem para uma linha férrea. Grande parte da logística era atendida por carretas de boi mas os últimos vinte e dois quilômetros a erva mate era transportada por ferrovia - trecho final da logística entre o distrito de São Roque e o Porto Murtinho - o trecho final era, em boa parte do ano, alagadiço, conforme Figura 7.

Figura 7 - Região Alagadiça de Porto Murtinho - Fronteira Brasil-Paraguai

Fonte: sem origem

Remonta ao final do século XIX o início dos problemas políticos do comerciante Thomas Larangeira. O mercador se relacionava com famílias políticas importantes do Matto Grosso - especificamente aquelas tradicionais situadas na cidade de Cuiabá, capital do estado.

O decreto imperial que a Companhia Matte Larangeira obteve dava a condição de explorar os ervais nativos em uma área de cinco milhões de hectares - exploração de uma empresa privada em terras que não eram propriedade legal da referida companhia, além da mesma usufruir de privilégios tributários e fiscais. Um dos motivos de conflitos com a Matte Larangeira foi o crescente povoamento da região - cada vez mais os colonos tinham interesses nas terras que eram exploradas por Larangeira.

Os grandes proprietários de terra da região sul do Matto Grosso, ao

perceberem que a Companhia não conseguia explorar toda a área que lhe cabia - até mesmo porque existia um "sombreamento" duplo de direitos nas mesmas terras - passaram a exigir a posse das fazendas sob domínio de Thomaz Larangeira. A Companhia, mesmo sem explorar muitas áreas, continuava a ter direito sobre elas em detrimento do decreto imperial. WEINGARTNER[141] (2002, p. 69) sustenta estes fatos:

> "Esses ervais são explorados por paraguaios, gaúchos e mineiros, mas, esses posseiros não detêm títulos das terras que lhes assegurem o direito de exploração. Sendo assim, Thomaz Larangeira, para garantir seu direito de explorar a erva-mate no Sul de Mato Grosso, usa de sua amizade com o Presidente da Província de Mato Grosso, Enéas Galvão[142], para que este interceda junto ao governo imperial, a fim de que lhe seja concedido o arrendamento das terras devolutas dos ervais."

Em determinado momento desta discussão política os "Coronéis" do sul do estado se unem aos "Coronéis" da capital Cuiabá. De um lado emerge a força do coronelismo político latifundiário; do outro lado, explicita-se os acordos existentes entre o Governo Estadual do Matto Grosso e a Companhia Matte Larangeira - revela-se então um antagonismo de forças políticas.

Por tornar franco as disputas entre as oligarquias iniciam-se uma pequena cultura divisionista porém de interessante crescimento seminal. A divisão da área do território do antigo "Matto Grosso uno" aconteceria muitos anos depois, mas a ideia dualista econômica entre o sul e o norte já estaria lançada. Cabe ressaltar que a ocorrência da divisão do Mato Grosso, criando em 1977 o estado do Mato Grosso do Sul, acontece como resultado de um programa nacional objetivando o desenvolvimento da região norte do Brasil - e não em virtude da cultura divisionista.

A Matte Laranjeira, durante o período da "República Velha", passa a ter uma gama de problemas políticos face à queda da Monarquia e a instalação da República do Brasil. A República Velha ou Primeira República,

---

141 WEINGARTNER, Alisolete Antônia dos Santos. *Movimento divisionista em Mato Grosso do Sul (1889-1930).* Porto Alegre: Edições Est, 2002.

142 Ex-Chefe da Comissão Demarcatória de Limites entre o Brasil e o Paraguai, com o qual Larangeira havia trabalhado.

foi um dos principais períodos históricos do Brasil, ocorreu de 1889 até 1930 - em 15 de novembro de 1889, o segundo reinado da Monarquia foi derrubado e foi instalada a República do Brasil, através de um levante militar.

Foi gerada uma grande insatisfação devido a abolição da escravatura, pois deu liberdade aos escravos, mas não beneficiou nenhum proprietário de terra, que eram os donos dos escravos, umas das mais importantes mercadorias daqueles tempos. Estes grandes agentes econômicos da época apoiaram o regime republicano que já estavam com grande prestígio junto aos agentes militares e políticos.

O "coronelismo" ou política dos governadores - como era chamado na época da República Velha - teve origem em 1831, criada por D. Pedro II que a nomeou de Guarda Nacional no País, que enfraqueceu a força do Exército e substituiu as milícias. Os Coronéis - que eram em sua maioria proprietários de terras e comerciantes que compravam essas patentes - comandavam regimentos em municípios e províncias. Na República Velha era "basicamente um pacto de ações políticas entre os municípios (poder local), Estados federativos (poder regional) e União (poder central)." (JUNQUILHO[143], 2013, pág. 112).

Os Estados através de assembleias elegiam seus representantes que tinham como objetivo proporcionar e garantir um governo sem oposições. Os Coronéis possuíam os chamados currais eleitorais que garantiam votos eleitorais para determinado partido que haviam colocado esses no comando, o conhecido "Voto de Cabresto", garantindo o domínio da política regional.

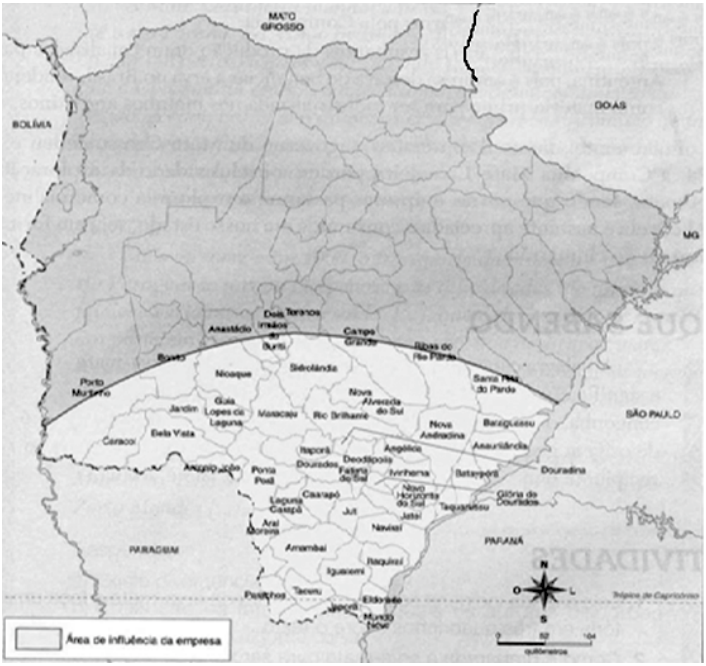
As oligarquias unidas - alianças dos coronéis do sul e do norte - iniciaram uma oposição armada frente ao governo estadual e à Companhia Matte Larangeira. Isto acabou por fazer com que a companhia começasse a perder não só o seu poderio político, mas também a sua força financeira em relação ao governo federal - cabe ressaltar que a Matte Larangeira aliada ao Banco Rio Mato Grosso, de propriedade da família Murtinho, possuía muitos ativos financeiros à época.

A figura 8 demonstra o potencial econômico-político da Cia. Matte Laranjeira. A empresa obteve, através de Decreto Imperial no. 8.799, de

143 JUNQUILHO, Gelson Silva. *Administração pública brasileira rumo à burocratização.* Teorias da administração pública. Apostila para utilização no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil, através da UFSC. Unidade V. Florianópolis: CAPES/UAB, 2010.

9/12/1882, uma autorização para exploração da erva mate nativa em uma área aproximada de cinco milhões de hectares na porção sul do antigo estado de Mato Grosso. Esta autorização só findou a partir da instalação do sistema republicano no país.

Figura 8 - Área de Influência da Companhia Matte Larangeira no Sul do antigo Matto Grosso



Fonte: IBGE (2008)

Na região mato-grossense hoje denominada Pantanal - planície pantaneira - nunca existiu erva mate nativa em virtude da espécie não ser biologicamente adaptada à região. Em determinado momento do início do século XX os gestores da Matte Larangeira fizeram tentativas de implantar a espécie *Ilex paraguariensis* no Pantanal - foram tentativas frustradas devido a falta de desenvolvimento da espécie. A companhia utilizou mão de obra indígena e também inúmeros trabalhadores paraguaios oriundos de um país devastado pela guerra. À época, na região de Porto Murtinho as propriedades tinham sua atividade econômica embasada na

criação extensiva de gado *vacum*.

Considerações finais

O desenvolvimento deste trabalho nos desafia a refletir sobre os reais interesses de ocupação e da influência da erva na consolidação desta região como sendo brasileira. É notável que diversos fatores contribuíram para a consolidação dos limites fronteiriços - como o desenvolvimento econômico na época e a ocupação brasileira por parte dos militares - entretanto é evidente que o símbolo econômico da erva mate nativa tornava esses interesses mais atraentes.

Encontrou-se vasta literatura sobre estudos indígenas e da formação dos estados brasileiros, porém há ausência de estudos específicos sobre as relações etno-botânicas que influenciaram no surgimento e definição fronteiriço. É importante ressaltar que parte de nossa base bibliográfica se apoia em conhecimentos empíricos e oralidades.

Registra-se ainda a relação desarmônica entre os não-indígenas que desapropriaram os indígenas da terra e os induziram a estar em uma relação subalterna de serviço com características escravocratas.

A situação hipotética deste artigo - a exploração econômica da erva mate nativa na antiga porção territorial outrora pertencente ao Paraguai permitiu a consolidação dos limites fronteiriços entre o Brasil e o Paraguai - mostra-se correta em virtude de que o antigo Matto Grosso teve sua área aumentada em detrimento de uma ocupação Pós-Guerra do Paraguai.

A produção desse artigo contribui epistemológica com vertentes acadêmicas contempladas pela tríade proposta que foi a Guerra do Paraguai, a qual antecedeu a exploração de erva-mate nativa no sul do antigo Matto Grosso, e uma possibilidade de definição dos limites físicos em relação ao país vizinho. Os autores desta pesquisa acreditam que, ao engendrar a referida tríade, acabaram por contribuir cientificamente devido a discussão teórica decorrente das consequências resultantes da Guerra da Tríplice Aliança.

Como sugestão para futuros estudos e novas linhas de pesquisa elenca-se: buscar relações etno-botânicas com o sistema econômico local no atual Mato Grosso do Sul; como uma segunda sugestão científica, poder-se-ia pesquisar a correlação da história econômica do antigo Matto

Grosso e sua influência na cultura local contemporânea do atual estado; uma terceira sugestão de pesquisa seria avaliar historicamente a criação no século XX do porto instalado pela Cia. Matte Laranjeira no estado do Paraná – Porto Mendes, hoje pertencente ao município de Marechal Cândido Rondon, anteriormente município de Guaíra. A companhia cria uma linha férrea que foi denominada "Estrada de Ferro Matte Laranjeira" – a primeira ferrovia do Oeste do Paraná.

Antecedentes Remotos e Inmediatos de la Guerra de la Triple Alianza

Enrique Duarte Romero [144]

"La victoria no dá a las naciones aliadas derecho para declararen, para sí, límites suyos, aquellos que el Tratado señala". Hildebrando Accioly

Introducción y Método

Así como como cualquier otra internacionalizada la guerra de la Triple Alianza contra el Paraguay, existen muchos y complejos elementos para su correcta interpretación objetiva, haciendo descuento a aquellos que siempre se tornan parciales al mostrar a la luz de revisionismos históricos o de introducción demasiado relevantes de procesos diplomáticos reales pero que se agudizan según el fiel del la balanza se incline o hacia la derecha o hacia la izquierda.

Pero generalmente quien escribe la historia es el vencedor, como lo afirmaba León Pómer, de esa manera, la versión difundida la escribieron los triunfadores, sus descendientes y sus amigos, no necessitamos hacer um esfuerzo para concluir que aparece su versión de los hechos. Por eso eludirán los recintos donde se archivan las facturas que los provedores de los três ejércitos cobraron escrupulosamente a los aliados[145].

Prevalece el tratamiento según los intereses personales del autor que

---

144 Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade de Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), mestrado em Economia pela PUC-SP e doutorado em história econômica pela Universidade de São Paulo (USP). É professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

145 PÓMER, Leon. La Guerra del Paraguay ¡Gran Negocio! Buenos Aires, 1968, p. 8.

en determinado momento fue de estrecha relación con el objeto de investigación, sin un posicionamiento crítico. En realidad, lo que existe sobre la historia de la Triple Alianza es una gran producción de crónicas, relatos y algunos de ellos de inmenso valor informativo.

En las aseveraciones de Lenharo, cabe al investigador "hacer la crítica del mito, insertar la razón donde es falta, plantear cuestiones, lanzar bases teóricas que propicien el rescate del proceso histórico corriente y fundamente su inteligibilidad".[146] Este es el camino que pretendemos recorrer en esta investigación, es la perspectiva que se ajusta al analizar los motivos de la Guerra de la Triple Alianza.

Conforme Hobsbawm, *"el pasado no puede ser entendido exclusiva y primordialmente en sus propios términos: no sólo porque es parte de un poderoso proceso histórico, sino también porque sólo ese proceso histórico nos capacitó para analizar y comprender cosas relativas a ese proceso y al pasado."*[147] El enfoque de esta investigación se relaciona más con la historia y el trato tiende además de dar una perspectiva socioeconómica y política.

Em este artículo pretendemos discutir los motivos tanto remotos como inmediatos de la Guerra de la Triple Alianza, reconocemos que existen diversas interpretaciones al respecto, dependiendo de la línea a que pertenece. Inclusive, la polémica se inicia con las diversa denominaciones de la guerra. En el Paraguay es Guerra de la Triple Alianza, Guerra Grande o Guerra Guazú.[148] En la Agentina y Uruguay se utiliza mucho más la terminología Guerra del Paraguay y en Brasil se denomina Guerra do Paraguai. Y Genocidio americano para los no participantes de la contenda bélica.[149] En este trabajo serán abordados sin la plena intención en embarcar en esta o aquella corriente, pero asumimos que será una tarea árdua llegar a este objetivo.

De esa manera, cuando nos referimos a antecedentes remotos el punto de partida es el Tratado de Santo Ildefonso y antecedentes inmediatos ya serán los hechos ocurridos en el siglo XIX. Para la elaboración de este

---

146 LENHARO, Alcir. Crise e mudança na frente oeste de colonização: O comércio colonial de Mato Grosso no contexto da mineração. Cuiabá, 1982, p. 11.

147 HOBSBAWM, Eric. Sobre História: Ensaios. São Paulo, 1998, p. 173.

148 En el idioma guaraní, tan utilizado en todo el Paraguay.

149 En una investigación rápida en el google arrojó los siguientes resultados: Guerra de la Triple Alianza tiene 1.280.000 citaciones en 39 segundos; Guerra do Paraguai 2.030.000 citaciones también en 39 segundos y Guerra del Paraguay tuvo 12.000.000 de citaciones en 49 segundos. Y Genocidio americano tuvo 1.790.000 citaciones en 30 segundos.

artículo, el processo de investigación será descritiva, exploratoria y cualitativa, el recorte temporal que no será de manera tan rígida corresponde a los siglos XVIII y XIX. Se puede verificar en estos apuntes la inexistencia de no sólo un factor determinante que llevó a la Guerra de la Triple Alianza, y sí un conjunto de factores que motivaron su eclosión. Cada uno de éstos tuvo su relevancia sin sobreponerse a este o a aquel condicionante.

La guerra de la Triple Alianza, expuso la fragilidad de las barreras colocadas en estas tierras y al final del litigio, la frontera fue remodelada con la expansión del área brasileña hacia el oeste del país y sur de la provincia de Mato Grosso. Esta guerra fue un divisor de aguas, al imponer la internacionalización del Río Paraguay hasta Corumbá, posibilitando el desarrollo comercial y la conexión a los puertos del Cono Sur, Asunción, Buenos y Montevideo, como ya se practicaban aunque de forma incipiente antes de la contienda bélica.[150]

Cualquier guerra deja consecuencias en todos los países contendientes, la Triple Alianza, también no es excepción a esta regla. Quien retrata estas consecuencias es el autor matogrosense Valmir Batista Correa, cuando asevera:

> La guerra con Paraguay, que resultó en su conjunto violento, mortandad, destrucción y devastación de la región fronteriza, también dejó una lección al gobierno imperial sobre la necesidad de la presencia ostensiva de instituciones gubernamentales y agencias del estado en esa frontera, así como de una acción política más consistente en la lejana región de Mato Grosso, lo que hasta entonces no había ocurrido. Las medidas del gobierno imperial para facilitar la repoblación y el crecimiento económico de la región, apuntalar de hecho, un nuevo momento histórico de la frontera oeste. Sin embargo, eso sólo fue posible por la tenacidad de los pioneros y colonizadores, sobrevivientes de una de las más trágicas guerras entre naciones fronterizas latinoamericanas, y que supieron superar las adversida-

150 OLIVEIRA, Vítor Neto de. Estrada Móvel, Fronteiras Incertas: Os trabalhadores do Rio Paraguai (1917 – 1926). Campo Grande/MS: UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), 2005.

des cotidianas de la posguerra.[151]

Otra característica de la Triple Alianza, es que sucedió en la periferia de la Economía-mundo capitalista. En 1970 y 1980, una corriente historiográfica importante interpretó la guerra de la Triple Alianza como la consecuencia de la acción del imperilaismo británico y de sus aliados regionales para forzar el mercado paraguayo a abrirse, o para romper una experiencia original de desarrollo económico nacional, autocentrado, que había sido impulsada bajo el gobierno de Carlos Antonio López de 1842 – 1862. Aunque después de la derrota, la economía paraguaya estuvo dominada por las inversiones británicas y argentinas,[152] todavía hasta hoy, ningún documento ha sido encontrada para probar esta teoría.

Pero León Pomer es un defensor en lo que respecta a la autonomía del Paraguay, al respecto afirma que el país guaraní las cosas fueron distintas: ni hambre ni caos y atisbos de un desarrollo moderno, con circunstancias cada vez más favorables para que ello ocurriera, de esa manera, circunstancias internas como ferrocarriles, telégrafos y fundición de hierro con una industria artesanal y la casi total ausencia de latifundistas, sin una clase mercantil organicamente vinculada a las potencias centrales. En el Paraguay ibanse creando condiciones para un acceso a nuevos y superiores grados de desarrollo económico, social y cultural por una vía inédita y si se quiere insólita.[153]

Segundo la misma autora citada en el párrafo arriba, desde que las antiguas posesiones convertidas en Estado soberano se encontraron con capacidad para consolidar su presencia en sus periferias, Mato Grosso para el Brasil y las provincias del norte para Argentina. El Paraguay, alejado y descentrado, se convirtió en un problema geopolítico para sus vecinos, considerando además que las autoridades paraguayas deseaban también controlar sus fronteras políticas y luego acceder al Océano Atlántico para conectarse al gran negocio gracias a los puertos de Montevideo.[154]

---

151 CORRÊA, Valmir Batista. Corumbá, Terra de Lutas e de Sonhos. Brasília: Senado Federal, 2006, p. 40.

152 CAPDEVILA, Luc. La contenda de la Triple Alianza, periferias e identidades colectivas: Guerra, Estado y nación en América austral en la década de 1860. Universidade de Rennes. México, 2011, p. 1.

153 PÓMER, Leon. La Guerra del Paraguay ¡Gran Negocio! Buenos Aires, 1968, p. 10.

154 Idem, pp. 2 – 3.

Antecedentes remotos de la Guerra de la Triple Alianza

Uno de los motivos del problema de límites se encuentra en la falta de precisión de la línea determinada por el Tratado de Santo Ildefonso, así como las dudas y contestaciones que surgieron. De esta manera, ni Portugal ni España respetaron los establecidos en este tratado. El hecho es que, de un lado, Portugal usurpó el hemisferio que le fuera concedido a España, y por otro lado, España también pasó lo que le pertenecía a Portugal.[155] En este sentido señalamos que España se apoderó de Filipinas y todavía reclamó como obtuvo de Portugal una indemnización por la ocupación de las Molucas.

En cambio, Portugal aumentou sus posesiones cuando la unión de las dos coronas, de 1580 a 1640, en que las tierras portuguesas de la América, en las fronteras todavía indefinidas, empezaron a alargar para el occidente. Pero cuando la unón fue desecha, luego surgieron las disputas y hostilidades entre las posesiones de una y de otra en el continente americano, surgieron entre ellas una situación de animosidad, esto perduró después que las ex colonias lograron sus respectivas independencias de la matrópolis.[156]

Otro autor que interfiere en esta interpretación, es Oliveira, según él, la tensión fronteriza entre Brasil y Paraguay tiene origen en el proceso de colonización europea en América se deve, en gran medida a las diversas interpretaciones posibilitadas por la imprecisión de los tratados de límites establecidos y revistos a lo largo de la historia. De esa forma, apesar de representar sucesivos entendimientos entre las coronas portuguesa y española en lo que se refiere a sus derechos en América, tratados como de Tordesillas en 1494, Madrid (1750) y Santo Ildefonso en 1777, no pudieron entregar los elementos suficientes para establecer de forma definitiva los límites territoriales.[157]

Hildebrando Acioly cita algunos artículos que tratan de la delimitación entre Brasil y Paraguay, así describe:

> "Art. VIII: . . . y continuando entonces [de la foz do Iguassu, en el río Paraná] aguas arriba

155 ACCIOLY, Hildebrando. Limites do Brasil. A fronteira com o Paraguai. São Paulo, 1938, p. 1.
156 Idem, p. 2.
157 OLIVEIRA, Márcio Gimene de. A Fronteira Brasil-Paraguai: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade. Dissertação. Brasília, 2008, p. 27.

> del mismo Paraná, hasta donde se le junta el rio Igurey[158] por su margen occidental.
>
> Art. IX: desde la boca o entrada del Igurey, seguirá la raya aguas arriba hasta su origen principal; y desde ella colocará en línea recta, por el terreno ás alto, con atención, al ajustado en el referido artículo VI,[159] hasta llegar a la cabecera y vertiente principal del río que se avecina más a dicha línea, y desagua en el Paraguay por su margen Oriental, que talvez será lo que llaman de Corrientes; y entonces bajará la raya por las aguas de este río, hasta su entrada en el Paraguay, desde cuya boca subirá por el canal, que deja este río durante la sequía..."[160]

Mas la "zona neutra" no fue respetada, así el criterio adoptado fue el *uti possidetis*, esto es, la efectiva ocupación, inclusive este principio simpre fue de uso corriente por parte de la diplomacia brasileña a partir de este hecho y después se convirtió como base para las negociaciones futuras sobre custiones de límites.[161] Pero el Paraguay nunca se conformó con este instrumento utilizado por el Brasil.

Para Santillán, adoptando también el mismo criterio sobre el Tratado de Santo Ildefonso en que prima las incertezas, afirmou que los representantes de las coronas europeas se reunieron para decidir con mayor rigor la frontera entre el Brasil portugués y el Virreinato del Río de la Plata. Lo hicieron en el Tratado de San Ildefonso de 1777, que definió la frontera entre Paraguay y Brasil en términos desconcertantes.[162]

Por el lado paraguayo, Félix de Azara también hacía sus exigencias de

---

158 Definir este río fue um problema que perduró por mucho tiempo ya que no existía este río con este nombre. Cada uno de los países, Brasil y Paraguay interpretaban conforme sus conveniências, internando em el territorio que afirmaban ser de su propiedad.

159 El art. VI especulaba del establecimiento de uma zona neutral, um espacio suficiente entre los limites de ambas naciones, Brasil y Paraguay, en el cual no pueden poblar por ninguna de las partes, ni construir fortalezas, puestos de guardiãs o de tropas.

160 ACCIOLY, Hildebrando. Limites do Brasil. A fronteira com o Paraguai. São Paulo, 1938, pp. 10 – 11.

161 Idem, pp. 15 e 58.

162 SANTILLÁN, Hugo J. Apuntes sobre la Génesis y las causas de la Guerra del Paraguay. Boletín del Centro Naval 846. Jul/Dic de 2017. Buenos Aires, p. 223.

límite a partir del Tratado de Santo Ildefonso en las siguientes afirmaciones, citación a ser hecha conforme consta el escrito en el documento sin modificación para actualizar la forma escrita:

> "Si los Lusitanos, como lo presumo, no accedem á ello [isto é, a tomar por lindero o Ivinhema], admitiré al rio Itgatimi por lindero y por Igurey del tratado, y desde sus cabeceras trataré de dirigir la línea hácia el norte, hasta hallar las de otro rio que cubren nuestros pueblos Belen y Concepcion con sus pastos y yerbales, y de esta bajemos, demarcando su curso hasta el rio Paraguay."[163]

En un manuscrito anónimo que no fue posible detectar si era de autor portugués o brasileño, registrado en la obra de Accioly señala que *"Portugal jamás pudo conseguir de Castilla a no ser por la violencia de las armas, porque los Castellanos solo tratan de engañarnos con prmesas que nunca cumplieron con el solo hecho de ganar tiempo para ir avanzando y formando fortificaciones"*.[164]

Las líneas que demarcaban eran establecidas a partir de criterios de dificíl identificación, no eran precisas y no había interés en obedecerlas. Por las rayas fronterizas, cruzaban personas, animales, mercaderías y dentro de estas, también esclavos. Mientra los gobiernos coloniales definían dominios, la población transitava sobre marcos y líneas imaginarias.[165]

En la gestión del Dr Francia,[166] 1816 – 1840, que se caracterizó por el aislamiento internacional, el monopolio comercial estatal, la instalación de un sistema de espionaje y delaciones para garantir el control de la población y el ejercicio del poder en forma unipersonal. Él desconfiaba de los argentinos, de los brasileños y aún de sus propios conciudadanos. A pesar de que los territorios de esos dos países lindaban con el de Para-

---

163 ACCIOLY, Hildebrando. Limites do Brasil. A fronteira com o Paraguai. São Paulo, 1938, p. 48.

164 Idem, 1938, p. 17.

165 REICHEL, Heoloísa Jochims. Personagens fronteiriços em tempos de guerra: a região platina (1811-1820). UNESP, São Paulo, 2003, p. 285.

166 José Gaspar Francia fue el líder doctrinario de la asamblea que proclamó la independencial del Paraguay de España el 15 de mayo de 1811. En 1813, otro congreso en Asunción nombró tres cónsules para regir la administración paraguaya; el Doctor Francia (abogado) fue uno de ellos. En 1816, un nuevo congreso paraguayo nombró dictador vitalicio a Francia, quien gobernó su país hasta 1840.

guay en fronteras naturales que podían ser claramente inidentificables en base a los importantes y numerosos ríos de la región, los límites eran imprecisos.[167]

El río Paraguay siempre tuvo su relevancia en la cuestión de límite entre el Brasil y el Paraguay. Para el Imperio el acceso al alto Paraguay, a su provincia de Mato Grosso era el río Paraguay, todavía incomunicada por tierra con San Pablo,[168] lo que recién se lograría mucho después de la guerra con el ferrocaril de Corumbá.[169]

En el Tratado de 25 de diciembre de 1850, el Gobierno Imperial expresa cuanto sigue: *"no quiere hacer la guerra al Paraguay; quiere apenas que el Gobierno de esta República no continue a rechazarle los derechos que le fueron reconocidos por este Tratado."*[170] Sabiendo de la relevancia del río para Brasil, el Paraguay varias veces utilizó como arma estratégica para obtener ventajas para si.

El río es un caso emblemático porque ejerce una doble función, por un lado, los ríos representaban como referencias naturales en las tentativas de los tratados de límites entre los colonizadores ibéricos y por herencia, a los países que surgieron después, y por otro, funcionavan como factor de integración a la navegación fluvial e intereses económicos de los países interesados.

Brasil, apesar de tener acceso al caudaloso Amazonas y sus numerosos afluentes, carecía del variado flujo de productos agropecuarios con un potencial creciente, que sólo podían ser sacados por la vía de comunicación de los ríos que componen la región del Plata. Por eso, el dominio territorial en las bases de la red fluvial Paraguay/Paraná/Uruguay/Río de la Plata que desembocaban comodamente en el Atlántico Sur y que formaban las tres repúblicas indepedientes eran tan estratégicas economica y politicamente.[171]

Aparte de eso, el Brasil tenía también a los agentes bien activos como los bandeirantes, su acción devastadora atacando las tierras españolas de

---

167 SANTILLÁN, Hugo J. Apuntes sobre la Génesis y las causas de la Guerra del Paraguay. Boletín del Centro Naval 846. Jul/Dic de 2017. Buenos Aires, p. 224.

168 Um posicionamento radical del autor ya que por el río Paraná adentraban a esta Provincia, desde inicio de la colonización, reconocemos que las dificultades eran inmensas.

169 CRESPO, Horacio. La Guerra del Paraguay como problema historiogrpáfico. Buenos Aires – Museo Histórico Nacional, 2008, pp. 10 – 11.

170 ACCIOLY, Hildebrando. Limites do Brasil. A fronteira com o Paraguai. São Paulo, 1938, p. 70.

171 RELA, Walter. La Guerra contra el Paraguay: los países de la Triple Alianza y las condicionantes de la Guerra. Estudios Históríos – CDHRPyB – Año IV. Julio de 2012 – Nº 8. Montevideo, p. 2.

la Banda Oriental y llegando a las estancias del Paraguay jesuítico estaba latente. Los españoles, con la conquista de Pedro de Ceballos mediante su ofensiva puso temporalmente sobre el dominio hispánico las Colonias del Sacramento y el dominio marítimo del Río de la Plata, pero para esto les cedió en la mesa de negociaciones inmensos territorios de Río Grande ganados por los portugueses en varios años de ocupaciones ilícitas.[172]

La República del Paraguay, como ya mencionamos en este artículo utilizó el río que tiene el nombre del mismo país para procrastinar la cuestón de límites sobre el cual no quería llegar a un acuerdo. Así se demoraba en reconocer los derechos del Brasil a la libre navegación de los ríos Paraguay y Paraná. De esa manera, algunos Tratados como el de 1855, firmado por Pedro Ferreira, ni siquiera se hizo mención a lo firmado en 1850.[173]

Continuando con la puja paraguaya y brasileña sobre los límites territoriales, Brasil insistía en la cláusula del *uti possidetis*, literalmente describimos lo que Brasil defendía:

> "o Governo Imperial declarava quaes os principios que, a seu ver, deviam regular os limites do Brasilcom o Paraguay: estes principios dizia Paranhos são os mesmos que elle tem seguido com outros. Estamos confiantes; a saber: 1º, o *uti possidetis*; 2º, as estipulações celebradas entre as Corôas de Portugal e Espanha, naquellas partes em que ellas não contrariam os factos de possessão, e esclarecem as dúvidas resultantes da falta de ocupação effectiva."[174]

Si Brasil aceptaba el *uti possidetis*, el paraguay se negaba a reconocerlo, porque la parte territorial que reclamaba no lo utilizaba. Así expresaba el plenipotenciario paraguayo al respecto: *"no dudaría declarar que la República no poseía actualmente ninguna población, establecimiento o monumento en posesión además del Iguatemi y del Apa. Y podría agregar que también no poseía entre Iguatemi e Igurei. En todo caso, no demostró*

172 Ibidem.
173 ACCIOLY, Hildebrando. Limites do Brasil. A fronteira com o Paraguai. São Paulo, 1938, pp. 74 – 75.
174 Idem, pp. 79 – 80.

que el uti possidetis paraguayo pasase además del Igurei."[175]

Otra de las tantas propuestas colocadas para la negociación es el ofrecimeinto del Brasil, la línea que sigue el Iguatemi y su brazo principal por el alto de la Sierra del Mbaracajú hasta el Apa. Pero esta propuesta no fue aceptada por el Paraguay, con eso el ajuste de límites se redujo al retraso de la cuestión, o sea, se marcaba otro plazo para la celebración de un ajuste de límites.[176]

Para Gomes, el conflicto tiene unas claras causas regionales: el problema de la navegación por los ríos, especialmente Paraná y el problema, no solucionado tras la independencia, referente a los límites territoriales de cada nueva república. El conflicto por la navegación ya se planteó en tiempo de Carlos Antonio López. Brasil ncesitaba el libre tránsito para acceder a Mato Grosso, en aquel momento, su provincia más occidental, que carecía de ferrocarriles y carreteras. Por lo tanto, para el Imperio brasileño la cuestión de la navegación tenía prioridad sobre la cuestión de límites.[177]

Ya el conflicto de límites con la Argentina es que este reclamaba Misiones (centro de las antiguas misiones jesuíticas) que flanqueaba el sureste de Paraguay a lo largo del río Paraná. Así también, Argentina reclamaba el Chaco central (entre los ríos Bermejo y Pilcomqyo). Ya Brasil quería el norte y noroeste del Paraguay hasta el río Apa.[178]

Una visón crítica de Doratioto cuando se trata de que la "Guerra do Paraguai" fue fruto del confronto entre dos estrategias de crecimento: la paraguaya, sin dependencia de los centros capitalistas, y la argentina como la brasileña, dependiente del ingreso de recursos financieros y tecnológicos extranjeros. Estos dos últimos países serían manipulados por interés de la Gran Bretaña, mayor potencia capitalista de la época, para aniquilar el desarrollo autónomo paraguayo, abriendo un mercado consumidor para los productos británicos y abastecedor de algodón para las industrias inglesas.[179] Para ese autor, esta asertiva es pura invención del revisionismo.

---

175 Idem, p. 81.
176 Idem, pp. 71 – 72.
177 GÓMEZ, Carmen Ruigomez. La Gerra de la Triple Alianza: um conflito regional. Universidad Complutense. Quinto Centenario. Nº 14. Madrid. 1988, p. 261.
178 Ibidem.
179 DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo, 2002, p. 87

Contrastando con la idea de Doratioto, presento a Carmen Ruigomez Gómez, para ella, las potencias tenían grandes intereses en el Plata, sobre todo Inglaterra. Estados Unidos proporcionaba a la Gran Bretaña la mayor parte de las materias primas, algodón, para la industria téxtil de Manchester, y vio el peligro de contar con un único proveedor, sobre todo tras la guerra civil norteamericana, por lo que los ingleses tantean otros lugares y se dirigen hacia el cono sur, allí se encuentran con que Solano López estaba en contra de la consolidación de la hegemonía extranjera. Los gobiernos europeos, excepto el de Francia, favorecían a la Triple Alianza, y ofrecieron sus servicios para lograr una paz de compromiso, lo hicieron con escaso interés pues querían la derrota del Paraguay.[180]

Al conluir este iten, presentamos esta figura que sintetiza los diversos problemas que fueron surgiendo por la cuestión de límites, el primero de los Tratados, el de Tordesillas ya poseía mucha indefininión.

Figura 1: O Meridiano de Tordesilhas segundo diferentes geógrafos

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Tordo.jpg. Acesso em 23 abr 2018.

180 GÓMEZ, Carmen Ruigomez. La Gerra de la Triple Alianza: um conflito regional. Universidad Complutense. Quinto Centenario. Nº 14. Madrid. 1988, p. 263.

Observando la figura arriba es difícil llegar a una decisión de cuales trazados seguir, los suvesivos que le siguieron, Madrid y Santo Ildefonso continuaron a contribuir para las indefiniciones, lo que fue constatado en las diversas tentativas de acuerdo cuya resultante final fue la Guerra de la Triple Alianza.

Antecedentes imediatos de la Guerra de la Triple Alianza

Al ocupar Mato Grosso, Paraguay cerraba la principal vía de comunicación de Brasil con su principal Provincia del Oeste, ya que por tierra era inviable por el tiempo que se llevaba la comunicación con la capital del Imperio, así como el volumen transportado en el momento en que la fuerza de vapor y los ferrocarriles son las principales vías de comunicación de los países centrales. En la zona de conflicto, Mato Grosso, sólo después de 43 años llegó la carretera de hierro. La solución para ese momento fue la guerra que abrió definitivamente la libre navegación del río Paraguay.

A pesar del inmenso costo que la guerra propició en todas las áreas, abrieron también perspectivas en el sentido de solucionar la cuestión de la navegabilidad que hasta entonces era insoluble, sobre ello Paulo Roberto Cimó Queiroz, afirma: La violencia de la guerra "resuelve" a algunos de los nudos, así, frente a un Paraguay arrasado, el Imperio obtiene finalmente no sólo el deseado acceso fluvial a Mato Grosso, sino también el reconocimiento formal de su soberanía sobre el extremo sur de esa provincia. A partir del momento en que se declaran abiertos a la navegación internacional los ríos de la Cuenca Platina, el libre comercio triunfa definitivamente.[181]

La ciudad que más sintió los efectos de la ocupación fue Corumbá. La resultante de la invasión paraguaya a Mato Grosso fue la destrucción, abandono y miseria de la región meridional de la Provincia. En Corumbá, desapareció toda la actividad urbana, sobrando ruinas, depósitos y casas saqueadas y poca población, padeciendo de enfermedades y todo tipo de privación. La ciudad sólo se reanudó[182] tras dos años de ocupación gua-

181 QUEIROZ, Paulo Roberto Cimo. As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904 – 1908). Campo Grande/MS: UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), 1997. p. 87.

182 La reanudación de Corumbá fue el 13 de junio de 1867 por un batallón compuesto de 400 hombres, viniendo por tierra de Cuiabá. Once días después, las fuerzas brasileñas se retiraron

raní.[183]

Se puede verificar en estos apuntes la inexistencia de sólo un factor determinante que llevó a la Guerra de la Triple Alianza, pero un conjunto de factores que motivaron su eclosión. Cada uno de éstos tuvo su relevancia sin sobreponerse a este o a aquel condicionante. Francisco Solano López ocupó el territorio de Corumbá el 3 de enero de 1865. La ciudad sería reconquistada por Brasil el 13 de junio de 1867 y la guerra terminaba en 1870. El "mérito" de Corumbá está en su alerta al gobierno brasileño para la cuestión de la soberanía de Brasil sobre la región.[184]

Pomer señaló la importancia estratégica de los ríos que componen la Cuenca del Plata, principalmente el río Paraguay por su navegabilidad:

> "Uno de los problemas cruciales de la burguesía comercial anglo-brasileña que controla el comercio interno y externo del Imperio va en vías de resolverse: la unificación del mercado interno y el libre acceso a todas sus partes. La zona oeste y sudeste del Imperio, desde el Estado de Río Grande hasta Mato Grosso y Paraná dependen de las vías del sistema del Plata para su integración en el mercado mundial. Por esas vías fluviales deben pasar inexorablemente – hasta que aparezcan los ferrocarriles – la producción de esas regiones brasileñas rumbo a los mercados ultramarinos; por esas mismas vías ingresan las manufacturas europeas que consumen las entonces lejanas zonas oeste y sudoeste del Imperio. Paraguay constituirá un obstáculo en la medida que esté regido por gobiernos celosos de la soberanía y la dignidad nacional".[185]

---

de la villa recuperada huyendo de una posible revancha y la viruela, fueron los responsables de la contaminación por todas las regiones por donde pasaron a Cuiabá. En el mes siguiente un apequena fuerza paraguaya volvió a ocupar hasta abril de 1868, cuando se retiraron definitivamente. Ver MENDOZA, Esteban de. Fechas Mato-Grossenses. Nicteroy, typ. Salesiana, 1919, pp. 139 - 140.

183 CORRÊA, Lúcia Salsa. Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1970 – 1920). Dissertação. São Paulo, 1980, pp. 47 – 48.

184 ARBEX JR. José; OLIC, Nelson Bacic. Rumo ao Centro Oeste, o Brasil em regiões. 2ª. ed. São Paulo, 1996, p. 69.

185 POMER, León. La Guerra del Paraguay. ¡Gran Negocio! Buenos Aires, 1968, pp. 87 – 88.

La Guerra de la Triple Alianza divide la historia de Mato Grosso en antes y después de la guerra. El período anterior era más largo, el trabajo había comenzado por los pioneros de Sao Paulo, por los exploradores portugueses y otros españoles y brasileños interesados en la riqueza de la tierra. Esta parte del territorio brasileño era abandonada por el Imperio y servía sólo como posesión contra los españoles. Cuando el Coronel Vicente Barrios la invadió encontró poca resistencia.

Según Sganzerla, tres fueron los motivos para la invasión de la Provincia de Mato Grosso:

a) Conquistado Mato Grosso despertaría en las tropas paraguayas el entusiasmo por la primera victoria;

b) Con ello, esperaba forzar al Gobierno brasileño a resolver favorablemente a Paraguay, la cuestión litigiosa existente en referencia a las tierras de la margen derecha del río Apa hasta el río Branco y del río Paraguay hasta el río Ivinhema y;

c) Abriendo un frente de lucha lejos del sur, mucho más poblado, dificultaría el transporte de tropas defensivas.[186] Desgraciadamente para Francisco Solano López no salió como planeado, Brasil actuó junto a Argentina y Uruguay formando con ellos la Triple Alianza con el objetivo de combatir al gobierno paraguayo.[187]

En el caso de Brasil, era necesario el libre tránsito por el río Paraguay y no tanto la definición de las fronteras, pues el territorio litigioso estaba en gran medida deshabitado y Brasil no tenía condiciones de poblarlo en aquel momento, eso expresaba el propio José María da Silva Paranhos, negociador de la libre navegación del río Paraguay.[188]

Otro punto divergente en el uso del rio Paraguay, es que en el Paraguay estaba convencido de que la navegación brasileña por el río era perjudicial a su país porque juzgaban que era utilizado por el imperio para armar a Mato Grosso. Sintiéndose presionado por el Imperio y por el fortalecimiento del poder del General Mitre, Solano López afirmou que el Brasil y el Paraguay podía dividir el territorio litigioso, esta idea era siempre rechazada por el gobierno imperial.[189]

---

186 SGANZERLA, Frei Alfredo. A História do Frei Mariano de Bagnaia. Campo Grande, 1992, p. 113.

187 Un eufemismo, ya que en una guerra no se combate al gobierno, sino a toda la nación que tiene en los gobernantes a sus representantes.

188 COSTA, Francisco Félix Pereira. História da guerra do Brasil contra as repúblicas do Uruguai e Paraguai. Rio de Janeiro: Livraria de A. G. Guimarães, 1870, v. I. p. 259.

189 DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo, 2002,

Conforme el mismo autor citado arriba, el hecho del territorio ser litigioso es también por ser productor de yerba mate y existir disputa de los mercados de consumo de ese producto, apliamente utilizado en el Río de la Plata en la elaboración del mate, realimentaba la rivalidad paraguayo/brasileña. En el inicio de la década de 1860, había exceso de oferta de la yerba mate, esto deprimía sus precios cuando el gobierno paraguayo necesitaba de mayores recursos para mantener sus importaciones de maquinarias y material defensivo.[190] Era um elemento adicional de la geopolítica, en la disputa de límites entre los dos países y que contribuyó para el agravamiento de las relaciones entre el Imperio y la República del Paraguay.

Otro factor de la relevancia de Mato Grosso está en que conocía muy bien por las informaciones de sus espías; se apoderaría de todo su ganado vacuno, aprisionaría a sus habitantes para trabajar en el Paraguay, liberando el operario paraguayo para la guerra e incoporaría a su país las tierras que juzgase ser suyas.[191]

El gobierno de Mitre calificó como fundamental al mencionar los objetivos que le llevarían a la guerra con el Paraguay, el libre comercio. Segundo León Pomer, unos pocos le creyeron y otros aplaudieron. Decía textualmente: *"cuando nuestros guerreros vuelven de su larga y gloriosa campaña a recibir la merecida ovación que el pueblo les consagre, podrá el comercio ver incriptos en sus banderas los grandes principios que los apóstoles del libre comercio han proclamado para mayor gloria y felicidad de los hombres"*.[192]

Sobre el principio de la no interferencia en los asuntos internos fue otro aspecto que tanbien tuvo interminable ambiguedades en los países beligerantes. En continuación describiremos las innúmeras veces que este principio no fue respetado por ninguno de estos países.

En el caso uruguayo, pesaba la ayuda de Mitre a Flores en 1863, siempre negada publicamente a Francisco Solano López. La política se volvió a dividir: El Partido Liberal con Flores, el Pratido Radical con los orientales Blancos de Bernardo Berro la lucha de los radicales contra la política de Mitre se agudizó, en tanto que la monarquía brasileña apoyó militarmen-

---

p. 87.

190 Idem, p. 39

191 CAMPESTRINI, Hildebrando. História de mato Grosso do Sul. 7ª. ed. Campo Grande, 2011, p. 167.

192 POMER, León. La Guerra del Paraguay. ¡Gran Negocio! Buenos Aires, 1968, p. 369.

te a Venancio Flores. En el caso de guerra contra el Paraguay, favorecería a Mitre, estaba convencido que el triunfo aliado sería inmediato y celebrarían la entrada en Asunción a los pocos días de iniciada la guerra.[193]

Esta autora, María Victoria Baratta, también asevera sobre como durante 1863 algunos periódicos de Buenos Aires, pero fundamentalmente de Montevideo acusaban al General Mitre y su gobierno de violar las políticas de neutralidad por dar asilo y ayuda económica y militar al General Venancio Flores en su intento de derrocar al gobierno blanco. El caso de neutralidad firmado por el Imperio del Brasil y Argentina en relación a la independencia de la Banda Oriental. El periódico La Nación Argentina publica numerosos artículos defendiendo de manera casi obsesiva la neutralidad del gobierno argentino.[194]

> Las intrigas diplomáticas de los Blancos, en Asunción, continuaraon; en 1864, siendo Aguirre (Partido Blanco) el nuevo Presidente, el Imperio protestó contra los malos tratos que cuarenta mil brasileños sufrían de su gobierno, llevandolos a tomar parte del ejército de Flores. El gobierno uruguayo que ya pedía fuerzas paraguayas para enfrentar a Flores, no pudiendo contar con la ayuda que en otros tiempos tuviera (como contra el Dictador Oribe), en pendencia con la vecina argentina por su ayuda a Flores, se fue junto a Solano López y puso todo en sus manos, la guerra.[195]

Delante esta medida, Solano López no se comprometió ni con Montevideo ni con Urquiza, apesar de no rechazar totalmente las propuestas de alianza. El compromiso que asumió el Jefe de Estado paraguayo es una vaga afirmación que "cooperaría de algún modo" para la defensa del Uruguay, en el caso de que este fuese objeto de una declaración de guerra por parte del gobierno argentino. Para Solano López, la manutención de la in-

---

193 RELA, Walter. La Guerra contra el Paraguay: los países de la Triple Alianza y las condicionantes de la Guerra. Estudios Históríos – CDHRPyB – Año IV. Julio de 2012 – Nº 8. Montevideo, pp. 9 – 10.

194 BARATTA, María Victoria. La Identidad Nacional durante la Guerra del Paraguay. Representaciones, linguajes políticos y conceptos em el diario La Nación Argentina (1862 – 1870). Almanack. Guarulhos, n. 03, 2012, p. 89.

195 CAMPESTRINI, Hildebrando. História de mato Grosso do Sul. 7ª. ed. Campo Grande, 2011, p. 165.

tegridad territorial argentina era condición para el equilibrio en la región del Plata, sin eso, el Imperio se impondría en esta región.[196]

Los diversos caudillos pasaron a terner un comportamiento conforme su interés, sin ningún compromiso con las palabras vertidas. Así, en agosto de 1864, mientras el General Juan Saa se transladaba a la Banda Oriental para unirse con los Blancos, la escuadra imperial comandada por Tamandaré apresa un buque, inmediatamente el ejército brasileño ocupa los departamentos del norte de la Banda Oriental. En octubre de ese mismo año la guerra de Brasil contra el gobierno blanco de Uruguay es un hecho. La opinión pública condena la agresión en varios países. Por indicación de Solano López, el diplomático uruguayo del Partido Blanco se entrevista con Urquiza, este afirma que "se convertirá en la vanguardia del ejército de López y que si Mitre no permite el paso de los paraguayos por territorio argentino, esa será la excusa para su rompimineto con Mitre",[197] esta promesa él nunca lo cumplió.

Quien no demuestra ninguna neutralidad, es Bartolomé Mitre, en una de sus cartas, invocando los principios de la más estricta neutralidad, negaba de todo punto al Presidente del Paraguay su solicitud, mientras que en la otra mano firmaba el permiso para que el Brasil hiciese su cuartel general en la provinia argentina de Corrientes para llevar el ataque desde allí a las huestes paraguayas. Así, conforme Varela, encontraban el "camino más corto para hallar una máscara de legalidad con qué disfrazarse y poder llevar una guerra al Paraguay", guerra premeditada, guerra estudiada.[198] Hasta podemos deducir un exagero en las afirmaciones del autor, lo que no se puede dudar es la actitud ambigua de los caudillos.

Apuntamos otra situación de indefinición del líder argentino cuando el 29 de febrero de 1864, el presidente Mitre respondió la carta de López del 20 de diciembre de 1863 y reafirmó la neutralidad argentina en los asuntos internos uruguayos. En tono firme, Mitre enfatizó que la Argentina podría abandonar esa neutralidad *sin que tuviese que rendir cuentas a nadie por su conducta*.[199]

Otra figura controvertida es el líder Colorado uruguayo, Gral. Venan-

---

196 DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo, 2002, p. 47. Ver también, Efraím Cardozo. Paraguay Independiente. Asunción, 2011, p. 288.

197 GALASSO, Norberto; IBÁÑEZ, Germán. "La Guerra de la Triple Infamia". Buenos Aires, 2005, p. 5.

198 Idem, p. 7.

199 SANTILLÁN, Hugo J. Apuntes sobre la Génesis y las causas de la Guerra del Paraguay. Boletín del Centro Naval 846. Jul/Dic de 2017. Buenos Aires, p. 239.

cio Flores, apoyado por Mitre y el ejército y la marina brasileña invadió su país en 1863 al frente de la llamada "Cruzada Libertadora", entrando en territorio nacional, las fuerzas combinadas uruguayo/brasileñas, con apoyo de Tamandaré, inició el asedio a Paysandú, donde recibieron resistencia e los defensores. Con la fuerza que los invasores tenían esta ciudad cayó y como forma de pago por parte de Flores fue su participación en la Guerra de la Triple Alianza.[200] Este caudillo luchó contra su propio país con ayuda de ejército extranjero.

En lo que respeca a las causas inmediatas de la Guerra de la Triple Alianza, apuntamos que Francisco Solano López tiene mucha responsabilidad, él toma la decisión de la ofensiva militar contra sus vecinos, al introducirse también en la crisis internas de los Estados del Río del Plata. En dos momentos toma la medida de mandar ultimátum que precede a su ofensiva: a) a Brasil el 30 de agosto de 1864 e b) a Argentina el 13 de abril de 1865. Yendo contra la opinión de su padre,[201] movilizó a sus fuerzas meses antes de que el conflictose perfilara. La movilización masiva y sistemática ocurrió en enero/febrero de 1864, antes mismo de la crisis entre Brasil y Uruguay en abril/1864.[202]

Los ahora aliados reaccionaron y el 1º de mayo de 1865 se firmó el Tratado entre la Argentina representada por Rufino de Elizalde; el Brasil, Octaviano de Almeida y el Uruguay, por Carlos de Castro. Los tres países contraían alianza ofensiva y defensiva en la guerra "provocada por el Gobierno del Paraguay". Tanto la independencia como soberanía e integridad territorial eran garantizadas por cinco años, el ajuste de límites ya fue establecida de antemano; así a la Argentina correspondía las tres cuarta parte del territorio paraguayo, y al Brasil todo el territorio que estaba en litigio con el Paraguay.[203]

El Tratado de la Triple Alianza es un documento que contiene 19 artículos. Es totalmente draconiana los artículos de 11 al 19. Y no necesitaba

---

200 RELA, Walter. La Guerra contra el Paraguay: los países de la Triple Alianza y las condicionantes de la Guerra. Estudios Históríos – CDHRPyB – Año IV. Julio de 2012 – Nº 8. Montevideo, p. 7. Ver también, Efraím Cardozo. Paraguay Independiente. Asunción, 2011, p. 290. Otros autores sugeridos son y que ya fueron citados em este Artículo como Carmen Ruigomez Gómez.

201 Existe conforme diversos autores que em el lecho de muerte su padre le había recomendado que la mejor forma de solución de solucionar los problemas de limites, principalmente con el Brasil es utilizando la pluma y nunca la espada.

202 CAPDEVILA, Luc. La contenda de la Triple Alianza, periferias e identidades colectivas: Guerra, Estado y nación en América austral en la década de 1860. Universidade de Rennes. México, 2011, p. 3.

203 CARDOZO, Efraím. Paraguay Independiente. Asunción, 2011, p. 288.

de la aprobación de ninguno de los Legislativos de ningún país. Paso a transribir el contenido del Art. 19. Expresa cuanto sigue:

> "Las estipulaciones de este tratado que no requieren autorización legislativa para su ratificación, empezarán atener efeto tan pronto como sean aprobadas por los gobiernos respectivos, y las otras desde el cambio de las ratificaciones, que tendrá lugar dentro del término de cuarenta días desde la fecha de dicho tratado, o antes si fuese necesario. En testimonio de lo cual los abajo firmados, plenipotenciarios de S.E. el Presidente de la República Argentina, S.M. el Emperador del Brasil y S.E. el Gobernador Provisorio de la República Oriental, en virtud de nuestros-poderes, firmmos este tratado y le hacemos poner nuestros sellos en la ciudadde Buenos Aires, el 1º de Mayo del año de Nuestro Señor de 1865."[204]

Para María Victoria Baratta, a la nación argentina le toca la difícil tarea de justificar la alianza con el Brasil, tradicional enemigo. Esta alianza se funda en una idea liberal y civilizadora cuyo opuesto complementario es el Presidente paraguayo Solano López presentado como un feroz déspota, bárbaro e incivilizado, inmoral, taciturno y sombrío. La clásica dicotomía del pensamiento occidental otrora trabajada por Sarmiento se retoma para este caso. Brasil y Argentina, con diferentes tipos de gobierno, se unen por su nivel de civilización.[205]

El momento previo a la guerra esta era la situación uruguaya, en distintas circunstancias se vio involucrada a traves de la situación pontual vivida por Uruguay cuyo legítimo gobierno del Presidente Bernardo Berro fue violentamente atacado por la revolución liderada por el General Venancio Flores, con el apoyo de Mitre y Pedro II. En esta ocasión fueron movilizados 30.000 soldados brasileños, 24.000 soldados argentinos y 3.000 uruguayos y forzaron a Solano López a involucrarse a una guerra

---

204 Tratado de la Triple Alianza, Art. 19.

205 BARATTA, María Victoria. La Identidad Nacional durante la Guerra del Paraguay. Representaciones, linguajes políticos y conceptos em el diario La Nación Argentina (1862 – 1870). Almanack. Guarulhos, n. 03, 2012, p. 91.

internacional.[206]

El motivo por el cual el Brasil invadió el Uruguay está en que los ganaderos y los agricultores brasileños que explotaban campos en el norte del territorio de la República Oriental del Uruguay creyeron verse perjudicados por ciertas medidas económicas dictadas por Montevideo. Tales quejas de los ruralistas hablaban de disturbios en la frontera y de abusos cometidos por el gobierno uruguayo en perjuicio de ciudadanos brasileños. Aún más: pidieron el apoyo del ejército brasileño para su protección.[207]

Delante de esta situción, al Presidente Berro fue substituído por Anastacio Aguirre, a este no le queda otra salida que buscar la ayuda paraguaya. Francisco Solano López acepta el reto y comienza la preparación militar en el Campamento denominado Cerro León y considera motivo de guerra la participación armada del Brasil, ya que rompía el equilibrio rioplatense, y le prohibió la navegación por sus aguas. Solano López pide permiso a Argentina para pasar por su territorio y le es denegado, por lo que se ve obligado a declarar la guerra a este vecino.[208]

El Paraguay reclamaba los territorios de Misiones, mientras que la Argentina argumentaba que su frontera con la nación guaraní pasaba por la margen oeste del río Paraguay hasta el límite con Bolivia. El acceso del comercio de ultramar por el Río de la Plata (controlado por Buenos Aires) era vital para Asunción. Solano López pretendía una alianza con Urquiza y Montevideo porque pensaba degradar tal control porteño sobre su tráfico marítimo mediante la cristalización de una alianza entre el gobierno paraguayo, el general Urquiza de Entre Ríos y Montevideo.[209]

Las razones por las cuales Solano López interviniera son múltiples y nose puede descartar como uma de ellas el afán militarista de López, péro hubo otras razones de índole regional. Solano López pensaba que el Imperio brasileño, después de arreglar violentamente sus diferencias com el Uruguay, intentará hacer lo mismo con el Paraguay. Si Argentina o Brasil estuviere asentado en Montevideo, Paraguay se sentiría perma-

206 RELA, Walter. La Guerra contra el Paraguay: los países de la Triple Alianza y las condicionantes de la Guerra. Estudios Históríos – CDHRPyB – Año IV. Julio de 2012 – Nº 8. Montevideo, p. 6.

207 SANTILLÁN, Hugo J. Apuntes sobre la Génesis y las causas de la Guerra del Paraguay. Boletín del Centro Naval 846. Jul/Dic de 2017. Buenos Aires, p. 239.

208 GÓMEZ, Carmen Ruigomez. La Gerra de la Triple Alianza: um conflito regional. Universidad Complutense. Quinto Centenario. Nº 14. Madrid. 1988, p. 264.

209 SANTILLÁN, Hugo J. Apuntes sobre la Génesis y las causas de la Guerra del Paraguay. Boletín del Centro Naval 846. Jul/Dic de 2017. Buenos Aires, p. 232.

nentemente amenazado,[210] por eso era vital la independência uruguaya para su país.

Para outro autor, el motivo que el Paraguay invadiera el Uruguay estaba en la comprensión que si Brasil venciera a la Banda Oriental del Uruguay quedará encerrado por las fuerzas hostiles (Mitre en Argentina y Pedro II, el Emperador del Brasil).[211]

Los brasileños invadieron el Uruguay con enorme superioridad de fuerzas, colorados y brasileños tomaron el control de casi toda la Banda Oriental. De esa manera:

> "La intervención militar brasileña en territorio del Uruguay no fue un paseo; eso debe haber alentado a Solano López en sus siguientes decisiones políticas y militares. Lo que el Imperio había planificado como una clara demostración de fuerza, se convirtió en una muestra de debilidad: hubo demoras en la movilización de las tropas. Pero los informantes paraguayos exageraban las dificultades y debilidades militares de los brasileños."[212]

Los brasileños presionaron al Uruguay dando um ultimátum público al gobierno de esse país por el que pretendia "poner orden en la situación política" y la forma de hacerlo era la intervención militar y que sus fuerzas navales no tendrían escrúpulos en entrar en sus flotas en aguas territoriales uruguayas, el presidente uruguayo, Anastacio Aguirre consideró insolente la nota entregada por Saraiva, representante brasileño y rechazó.[213]

El Paraguay reaccionó ante esta actitud del Brasil y su canciller por órden de Solano López entregó al representante brasileño expresando que *"Paraguay juzgará cualquier ocupación del territorio oriental como atentatorio al equilibrio de los Estados del Plata descargandose desde luego, de toda la responsabilidade de futuro".*[214] Esta reacción paraguaya sorpren-

210 GÓMEZ, Carmen Ruigomez. La Gerra de la Triple Alianza: um conflito regional. Universidad Complutense. Quinto Centenario. Nº 14. Madrid. 1988, p. 265.

211 GALASSO, Norberto; IBÁÑEZ, Germán. "La Guerra de la Triple Infamia". Buenos Aires, 2005, p. 5.

212 SANTILLÁN, Hugo J. Apuntes sobre la Génesis y las causas de la Guerra del Paraguay. Boletín del Centro Naval 846. Jul/Dic de 2017. Buenos Aires, p. 243

213 RELA, Walter. La Guerra contra el Paraguay: los países de la Triple Alianza y las condicionantes de la Guerra. Estudios Históríos – CDHRPyB – Año IV. Julio de 2012 – Nº 8. Montevideo, p. 10.

214 Ibidem.

dió al Brasil que consideró como una amanaza aparte de ser agressiva.

En esos momentos, apareció el Mariscal López y pidió explicaciones a unos y a otros, y se adjudicó el derecho de erigirse en defensor de la libertad y la independencia del Uruguay. Cuando esas explicaciones no le fueron dadas o le fueron replicadas en términos que no consideró aceptables, profirió amenazas. Lo grave fue que sus amenazas no fueron tomadas en cuenta por ninguno de los gobiernos implicados en el drama del Plata. Por su parte, la prensa argentina escribía en forma francamente negativa contra López.[215] Por ejemplo, denunciaba los bailes populares que el dictador ordenaba que se realizaran a costa de personas que recibían de la policía de Asunción las directivas para ello.

Cuando de la negativa de Mitre en no permitir el paso del ejército paraguayo por el território argentino, Paraguay le declata la guerra. Esta declaración fue ocultada por el Mitrismo.[216] El motivo para esse ocultamiento es dar a entender que el territorio argentino fue invadido sin la declaracón de guerra, el país entero se pondría a las órdenes de Mitre para combatir el ejército agresor.[217]

En vísperas de la guerra la situación económica brasileña no era nada halagueña, en setiembre de 1864, reventaba en Río de Janeiro la crisis más formidable que se conoce en los anales económicos del Brasil hasta entonces. El Emperador en su discurso en la Apertura de la Asamblea General decía que *"Las quiebras de algunas casas bancarias en las cuales se hallaban depositados los ahorros de millares de indivíduos, produjo en el mês de setiembre una crisis asustadora"*.[218]

Ya en el campo de batalla, el principal aliado del Imperio enfrenta serios problemas para juntar soldados para pelearse contra el Praguay. Como por ejemplo, "López Jordán, uno de los principales jefes entrerrianos, contesta la convocatória de Urquiza de este modo: Usted nos llama para combatir al Paraguay. Nunca, General, esse Pueblo es nuestro amigo. Llámenos para pelear a los porteños y brasileños. Estamos prontos. Esos son nuestros enemigos. Oímos todavia los cañones de Paysandú. Estoy del verdadeiro sentimento del pueblo entrerriano."[219]

---

215 SANTILLÁN, Hugo J. Apuntes sobre la Génesis y las causas de la Guerra del Paraguay. Boletín del Centro Naval 846. Jul/Dic de 2017. Buenos Aires, p. 244.
216 GALASSO, Norberto; IBÁÑEZ, Germán. "La Guerra de la Triple Infamia". Buenos Aires, 2005, p. 7.
217 CARDOZO, Efraím. Paraguay Independiente. Asunción, 2011, pp. 297 – 298.
218 PÓMER, Leon. La Guerra del Paraguay ¡Gran Negocio! Buenos Aires, 1968, p. 88.
219 GALASSO, Norberto; IBÁÑEZ, Germán. "La Guerra de la Triple Infamia". Buenos Aires, 2005, p. 7.

Antes de entrar en guerra con el Brasil Solano López, captura el Marqués de Olinda que se dirigia a Cuiabá llevando en su interior al Presidente de Estado de Mato Grosso. El Brasil presentó protesta formal al enterarse del hecho, la respuesta paraguaya fue que es la consecuencia directa de la provocación que significaba la ocupación de la República Oriental por fuerzas del Imperio del Brasil.[220]

Conclusón

La Guerra de la Triple Alianza, solo es comprensible desde una óptica latinoamericana. En ellas autores y atores como Alberdi y Varela serían traidores. Ya el Imperio brasileño, el Mitrismo y Solano López serían los intrusos en el conflito uruguayo. Muchos no consideraron una guerra internacional, sino una guerra civil porque América Latina es una sola nación.

Apesar de las visiones contrarias, la destrucción tanto de la mayor parte de la población paraguaya como su modelo de crecimiento económico autónomo constituye el punto de partida de la semicolonia que no dejamos de ser los latinoamericanos. Cabe todavía agregar que la experiencia paraguaya no pude ser calificada como desconexión porque probó la posibilidad de creciminto para adentro, por lo menos para la época tenía su validez.

Y finalmente, las causas remotas de esta guerra resumimos a la total inoperância de los diveros Tratados que fueron siendo renovados sin llegar a corregir los desperfectos que propició a las naciones platinas y al Brasil.

Ya las consecuencias inmediatas, están assentadas en diversos factores que surgieron a partir de la falta de definición de limites como la inestabilidad política/económica de las regiones que defendían de acuerdo con el ideal de cada actor disfrutaba con la injerencia directa e indirecta de actores más allá del Atlántico.

Las visiones del pasado en su diversidad nacional y en su multiplicidad política-ideológica podían ser uno de los sustentos positivos, así afirmaba Horacio Crespo. En cualquier área del conocimineto no es um lugar propicio para consensos fáciles, es difícil hacer apología al Imperio de los Braganza o al Mitrismo o al Napoleón del Plata. Existe la necesidad

220 CARDOZO, Efraím. Paraguay Independiente. Asunción, 2011, pp. 279.

de explorar mucho más esta temática que no se agota nunca.

A construção do mito e a ideia de memória nacional:

os restos mortais de Solano López (Assunção) e o monumento à retirada de Laguna e Dourados (Urca – Rio de Janeiro)

Ana Beatriz Ramos de Souza [221]

A glória no mundo contemporâneo se alterou com relação ao objetivo final: se antes ela era relacionada diretamente à questão divina e à Igreja, ela passa agora a se constituir como o espelho do que foi a construção dos estados Nacionais, e da própria nação, principalmente após o advento da Revolução francesa. Os Estados Nacionais durante o século XIX buscaram incentivar o patriotismo principalmente devido à necessidade de se obter soldados para as guerras, que nesse momento, auxiliavam e por vezes decidiam, a formatação da nação.

Um desses exemplos foi a Guerra da Tríplice Aliança. Segundo Ricardo Salles, a Guerra da Tríplice Aliança "mobilizou recursos humanos e materiais em larga escala das sociedades nela envolvidas, estendendo-se a todos os setores da população, a não apenas àqueles diretamente envolvidos no esforço de guerra",[222] levando em conta a ideia de guerra total e nacional. Diversos autores afirmam que a eclosão do conflito provocou um entusiasmo inicial, atos de patriotismo devido à invasão do Mato Grosso sem uma declaração prévia de guerra, que iria se tornar motivo principal de alistamento de voluntários da pátria, por exemplo.[223] A ques-

---

221 Doutoranda em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

222 SALLES, Ricardo. "A Guerra do Paraguai, a "questão servil" e a questão nacional no Brasil (1866-1871)". In Marco Pamplona e Ana Maria Stuven (org). *Estado e Nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX.* Rio de Janeiro: Garamond, 2010. P. 125-126.

223 Entre os diversos autores podemos destacar: Vitor Izecksohn. "Recrutamento Militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai". In Celso Castro, Vitor Izecksohn, Hendrik Kraay (org.) *Nova História Militar Brasileira.* Rio de Janeiro: FGV editora, 2004, p. 188; Francisco Doratioto.

tão conflitante dessas perspectivas versa sobre o nacionalismo: como adequar o nacionalismo criado pelo Estado Imperial a partir da égide do Romantismo com a situação corrente, ou ainda, como "fabricar" um novo tipo de nacionalismo, adequado ao momento, em pouco tempo, devido à emergência do conflito.

A questão da memória

Aleida Assmann, afirma que os processos de recordação ocorrem espontaneamente no indivíduo; no nível coletivo e institucional esses processos são guiados por uma política específica de recordação e esquecimento (2011: p. 19). O ato de rememorar tem relação com os atos culturais da recordação, da eternização, da remissão, da projeção, e, por último, mas não menos importante, do esquecer, sempre embutido em todos esses atos).[224] Para Pierre Nora (1993), citado por Pinto (2013), "se a memória estivesse em permanente processo de rememoração, não haveria necessidade de lugares; é uma memória que a faz diferente da memória arquivística, ou seja, na memória pautada na guarda excessiva de arquivos".[225] Ela se apoia no traço, no material, no vestígio, nesse sentido, a percepção do passado é segundo Nora, a apropriação daquilo que se sabe não mais pertencer a sua individualidade; é uma acomodação sobre um objeto perdido.[226] O lugar de memória é um lugar duplo: de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações (PINTO, 2013: p. 91).[227] Ainda para Pierre Nora

> os lugares da memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói,

---

Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p. 264; Paulo de Queiróz Duarte. *Os voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai.* Rio de Janeiro: Bibliex, 1982, volume 2 tomo I, p. 2; entre outros.

224 ASSMANN, ALEIDA. *Espaços da memoria. Formas e transformações da memória cultural.* São Paulo: UNICAMP, 2016. P 19 e 33.

225 PINTO, Suely Lima de Assis. *Museu e arquivo como lugares de memória.* Museologia & Interdisciplinaridade Vol.I1, nº3, maio/junho de 2013. P. 90-91.

226 NORA, Pierre (org). *Les lieux de Mémoire.* Paris: Gallimard, 1993. P.30.

227 PINTO, Suely. Op. Cit., p.91.

> decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. (...) os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.[228]

Os lugares de memória seriam então feitos pela experiência, restos daqueles que vivem o lugar e pela preocupação em perpetuar uma memória que é viva, mas que pode desaparecer.[229] A ideia de construção da memória coletiva, nesse caso, se mistura com a própria ideia de construção de uma identidade nacional.

O advento da nação no sentido moderno, tendo por base a soberania nacional criava um problema, em virtude das exclusões e hierarquias então vigentes. Inicialmente, as classes dominantes é que se unem nesse laço estreito de comunhão cultural que forma a nação,[230] nesse sentido, o Romantismo e a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) cumpriram papeis essenciais.[231] O romantismo brasileiro, tinha como principal preocupação a busca de um elemento comum e que pudesse se dissociar da imagem do europeu. Segundo Antônio Cândido, a preocupação dos românticos era, sobretudo, equiparar qualitativamente os índios aos colonizadores em termos de cavalheirismo, generosidade

---

228 NORA, Pierre. Op. Cit. P. 12-13.

229 PINTO, Suely. Op. Cit., p.90.

230 BAUER, Otto. "A nação". In. Gopal Balakrishnan (org.). *Um mapa da questão nacional.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. P. 65.

231 Cabe ressaltar que não farei aqui uma discussão sobre a importância do Romantismo e do IHGB na formação da identidade nacional no Segundo Reinado, faço uma breve explanação com objetivo de situar o leitor no contexto de construção da nação no período que antecede a Guerra do Paraguai e desta forma, criar bases de argumentação das alterações produzidas pelo evento. Para saber mais sobre esses temas, cf. Bernardo Ricupero. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870).* São Paulo: M. Fontes, 2004; Antonio Cândido. *Formação da literatura brasileira.* 6ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, vol. 2; Lucia Maria P Guimarães. *"Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)".* In. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, jul-set 1995, n. 388, pp. 459-613; I. Jancsó (org). *Brasil: formação do Estado e da nação.* São Paulo: Hucitec, 2003.; Ricardo Salles. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado.* Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. Entre outros.

e força poética.[232] A tarefa dos construtores da nacionalidade brasileira oitocentista colocava-se na perspectiva de retirar os índios das pequenas nações: remetendo-os simbolicamente ao passado ou integrando-os concretamente na argamassa da grande nação, onde poderiam ser transformados em símbolos e alegorias nacionais. O papel do IHGB nesse contexto, como definiu a historiadora Lucia Guimarães, era idealizar o futuro à custa da manipulação do presente e da construção de um passado a serviço da política.[233] A nação é percebida então como uma combinação de natureza e cultura e não como uma construção política.

No Brasil do século XIX, a centralização política acompanhava-se de um forte apego às "pequenas pátrias", cujo horizonte era municipal ou provincial. A guerra do Paraguai passou a representar a possibilidade de uma nova construção da identidade nacional, que pudesse se afastar das raízes portuguesas ou europeias. Nas palavras de Tavares Bastos, "somente com o fumo das batalhas da Guerra do Paraguai se está desvanecendo a tradição portuguesa que impedia os movimentos da nossa diplomacia".[234] Seria uma nova forma de construção da identidade, baseada agora na oposição ao estrangeiro, ao inimigo comum. O conhecimento da vida estrangeira é precondição de qualquer consciência nacional.[235] A experiência e os sofrimentos comuns que a guerra viria a proporcionar, bem como a vivência numa interação mútua geral, em constante ligação de uns com os outros, produziria a nação. Essa era a expectativa no início do conflito.

Para Pinto,

> a memória ligada à noção de testemunho, descrita a partir de um evento catastrófico será sempre parcial, pois nunca dará conta da experiência do sobrevivente, memória do trauma. Ela está no limiar entre lembrar e esquecer, lembrar o evento crucial para uma comunidade/humanidade, esquecer o

232 CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira.* 6ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, vol. 2. P . 21

233 GUIMARÃES, Lucia Maria P. *"Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)".* In. Revista do IHGB, rio de Janeiro, jul-set 1995, n. 388., p. 456.

234 MORAES FILHO, Evaristo de. *As idéias fundamentais de Tavares Bastos.* Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. P. 20.

235 BAUER, Otto. Op. cit. p. 67.

> trauma, as cicatrizes. A partir da memória traumática, abrem-se caminhos para estruturação de museus que poderiam transformar narrativas nacionais em narrativas de famílias, com apelo a um grande público de várias nacionalidades.[236]

O fim da Guerra da Tríplice Aliança poderia, então, representar uma reconstrução da identidade nacional, pautada agora em um evento coletivo que traria a noção de unidade e de memória coletiva, visto que inúmeras pessoas viveram e conviveram nos campos de guerra e se tornariam os artífices dessa nova história nacional.

O conceito de memória coletiva, para Maurice Halbwachs, não é só um fenômeno de interiorização individual, ela é, também e, sobretudo, uma construção social e um fenômeno coletivo. Sendo uma construção social, a memória é, em parte, modelada pela família e pelos grupos sociais.[237] No entanto, para Paul Ricoeur, a noção da memória coletiva, apesar de suas dificuldades epistemológicas, é um elemento fundamental na compreensão do fenômeno da memória.[238] De fato, como demonstra Halbwachs, nossas lembranças se fortificam graças às narrativas coletivas que, por sua vez, se reforçam por meio das comemorações públicas de acontecimentos que marcaram a história coletiva.[239] Paul Ricoeur estabelece uma distinção entre "rememoração"(parte de um processo de elaboração individual) e comemoração (trabalho de construção de uma memória coletiva), utilizando a ideia de Reinhart Koselleck das noções de "horizonte de expectativa" e de "espaço de experiência", constitutivas da consciência histórica, para demonstrar nesse estudo da memória a pertinência da noção agostiniana dos três presentes.[240]

O contexto da Guerra contra o Paraguai sugere ainda outra visão relativa à formação de uma memória coletiva. Nas "feridas coletivas", segundo Paul Ricoeur, em grande parte simbólicas, encontra-se a violência efetiva, cuja presença se manifesta na fundação das identidades, principalmente coletivas. Essas feridas são assimiladas, na maioria das vezes, em guerras,

---

236 PINTO, Suely Lima de Assis. Op. Cit. P. 94-95

237 HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective.* Paris: PUF, 1950.

238 RICOEUR, Paul. "Entre mémoire et histoire". In Projet. Paris: numéro 248, p.11, 1996. P. 11

239 SILVA, Helenice Rodrigues da. *"Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória.* Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº 4, 2002. P 429.

240 Idem, ibidem, p. 429.

uma vez que as comunidades históricas se constituíram, em grande parte, por meio de atos violentos. Os acontecimentos fundadores de uma identidade nacional, objeto mesmo de celebrações, pertencem geralmente a essa categoria de ferida coletiva. Associados à manipulação e à instrumentalização da lembrança, os abusos da memória se traduzem, pela política abusiva das comemorações das grandes datas, caracterizadas tanto pelas glórias como pelas humilhações.[241] Ainda segundo Silva,

> essa seleção da memória coletiva é comum em todas as comemorações de uma data nacional. As utilizações sociais da memória são visíveis nesse fenômeno das comemorações que, em todas as partes do mundo, vêm se impondo como um ritual nacional. Consagrando o universalismo dos valores de uma comunidade, as comemorações buscam, nessa "rememoração" de acontecimentos passados, significações diversas para uso do presente.[242]

"Le développement de l'idée nationale `partir du XVIIIº siècle a étendu la valeur mémorable du grand homme à ceux qui ont le mieux servi la nation". Segundo José Murilo de Carvalho, "as guerras são fatores importantes na criação de identidades nacionais. A da Tríplice Aliança teve sem dúvida este efeito. Para muitos brasileiros, a ideia de pátria não tinha materialidade, mesmo pós a independência [...] a guerra veio alterar a situação".[243] E continua,

> [...] de repente havia um estrangeiro inimigo que por oposição, gerava o sentimento de identidade brasileira. São abundantes as indicações do surgimento dessa nova identidade, mesmo que ainda em esboço. Podem-se mencionar a apresentação de milhares de voluntários no início da guerra.[244]

Outro ponto interessante de análise é perceber a disputa entre civili-

241 Citado por Idem, ibidem, p. 431.
242 Idem, ibidem. P. 432.
243 CARVALHO, José Murilo de. *A cidadania no Brasil: o longo caminho.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. P. 37
244 Idem, ibidem.

zação e barbárie, que pode ser explicada a partir da perspectiva de Norbert Elias no *Processo Civilizador*. Na Europa do século XIX, o conceito de civilização possuía dois significados: em primeiro lugar, era o conceito utilizado pela corte para opor-se ao barbarismo e, em segundo, transmitia a ideia de um processo com um objetivo, envolvendo o refinamento do comportamento social e a pacificação interna do país.[245] Nas palavras de Elias, o conceito de civilização

> expressa a autoconsciência do Ocidente. Poderíamos inclusive afirmar: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas 'mais primitivas'. Com esse termo, a sociedade ocidental procura descrever em que constitui seu caráter especial e tudo aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras (costumes), o desenvolvimento de seu conhecimento científico ou visão de mundo, e muito mais.[246]

Ao lado do longo processo de constituição dos Estados - Nação europeus, que Elias considera como processos de integração social, surgiram inúmeras formas de controle do comportamento, normas voltadas para a consolidação de estruturas de distinção social.[247] No caso do Império do Brasil, a "imitação" dos costumes dessas sociedades consideradas civilizadas, fez com que as Repúblicas sul americanas, incluindo o Paraguai, fossem vistas como bárbaras. Segundo Ilmar Rohloff de Matos, os fundadores do império brasileiro, "tinham os olhos na Europa e os pés na América". "Olhos na Europa" porque ambicionavam construir uma sociedade "civilizada", semelhante àquelas, e de serem reconhecidos como pertencentes ao mundo civilizado. Mantendo, portanto, a relação com o curso das mudanças ocorridas na Europa, tentando vincular-se a elas, mesmo que apenas no campo do discurso, e da forma de governo. Os "pés

245 FLETCHER, Jonathan. *Violence and civilization – an introduction to the work of Norbert Elias.* Cambridge, UK: Polity Press, 1997. P. 9

246 ELIAS, Norbert. *The Civilizing Process – sociogenetic and psychogenetic investigations.* Massachusetts: Blackwell, 2000. P. 5

247 Idem. *O processo civilizador: formação do Estado e Civilização* (vol. 2), Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1993. P. 193.

na América" porque implantavam medidas que visavam manter a divisão entre os mundos- a "boa sociedade" (o mundo do governo), a gente miúda (o mundo da desordem) e os escravos (o mundo do trabalho) - frente às pressões externas (Inglaterra) e internas (as revoltas populares e de escravos), visto que, sobre esta divisão estava alicerçada a manutenção da dominação econômica e social.[248]

Um engenheiro civil inglês, George Thompson, contratado ainda ao tempo de D. Carlos Antônio López que, com o intuito de modernizar o país, e que mais tarde vai ingressar no exército paraguaio, assim descreveu o Paraguai e seu povo: "a raça paraguaia é uma mistura de espanhóis e aborígenes e dividida em quatro classes: brancos, mulatos, índios e negros".[249] Segundo suas palavras, "os "brancos", a aristocracia do Paraguai, descendem dos primeiros conquistadores espanhóis, casados com mulheres índias." Nota-se nesse trecho sua observância das características raciais da população colocando a aristocracia como sendo branca, mas não pura. Ao falar de Francia, o primeiro governante do Paraguai independente, lhe atribui a ação de criar

> seu terrível sistema de tirania (...). Todo o suposto inimigo do governo (...) era jogado na prisão, e muitos foram fuzilados, especialmente os homens mais influentes do país, e suas propriedades confiscadas (...). Francia fechou o Paraguai inteiramente, por terra e água, a qualquer comunicação com o exterior (...). Proibiu a entrada e saída do país, tanto de pessoas como de bens (...).[250]

Esse pensamento sobre a inferioridade da nação guarani, fazia com que o Império do Brasil fizesse uma real propaganda contra os "bárbaros". Francisco Alembert afirmou que

> sobre a República Guarani foram atirados exércitos, mas também ideias e imagens que buscavam transferir ao outro as mazelas que nossa sociedade nos impunha, o "mal estar"

248 Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial.* Rio de Janeiro: Access, 1994.

249 THOMPSON, George. *La guerra del Paraguay: acompañada de un bosquejo histórico del país y con notas sobre la ingenieria militar de la guerra.* Buenos Aires: Imprenta Americana, 1869. P. 22.

250 Idem, ibidem.

> de nossa "civilização", para falar como Freud. O Paraguai, bárbaro, incivilizado, autoritário, atrasado aos olhos culturais da Corte, serviria então para nos salvar de nossas próprias condições e definir a imagem tão civilizada que buscávamos. No espelho do Paraguai – usado como metáfora da situação latino americana – constituiu-se um dos elementos da nossa "identidade nacional.[251]

Desta forma, podemos perceber que a dicotomia produzida pelo governo entre o Brasil civilizado e o Paraguai bárbaro, vai servir para alimentar o patriotismo e reforçar em novas bases os sentimentos de pertencimento nacional, fomentando assim a participação no conflito, em conjunto com Argentina e Uruguai e praticamente tendo a certeza de uma guerra rápida e vitória certa. Esta ideia não se concretizou e o conflito deixou marcas profundas principalmente no Brasil e no Paraguai.

Após o conflito, a disputa pela memória produziu inúmeros frutos. Neste trabalho vamos analisar, ainda de forma preliminar, um tipo de produção, a comemoração da morte. Tomaremos como ponto de partida dois monumentos: o Panteão dos Heróis, em Assunção e o Monumento de Laguna e Dourados, no Rio de Janeiro, Brasil. Todos possuem o mesmo sentido – homenagear aqueles que deram sua vida à construção da nação, mas suas concepções e objetivos políticos foram diversos. Exatamente sobre isso que pretende se debruçar.

Uma poética da ausência

O historiador alemão Koselleck, pensando comparativamente nos monumentos fúnebres da Alemanha, Itália e França, percebeu que nesses locais ocorreu a tentativa de se construir uma lição de moral e civismo dada pelos mortos, problematizando desta forma que, os monumentos aos mortos, servem, na verdade como meio de atender aos interesses dos vivos do que propriamente prestar a efetiva homenagem.[252] Para Edgar Morin, o fato de não abandonar seus mortos sem algum tipo de ritual, ga-

---

251 ALEMBERT, Francisco. *"O Brasil no espelho do Paraguai"* in MOTA, Carlos Guilherme (org.). Viagem incompleta; formação: histórias. São Paulo: SENAC, 2000. P. 304.

252 KOSELLECK, Reinhart. *Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos.* Estudos Históricos, v. 5, n. 10. P. 134-146.

rante a sobrevivência dos mesmos na sociedade.[253] Quando essa sobrevivência passa a representar um culto cívico, essa memória passa a ter um significado coletivo e de disputa, a fim de se tornar uma memória oficial. A ligação entre o culto da memória e os mortos pode ser compreendida através das palavras do antropólogo Gaston Bachelard, onde a morte se torna "primeiramente uma imagem".[254] "Perante a incompreensibilidade do morrer, a memória emerge como protesto compensatório".[255] Nesse sentido, "o tumulo deve ser lido como uma totalidade significante que articula dois níveis bem diferenciados: o invisível (situado debaixo da terra) e o visível, o que faz com que, [...] ele seja um monumento colocado entre os limites de dois mundos".[256]

Quando essa morte ocorre no meio de uma guerra, as nuances se intensificam. O chamado "culto cívico" aos mortos em combate compõe uma parte das funções sociais da memória em que o principal será estabelecer a ideia de pertencimento e continuidade. A relação da morte com a defesa da pátria exalta ainda mais essa necessidade de memória. Segundo Contamine,

> le jour où un seul individu humain trouverait, hors de l'idée de patrie, des garanties supérieures pour son droit, pour sa liberté, pour son développement, ce jours-la l'idée de patrie serait morte. [...]. Son domaine: le téàthre, les devises, les inscriptions, les harangues officielles, les oraisons funèbres, la poésie. Un discours aussi qui multiplie les exemples historiques. La patrie impose le dialogue avec les ombres.[257]

253 MORIN, Edgar. *O homem e a morte.* Publicações Europa/América, s/d, 1988. P. 25

254 BACHELARD, Gaston. *La terre et les rêveries du repos.* 12e réimpression. Paris: Librairie José Corti, 1982. P. 312.

255 CATROGA, Fernando. *"O culto dos mortos como una poética da ausência".* Artcultura, Uberlandia, v. 12, jan-jun (2010). P. 167

256 Idem, ibidem, p. 168.

257 CONTAMINE, Philippe "Mourir pour la patrie, *Xe-XXe siècle".* In NORA, Pierre. Les lieux de mémoire. Paris, 1997, vol. 2. P. 1695-1696.

O Panteão de Heróis e a expedição à Cerro Corá

O que seria um *pantheão*?

> A palavra Panteão deriva de Pan (todo) e Théos (deus) e significa o templo dedicado a todos os deuses. Em Roma, construiu-se um templo com o objetivo de ser consagrado a todos os deuses. Era o Pantheon. No decorrer da história, o Panteão passou a designar o local onde se depositavam os restos mortais de homens ilustres e notáveis, que prestaram grandes serviços à Pátria. Na França, em 1791, o processo revolucionário transformou a Igreja de Santa Genoveva no Panteão moderno, como forma de cultuar os grandes homens, com a legenda "Aos grandes homens, a Pátria reconhecida". Assim, os deuses e santos são substituídos pelos "heróis nacionais". Estava instituído o Panteão moderno, cujo modelo passou a ser copiado por outros países.[258]

O Panteão Nacional dos Heróis (*Panteón Nacional de los Heroes*) é um monumento localizado em Assunção, capital do Paraguai. A edificação foi iniciada em 1863, durante a presidência de Francisco Solano López, com projeto do arquiteto italiano Alejandro Ravizza. Foi inspirada em Santa Maria de Carignano, de Gênova, ou na igreja do Palácio dos Inválidos de Paris, mas os trabalhos tiveram de ser interrompidos pela Guerra do Paraguai já em 1865.

Pelos relatos e fotografias enviadas ao Brasil, podemos descobrir que o Panteão serviu de moradia, em algum momento do conflito, para o General Barrios, cunhado de Solano Lopes. Na leitura dos jornais publicados no Rio de Janeiro durante a década de 1870, percebemos que foi ocupado durante todo o período de tutela brasileira do Paraguai, servindo de Quartel General do Exército em Assunção. Outro detalhe na pesquisa

258 ORIÁ, Ricardo. "Construindo o Panteão dos Heróis Nacionais: monumentos à República, rituais cívicos e o ensino de História." *Revista História Hoje*, v. 3, nº 6. P. 46

dos jornais que chamou bastante atenção foram às comemorações dos aniversários do imperador Pedro II, realizadas sempre no *Panteão*, com cerimônia de *te-deum* além de desfile militar pelas ruas circundantes. O que nos leva a pensar, dada a natureza da construção do prédio, que estava acontecendo uma disputa pela memoria do local, afinal estava sendo imposta a tradição do Império, a fim de minimizar a memória oficial paraguaia que estava sendo erigida ali, através de seus mitos e heróis nacionais.[259]

Com o término da guerra, a política paraguaia foi marcada por grande instabilidade, lutas internas e graves problemas econômicos. Antes mesmo do falecimento do Marechal Solano López, presidente da República do Paraguai, em 1870, o governo provisório do país o declarou traidor da Pátria e fora da lei;[260] López passou a figurar na história oficial como "um ditador que lançou seu país em guerra imprudente contra vizinhos mais poderosos".[261] Thomas Whigham ressalta que

> los detractores paraguayos del mariscal, quienes mayormente se afiliaron al Partido Liberal desde fines del siglo diecinueve, lo consideraban un monstruo sin igual cuya vanidad exigió la extinción de su pueblo. En su mundo en blanco y negro, lo pintaron más oscuro que la oscuridad, y a sus seguidores como simples estúpidos o bárbaros.[262]

Segundo Bruna Reis Afonso, essa representação negativa de López, entretanto, não era consensual. Estudantes secundaristas e universitários "que desejosos de construir uma sociedade melhor (...), necessitavam de heróis que encarnassem os valores, supostos ou verdadeiros, da nacionalidade paraguaia"[263] e camponeses que falavam guarani, espalhados em diversos pontos do país seguiram cultuando a imagem de López. Após 1870, a política paraguaia, antes marcada pela estabilidade, entrou em um ciclo de ferrenhas disputas políticas que, por vezes, culminaram

---

259 A NAÇÃO, 1874, p. 3

260 DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai.* São Paulo: Cia das Letras, 2002. P. 83.

261 Idem, ibidem. P. 79.

262 WHIGHAM, Thomas. *La guerra de la Triple Alianza: danza de muerte y destrucción.* Asunción: Taurus, 2012. P. 512.

263 AFONSO, Bruna Reis. Representações da História da *Guerra de la Triple Alianza* no regime de Stroessner. Revista Latino-Americana de História, vol. 6, nº. 18 – ago./dez. de 2017. P. 80.

em guerras civis. Na década de 1880 fundaram-se os dois partidos tradicionais, o Centro Democrático (1887) que mais tarde transformou-se em Partido Liberal e a Associação Nacional Republicana (1887), conhecido popularmente como Partido Colorado. O primeiro agrupou jovens intelectuais e camponeses expropriados descontentes com os *caudillos* que controlavam o governo. O segundo agrupou os terratenentes e militares conservadores sob a liderança de Bernardino Caballero "um dos oficiais mais aguerridos de López".[264] As disputas políticas entre os dois partidos culminaram em um movimento armado que ficou conhecido como Revolução de 1904 ou Revolução Liberal, que contou com o apoio dos argentinos, camponeses e operários, da qual os liberais saíram vitoriosos. Vale ressaltar que os liberais também eram profundamente *anti-lopistas*.[265]

Em junho de 1932 o Paraguai entrou em conflito com a Bolívia, dando início a Guerra do Chaco. De acordo com Ceres Moraes "a Guerra do Chaco e seu desenlace criaram, no Paraguai, uma situação revolucionária, que serviu para unir, num mesmo movimento todas as correntes antiliberais".[266] Lorena Soler (2007) argumenta que a Guerra do Chaco fomentou um nacionalismo na sociedade paraguaia, com diversas correntes, desde as fascistas, até aquelas que reivindicavam direitos sociais e políticos. Nesse contexto, os militares tornaram-se os atores políticos que poderiam melhor representar a nação, assim, na década de 1930, surgiu o movimento Febrerista encabeçado por militares nacionalistas e que haviam saído vitoriosos da guerra. Assim, a vitória paraguaia na Guerra do Chaco abriu caminho para olhares heroicos para o passado militar e os manuais de história voltaram a ser reescritos para contar que foram declarados próceres beneméritos José Gaspar de Francia, Carlos López e Francisco Solano López.[267]

Foi nesse renascimento patriótico que o presidente Rafael Franco criou em 1936 uma expedição a Cerro Corá, a fim de resgatar os restos mortais de Solano López, utilizando os relatos dos expedicionários que, segundo a história contada, os soldados paraguaios durante a batalha, sinalizaram o caminho, escrevendo em guarani nas cascas das árvores, o caminho que levaria ao local do enterramento.[268]

---

264 Idem, ibidem. P. 93.

265 Idem, ibidem. P. 94.

266 MORAES FILHO, Evaristo de. *As idéias fundamentais de Tavares Bastos.* Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. P.27.

267 AFONSO, Bruna Reis. Op. Cit. P. 94.

268 O comandante da expedição realizada para resgatar os restos mortais de Solano López foi Higino

Em um livro intitulado "*La restauracion histórica del Paraguay*", é descrita toda a operação de retirada dos restos mortais de Solano López e seu filho Panchito. Interessante ressaltar que a obra é um verdadeiro panfleto de exaltação patriótica e celebração da Revolução Febrerista. Inicia criticando o Brasil, chamado de "monarquia exótica" e afirmar ser o dever da obra "limpiar de agravios y errores la historia nacional sube de punto y se hace perentorio em los agitados tempos actuales em que, junto a la deformación de los grandes sucesos del passado, se mezcla la deformación de los grandes sucesos del presente".[269] O livro segue falando das grandes "obras" de Solano López, bem como todo o procedimento de retirada e solenidades de translado e deposição dos restos mortais. Em festa do primeiro de março de 1936, aniversário da morte "épica" de Solano López, o governo revolucionário baixou um decreto, com forma de lei, onde declara Francisco Solano López como "herói nacional", que "representava o heroísmo paraguaio"; mais tarde, em outro decreto de 14 de setembro de 1936, agora relativo ao Panteão, afirma que seriam "próceres beneméritos da nação o doutor Gaspar Rodriguez de Francia, e dom Carlos Antonio Lopéz e o Marechal Francisco Solano López". No artigo terceiro deste decreto afirma que os restos mortais de Solano López deveriam ocupar a área central do Panteão. A inauguração ocorreria no dia 12 de outubro, data em que se comemoraria o aniversário do Descobrimento da América.

E como foram recuperados os restos mortais de Solano López? Essa história seria por si merecedora de uma grande obra de epopeia. Alguns paraguaios contestam a veracidade dos fragmentos depositados no Panteão como sendo de Solano López, mas cabe ressaltar que mesmo com a

---

Morínigo, que à época tinha 43 e era conhecido por suas ideias antiliberais, por sua simpatia pelos países do Eixo e por seu nacionalismo extremado. Também era respeitado por sua honestidade e profissionalismo, pois jamais participara de conspirações (DORATIOTO, 2012, p. 445). Também tinha estreitos laços pessoais com a tradição autoritária anterior a 1870. Um de seus avôs fora morto e o outro ferido na Guerra da Tríplice Aliança. Seu pai foi ferido e feito prisioneiro aos 11 anos na última fase da guerra. Ele se tornou comerciante e Morínigo nasceu em Paraguari em 1897. A família se mudou para Assunção em 1906, onde o jovem ingressou na Academia Militar Nacional. Como jovem oficial, recebeu ordens para participar de uma violenta insurreição civil em 1922, que envolvia facções rivais do Partido Liberal. Essa experiência o deixou prevenido contra os políticos civis e a prática de envolver o Exército nas lutas internas pelo poder. Foi comandante regional durante a Guerra do Chaco. Promovido a coronel durante o governo de Rafael Franco, comandou a expedição a Cerro Corá em 1936 que recuperou os restos mortais de Solano Lopez e os depositou no Panteão Nacional dos Heróis (GROW, 1988, p. 81-82). Adapt. de AFONSO, 2017.

269 STEFANICH, Juan. *La restauración Histórica del Paraguay.* Buenos Aires – Argentina: Editorial El Nuevo Mundo, 1945. P. 13.

incredulidade, somente a existência de terra de Cerro Corá, já é considerada motivo de culto nacional.[270] Bom, voltando à busca pelos restos mortais, vamos a narrativa encontrada no livro. Fora inicialmente constituída uma comissão a fim de proceder às buscas: além do presidente Franco, fazia parte dela dois veteranos - Bonifácio Obando e Genaro Gimenéz - que diziam saber onde se localizava a sepultura, pois ouviram relatos de soldados que presenciaram o sepultamento.

A expedição seguiu rumo a Cerro Corá, mais precisamente "à margem esquerda do rio Aquidabán, a uma distância de 100 metros aproximadamente, sob ordem de Madame Lynch, além de terem sido colocadas cruzes de madeira sobre as sepulturas." Em 1880, Obando chegou acidentalmente em Cerró Corá e encontrou as cruzes quebradas, uma sem os "braços" e a outra quase destruída, acreditava ele que por viajantes que as levavam como relíquia. No ano de 1897 esteve novamente em Cerro Corá, não encontrando mais vestígios das cruzes e sim uma vegetação mais intensa que cobria todo o local.

Então em 1936 a expedição resolve seguir os mesmo passos na busca por Solano López. Em 2 de setembro encontraram um local parecido com a descrição de Obando e Gimenéz, percebendo formas retangulares no terreno, o que parecia ser sepulturas antigas. Começou então o processo de escavação. Foram retirados alguns restos de madeira, pedras mescladas de terra negra e vermelha, e na profundidade de um metro encontraram alguns poucos fragmentos de ossos humanos que foram cuidadosamente recolhidos das tumbas. Após a retirada, esses fragmentos foram colocados em pedaços de tecido branco, dentro de uma pequena urna de madeira, com um pouco da terra extraída. Ordenou-se então a colocação de uma cruz de ferro no local, para memória da posteridade.

"Tais relatos permitiram fundir dois símbolos da *paraguaidade*, a língua guarani - que passa a figurar como elemento originário do país - e Solano López, o herói da pátria".[271] Nesse contexto de exaltação patriótica e retomada do culto ao Mariscal Solano López, que o *Pantheon Nacional de los Heroes* foi construído exatamente no mesmo local onde era destinado o culto a Virgem de Assunção e onde o Brasil utilizou no período

---

270 Cf. Efrain Cardozo. *Donde están los restos del mariscal López?* História Paraguya – Volume 13 – Assunción, 1970.

271 SOLER, Lorena. *Claves Históricas Del Régimen Político En Paraguay. López Y Stroessner. Diálogos* - Revista do Departamento de Historia e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 11, núm. 1-2, p. 19-54, 2007.

pós guerra. No Panteón repousam os restos mortais daqueles que foram considerados os grandes heróis da pátria, abrigando os restos mortais de personagens como Carlos Antônio López e Francisco Solano López além de conter tumbas de dois soldados desconhecidos da guerra do Chaco. Em uma das paredes laterais no interior do Panteão fora colocada uma placa em bronze onde se lê

> 1862-1936. "Construcción iniciada por el gobierno del Mariscal Francisco Solano López, bajo la dirección del ing Alejandro Ravizza, em 1862. Terminada por el Primer gobierno de la Revolución de Febrero, presidido por el Coronel Rafael Franco, bajo la dirección del in. Bruno Paproski, em 1936.[272]

Interessante ainda ressaltar que no seu frontispício está escrita a expressão em latim *fides et patria*, que podemos traduzir como "Fé e Pátria". O Panteão serviu desta forma, ao intento político de se reconstruir um sentimento patriótico e da memória coletiva, que será aprofundado durante o governo de Alfredo Stroessner (1954-1989). De acordo com a página incentivadora do turismo no Paraguai, *bienvenidoaparaguay.com*, o Panteão seria

> uno de los tesoros del Patrimonio Cultural Material de Asunción se comenzó a construir en 1863 y se terminó 73 años después. Inspirada en el Palacio de los Inválidos de Francia (Les Inválides), hoy en día la última morada de las personas más importantes de la historia paraguaya. Abre sus puertas todos los días desde las 05:45 con el toque de diana e izamiento de bandera. Existe un servicio de guía que funciona desde las 08:00 hasta las 12:00 de lunes a sábados. El horario de bajada de bandera es a las 17:00 todos los días con un toque de corneta y un pequeño acto, excepto los domingos cuyo horario de cierre es al medio día. Los domingos se realiza la misa a las 10:30 en el Oratorio.

272 STEFANICH, Juan. Op. Cit. 14.

Podemos perceber então que a memória relativa à guerra está mais do que presente no imaginário paraguaio e a construção dos heróis serviu de forma efetiva para a construção do nacionalismo e na disputa pela memória relativa à guerra com as diversas solicitações por parte do governo paraguaio dos chamados "troféus de guerra" (armaria, bandeiras e canhões – o mais famoso El Cristiano) que estão em poder do Brasil desde o término do conflito.

O grande épico: a retirada de Laguna

A ideia de uma grande epopeia relativa à guerra surgiu no momento em que o Visconde de Taunay, publica *A retirada de laguna*, obra cercada dos preceitos do heroísmo romântico vigente no contexto histórico a fim de exaltar a valentia frente aos "bárbaros" paraguaios. Pela narrativa, já era possível aventar, com uma certeza quase avassaladora, a construção de algum símbolo oficial que formalizasse sobremaneira a aventura que naquele momento ganhava tons ainda mais trágicos e que se transformou em leitura praticamente obrigatória. Mas não foi o que ocorreu, pelo contrário, as manifestações relativas a essa "epopeia" surgiram na própria região do fato como um pequeno e simples cemitério que recebeu cruzes e jazigos de pedra e cal, tecendo uma singela homenagem ao coronel Carlos de Morais Camisão, o tenente-coronel Juvêncio Cabral de Menezes e José Francisco Lopes, o guia Lopes.

Em 1867, as tropas brasileiras chefiadas por Camisão e guiadas por Lopes entraram no território paraguaio até a região de Laguna. Sem alimentos, sem munição e ainda atingidos por doenças como a cólera, os brasileiros foram obrigados a fugir, mas foram perseguidos pelos paraguaios. Na fuga, a atuação do guia Lopes orientando as tropas brasileiras foi fundamental para impedir que os soldados fossem todos massacrados. Ele mostrou caminhos aos soldados e despistou o inimigo em um terreno difícil. Entre os brasileiros estava Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay, o visconde de Taunay. O Coronel Camisão, Juvêncio e Lopes morreram e foram enterrados na margem esquerda do rio Miranda, onde está localizado o cemitério. Dos três mil soldados brasileiros que integravam a unidade, somente 700 sobreviveram.[273] A atuação dos três rendeu a eles diversas homenagens. O nome da fazenda do guia Lopes, onde ele, Camisão e Juvêncio, acabaram morrendo e sendo sepultados, Jardim, acabou

273 DORATIOTO, Francisco. Op. Cit.

sendo adotado para o município onde está localizado. Ele também deu nome à cidade vizinha, Guia Lopes da Laguna. Contudo estamos falando de homenagens locais, mas não a formulação da memória em termos de uma memória coletiva e, principalmente, oficial.

Nenhuma outra iniciativa foi realizada na intenção de rememorar esse evento até a o ano de 1917. Em agosto desse ano foi apresentado um projeto à Câmara para a construção de um monumento que pudesse comemorar os feitos descritos na obra de Taunay. A iniciativa partiu do capitão- tenente da marinha, Eurico César da Silva, sendo intensificada mais tarde pelos alunos da Escola Militar de Realengo (RJ), que além de endossarem a campanha pró-monumento, nomearam a turma como "Heróis de Laguna e Dourados". A campanha visava arrecadar fundos para erigir o monumento além de sensibilizar o governo sobre a "necessidade" dessa construção. O jornal *O Imparcial* de 1927, assim noticiou: "O Brasil e seus heróis. Na consciência de que somos um povo culto, livre e forte e que só temos motivos para nos orgulhar das nossas conquistas, impõe-nos o dever de glorificarmos as nossas coisas, os nossos feitos e os nossos heróis".

Monumento: do latim *monumentum*, o termo deriva *d monere* (advertir, lembrar) e remete àquilo que traz algo a lembrança.

> Por monumento, no sentido mais antigo e primitivo, se entende uma obra realizada pela mão humana e criada com o fim especifico de manter feitos ou destinos individuais (ou um conjunto deles sempre vivos e presentes na consciência das gerações vindouras). Pode tratar-se de monumento artístico ou escrito, na medida em que o acontecimento que se pretende imortalizar se mantenha no conhecimento através daquilo que se contempla somente com os meios expressivos das artes plásticas ou recorrendo à ajuda de uma inscrição. O mais frequente e a união de ambos os gêneros, de um modo combinado.[274]

Percebemos então que a iniciativa de se erigir um monumento vai de encontro com o objetivo de perpetuar a memória do evento e daqueles que o fizeram. A base para a reconstrução da história que cerca o monu-

274 RIEGL, Aloïs. *El culto moderno a los monumentos.* Madrid: Gráficas Rogar, 1999. P. 23.

mento da Praia Vermelha advém da publicação do então tenente Pedro Cordolino de Azevedo, do ano de 1926, portanto publicada doze anos antes do término e inauguração do *Monumento*, intitulado "*A epopeia de Mato Grosso no bronze da História*" onde descrevia a Guerra da Tríplice Aliança pela ótica dos acontecimentos no Mato Grosso e a da história da Retirada de Laguna e Dourados. Coube a ele mesmo encabeçar a verdadeira empreitada para a construção do "bronze da história". Na apresentação da obra já temos algumas pistas relativas à ideia da construção:

> No ano de 1920, O Jornal trouxe á baila um caso que, segundo dizia, resvalava para imperdoável esquecimento. O conhecido matutino desta Capital lamentava o desprezo a que estavam entregues os túmulos de Antônio João, Carlos Camisão e guia Lopes, que se haviam imortalizado na defesa de Mato Grosso durante a campanha do Paraguai e por isso lançava vibrante apelo á mocidade militar para que fossem colocadas sobre os túmulos olvidados, singelas lápides. Essas lápides assinalariam o local do repouso eterno daqueles mártires da Pátria e demonstrariam, por sua vez, à veneração que os moços militares devotavam á memoria daqueles heroicos batalhadores. A Escola Militar, como sempre, devotada ás nobres causas; sentiu a luminosidade da ideia e rápido abraçou-a. Constituiu-se, desde logo, uma Comissão para, com os recursos angariados, concretizar a generosa iniciativa.[275]

Na primeira parte da obra, o autor descreve toda a guerra travada no Mato Grosso, mas para nós, a segunda parte é que interessa. Inicia a segunda parte intitulando de *O Bronze*, e passa a contar toda a história da iniciativa da Escola Militar e a ideia da construção do monumento.

A construção do *Monumento* contou, inicialmente, com o apoio de figuras públicas prestigiadas. O então presidente do país, Epitácio Pessoa,

275 AZEVEDO, Pedro Cordolino. *A epopea de Mato Grosso no bronze da história.* Rio de Janeiro: [s.n.], 1926. P. 3.

manifestou seu apoio ao Monumento, colaborando com a aprovação da lei que concedia auxílio do Congresso. Pandiá Calógeras, como Ministro da Guerra, também manifestou seu apoio, garantindo o abastecimento do bronze que fosse necessário. O deputado gaúcho Octavio Rocha e o intendente do Rio de Janeiro Henrique Lagden conseguiram angariar fundos significativos da Câmara e do Conselho Municipal, respectivamente. Ainda no final do ano de 1920, a Comissão já dispunha de mais de duzentos contos; tal conquista em tão pouco tempo fez com que Cordolino de Azevedo já pensasse, naquele instante, em uma data para a inauguração do *Monumento*: as comemorações cívicas de 7 de setembro de 1922, centenário da Independência do país.[276]

A história dos acontecimentos em Mato Grosso ficou a cargo do Major Genserico de Vasconcellos. Sob o título de *O teatro de operações de Mato Grosso na Guerra do Paraguai*, continha, segundo Cordolino, fotografias do Forte de Coimbra, da Colônia Militar dos Dourados, enfim, da região do conflito, muitas delas conseguidas com o General Lobo Vianna, outro entusiasta do assunto. Além das fotografias e do texto, uma planta do local onde seria erigido o *Monumento* e o edital de concorrência também acompanhavam a *Monografia*.[277]

Mesmo com todo apoio e os valores alcançados, Cordolino ressalta as críticas que o projeto estava sofrendo pelos "nossos patrícios, está a alguns prosélitos de uma religião, os quais, [...] pretendem opor sua vontade a do povo brasileiro, condenando o movimento que se iniciava na Escola Militar, e pretendendo ver nele uma causa de perturbação da paz americana".[278] Possivelmente o autor deve estar se referindo aos positivistas e a motivação das críticas que era uma possível tensão nas relações entre o Brasil e o Paraguai acarretadas pela construção do Monumento.

O autor continua sua análise, passando então para o local onde o monumento deveria ser erigido. Pensou-se inicialmente na Ponta do Calabouço, antigo Arsenal de Guerra (atual Museu Histórico Nacional) devido ao subsolo ser de rocha viva, o que suportaria um monumento de bronze e de, segundo Azevedo, ter embarcado dali a maioria dos combatentes que foram para o combate, além disso, o local pertencia ao Ministério da

---

276 CREMONESE-ADAMO, Camila. *Fronteira, Mitos e Heróis: a criação a apropriação Da figura do tenente Antônio João Ribeiro no antigo sul de Mato Grosso.* Dissertação. Programa de Pós – Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados: 2010. P. 92.

277 Idem, ibidem. P. 93.

278 AZEVEDO, Pedro Cordolino. P. 61.

Guerra, o que facilitaria a autorização. Nesse contexto, ainda dependiam da palavra do prefeito que, mesmo favorável ao local escolhido, sugeriu que fosse feito na Av. Independência que seria aberta, o que jamais ocorreu. Como o projeto da Avenida não saiu do papel buscou-se outro local sendo sugerida a "a extremidade do promontório resultante do aterro do morro do Castello",[279] sugestão logo abortada devido às melhorias que deveriam ser feitas no local e a Comissão não dispunha de dinheiro suficiente para oba de tal monta. O próprio prefeito Carlos Sampaio percebendo a impossibilidade ofereceu outro lugar, "a extremidade do cabo que fica ao sul do Forte de Copacabana"[280], logo rejeitado pela Comissão por acreditar que ficaria muito afastado do centro da cidade o que dificultaria a visitação. Somente em 1922, próximo a data de Comemoração do Centenário da Independência é que a Ponta do Calabouço foi oficialmente escolhida como local apropriado para receber o monumento, ocorrendo em seguida, e muito documentada pelos jornais, a inauguração solene da pedra fundamental que serviria de base para a construção do monumento.

Estabelecido o local, agora fora determinado pela Comissão que o projeto seria escolhido a partir de um concurso de maquetes. O Edital era bastante simples: só poderiam concorrer artistas brasileiros ou estrangeiros domiciliados no país, deveriam apresentar uma maquete em proporção 1/10 e um detalhe escultórico ampliado a fim de avaliar a capacidade artística do concorrente, além de utilizarem como orçamento o valor de duzentos contos, que era o total arrecadado pela Comissão. O prazo limite era de 120 dias, a contar daquela publicação, ou seja, um prazo muito enxuto. Ao todo foram apresentados dezesseis projetos, sendo um desclassificado por não atender ao Edital. Todas as maquetes ficaram expostas à visitação pública no prédio do Jornal do Comércio, pois naquele momento a Escola de Belas Artes passava por reforma e não poderia dispor do espaço necessário. A escolha do projeto vencedor se deu da seguinte forma:

> Após três e meia horas de detido e minucioso estudo comparativo, durante o qual a Comissão examinou as maquetes, primeiramente sob o ponto de vista da verdade histórica, e ao depois quanto ao valor artístico de cada uma, e a vista, ainda, dos documentos apre-

279 Idem, ibidem. P. 68.
280 Idem, ibidem. P. 69.

> sentados, resolveu classifica-las: Em primeiro lugar, a assinada *Veritas et Labor*; em segundo, *Santa Cruz*; em terceiro, *Alpha*; em quarto, *Criterium*; em quinto, *Um nacional*.[281]

A maquete vencedora, *Veritas et Labor*, pertencia ao escultor carioca Antonino Pinto de Mattos. Segundo Cordolino, a escolha foi feita de acordo com os seguintes aspectos:

> A maquete premiada constitui um belo trabalho de arte. É imponente, elegante, majestoso e traduz com fidelidade o pensamento da Comissão Central, pois é fácil mesmo aos leigos em questões de História da nossa Pátria, compreender e sentir a grandeza dos episódios militares de que é uma resultante, um símbolo, uma condigna recordação.[282]

Nesse trecho podemos perceber o caráter educativo e de construção da memória coletiva, encerrada nesse monumento, pois seria de "fácil entendimento aos leigos", além disso reflete a questão da formação da identidade militar pois, com o monumento, o "leigo" poderia "sentir a grandeza dos episódios militares".

No subtópico sobre a *Architectura*, o escultor descreve elementos arquitetônicos do *Monumento*. Explica que escolheu a forma circular como base por possibilitar linhas curvas, permitindo que o assunto – a heroicidade dos militares em Mato Grosso – pudesse ser "contado" em torno das curvas. O pé do *Monumento* tem cinquenta e três metros de circunferência, e o escultor o ornamentou com motivos militares, porém, sem dar tanto destaque, para não ofuscar a parte principal do *Monumento*, que se apóia nele. Na segunda parte, estão em destaque os elementos mais importantes; mede dezesseis metros de comprimento e estão representadas as cenas da Retirada da Laguna: a marcha forçada, o salvamento dos canhões e a marcha dos soldados coléricos, em relevo.[283] Acima da segunda parte, surge a terceira, com as três figuras simbólicas representadas pelo autor: a *Pátria*, a *Espada* e a *História*. E na face do alto relevo, estão as figuras dos heróis homenageados: Coronel Camisão, Tenente An-

281 Idem, ibidem. P. 75.
282 Idem, ibidem. P. 77-78.
283 CREMONESE-ADAMO, Camila. Op. Cit. P. 98.

tônio João e o guia Lopes. E, para finalizar a descrição arquitetônica do *Monumento*, acima das três figuras simbólicas referidas, parte uma coluna, "estilizada em tubo alma de canhão" de granito e medindo mais de nove metros, e sobre ela, a última figura pensada por Antonino de Mattos, a *Glória*, com mais de quatro metros de altura e seis metros de envergadura de asas, totalizando vinte e dois metros de altura.[284] No subtópico da Escultura, Antonino de Mattos deu bastante ênfase à explicação de como seriam as esculturas do Monumento, principalmente as de alto relevo da Retirada da Laguna, porque nelas estava o foco da construção e esperava o escultor que as esculturas garantissem a dramaticidade que ele almejava para o Monumento. Aspectos como a altura em que ficaria o alto relevo foram levados em consideração:

> A altura em que ele fica é um tanto Cordolino de Azevedo resolve também publicar, na íntegra, no item *Como será o monumento*, a transcrição do projeto apresentado por Antonino de Mattos. acima da linha do horizonte do observador. E, dentre os motivos de escultura projetados, ele é o que mais próximo está do observador, é o que mais se comunica com este, é o que se tornará mais humano e impressionante.[285]

Sobre as outras quatro esculturas restantes do *Monumento*, Antonino de Mattos faz breves comentários explicativos: 1) *A Pátria* foi apresentada de modo a expor os sentimentos de "bondade, energia, segurança e firmeza, foi-lhe dado um equilíbrio e simplicidade que tornarão humana a figura simbólica". Está caracterizada com capacete e vestimenta de guerra, e segura uma bandeira, "que assistiu ao martírio dos filhos que a defenderam com o próprio sangue";[286] 2) A *Espada* foi representada por uma figura concentrada, em recolhimento, sem vestimentas, de modo a demonstrar heroísmo e coragem; 3) *A História* foi representada em "intensa meditação, curiosa e animada pelo que julga e descreve os feitos dos homens, os sacrifícios e os menores gestos significativos, que transmitirá à posteridade";[287] e, por último 4) A Glória, idealizada para ser a fi-

284 AZEVEDO, Pedro Cordolino. P. 61
285 Idem, ibidem. P. 83.
286 Idem, ibidem. P. 89.
287 Idem, ibidem. P. 90.

gura mais sublime e elegante de todas; o escultor quis representá-la com certo "distanciamento" do restante do *Monumento*, por isso, a Glória foi colocada em cima da alta coluna, para ser como "um pensamento superior que se move a certa distância, distante do horizonte carregado das cenas trágicas, agoniantes e tremendas"[288]. Foi projetada em linhas leves, de modo a aparentar leveza, apesar dos acontecimentos trágicos.[289]

Mesmo aceito o projeto não foi executado, pois ele excedia o valor que a Comissão dispunha que era de duzentos contos, e o monumento custaria trezentos e vinte contos, além da quantidade de bronze que dispunha original de canhões paraguaios apreendidos na guerra, ser inferior ao solicitado pelo artista. Nesse sentido, fora levantada a hipótese de se diminuir o projeto, ideia logo rechaçada por Cordolino que acredita que esta ação limitaria a grandeza do monumento. Em seguida o contrato foi assinado com Antonino Mattos e ocorreria o adiantamento dos duzentos contos para o início do trabalho das esculturas e o restante ainda tentaria ser angariado. O prazo estipulado elo contrato era de três anos, o que ultrapassaria o prazo inicial de setembro, a fim de ser inaugurado juntamente com as Comemorações do Centenário da Independência. Em 1926, ano da publicação de Cordolino, e quatro anos após a assinatura do contrato, o estado de animação havia sido substituído pelo desânimo total com a conclusão do projeto, conforme relata o próprio autor no item *Estado atual dos trabalhos*. Atribui a não conclusão do monumento aos "lamentáveis sucessos que se deram no país, em 1922", os quais "arrastando na sua vertigem a Escola Militar, impediram que pudéssemos ver concluído trabalho de tanta magnitude",[290] ou seja, o autor culpou diretamente o movimento tenentista se iniciara em 1922.

O monumento que deveria ser fundido na Europa acabou sendo realizado no Brasil, na Fundição Cavina, com sede no Rio de Janeiro, e seu orçamento pulou de trezentos e vinte contos para quatrocentos e vinte contos. Outro ponto merece destaque: o bronze de canhões que seria utilizado para fundir as peças jamais foi entregue, eles deveriam vir do Mato Grosso (algo que considero muito expressivo e significativo), com o transporte pago pela Comissão, só que passados três anos, os canhões não haviam chegado ao Rio de Janeiro. Foi então que um dos membros da Comissão, que estava de férias em Cuiabá, descobriu que a lancha que

288 Idem, ibidem. P. 91.
289 CREMONESE-ADAMO, Camila. Op. Cit. P. 103.
290 AZEVEDO, Pedro Cordolino. P. 99.

os transportava naufragou, perdendo todo o carregamento. "A situação permaneceu assim até a visita à fundição do novo Ministro da Guerra, Marechal Setembrino de Carvalho, que deu nova autorização à Comissão procurar, em todo o país, as armas de bronze necessárias para a arrecadação".[291] Sem fundos disponíveis e enfrentando críticas e percalços, o projeto foi esquecido. Pelo menos até 1938 quando o Ministro da Guerra do Estado Novo, Eurico Gaspar Dutra, autoriza a liberação dos recursos necessários e escolhe o local definitivo para o monumento: a Praia Vermelha na Urca. Além disso, a parte inferior do monumento possuiria uma cripta onde os restos mortais do coronel Camisão, o tenente-coronel Juvêncio Cabral de Menezes e José Francisco Lopes, o guia Lopes, deveriam ser colocados para seu "repouso final". Para tanto, ocorreu o translado dos restos mortais do Mato Grosso do Sul, passando por São Paulo chegando até o Rio de Janeiro com a cerimônia de deposição das cinzas ocorrendo em 15 de novembro de 1941. Em todos os locais, diversas missas e comemorações foram realizadas a fim de exaltar o heroísmo e a grande história daqueles homens. Atualmente outros heróis da epopeia repousam na cripta do monumento. Um detalhe interessante: uma das pessoas homenageadas é Anna Mamuda – vivandeira que atuou como enfermeira nos campos e que passou a ser chamada de "o anjo da caridade"

O evento de inauguração foi marcado para o dia 29 de dezembro de 1938, mas foi adiado devido ao mau tempo para o dia 31 de dezembro. Na inauguração, segundo *Diário de Notícias* de 20 de fevereiro de 1944, figuraram:

> Forças de terra e mar formavam ao longo da praça e em torno do monumento, também tomando parte na solenidade os alunos das escolas desta capital. Altas autoridades civis e militares, membros do corpo diplomático e pessoas especialmente convidadas estavam presentes ao ato, que se revestiu do maior brilhantismo.[292]

Entre as presenças importantes na cerimônia de inauguração do Monumento, estavam o presidente Getúlio Vargas e o Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, "destacamentos do Exército, da Escola Militar,

291 CREMONESE-ADAMO, Camila. Op. Cit. P. 107.
292 Diário de Notícias, 20 fev 1944.

do Colégio Militar, da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Fuzileiros Navais foram passados em revista pelo presidente da República, enquanto a Primeira Bateria do Grupo de Obuses dava as salvas do estilo", além do próprio Cordolino, o escultor morreu poucos dias antes da inauguração. Além da inauguração propriamente dita, outras solenidades ocorreram em paralelo: condecoração do General Rafael Tobias, o único sobrevivente vivo da Retirada da Laguna, que recebeu a medalha do Mérito Militar, e a entrega do estandarte ao representante do 10º Regimento de Cavalaria Independente, de Bela Vista, que recebeu a denominação histórica de *Regimento Antônio João*, no dia 30 de dezembro de 1938. Tamanho aparato a dimensão alcançada para a inauguração do *Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados*, além da importância histórica de sua inauguração, um ano após a decretação do Estado Novo, podendo nos fazer refletir sobre as bases constituidoras do período ditatorial de Vargas. Além disso, a escolha do local pareceu oportuna: próximo a Escola Militar, lembrando que nesse contexto ocorreu um "abafamento" do movimento dos tenentes, valendo a "supremacia" do Estado.

Conclusão: Comemorar/Rememorar

Como já vimos anteriormente a memória coletiva suplanta as memórias individuais e geralmente é utilizada a fim de formatar ou fixar na sociedade os preceitos de um grupo ou corpus social. A memória e o esquecimento partem dos mesmos princípios, sendo atuantes no processo de domínio e controle daquilo que se escolheu enquanto memoria coletiva. Nesse sentido, os monumentos de exaltação de heróis ou feitos de uma guerra, bem como a lembrança dos mortos, atuam como legitimadores desse processo. Ao pensarmos na guerra do Paraguai, podemos analisar a dificuldade encontrada pelo historiador na sua reconstrução devido ao que Ricouer afirma ser a *negação da memória pelo trauma*, que se inseria na patologia da memória, seja ela coletiva ou individual, não pelo esquecimento, mas pela negação da memória devido ao trauma.[293] Na reconstrução das identidades no período posterior ao conflito, veremos exatamente o contrário: a retomada de alguns pontos histórias a fim de legitimar o processo político. Portanto a escolha do que será memória com relação à Guerra do Paraguai, constitui-se em um sintoma do sistema político vigente, no seu processo de legitimação.

293 SILVA, Helenice Rodrigues da. Op. Cit. P. 430.

Quando a memória sai da esfera particular e se torna pública, ela passa a se constituir no fenômeno coletivo de construção social e de sua utilização social. Segundo Todorov, existe uma indissociabilidade da memória a um trabalho de esquecimento; os abusos da memória estariam ligados as perturbações e feridas da identidade dos povos. Ao lado dessas "feridas coletivas", em grande parte simbólicas, encontra-se a violência efetiva e essas feridas são assimiladas, na maioria das vezes, em guerras, de onde surgem essas identidades, que são manipuladas e instrumentalizadas.[294] Para Ricouer, pela política abusiva das comemorações das grandes datas percebemos esse tipo de utilização da memória coletiva em prol de determinado objetivo. Nesse sentido, o ato de comemorar se difere do de rememorar pois o comemorar se refere ao que é coletivo, às memórias coletivas, enquanto o de rememorar se insere no contexto de elaboração individual. Nossas lembranças se fortificam graças às narrativas coletivas como as apresentadas acima, que, além de contar um historia chamada "oficial", seleciona o que acreditam ser o necessário e oportuno para a narrativa no tempo e na ação. Nisso a linguagem se torna fundamental e a criação de obras monumentais dariam a ênfase ao evento bem como, se comunicam de maneira simbólica com a sociedade. O Panteão dos Heróis no Paraguai e o Monumento aos Heróis de Laguna e Dourados, pretendem não somente criar uma aura de magnitude ao evento em si, mas também de formalizar uma ideia de nação inserida no contexto histórico da década de 1930 onde os governos de viés ditatoriais iniciam um projeto de nação concernente ao sistema por eles implantado.

294 Idem, ibidem. P. 431.

Educação na América Latina e o Ensino Confessional Católico no MT/MS (1959-1994):

concepção e funcionamento do Seminário Santo Antônio

Brazil, Maria do C. /UFGD [295]

Valdez, Fanny S. /UFGD [296]

Amaro, Eliane M. /UFGD [297]

Borba, Marcel dos S./UFGD [298]

Chegada ao Mato Grosso (UNO[299])

A historicização da Ordem Franciscana em Mato Grosso comumente é apontada por historiadores regionais sob o termo "diáspora" para identificar a vinda dos alemães para a "terra de missões", como denominada pelos freis. Provenientes da Turíngia, província de Santa Isabel, devido ao

---

295 Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação da FAED/UFGD. E-mail: mc.2708@hotmail.com

296 Docente no Curso de Zootecnia/Educação Especial (AEE) UEMS/Aquidauana E-mail: professorafannyvaldez@outlook.com

297 Discente no Programa de Pós-Graduação em Educação da FAED/UFGD. E-mail: elianemamaro4@gmail.com

298 Discente no Programa de Pós-Graduação em Educação da FAED/UFGD. E-mail: marcelborba88@gmail.com

299 Por desmembramento do antigo Estado de Mato Grosso, localizado na região Centro oeste do Brasil, o atual Estado de Mato Grosso do Sul foi criado por meio da Lei Complementar n° 31, de 11 de outubro de 1977 e foi implantado em 1º de janeiro de 1979 (BRASIL, 1977). Utilizamos no texto "sul do Mato Grosso – uno", referindo-se, hoje, ao estado de Mato Grosso do Sul, devido ao fato de o recorte temporal da pesquisa abarcar o período de 1955 até 1971, período anterior à divisão territorial Estado.

crescimento e firmação do nazismo[300], viu-se também o acelerado quantitativo de freis, que já abarrotavam as instalações locais, provocando assim, uma diáspora. Marin[301] (2012) aponta Mato Grosso como um desses "lugares de refúgio" dos Franciscanos, que teve rápida expansão, sendo brevemente interrompida com a Segunda Guerra Mundial.

O autor destaca a preocupação da Organização dos Franciscanos com a extinção da Província mediante a ascensão nazista, o que levou à dispersão dos Freis em diferentes países. No Brasil, o Estado de Mato Grosso foi considerado um desses lugares de destino a partir de 1937, embora durante a Segunda Guerra Mundial este fluxo de envio tenha cessado. Segundo Marin[302] (2012), em 1943, já havia 39 Missionários alemães no Estado.

O pesquisador ainda ressalta que na década de 1940, eles já administravam quatro paróquias, das oito existentes pertencentes à Arquidiocese de Cuiabá, bem como, eram responsáveis por sete, das quinze paróquias existentes em Corumbá. Além disso, esses Missionários eram os únicos que atuavam na Chapada dos Guimarães, o que revela a rápida expansão missionária no norte do Estado, como aponta Marin[303] (2012) ao longo de sua pesquisa. O autor ainda trata em seus trabalhos do estereótipo que havia sobre a "Terra de Missões", lugar desconhecido onde o trabalho missionário parecia interminável e incitava a visão de domínio dos alcances católicos.

---

300 O nazismo significou um movimento ideológico nacional-socialista liderado por Adolf Hitler, na Alemanha, entre 1933 a 1945. Entre outras características, tinha fortes preceitos antissemitas, racistas, antiparlamentaristas e pangermanista.

301 MARIN, J. R. Diásporas, identidades e traduções culturais dos Franciscanos alemães em Mato Grosso. In: MARIN, J. R. (Org.). Religiões e identidades. Dourados, MS: UFGD, 2012. p. 103-130.

302 *Ibdem.*

303 *Ibdem.*

Figura 1 – Missionários Franciscanos: Frei Eucário Schmitt, Frei Antonino Schwenger, Frei José Passmam e Frei Francisco Brugger.

Fonte: Knob (1988).

A Figura (01) é um retrato dos quatro primeiros Missionários Franciscanos enviados da Província de Turíngia. Da esquerda para a direita, está: Frei Eucário Schmitt, líder do grupo; Frei Antonino Schwenger, Frei José Passmam e Frei Francisco Brugger. Frei Antonio foi o primeiro vigário franciscano de Entre Rios (atual Rio Brilhante).

Os quatro estão com vestes típicas franciscanas, enlaçadas pelo cordão de três dobras – elemento este considerado fundamental da Ordem. Importa salientar que as imagens são registros do início da Missão, desde quando os primeiros Missionários se deslocaram da Turíngia, região da Alemanha, no ano de 1937. São fotos de momentos importantes da Missão, envolvendo seu contexto cotidiano, narrado em correspondências e eternizados nas Crônicas, fonte da obra de Knob[304] (1988), as Crônicas por sua vez, apontam a preocupação e importância que a missão franciscana delegava à construção de sua própria história.

No dia 25 de janeiro de 1938, parte de São Paulo rumo ao Mato Grosso, utilizando o meio de transporte comum da época, trem movido a lenha, os Freis Eucário Schmitt, Antonio Schwenger e Irmão Valfrido Stähle para

304 KNOB, Frei Pedro. *A Missão Franciscana do Mato Grosso.* Campo Grande-MS: Loyola, 1988.

fundar a missão no Estado. Chegam a Campo Grande dois dias depois. Foram recepcionados por Dom Vicente B. M. Priante, Bispo de Corumbá, e se hospedaram durante alguns dias no Colégio Dom Bosco, dos padres salesianos. No dia 04 de fevereiro daquele ano, ao raiar do dia, todos partiram de carro rumo a Entre Rios, atualmente Rio Brilhante. Viagem esta que durou cerca de oito horas, marcada por peripécias que revelaram aos Freis as dificuldades de locomoção no Estado. Chegaram por volta das 15:00 horas, segundo Facholli e Doerzbacher[305] (1991, p.224), e se hospedaram no Hotel Pimentel.

Dois dias depois, ocorreu a solenidade de posse, realizada pelo então Bispo de Corumbá, Dom Vicente, que conferiu ao Frei Antonio a incumbência de ser o primeiro pároco de Entre Rios, sendo doada à missão a paróquia Divino Espírito Santo, cuja capela foi construída em 1906.

O município de Rio Brilhante, onde se encontra as instalações do Seminário Santo Antônio, é pertencente à região da Grande Dourados, atualmente Mato Grosso do Sul. Essa, por sua vez, segundo Santana Junior[306] (2009) é oriunda da formação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND[307]) e do desenvolvimento local.

Quanto ao Seminário, suas origens materiais datam de 1º de setembro de 1959, bem como foi lançada solenemente a pedra fundamental para construção do primeiro convento franciscano na cidade. Sua construção encerrou-se em junho de 1968.

Em 1959 a residência dos freis foi adaptada para o início das aulas do Seminário Santo Antônio, visto que a obra do Seminário havia se iniciado

---

305 FACHOLLI, Cleunice Batista; DOERZBACHER, Sirley. *Rio Brilhante – sua terra, sua gente:* diretrizes básicas para o estudo de História e Geografia, 3ª série, 1º grau. Rio Brilhante, Cascavel: Assoeste, 1991.

306 JUNIOR, Jaime Ribeiro de Santana. Formação territorial da região da Grande Dourados: colonização e dinâmica produtiva. *Geografia* - v. 00, n. 0, jan./jun. 2009 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. Disponível em:< http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ geografia/article/viewFile/2367/3300>. Acesso em: 14 jul. 2016.

307 No ano de 1943 foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), mas problemas políticos durante o governo Dutra adiou o empreendimento para o ano de 1948, quando as ações foram implementadas trazendo os primeiros migrantes para a região da Grande Dourados. Na década de 1950, no segundo governo de Vargas, o fluxo migratório intensificou estimulado pela propaganda nacionalista do governo. Companhias colonizadoras encarregaram-se de estabelecer ações em áreas de fronteira e promover ocupações a partir de vendas e/ou doações de terras, estratégia eficaz que propiciou a fixação de colonos oriundos do sul e sudeste brasileiro. Esses movimentos envolveram a dinâmica de vários atores sociais presentes: populações de agricultores, profissionais liberais, comerciantes, autoridades, religiosos, professores, entre outros.

de forma concomitante.

Neste tempo, além de Seminário e residência, a casa funcionava também como serviço paroquial. Este local foi a primeira morada dos Freis e a construção foi demolida em 1980 para a construção da capela do Seminário.

Figura 2 – Prédio do Seminário Sto. Antônio em construção. Do lado esquerdo, o Convento franciscano que abrigava os primeiros alunos.

Fonte: Knob[308] (1988, p. 424).

As obras desta nova construção foram iniciadas pelo Frei Proto Schurr e um servente de pedreiro, que construíram a primeira ala do Seminário em setembro de 1959.

Em 1962 foi aprovado o projeto e planta de um novo prédio com capacidade de abrigar 100 alunos, sendo aprovada a obra pelo Padre. Provincial, Frei Beda Schmitt.

308 KNOB, Frei Pedro. *A Missão Franciscana do Mato Grosso.* Campo Grande - MS: Loyola, 1988.

Figura 3 - Seminário Santo Antônio de Rio Brilhante – MS, ao final de sua construção.

Fonte: Knob[309] (1988, p. 425).

Nota-se a imensidão e imponência do edifício construído em uma cidade interiorana de Mato Grosso, na época, anos de 1960. Sobre este fato, escreveu Knob[310] (1988, p. 426): "Dava a impressão de um trabalho bem feito, sólido e agradável, graças aos trabalhos pessoais de Frei Hugo Lang e Norberto Rhim, que deram tudo de si para que a obra recebesse um acabamento primoroso", motivo este de grande festejo para a comunidade local.

As fotos esboçadas na obra de Knob, oriundas dos arquivos paroquiais e utilizadas nesta pesquisa, ressaltam a preocupação dos Franciscanos em registrar a trajetória da instituição e consequentemente, das ações da missão na América Latina.

Escolarização

O ano de 1959, além de marcar o início da construção física do Seminário Franciscano de Rio Brilhante, assinala o momento em que foram realizadas as primeiras matrículas, exatamente cinco, onde apenas meni-

309 KNOB, Frei Pedro. *A Missão Franciscana do Mato Grosso.* Campo Grande-MS: Loyola, 1988.
310 *Ibdem.*

nos viriam fazer parte da referida instituição, a partir do ano consecutivo.

O Seminário era uma instituição dedicada à formação de candidatos ao ministério sagrado (vocação a vida religiosa) e os estudantes ali engajados recebiam preparação cultural (Filosofia e Teologia) e espiritual, além das disciplinas obrigatórias recomendadas pelo Ministério da Educação. Cabia aos Frades franciscanos a incumbência de executar a pedido ou, por ordem da Igreja, proporcionar essa formação.

Vejamos o que diz uma carta de Frei Hermano Hartmann, Padre Superior da Missão Franciscana, dirigida ao Vigário da cidade de Rio Brilhante:

> Rio Brilhante, 10 de agosto de 1975
>
> Prezado Sr. Vigário
>
> Paz e Bem.
>
> Após um estudo feito pela direção do Seminário Sto. Antônio, pelo Pe. Superior da Missão Franciscana, e Vice-provincial da Província da Imaculada Conceição de S. Paulo, sobre a capacidade do prédio, sua manutenção, e sobre a formação dos seminaristas, pareceu-lhes por bem comunicar-lhe o seguinte.
>
> a) O seminário de Rio Brilhante é seminário Franciscano, orientado, por enquanto, por educadores da Província da Imaculada Conceição, com sede em São Paulo. Assim sendo, seguir-se-á a orientação dos seminários da mencionada Província, mormente, no que diz respeito à formação cristã-religiosa-franciscana.
>
> b) O seminário Sto. Antônio comporta cerca de 85 alunos. A preferência será dada aos seminaristas da Missão Franciscana. Em seguida atender-se-á à Diocese de Dourados, Dioceses vizinhas, e por fim, às Congregações Religiosas.
>
> c) No seminário funcionará, por tempo indeterminado, somente o primeiro grau de 5° à

> 8° séries. O segundo grau, os seminaristas da Missão Franciscana o farão em Agudos, no estado de S. Paulo. Os. Srs. Bispos, bem como as Congregações Religiosas, deverão providenciar o segundo grau para seus seminaristas.
>
> d) Nossos seminaristas estudarão, por hora, na Escola Estadual "Fernando Correa Costa" de Rio Brilhante. Porém, continuarão recebendo, em casa, aulas supletivas de certas matérias, e principalmente formação humano-cristã.
>
> e) Os coordenadores da Missão Franciscana deverão indicar seus candidatos à direção do seminário, até fim de novembro. A partir de dezembro, atender-se-á aos demais interessados. Com a graça de Deus, e sua ajuda, o seminário de Rio Brilhante recomeçou suas atividades, no início deste ano. Podemos lhe dizer, hoje com alegria, que funciona a contento. Todavia, continuamos contando com sua valiosa e indispensável colaboração, e oração, para que o seminário alcance seus objetivos esperados pela Igreja, no Mato Grosso. Confiando que esta carta mereça toda sua atenção e compreensão, receba
>
> Cordiais saudações
>
> (Frei Hermano Hartmann da Missão Franciscana)

A carta na íntegra apresenta as preocupações da Ordem com a formação educacional e, com a formação cristã-religiosa-franciscana do Seminário. Ali consta as condições de funcionamento do Seminário e a parceria estabelecida com o poder Público Estadual.

O Art. 1 do Estatuto Interno do Colégio Santo Antônio de Rio Brilhante/MT[311], dá conta de que, este foi fundado em 1960 e desde início, dirigi-

311 Estatuto Colégio "Santo Antônio" de Rio Brilhante/MT, 21 de agosto de 1970.

do pelos Frades franciscanos, enquanto estabelecimento de ensino, cuja finalidade era ministrar instrução e educação buscando a "formação da juventude de brasileiros e cristãos, dentro dos planos, leis e normas estabelecidas pela legislação federal e estadual em vigor". (Art. 1º do Regimento Interno do Colégio Santo Antônio de Rio Brilhante/MT)[312].

Sua organização devia ser regida pela legislação específica e pelo regimento interno, aprovado pela Secretaria de Educação de Mato Grosso, mantendo cursos de Admissão e Ginasial. Quanto ao ensino o educandário, deveria ministrar disciplinas obrigatórias, optativas e facultativas. No entanto, o parágrafo único do Regimento determinava que as disciplinas optativas e as facultativas deveriam ser estabelecidas pela Congregação dos Professores, mediante a proposta da Direção.

O Regimento Interno previa obrigatoriedade para prática de Educação Física até a idade de dezoito anos. No que se refere a formação cristã, moral e cívica do educando, deveria ser feita no contexto do processo educativo, permeada em todas as atividades e circunstâncias da vida escolar, salva na disciplina obrigatória de Educação Moral e Cívica.

De acordo com o Regulamento, o Curso Secundário do Colégio "Santo Antônio" se constituía no Curso de Admissão e de um ciclo, o Ginasial, com quatro (4) anos de duração. No ciclo Ginasial, o Regimento propunha que fossem ministradas nove (9) disciplinas, apresentando uma ressalva a respeito das Práticas Educativas: "[...] era vedado ministra-la em cada série menos de cinco (5) nem mais de sete (7) disciplinas, das quais uma ou duas deveria ser optativa" (REGIMENTO[313], fl. 2). Além das disciplinas obrigatórias, cabia ministrar o ensino de religião, em ambos os cursos (Admissão e Ginasial), com ênfase na Religião Católica Apostólica Romana. Um aspecto que mereceu atenção especial dos gestores do Colégio foi o ensino de português, uma vez que se referia aos aspectos culturais e artísticos, relacionados à formação e desenvolvimento da civilização brasileira.

A dinâmica do espaço institucional e o tempo escolar definia a organização do currículo. Ali constava o quantitativo de horas destinadas aos professores de cada matéria em sala de aula, avaliações, cursos, feriados, férias, períodos, entre outros. O Seminário dispunha, via Regimento, da divisão do ano em dias letivos, das atividades extracurriculares, envol-

312 Regimento Interno do Colégio "Santo Antônio" de Rio Brilhante/MT, 21 de agosto de 1970.

313 ESTATUTO do Colégio Santo Antônio de Rio Brilhante. MATO GROSSO. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 04 de janeiro de 1971. Mato Grosso. p. 9-10.

vendo campeonatos interclasses, festas cívicas e religiosas, atividades pedagógicas.

Cabia à direção do Seminário organizar o calendário escolar programado, não só para os dias letivos, como também, para fixar os feriados, festas religiosas e específicas do estabelecimento, comemorações internas e a data do encerramento do ano letivo. Durante o período letivo, o estabelecimento definia os seguintes feriados:

a) Os domingos e dias santos de guarda;

b) As datas Nacionais, Estaduais e Municipais (21 de abril, 1° de maio, 7 de setembro, 27 de setembro);

c) Os três últimos dias da semana santa e a segunda-feira de Páscoa;

d) A festa de São Francisco d`Assis (4 de outubro);

e) O dia do Diretor.

Um feriado não constante no Regimento se referia ao Onomástico aos Freis do Seminário. Tal celebração era um dos hábitos comemorados tradicionalmente pelos membros da Igreja e era tão importante quanto o dia de aniversário. O dia 30 de setembro era feriado em comemoração ao onomástico de Frei Miguel.

No Art. 11 do Regimento consta a organização dos cursos realizados, observando a duração de 180 dias no mínimo, para o período efetivo de trabalho escolar efetivo, não incluindo o tempo reservado às provas e exames, considerados obrigatórios. Também constava nesse Regimento o total de 24 horas de aulas semanais. O Regimento previa dois períodos de férias, a saber: a) de 30 de junho a 30 de julho; b) do término das provas finais ao reinício de atividades escolares.

No período de férias, seminaristas tinham também um programa promovido pelo Seminário. Tratava-se de um Retiro para alunos com participação de pregadores provenientes de Agudos - SP, com destaque para o Frei Osvaldo Furlan e o Frei Paulo Back, ambos da Ordem dos Frades Menores (OFM).

O Regimento também definia os horários de funcionamento de cada atividade. O horário era organizado pela Direção do Seminário, antes da abertura dos cursos. A distribuição das disciplinas obedecia ao disposto na legislação vigente. As aulas tinham a duração de cinquenta minutos, respeitando os intervalos e o número de horas de trabalho do pessoal docente, e do pessoal administrativo, estabelecido conforme legislação

em vigor.

A matrícula na primeira série do primeiro ciclo, dependia da aprovação nos exames de Admissão. O educando devia ter onze anos completos ou alcançar esta idade no decorrer do ano letivo.

Os exames da Admissão eram compostos por provas escritas e oral de Português e provas escritas de Matemática, História do Brasil e Geografia, especialmente, do Brasil. Os exames de Admissão eram prestados perante Comissões examinadoras constituídas por professores devidamente registrados no MEC, designados pelo Diretor. Podia ser considerado habilitado o candidato que, nas provas de Português e Aritmética, obtivesse nota igual ou superior a cinco e, nas demais matérias, nota igual ou superior a quatro.

As atividades desenvolvidas no Curso de Admissão eram registradas diariamente, envolvendo as seguintes matérias: Português, Matemática, História, Geografia, Religião. Observa-se, pelo Semanário do 2º semestre de 1968, a presença de estudos bíblicos e catecismo, mas, segundo as orientações do Frei Bernardo no Curso de Admissão, não cabia mais que duas aulas de Religião, por semana. Esta formação era suprida em momentos de Retiro para alunos, ocorrendo nos feriados prolongados.

Os estudos de desenho, ciências e atividades de caligrafia eram desenvolvidos no 2º semestre, juntamente com trabalhos manuais, canto e música. Nas aulas de canto, os alunos tinham os seguintes conteúdos: figuras de ritmo; leitura de notas e pausas; cantos folclóricos; claves musicais; práticas instrumentais; ensaio do Hino Nacional ou "hinos patrióticos"; ensaio das canções "Mamaezinha", "Repiu-piu" e a "pulga e o percevejo".

Nos trabalhos manuais, os alunos exercitavam algumas habilidades: jogos, pinturas, colagens, dobraduras de papel, molduras, recortes de peixe, pacotes, confecção de objetos com palhas de milho e lã; cachecol; tapetes para mesa, tapetes de lã, palhaços e flores de papel, capas de livros e cadernos. Estas atividades eram implementadas no 2º semestre.

No caso dos trabalhos manuais, cada aluno apresentava os objetos confeccionados como resultado. Por sua vez, para as aulas de canto, os alunos eram arguidos ou participavam de ensaios de peças de banda. Nos Semanários constam também os vistos dos Frades ministrantes e da Diretora de classe.

Um livro que era usado no curso é o *Programa de Admissão*, organizado por Aroldo de Azevedo, Domingos Paschoal Cegalla, Joaquim Silva e

Osvaldo Sangiorgi; publicado pela Editora Nacional, em 1959.

Figura 4 – Livro didático usado no Curso de Admissão no Seminário de Rio Brilhante.

Fonte: Acervo iconográfico VALDEZ (2017).

Do referido livro eram extraídas as questões dos exames de admissão ao Ginásio do Colégio Santo Antônio de Rio Brilhante. Além de matérias de Português, Geografia, História, Matemática, a obra incluía textos de autores brasileiros, tais como Olavo Bilac, Guilherme de Almeida, Martins Fontes, Oswald de Andrade, Rui Barbosa, entre outros.

Sobre a matrícula e o regime escolar, apenas os alunos devidamente matriculados podiam frequentar as aulas do Seminário. A matrícula devia ser feita no prazo legal, mediante requerimento ao Diretor, firmada pelo responsável ou pelo próprio aluno, quando maior de 18 anos.

Cada aluno devia receber, depois de matriculado, um documento de identidade escolar. Era permitida a saída do Seminarista em regime de internato mediante autorização da Diretoria. Quanto a frequência às aulas no Colégio "Santo Antônio", esta era obrigatória. Só podia prestar exame final, em primeira época, o aluno que tivesse comparecido, no mínimo, a 75% das aulas dadas.

Também estava previsto no Regimento Interno do Seminário a questão do serviço militar, conforme trecho retirado deste documento: "Os alunos convocados para o serviço militar serão dispensados da frequência escolar, quando as faltas ocorrerem em virtude de obrigações decorrentes daquela situação". Era obrigatória a frequência às aulas de Educação Física e às de Religião. Como também, era terminantemente proibida qualquer atividade adversa aos trabalhos escolares.

Os alunos deveriam estar presentes antes do início da 1° aula e as suas faltas eram registradas nos Diários de classe do professor. Em caso de falta coletiva dos alunos, o professor devia fazer constar no Diário de classe que a matéria planejada para o dia seria apresentada, considerando-a como explicada.

Nenhum aluno poderia retirar-se da sala sem a autorização do professor. Não podiam se ausentar do Colégio, antes de terminar as aulas do dia, para a qual ação era realizada sempre com a permissão do Diretor dos estudos. E, nos casos em que essas regras eram contrariadas, o Regimento previa punição para o aluno infrator.

Outra característica acentuada da época em que o Seminário foi construído, refere-se às dependências inovadoras do prédio:

> Consolida-se a concepção dos métodos de ensino pela experimentação ou pela vivência. Por isso, orienta-se que os futuros prédios escolares devem conter espaços necessários para o desenvolvimento de um ensino que não aceita mais "o exclusivista sistema livresco, com seu alvo de mira posto na palavra impressa". Deve a escola ser uma "oficina do mundo" e deverá o prédio escolar reservar o espaço e oportunidade para que os alunos possam "reconstruir por si mesmo a história, o governo, o comércio e o meio ambiente de outros povos" (GONÇALVES[314], 2012, p. 44).

Seguindo esta premissa, o Seminário tinha vários espaços que possi-

314 GONÇALVES, R. C. (2012). A arquitetura como uma dimensão material das culturas escolares. In SILVA, Vera Lucia Gaspar e PETRY, Marília Gabriela (organizadoras). Objetos da escola. Espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – Séculos XIX e XX). Florianópolis: Editora Insular, pp. 27-62.

bilitavam aos Seminaristas a ampliação e vivência de práticas diferentes. São elas: sala de ciências, laboratório, farmácia, sala de trabalhos manuais, biblioteca, enfermaria, sala de recreio e horta.

Na proposta de vivências e práticas diferentes, o trabalho com o cultivo na horta era um dos destaques. A mesma localizava-se na Rua Expedicionário Hugo Gonçalves, quase em frente ao Seminário, na chamada Chácara Santa Terezinha. Nela, criava-se os animais da instituição franciscana, além de possuir também um curral para as vacas leiteiras. A horta "maior", de provimento dos Seminaristas, bem como os animais, ficavam fora das dependências do Seminário, no entanto, a planta arquitetônica ilustrada outrora aponta que existia uma horta "menor" dentro da instituição educacional. Sobre esta inovação no ensino, o Frei Bernardo Dettling[315] (2016) mencionou:

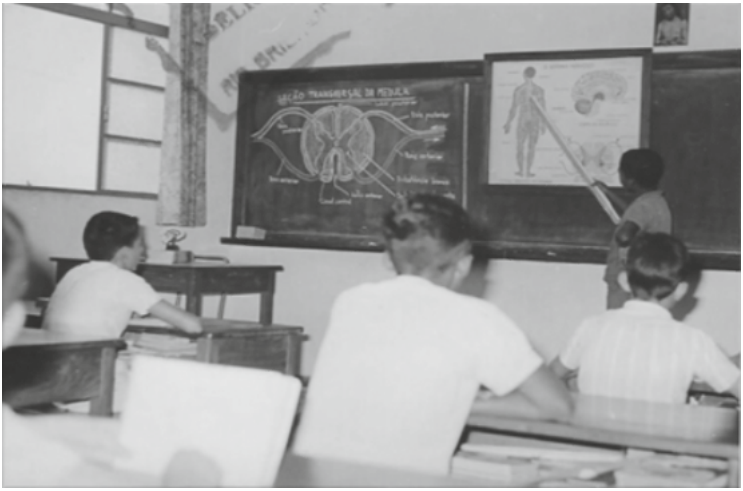
> [...] depois do almoço tinha um tempo livre, e sempre uma tarde, depois a tarde [...] tinha esporte, tempo livre e uma parte foi na horta. Nós fizemos uma horta de verduras, de legumes bem grande, tudo... tudo cresceu bem, mas a terra foi tão dura e no começo tínhamos mesmo que soltar a terra, abrir a terra com picareta, porque com enxada não pegou, pá não pegou, com picareta... [...] então depois tudo cresceu, fizemos também grupos de trabalho, serviço leve. Os seminaristas gostavam, semeamos verduras, couve-flor, cebolas, cenouras e tudo isto, então transplantamos. O frei Hugo colocou água, agora tínhamos uma horta muito bonita, mas os meninos não eram acostumados a comer verduras, salada, alface, tudo. Um me falou: "Frei, não somos vacas! Né... Não comemos isso! " [...] não estavam acostumados, então, na aula de biologia eu expliquei que vitaminas têm nas verduras que vitaminas têm na cenoura, no couve-flor e na cebola, e expliquei para que servem as vitaminas no corpo, que eles dão força e

315 Depoimento concedido por Frei Bernardo Dettling em 05/07/2016 às 8:23, na residência dos freis da Igreja São José do Operário, Dourados/MS.

> saúde e então quando os meninos ouviram isso eles começaram a comer, porque todos queriam ficar fortes, queriam ficar forte. Isso foi bonito, né? .

O depoimento revela que esta horta foi fonte de suprimento e trabalho para os Seminaristas, pois os Freis os envolviam em todas as atividades possíveis. Plantavam os mais variados legumes e hortaliças, todavia, os alunos não eram habituados a se alimentarem de tais mantimentos, o que levou os Freis a prepararem uma aula sobre a temática explicando a importância desses para a saúde.

Figura 5: "Classe da segunda série ginasial", de 1968 e autenticada no Cartório do 1° Ofício de Rio Brilhante, em 24/08/1970.



Fonte: Acervo iconográfico do Seminário Santo Antônio.

Prosseguindo com a análise, Valdez[316] (2017), assinala que a Figura 5 registra um momento de aula dos Seminaristas, possivelmente, da disciplina de "Ciências" ou "Ciências físicas e biológicas", dado o título da imagem desenhada na lousa "Seção transversal da medula". O cruzamento

316 VALDEZ, F.S. Seminário Santo Antônio de Rio Brilhante (MT/MS): Educação e Missão (1959 – 1994). Dissertação de Mestrado. Dourados, MS: FAED/UFGD, 2017.

desta imagem fotográfica com o "Semanário de Classe" da 2ª série (hoje, 6º ano) revela o programa das matérias estudadas no Seminário. No caso específico de Ciências, as matérias expostas no histórico escolar previstas para o 2º. semestre de 1968 apresentava a seguinte estrutura: Desenvolvimento da estrutura corporal; Sistemas de órgãos no corpo humano; O Sistema Nervoso, Introdução; Células nervosas; fibras motoras e sensitivas; O Encéfalo: Cérebro e Cerebelo; O Encéfalo: Bulbo, protuberância; Sistema nervoso: Medula Espinhal; Sistema Nervoso Central; Sistema nervoso intestino; simpático/parassimpático; Doenças e tratamento do sistema nervoso; Os órgãos dos sentidos.

A matéria de Ciências era ministrada pelo Frei Bernardo Dettling. A imagem contida na Figura 5 revela a intensa participação dos meninos do Seminário e o esmero com que era realizada as atividades em sala de aula, pois, como ilustração, contava com a representação do funcionamento da medula, feita a giz na superfície da lousa. O Livro Semanário, contendo o histórico escolar da 2ª série, trazia na seção de apresentação da matéria, um item identificado como "fim didático", no qual se elencou uma pequena ementa/atividade, conforme trecho: "[...] interesse e estima das maravilhas do corpo humano; exercício: resumo em ditado – repetições por escrito e orais; aproveitamento: interesse, mais necessidade de material didático de demonstração".

A Foto 5 revela três recursos didáticos utilizados pelos Freis que atuavam como professores: o desenho (detalhado) como instrumento de ensino-aprendizagem; as figuras impressas no quadro menor para explorar o corpo humano, a medula e o cérebro; e, por último e não menos importante, o fato de um aluno negro estar "explicando" o que aprendera. Era este um método de "retomada" do que foi apresentado em sala de aula, a fim de inculcar o aprendizado. Método o qual requeria do aluno a atenção em toda preleção para que o "escolhido" fizesse uma boa exposição. Este tipo de recurso didático metodológico é ressaltado por Frei Bernardo Dettling[317] (2016), em depoimento:

> [...] Mas trabalhei bem e então eu começou com aulas de religião, história, aprendi assim a história do Brasil muito bem e no fim da aula os últimos cinco, dez minutos eu sempre usei para repetir o que eu falei na aula,

317 Depoimento concedido por Frei Bernardo Dettling em 05/07/2016 às 8:23, na residência dos freis da Igreja São José do Operário, Dourados/MS.

> sempre então pedi um dos alunos: ___ Agora vai resumir, repetir o que aprendemos nesta aula.

E quando eles repetiam bem, então sabia... Opa... eles entenderam a coisa, né? Eles compreenderam, então fiquei contente, e também corrigia os cadernos e provas e tudo sempre a noite com querosene né, mas foi um tempo bom, a gente chegou com todo entusiasmo, queríamos ajudar, colaborar, né?

É possível, pela imagem da Figura 5, atentar-se a vários detalhes concernentes à ambiência e às vivências cotidianas dos meninos seminaristas. As janelas abertas proporcionavam o bom arejamento do local de aula; modestas cortinas e a imagem de Jesus Cristo acima da lousa, ressaltando o teor religioso presente. Observa-se também o padrão nas roupas dos meninos, camisa branca de manga curta, com exceção do garoto em pé diante da lousa, ao que parece, expondo o que foi aprendido em aula, como já ressaltado.

Há ainda a disposição dos móveis. As carteiras, tanto dos professores como dos alunos, eram de madeira. O mestre ficava sempre no canto direito da sala e os alunos, cada qual tinham sua carteira. E, assim como registrado em outras fotografias, é possível notar um número limitado de alunos na classe escolar, o que permitia uma boa exploração dos conteúdos.

Após ser identificado e analisado objetiva e criteriosamente, este material se constituiu em uma importante fonte para a retomada dos cenários profissionais (individuais e coletivo) e de momentos do passado. Pois, conforme propõe Boris Kossoy[318] (1998, p.43), "[...] o registro fotográfico é uma ferramenta a ser usada com o máximo de esforço e sensibilidade na busca de um dado momento histórico. Isto significa dizer que as fotografias são memória e, ao mesmo tempo, são suporte referencial para estimular a memória. Como os demais tipos de fontes, as imagens fotográficas não falam por si, conforme referido, elas apenas viabilizam profícuas e ricas análises que, agregadas aos depoimentos relatos orais ou escritos, contribuem para o sentido sociocultural da pesquisa histórica.

É possível igualmente, com o apoio desta fonte histórica, somado ao cruzamento de dados contidos em documentos e depoimentos dados pe-

---

318 KOSSOY, Boris. Fotografia e Memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne (Org). *O Fotográfico.* São Paulo: Hucitec, CNPQ, 1998.

los freis, que por ali passaram, um panorama da metodologia empregada pelo ensino confessional católico nesta época, fazendo reflexo ao que possivelmente era disseminado pelas escolas, colégios e seminários cultivados por esta mantenedora.

A prática do lazer também era desenvolvida com os seminaristas, conforme figura 6:

Figura 6: Alunos da Banda do Seminário Santo Antônio (entre os anos de 1964 e 1967).

Fonte: Arquivo iconográfico de Tibiriçá, 2017.

O lazer se constituía, basicamente, em apresentações com a Banda do Seminário (figura 6), piqueniques, churrascos, jogos, presença nas festas religiosas e o tão comentado em todos os depoimentos e ao longo do Livro de Crônicas[319] (1975-1988), jogo de futebol. As atividades envolvendo cultura se tornavam, muitas vezes, notícia de jornal local. Em geral, eram noticiadas apresentações de teatro, música, jogos de futebol e de basquete.

O Seminário Santo Antônio contava com dois campos de futebol, devido a extenso tamanho da propriedade. Há fotos que registram um

319 RIO BRILHANTE. Livro de Crônicas 1977-1988. 100 páginas.

momento em que, possivelmente, os meninos do Seminário estavam partindo rumo a mais um jogo de futebol, em translado realizado na Kombi da instituição (datam entre o ano de 1964 e 1967). Havia também uma piscina nas dependências do Seminário Santo Antônio, construída entre janeiro de 1960 a junho de 1970. Tratava-se de uma inovação, na época.

Assim, observa-se que o Seminário se destacou enquanto instituição educacional a frente do seu tempo, ao ofertar uma disseminação qualitativa do ensino-aprendizagem no interior do Mato Grosso/Mato Grosso do Sul entre as décadas de 1960 e 1990. Dessa forma, se por um lado o Seminário se viu diante das limitações, no que tange ao estímulo e cultivo de sacerdotes nativos, isto não ocorreu diante da perspectiva da Escola/Colégio Santo Antônio de Rio Brilhante.

Considerações finais

Almejou-se com este artigo contribuir para o avanço dos estudos dedicados ao campo da Educação na América Latina, com destaque para a expansão do ensino no Brasil, em especial, no sul de Mato Grosso, através do avanço dos Franciscanos na região da Grande Dourados. Dessa ambição, foi eleito o Seminário Santo Antônio de Rio Brilhante como objeto de pesquisa.

A partir das fontes históricas, especialmente, os Semanários de Classe, o Livro de Crônicas[320] (1975-1988), o Regimento Interno, as "memórias visuais", os depoimentos orais, os Livros de Tombo[321] da Paróquia Divino Espírito Santo (II volume), foi possível realizar esta pesquisa no viés da História Cultural e observar as relações desta dinâmica entre a cidade e a instituição educacional.

Se apreende, a partir deste trabalho de pesquisa, que o caráter funcional do Seminário católico/franciscano Santo Antônio se assentava nos seguintes preceitos básicos das áreas humanas e religiosas: esporte e lazer, ensino, trabalho e práticas comunitárias cotidianas, as quais estavam pautadas nos princípios da Ordem Franciscana, como a fraternidade e o cultivo espiritual.

Assim, a partir do caminho trilhado, pôde-se identificar parte das re-

320 RIO BRILHANTE. Livro de Crônicas 1977-1988. 100 páginas.

321 RIO BRILHANTE. Livro de Tombo da Paróquia de Entre Rios/Rio Brilhante de 1938- 1982. 1° vol. 293 páginas.

lações de sentido e de força que se manifestaram na diáspora franciscana. Grande foi o esforço dos Missionários em promover a ação educacional em prol dos objetivos da Igreja.

Se por um lado a Igreja subsidiava uma educação de qualidade, a fim de estimular a "promoção vocacional", por outro, os pais buscavam uma educação de qualidade sem se prender a este objetivo, que se resumia no pensamento de muitos, como nada mais do que "estudar no colégio dos padres". Não havia, portanto, o vislumbre da vida clerical, mas sim, do aproveitamento de uma boa oportunidade de vida acadêmica.

Entre la imposición y la oposición.

Documentos sobre la resistencia al enfoque histórico escolar impuesto luego de la guerra del 70´ en Paraguay

Viviana PAGLIALUNGA [322]

Introducción

La Historia de la educación como disciplina científica, conforma un cuerpo de conocimientos que, en relación directa a su ciencia madre que es la historia, se fue re-direccionando con el tiempo, pasando de una historia de relatos de cantidades de alumnos, maestros o escuelas, de planes de estudios o cantidades de egresados, a una historia de la educación mucho más analítica y comprometida, que desde el pensamiento crítico se niega a abordar a la educación como fenómeno aislado y la estudia integrada a un contexto social, económico y político en el que se encuentra inmersa. Son estas las razones por las que, los actuales abordajes de procesos educativos, generan una cantidad de nuevas miradas que no solo construyen conocimiento desde lo educativo, sino que también solidifican conceptos históricos.

Estudiar la educación en el Paraguay de la posguerra es una tarea compleja, y la conocida frase "la historia la escriben los vencedores" reclamaba confirmación o refutación. En este contexto, el análisis del marco legal en el que se sostuvieron las nuevas ideologías que ingresan por la fuerza de las armas a aquel Paraguay luego del 70´y la utilización de los textos escolares de posguerra confirman lo particular de la historia de la

322 Facultad de Ciencias, Tecnología y Arte. Universidad Nacional de Pilar. Barrio Ytororo. Ñeembucú. Paraguay. E-mail: mpaglialunga@hotmail.com

educación en Paraguay donde la ideología y la versión histórica contada por los vencedores llegó hasta la escuela.

Este conjunto de ideas lleva al siguiente planteamiento: en un pueblo como el paraguayo, que defendió a su Nación con ejemplos únicos de heroísmo desconocido por los invasores, que mantuvo su idioma guaraní a pesar de los múltiples intentos por desterrarlo, que resurge de sus propias cenizas a pesar del genocidio sufrido en su población, etc. etc. ¿existió una resistencia visible a la imposición ideológica en las escuelas? ¿existen documentos que evidencien una oposición tácita a los nuevos planteos históricos? El análisis de textos escolares que hasta el momento no habían sido examinados, algunos artículos periodísticos y las memorias se constituyen en las fuentes de las cuales surgieron las argumentaciones que dan respuesta a estas preguntas.

Una nueva historia en las escuelas. Marco legal de las acciones ideológicas en la educación.

Con fecha 10 de abril de 1865, un grupo de paraguayos residentes en Argentina, autodenominados "Legión Paraguaya" escribía un memorial a don Pedro II que rezaba cuanto sigue:

> "Todos, Señor, conocen bien, que la guerra que el Brasil va a sustentar en territorio paraguayo, es justa y santa…una cruzada de civilización, de libertad política, de navegación, de industria, de comercio, en fin, de completa regeneración…todos divisan, que, después de la victoria brasilera, es que aquella tierra desgraciada será libre, independiente, señora de sus destinos sus derechos…" (Gill Aguinaga, 1959:120)

Los firmantes de esta nota, son los que una vez ocupada la ciudad de Asunción tomarán los lugares de poder para gobernar aquel Paraguay que todavía ardía en los campos de batalla, y la misma convicción política que generó su adhesión a la guerra contra su propio país es la que transmitirán en el orden educativo, primero sosteniendo la idea desde un marco legal, y luego no solo en los textos escolares, sino que también en

la práctica.

Las innúmeras pérdidas económicas, políticas y morales, sumadas a la política liberal impuesta por los "guerreros de la libertad" demandaba la rápida búsqueda de un culpable, y la figura del Mcal. López, por decreto, se transforma en la encarnación de la barbarie. (Paglialunga de Watzlawik, 2012) La guerra seguía en marcha, y dos días después de la masacre de Piribebuy asumía el gobierno provisional denominado triunvirato, un 15 de agosto de 1869, conformado por Cirilo Antonio Rivarola, Carlos Loizaga y Saturnino Díaz de Bedoya. Para el 17 del mismo mes el gobierno emite un decreto por el cual Francisco Solano López es despojado de la nacionalidad paraguaya y declarado asesino de su patria y enemigo del género humano. (Capdevilla, 2010) La responsabilidad de la guerra, por decreto cae sobre López, y a partir de ese momento inicia el proceso de la instalación de dicha idea en el campo educativo.

En septiembre de 1869, la educación hace su aparición en los documentos, y el gobierno provisorio constituido por un triunvirato emite un manifiesto en el que se lee: "(…) es preciso que el pueblo paraguayo sea regenerado para que otra vez no caiga en la esclavitud. Es preciso hacer por medio de la instrucción pública y liberales instituciones, imposible la creación y elevación de un tirano (…)" (en Rivarola, M. 1998:565) Y no se equivocaron, sería justamente a través de la instrucción pública, ampliamente influenciada por la política y los movimientos intelectuales, que se harán permeables aquellas ideas con frases tan significativas en los discursos académicos y escolares como las de civilización y barbarie. (Paglialunga, 2012)

El primer decreto en materia educativa en la posguerra es el del 7 de marzo de 1870, en el cual se establece la obligatoriedad de la enseñanza elemental, el establecimiento de escuelas en cada pueblo y villa utilizándose para el efecto los edificios públicos -como si antes de la guerra no hubiese sido obligatoria la educación-. Edificios públicos ya inexistentes, en pueblos arrasados por el hambre, con niños huérfanos en las calles y sin maestros que enseñen, el inicio del proceso educativo en la posguerra estará marcado por el precario desarrollo de la escuela en la capital del país, y una vez conformado como colegio la posibilidad de becar a los alumnos de la campaña; como así también por la contratación de docentes extranjeros, argentinos en su mayoría, españoles por defecto, que se encargarán de la primera etapa educativa en aquel Paraguay que otrora se destacaba en la región por su nivel educativo.

La denominada extranjerización de la educación en propias palabras de Blas Garay, de una marcada tendencia pro argentina es mencionada en diversos documentos (periodísticos en su mayoría, también en memorias) y se evidencia en diversas acciones de las autoridades educativas. Entre ellas se puede mencionar la implementación de nuevas fechas patrias, como por ejemplo el 25 de mayo, fecha de la revolución de Mayo en Buenos Aires; el 25 de noviembre en alusión a la fecha de la firma de la Constitución de 1870, e inclusive, al decir de la Dra. Carmen Quintana de Horack la prohibición de festejos o fechas patrias. Al respecto cabe mencionar que en el año 1888, año de la muerte de Domingo Faustino Sarmiento producida en Asunción, la Superintendencia de Educación resolvió "(…) distribuir medallas con el busto del Gral. Sarmiento a los niños de las escuelas públicas de la Capital" (Cardozo en Speratti, 1996: 88).

Textos escolares y discurso ideológico en la posguerra.

En el conjunto de libros escolares sometidos al análisis del discurso en mi primer trabajo de investigación (Paglialunga de Watzlawik, 2012) evidencia la causa de la posterior resistencia ideológica: que la enseñanza en las escuelas se enfocó en instalar la idea de que en Paraguay antes de la guerra se vivía en un estado de barbarie, con un pueblo sumiso sometido a los designios de los tiranos -entiéndase por tiranos tanto al gobierno del Dr. Francia, al de Carlos Antonio López y al de Francisco Solano López- y que la guerra dio paso a una nueva era de libertad para todo el pueblo.

Entre los textos de uso escolar que contienen los discursos ideológicos mencionados se encuentran los siguientes: Compendio de Historia y Geografía escrito por el ingeniero italiano Leopoldo Gómez de Terán y el abogado colombiano Próspero Pereira Gamba. Y el libro del chileno Jacinto Vicencio denominado Dictadura del Mariscal López, o sea un cúmulo de episodios históricos del Paraguay y de las Naciones Limítrofes.

La primera edición del libro de Terán y Gamba es de 1879 y alcanzó un total de 20 ediciones. En dicho material abundan los términos como tiranía y despotismo asociados a las figuras históricas anteriores a la guerra, en especial a las de Francia y Francisco Solano López, y dibujan a un pueblo paraguayo sometido y retrasado de la siguiente manera: "descuella la falta completa de aquel progreso moral que da al pueblo conciencia de

sus derechos y deberes". (Terán y Gamba, 1920:118).

Luego del prólogo -denominado "prospecto" en el material-, aparecen impresos los informes de la Comisión nombrada por el gobierno paraguayo sobre la obra, con fecha 31 de julio de 1871. El "prólogo" es sucedido por los informes de la comisión dirigidos a José Segundo Decoud y elaborados por Jaime Sosa, Francisco Guanes y Teodoro Chacon. Ese último fue cónsul boliviano en Paraguay, participó activamente en periodismo, política y educación. El informe de Chácon es en el que se destaca el discurso político del gobierno y de cómo se incluye el mismo dentro del libro dirigido a los estudiantes:

> (…) tan agobiado por la ignorancia y la abyección que le inculcaron sus tiranos (…) puede pues muy bien servir con gran utilidad a la lectura de los niños de las escuelas, pudiendo allí los hijos de la generación que se levanta, conocer a sus verdugos, sus propios sufrimientos, y aborrecer por ese medio a los déspotas y tiranos, amando así la libertad y el progreso moderno, por esa comparación de pasado y presente. (Teodoro Chacon en Vicencio, 1874, IX).

En sí, el libro de Terán y Gamba no agrega hechos históricos o fantasiosos inventos, sino que simplemente inclina la balanza hacia el punto de vista político impuesto al Paraguay luego de la Guerra del 70'. El primer contra-modelo al deseado por los primeros gobiernos del Paraguay de la posguerra del 70 es el del Dr. Francia. Catalogado como tirano, déspota, bárbaro y tantos otros adjetivos calificativos, será desde este libro escolar que se inicia la construcción de la figura del antihéroe, confrontando a los héroes del modelo liberal con los villanos del sistema paternalista.

En el apartado que corresponde al gobierno del Dr. Francia son numerosas las frases alusivas a la tiranía y a los males que la misma acarrea, por ejemplo: "El período de 1820 a 1822 fue fecundo en acontecimientos fatales para el Paraguay, que se produjeron todos a medida de los deseos de Francia, para dar por resultado la conversión de un despotismo consentido a una tiranía refinada." (Terán y Gamba, 1920:92). Un punto significativo para traer a colación es el hecho de que al abordar la conspiración del año 20 (intento de derrocamiento y asesinato del Dr. José Gas-

par Rodríguez de Francia) se omite el hecho de mencionar que aquellos personajes involucrados, otrora próceres de la independencia, tenían la intención de sumarse a las tropas del General entrerriano Francisco Ramírez, para luego entregar el Paraguay a la Argentina, menciona cuanto sigue: "(…) Yegros y cuarenta de sus compañeros, la flor de la nobleza paraguaya, regarán con su generosa sangre el suelo de una patria esclavizada." (Terán y Gamba, 1920:95).

Francisco Ramírez era un caudillo de la provincia de entre Ríos, que ocupó Corrientes y Misiones y creó la República Federal Entrerriana el 29 de septiembre de 1820. Pese a su denominación de federal, la república era muy centralizada. Sería dirigida por un "Jefe Supremo" elegido por el pueblo. Como era de esperarse fue electo Ramírez que disfrutaría por muy poco tiempo de su "república federal". Muchos de los antiguos porteñistas en Paraguay intercambiaban cartas con el caudillo entrerriano con el fin de derrocar a Francia e incorporarse a la Argentina. Sumarse a éste personaje definitivamente minaba la reciente independencia del Paraguay, y el Dr. Francia tomó las medidas que creyó convenientes, dentro del marco legal de la época.

Para finalizar este punto que hace referencia al Dr. Francia, se presenta a continuación el párrafo con el que cierra el apartado del Dr. Francia, en la página 106: "(…) las tristes consecuencias del gobierno de Francia son una prueba más de que un país, para progresar y desarrollarse, debe preferir aún a costas de sacrificios, las agitaciones de las instituciones a la quietud de la tiranía." ¿Será que el autor justifica el sacrificio de todo el pueblo paraguayo para que las ideas de la civilización ingresen al Paraguay de la mano de la alianza durante la guerra del 70? ¿No es de bárbaros eliminar a la población de una Nación legítimamente constituida para de forzar a los pocos sobrevivientes a seguir los lineamientos políticos de los países vecinos? (Paglialunga de Watzlawik, 2012). El análisis de los textos nos lleva a realizar este tipo de cuestionamientos, y muchos más.

Con respecto al gobierno de Carlos Antonio López, cuenta con afirmaciones positivas que hacen referencia a los cambios introducidos en el gobierno, pero no se demora mucho en intentar desmoronar las bases políticas sobre las que se sustentó el Estado durante dicho gobierno, al que juzga de monárquico, y al pueblo al que cataloga como poco culto de la siguiente manera: "(…) esta ley -haciendo referencia a la primera constitución del Paraguay- limitaba las garantías individuales (…) derechos que garantizan las constituciones, aún de los pueblos medianamente cul-

tos." (Terán y Gamba, 1920:113). Luego de una serie de datos sobre los numerosos avances técnicos del Paraguay de Don Carlos, el capítulo cierra dando énfasis a las falencias del modelo paternalista ante las ventajas del modelo liberal:

> Pero al lado de esos adelantos materiales, descuella la falta completa de aquel progreso moral que da al pueblo conciencia de sus derechos y deberes. El régimen político de López fue inspirado por aquel fatal sistema que coloca la voluntad de un hombre en lugar de la del pueblo y de las prescripciones de la ley. Así la ciega obediencia siguió encadenando el pensamiento, la libertad no fue sino una vana palabra; la justicia el capricho de un hombre, y el sistema representativo una forma ridícula que solo sirvió para sancionar el despotismo. (Terán y Gamba, 1920:118/9).

Al iniciar el apartado correspondiente al gobierno del Mariscal Francisco Solano López, hace referencia que, en la práctica, Francisco Solano se manejó de manera muy diferente al discurso político expresado en ocasión de su asunción al gobierno. Durante el desarrollo del contenido de la Guerra contra la Triple Alianza, abundan los comentarios acerca del heroísmo del soldado paraguayo, como así también los generales de López.

Una vez terminada la tarea de dejar en claro quiénes son los villanos de la historia nacional, comienza un apartado dedicado a los primeros gobiernos de la post-guerra, los encargados de traer la supuesta civilización de la cual afirmaba carecía el país.

Pero al mismo tiempo en que los señores Terán y Gamba hicieron todo el esfuerzo para que en el texto se refleje la ideología imperante, les fue imposible escapar a las evidencias históricas, y en las descripciones de los gobiernos de posguerra, no hicieron más que ratificar la idea que, luego de la guerra, lo único que no entró al país fue la civilización. De esta manera se confirma, no solo a través del propio texto, sino también con las demás fuentes de consulta, cómo la barbarie fue lo que ingresó al país, perdiendo todo lo de civilizado que poseía en años anteriores. (Paglialunga de Watzlawik, 2012)

El otro texto en cuestión es el escrito por Jacinto Vicencio, de origen chileno, denominado Dictadura del Mariscal López, o sea un cúmulo de episodios históricos del Paraguay y de las Naciones Limítrofes. Dicho texto es mencionado por varios autores como un libro de circulación en la época de posguerra (Kallsen 2004; Langa Pizarro 2006; Lanzeta 2012).

En el prólogo del mismo, pródigo en frases alusivas al tirano y al liberalismo se puede leer cuento sigue: "Para mayor garantía nos presentamos al Gobierno Paraguayo, pidiéndole nombrase una comisión de personas idóneas para que examinase nuestra obra é informara si ella desdice de la verdad histórica de los acontecimientos que comprende." (Vicencio: 1874, VI) Este detalle del permiso al gobierno paraguayo es muy interesante, considerando que estaba ejercido por Cirilo A. Rivarola, miembro de la conocida Legión Paraguaya, grupo de ocupación política de Asunción durante la guerra y considerado el primer golpista del Paraguay luego de la "Constitución Liberal" de 1870. La evidente respuesta del gobierno ante esta obra no se hizo esperar, y a continuación se puede leer: "El gobierno del Paraguay ha decretado que nuestro libro sea adoptado por testo (sic) de lectura de la juventud que se educa en aquella república." (Vicencio: 1874, VI)

El prólogo es sucedido por los informes de la comisión dirigidos a José Segundo Decoud y elaborados por Teodoro Chacon, Jaime Sosa y Francisco Guanes. El primero de los informes pertenecientes a Teodoro Chacon señala, entre otras cosas, que las lecciones moralizadoras del texto serán aprovechadas por el pueblo paraguayo:

> …tan agobiado por la ignorancia y la abyección que le inculcaron sus tiranos (…) puede pues muy bien servir con gran utilidad a la lectura de los niños de las escuelas, pudiendo allí los hijos de la generación que se levanta, conocer a sus verdugos, sus propios sufrimientos, y aborrecer por ese medio a los déspotas y tiranos, amando así la libertad y el progreso moderno, por esa comparación de pasado y presente. (Teodoro Chacon en Vicencio, 1874, IX)

El segundo de los informes, si bien da continuidad a la línea de crítica al arbitrario, despótico y tirano gobierno, hace una salvedad sobre la ima-

gen que refleja el pueblo paraguayo en la obra:

> Cualquiera que no conozca al pueblo y sus desgracias (…) con la lectura del libro (…) formará una pobre y mezquina idea del mismo que no hará inspirar mas que compasión y desprecio por sus propias desgracias. La propia heroicidad con que luchaba y se defendía, nos deja ver sus conocimientos, y su perfecto amor y respeto por la patria que miraban comprometida en aquella lucha jigantesca (sic) (Jaime Sosa en Vicencio, 1874, XI)

Pero a pesar de tan noble intensión con respecto a la imagen del pueblo en el mencionado material, concluye finalmente que… "En cambio, el puede servir de lección moralizadora, porque enseña á odiar á los tiranos despertando el sentimiento de libertad…" (Jaime Sosa en Vicencio, 1874, XII)

El tercero de los encargados en la comisión de la revisión del texto -Francisco Guanes- se limitó a adherirse a la opinión de Jaime Sosa.

En el texto de lectura se denota la animadversión al sistema jesuítico, según el "cual moldeó el perfil de un pueblo sumiso al poder y que mataron desde sus orígenes el germen de la virilidad y dignidad propia del hombre que obra con conciencia propia; perfeccionado luego por los tiranos Francia y López". (Vicencio: 1874) y a diferencia del texto de Terán y Gamba, ataca directamente a la figura de Carlos Antonio López. Con respecto al congreso celebrado en 1841 el texto señala cuanto sigue: "Desde aquel momento vuelve el pueblo paraguayo á caer bajo el ignomioso peso de la tiranía, la esclavitud normalizada u destruidas las instituciones democráticas, aunque bajo la falsa apariencia de República. El nuevo déspota forma un simulacro de Congreso, este se reúne en 14 de marzo de 1841". (Vicencio: 1874,15).

El contenido propiamente dicho del libro se presenta en forma de epístolas. Una de ellas se registra como una carta escrita al Mariscal López por Manuel Pedro Peña, tío del mismo. La veracidad de la carta es un tema que bien puede servir como base a nuevas investigaciones. Sin embargo, por el simple hecho de aparecer en un texto recomendado para las escuelas se constituye en elemento válido para el análisis de la presente investigación. "No comprendemos como el pueblo paraguayo soportó

durante tantos años la mano de hierro de tres tiranos que le han hecho saborear el asíbar (sic) del despotismo (Manuel Pedro Peña en Vicencio: 1874,15)

El inicio de la resistencia ideológica desde la educación.

El libro denominado Pequeña Geografía para los niños de la escuela de Arroyos y Esteros, escrito por el Padre Fidel Maíz, fue el documento que dio continuidad a la primera investigación sobre textos escolares e ideología política. Su primera edición es de 1886, mientras que la segunda es de 1890.

En su segunda edición, la obra tuvo una tirada de mil ejemplares, adquiridos en su totalidad por el Ministerio de Instrucción pública (Telesca, 2014) para destinar como texto de enseñanza en las escuelas primarias, y a pesar de no seguir la línea ideológica de los demás textos escolares de la época, su aparición coincide con importantes cambios que se producen a nivel político en Paraguay a partir de 1880. Sin embargo, no se encontraron hasta el momento documentos que demuestren que el gobierno haya aprobado por decreto el libro como un texto oficial para las escuelas públicas.

Lo cierto y lo concreto es que se comprueba la distribución del mismo con un documento -A.N.A. Secc. Educ. Tomo 14 Folio 67- fechado el 19 de febrero de 1888, en la cual José Parodi, preceptor de una escuela de la ciudad de Luque, solicita al Presidente del Superior Consejo de Educación, libros de textos y útiles necesarios para la escuela a su cargo. En la mencionada lista, figura entre los demás útiles, dos unidades de "Geografías del Paraguay Padre Maíz". en los que se encuentran documentos de solicitudes de materiales por parte de las escuelas y en la lista de pedidos aparece el título del libro del padre Maíz,

En el libro Pequeña Geografía, fueron incorporadas las notas escritas por el autor solicitando la aprobación del texto para la escuela por él fundada en su ciudad natal; y tanto en las misivas por él escritas como en las respuestas de las autoridades a las que fue remitida una copia del mismo se evidencia la postura resistente al modelo que se venía implementando:

> Es por eso que me lastimo al ver que nuestros textos, aquellos cabalmente que debieran

> despertar en los niños los sentimientos de amor a la patria, sean tomados del extranjero, respirando siempre conceptos poco favorables a las tradiciones, a los derechos, honra y gloria de la Nación (…) en que se nos pinta con colores tan sombríos, en que se nos trata de autómatas paraguayos, en que no se nos reserva ni siquiera el heroísmo del valor y el patriotismo y se nos enrostra siempre la culpa de haber tenido tiranos, ¿como si ellos no los hubieran tenido también? (Maíz, Pequeña geografía para los alumnos de la escuela de Arroyos y Esteros, 1890)

Las primeras páginas del libro, bajo la denominación "Antecedentes y apreciaciones diversas de la pequeña geografía", incluyen un conjunto de cartas del Padre Maíz dirigidas a representantes de la intelectualidad y del gobierno, a fin de poner en conocimiento el contenido del material. Ellas incluyen también las respuestas, y su justificación acerca del por qué, en la segunda edición, no se incorpora todos los cambios sugeridos por la comisión encargada del análisis de la obra. Dicha comisión estuvo conformada por los doctores Zubizarreta, Caminos y Audibert para dictaminar su adopción como texto en las escuelas públicas, mencionados por J.M. Sosa Escalada en una nota enviada a Benítez desde Buenos Aires un 26 de noviembre de 1887. Según las epístolas, al parecer dicha revisión, fue sugerida por iniciativa de Manuel A. Maciel, con el objetivo de incorporar el material como texto en las escuelas. Sin embargo, en respuesta a las observaciones realizadas por la mencionada comisión, el Padre Maíz simplemente argumenta que, para aumentar los contenidos de geografía universal ya existían otros materiales -Cosson y Smith-. Él defiende el énfasis puesto en los contenidos referentes a la comunidad de Arroyos y Esteros por estar la obra dirigida exclusivamente para los niños de dicha comunidad. Sin embargo, acepta las observaciones e incluye en la segunda edición algunas modificaciones con respecto a la primera.

La importancia de las mencionadas epístolas es que en las mismas se registran las múltiples miradas del Padre Maíz con respecto a la educación en Paraguay en la penúltima década del siglo XIX; su reacción al modelo establecido; su crítica abierta a los textos utilizados y su innovadora propuesta pedagógica desprendidas del análisis de las verdaderas

necesidades sociales él Padre Maíz visualizaba en la realidad nacional: "Nosotros necesitamos inventar, no imitar, esto es, organización, procedimientos adaptables al carácter nacional; en una palabra, educación paraguaya."

Esta frase se relaciona en forma directa con la problemática que ya muchos observaban en ese entonces en el proceso de la educación en Paraguay: una educación apremiada por la ideología impuesta en el país en el contexto de la posguerra del 70´. Para no pocos paraguayos, la extranjerización de la educación, tanto por el uso de libros escolares o por la contratación de docentes -hecho por demás lógico en un país que quedó casi sin recursos humanos-, constituía un problema grave. Y, de hecho, esa misma situación hubiera sido totalmente inconcebible en cualquiera de los países de la región. (Paglialunga V. , 2018) Esta afirmación se visualizará en varios apartados como el siguiente:

> Es por eso que me lastimo al ver que nuestros textos, aquellos cabalmente que debieran despertar en los niños los sentimientos de amor a la patria, sean tomados del extranjero, respirando siempre conceptos poco favorables a las tradiciones, a los derechos, honra y gloria de la Nación.
>
> Como nutrir ni despertar esos sentimientos en los tiernos corazones de nuestros educandos por textos de Geografía y de Historia en que se nos pinta con colores tan sombríos, en que se nos trata de autómatas paraguayos, en que no se nos reserva ni siquiera el heroísmo del valor y el patriotismo y se nos enrostra siempre la culpa de haber tenido tiranos, ¿como si ellos no los hubieran tenido también?
>
> Es indispensable el cambio de textos anacrónicos, el destierro de las enseñanzas superfluas. (Maíz, Pequeña geografía para los alumnos de la escuela de Arroyos y Esteros, 1890)

Más allá de la notable propuesta pedagógica enfocada a la realidad local que se puede ver en el contenido, las mencionadas notas ponen de

manifiesto una oposición ideológica a los textos que hasta entonces se utilizaban en las escuelas.

Las notas publicadas en los primeros periódicos de oposición política que surgen a finales de la década del ochenta, sientan postura clara al respecto. La respuesta a las cartas enviadas por el padre Maíz no se hicieron esperar y en fecha 27 de noviembre de 1887 aparece un artículo en el periódico "La democracia", con un juicio de valor en relación al libro Pequeña Geografía. En dicho artículo se pueden destacar las siguientes frases en relación a los vínculos ideología-educación y a las miradas acerca del tema:

> Hasta la fecha no teníamos un libro de historia ni de geografía de nuestra patria, pues unos que otros libros que circulan por acá y por allá, con esas pretensiones, no son sino serviles copias, sin valor real, ni importancia de ninguna clase, por lo mismo que contienen errores garrafales y apreciaciones históricas muy apasionadas contra el Paraguay, siendo como son producciones extranjeras o escritos en los vecinos países.

José W. Benítez, en un artículo publicado en "El Independiente" el 8 de noviembre de 1887 realiza una detallada comparación entre el Libro del padre Fidel Maíz y el ya mencionado y el libro de Terán y Gamba, defendiendo ampliamente a la Pequeña Geografía en detrimento de los múltiples errores del Terán y Gamba. Una de las frases finales del artículo menciona cuanto sigue: "La obra del padre Maíz, hace honor al Paraguay, descubre datos que se habrían mantenido ocultos o ignorados, se adapta tanto al maestro como al discípulo, al primero le da el orden relativo de enseñanza, y á aquel pone á los ojos todas las definiciones que encierra."

Pero las voces no solo suenan en las misivas, en las memorias, en los periódicos, también salen a las calles. El incidente López-Tapia mencionado anteriormente, que se inicia en la Escuela Normal, toma rápidamente conocimiento público y comenzaron a publicarse artículos sobre el hecho en el diario "La presa" dirigido por Blas Garay que siguió de cerca el enfrentamiento intelectual entre Francisco Tapia y Enrique Solano López. Este enfrentamiento le costará el cargo a Enrique Solano López que ejercía como Superintendente de Educación.

A continuación, se transcribe parte del artículo publicado en el diario "La prensa" N° 53, del 25 de marzo de 1898 -cuatro días después del incidente- bajo el título de Las escuelas:

> La enseñanza que en dichas escuelas se da -Escuelas normales y graduadas- tiende a extranjerizar por completo los sentimientos e ideas de nuestros niños (…)Si la enseñanza de las escuelas normales y graduadas hubiera de conducir al funestísimo resultado de extranjerizar el corazón de nuestros ciudadanos, de los que están llamados a regir mañana la república, fuera muy preferible que nada se les enseñara (…) (Garay, 1984, pág. 272)

Días más tarde, aparece el siguiente artículo bajo la denominación "La manifestación de ayer":

> La juventud de nuestros colegios ha aprovechado ayer la ocasión de estar anunciada en el Instituto Paraguayo una conferencia del director de la Escuela Normal de Maestros para hacer una manifestación de desagrado contra todos los que pretenden extranjerizar la enseñanza que se da en las escuelas de la capital y proscribir de ellas cuanto no esté conforme con sus prejuicios o pueda avivar de un modo u otro los patrióticos sentimientos de los estudiantes. (Garay, 1984, pág. 274)

Ramón Indalecio Cardozo es sin ninguna duda reconocido como el representante de la pedagogía en Paraguay. El creador de la primera escuela normal rural del Paraguay -visitada por Ferrieré y posteriormente citada en sus obras- y autor de la primera reforma educativa en Paraguay, escribe una obra denominada Mi vida de Ciudadano y Maestro- Estas memorias son un testimonio que colabora al decir de Hobsbawm (Halbwasch, 1968) a la interpretación del pasado histórico de la educación, los discursos, el imaginario y por sobre todas las cosas el sentir de los receptores de dicho modelo educativo. Entre las anécdotas de vida, Ramón Indalecio Cardozo incorpora aquellas que, en su edad infantil, despertaron

verdadero sentimiento de resistencia y que, sin ninguna duda, influyeron fuertemente en él al punto de convertirlo en el máximo representante de la pedagogía paraguaya, con sus propuestas innovadoras y como creador de la primera reforma educativa paraguaya en 1924.

Entre las historias relatadas se vincula en forma directa a la resistencia aquella en la cual, en la clase del profesor de historia del Paraguay, el Dr. Ramón Castillo, de origen argentino realiza un comentario sobre los paraguayos durante la independencia. En el relato lo manifiesta de la siguiente manera:

> Un día, al referirse a la expedición de Belgrano comentó con ironía la afirmación de Terán y Gamba que dice al respecto: "Se agregaron al ejército de Velasco 800 voluntarios para la defensa de la Provincia", diciendo: " ¡Voluntarios! Infelices ignorantes que no sabían lo que hacían". Hirió el sentimiento nacional de los muchachos y protestamos. ¡Cómo se enseñaba la Historia Patria! (Cardozo, 1998, pág. 12)

Además de hacer mención a la despreocupación del Estado con respecto a la orientación de la educación, menciona también el uso del libro de Geografía de Cosson utilizado en el segundo año -cursado en Villarrica antes de conseguir la beca para proseguir sus estudios en la capital- en el cual la mitad del libro se encargaba del estudio de las provincias argentinas.

Conclusión

No hay historia de la educación que se pueda estudiar aislada de los fenómenos políticos que se desarrollan en un contexto amplio y significativo. De los contextos históricos emergen factores en constante interacción entre ellos y con la educación. De este punto en especial deviene la necesidad de una detallada contextualización histórica que permitirá la explicación del hecho histórico-pedagógico.

Las consecuencias que tuvo que enfrentar un Paraguay en ruinas no fueron pocas, y afectaron todos los ámbitos, en especial la educación. Este capítulo de la historia de la educación en Paraguay de la posguerra está

marcado por una drástica disminución de las escuelas; la necesidad de contratación de profesionales extranjeros, y un currículum visibilizado en los discursos de los textos oficiales que sientan postura hacia el nuevo modelo, en franca oposición al modelo anterior de la guerra, y con una marcada influencia en lo que respecta a los contenidos de historia. Y mientras en la mayoría de los estados nacionales americanos se enseñaba una historia forjada por héroes, en el Paraguay de la posguerra el Estado se encargó de una recreación del pasado con una historia basada en la crítica. Sin embargo, a pesar de los esfuerzos por compeler una memoria histórica basada en un nuevo modelo político, económico y hasta social, la posterior resistencia se visibilizará en las memorias de los testigos de aquella rica historia de la educación paraguaya que sigue reclamando investigaciones.

Bibliografía

Báez, Cecilio. *La tiranía en el Paraguay, sus causas, caracteres y resultados.* Asunción: El país, 1903.

Benítez, Luis G. *Historia de la Educación Paraguaya.* Asunción: Comuneros, 1981.

Bogado Rolón, Oscar. *Sobre cenizas. Construcción de la segunda República del Paraguay 1869-1870.* Asunción: Intercontinental, 2011.

Cardozo, Efraím. *El Paraguay Independiente.* Asunción: Schaumann, 1989.

Cardozo, Ramón Indalecio. *Mi vida como ciudadano y maestro.* Asunción: El lector, 1998.

Decoud, José Segundo. *«Nuestros destinos futuros.»* La ilustración paraguaya, nº 1 (mayo 1888): 5-6.

Florentín, Flavio. *Historia de la educación en el Paraguay de la postguerra 1870-1920.* Asunción: El Lector, 2009.

Garay, Blas. *Paraguay 1899.* Asunción: Araverá, 1984.

Gómez Florentin, Carlos. *El Paraguay de la Post Guerra 1870-1900.* Asunción: El Lector, 2010.

Halbwasch, Maurice. *«Memoria colectiva y memoria histórica.»* En La mémoire collective, de Maurice Halbwasch. París: Reis, 1968.

Heyn Schup, Carlos. *Escritos del Padre Maíz-Autobiografía y Cartas I.*

Asunción: Litocolor, 2012.

Heyn Schupp, Carlos A. *Escritos del Padre Fidel Máiz II.* Asunción: Biblioteca de Estudios Paraguayos Volumen 84, 2010.

Heyn Schupp, Carlos. *«Biografía y obras del Padre Fidel Maiz. Estudio Documental.»* En Etapas de mi vida, de Fidel Maíz, 290. Asunción: El lector, 1996.

Maiz, Fidel. *Etapas de mi vida.* Asunción: El lector, 1996.

Maíz, Fidel. *Pequeña geografía para los alumnos de la escuela de Arroyos y Esteros.* Asunción: El Paraguayo, 1890.

Paglialunga, Maria Viviana. *De la autonomia a la dependencia.* Asunción: Servilibro, 2012.

Paglialunga, María Viviana. *Fidel Maíz y su Pequeña Geoografía.* Asunción: Arandura. 2018

Potthast, Barbara. *«Súbditos, ciudadanos y conciudadanas:ciudadanía y género en Paraguay, 1810-1870.»* Köln: Red de Investigación sobre América Latina, 2013.

Quintana de Horak, Carmen. *Vigencia del Ideal Cardociano en la educación paraguaya.* (Tesis doctoral.). Asunción: Universidad Nacional de Asunción., 1983.

Rivarola, Domingo. *Historia del Pensamiento parguayo 1811-1904.* Vol. 18. Asunción: El lector, 2010.

Rivarola, Domingo. *«Una visión Histórica de la educación paraguaya.»* En Historia del Pensamiento Paraguayo, de Galeano y Rivarola Silvero, 75-133. Asunción: El Lector, 2010.

Speratti, J. *Historia de la Educación Paraguaya 1812-1932.* Asunción: Biblioteca de Estudios Paraguayos, 1996.

Telesca, Ignacio. *Las polémicas sobre el patriotismo en los libros de texto y el calendario escolar a fines del siglo XIX y principios del siglo XX.* En V. Seiferheld, Relaciones entre autoritarismo y educación en Paraguay 1869-2012 (Vol. I). Asunción: Serpaj Py.2015

Tedesco, J. *Bicentenario, historia de la Educación* (2010).

Warren, Harrys Gaylord. *La reconstrucción del Paraguay, 1878-1904.* La primera era colorada. Asunción: Intercontinental, 2010.

A Expedição Manuel Drago:

uma trágica experiência de deserções, indisciplinas e condições higiênicas na guerra contra o Paraguai.

Jorge Prata de SOUSA [322]

Debruçar sobre os relatos da Expedição Manuel Drago ou Corpo Expedicionário fartamente documentado por documentos oficiais, sobretudo pelos relatórios do ministério da guerra,[323] pelos periódicos da época, por memorialistas e pela historiografia de natureza militar nos permite estudar algumas questões que podem ser generalizadas para todo o contexto da guerra contra o Paraguai.[324] No início da contenda, organizou-se o Corpo Expedicionário convocando-se 6.000 guardas nacionais de Minas Gerais[325] e outros 3.000 da província de São Paulo,[326] cujas forças deveriam se encontrar na cidade de Uberaba e daí marcharem para o teatro da guerra na província de Mato Grosso.

Nomeado para estar à frente desta tarefa o coronel Manoel Pedro Drago sairia com sua tropa de São Paulo em direção à cidade de Uberaba onde se encontraria os batalhões vindos de Minas sob o comando do coronel José Antonio da Fonseca Galvão e daí, unificado o comando das tropas tomariam a direção de Mato Grosso na região de Coxim, território invadido pelos paraguaios. A marcha percorrida pelo coronel Drago, iniciada na cidade de São Paulo, em direção a Uberaba, foi complicada; se-

---

322 Professor Titular do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, Rio de Janeiro.

323 Sobremaneira "Marcha e operações das forças atualmente empregada na presente guerra" In: BRASIL, Relatório do Ministério da Guerra, 1866, p.34.

324 Muito sucintamente essas questões foram tratadas em trabalho anterior, veja SOUSA, Jorge Prata de. Escravidão ou Morte: escravos brasileiros na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Mauad/Adesa, 1996, pág.62.

325 Veja Decreto nº 3.382 em 21 de janeiro de 1865. In: *Coleção de Leis do Brasil...* Veja ainda Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, doravante IHGB- lata 314, pasta 1.

326 Veja Decreto nº 3.381 em 21 de janeiro de 1865 In: *Coleção de Leis do Brasil...* Veja ainda IHGB-lata 314, pasta 1.

guiu pelo itinerário de Jundiaí, Campinas, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu, Casa Branca, Cajuru, Batatais, Franca e finalmente Uberaba.[327] Em cada cidade uma demora em excesso, uma comemoração aqui, uma festividade ali, uma missa, enfim, entre tantos pousos e festividades a cidade de Campinas foi a que mais retardou a marcha. Em torno da Força Expedicionária e, sobretudo, em torno à marcha lenta de suas tropas se formou uma grande expectativa a ponto de os jornais acompanharem *pari paso* o périplo da Força Expedicionária, por onde passou, como se constituiu, quais contratos firmou, quantos caíram doentes, quantos desertaram e, é claro, muita intriga.[328] Por exemplo, a imprensa mineira com sua fina ironia não poupava elogios aos batalhões sob comando do coronel Galvão acampado no sítio Cachimbo à espera do coronel Drago. Sobre os batalhões sobre o seu comando, seus componentes se portavam de maneira digna de todo o louvor, não tendo aparecido da parte dos habitantes daquele lugar nenhuma queixa contra expedicionário, o que na visão do periodista, "atesta bem a boa ordem e disciplina que reinam no acampamento e a ótima conduta desses bravos, que só tem em mira debelar a tirania em prol da civilização e do país."[329]

Quando as duas forças se encontraram em Uberaba unificou-se o comando sob as ordens do coronel Drago quem, contrariando as ordens superiores ao invés de tomar a direção de Mato Grosso tomando a estrada de Santana de Parnaíba tomou a direção de Rio Claro em prejuízo de todo um plano do governo em abastecer as forças expedicionárias quando passasse na região de Santana da Parnaíba.[330]

A imprensa da capital dava espaço para reproduz notícias que circulavam na cidade de Uberaba criticando abertamente as opções tomadas pelo coronel Drago. As suspeitas vão sendo inoculadas em doses homeopáticas.

> Consta-nos que o Senhor Coronel Drago partira de Uberaba para Mato Grosso, não sabemos se em direção a Coxim ou se por

327 FARIAS, Aluísio Gonçalves de. O exército brasileiro frente aos improvisos do cenário da guerra com o Paraguai: surge o 21 de infantaria. Revista Territórios e Fronteiras, vol.2, nº2, Jul/Dez. 2009,p.293.

328 Correio Mercantil, e Instrutivo, Político, Universal (RJ),doravante Correio Mercantil,segunda feira, 17 de julho de 1865; quarta feira 19 de julho de 1865; terça feira 1 de agosto de 1865; sexta feira 4 de setembro de 1865.

329 BN: Correio Mercantil, segunda-feira 14 de agosto de 1865.

330 BN: Correio Mercantil, 1 de dezembro de 1865; sábado 16 de dezembro de 1865.

> Goiás; somos profanos e por isso incompetentes para avaliarmos a importância militar do Senhor Drago. O coronel Galvão em 40 dias apresentou-se no Uberaba, se continuasse sua marcha estaria em Mato Grosso; enfim...[331]

> ...devendo eles seguirem por Santana do Parnaíba, cujo caminho é uma planície até as imediações de Cuiabá, lá foram pelo Rio Claro, cuja estrada é quase intransitável, já por constar de trilhos estreitos, já por ser coberta de grandes serra por onde será humanamente impossível passar o parque de artilharia, que desde já afiançamos lá não chegará; e isso com uma volta de mais de sessenta léguas, que se economizava se a expedição fosse por Santana.[332]

Tomar direção equivocada ou por excesso de autonomia o fato é que o coronel Drago desorganizou e comprometeu os objetivos para os quais a Força Expedicionária fora criada: atender de imediato a invasão ao território da província de Mato Grosso. Os problemas relativos à organização disciplinar, deserção de soldados, condições higiênicas das tropas e dos acampamentos, abastecimento de víveres, foram sistematicamente apontados por todos que ao estudo do tema se dedicaram.

Entre os memorialistas, Taunay[333] foi testemunha privilegiada, integrando a Expedição como oficial do corpo de engenheiros ele soube com linguagem erudita e elegância literária descrever os equívocos, desde sua organização e condução em terras inimigas até a derrocada final. Em seu

---

331 BN: Correio Mercantil, sexta-feira 15 de setembro; terça-feira 19 de setembro de 1865; sábado 23 de setembro de 1865;

332 BN: Correio Mercantil, quarta-feira 4 de outubro de 1865.

333 A Expedição de Manuel Drago, também chamada pelo autor de Expedição de Mato Grosso está minuciosamente relatada em dois documentos: o Relatório Geral da Comissão de Engenheiros referente aos percursos de Santos até a vila de Miranda. Esse Relatório está publicado junto ao Relatório do Ministério da Guerra em 1867 e reimpresso com alguma retificação na Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo XXXVII, parte segunda na de 1874. Acrescente-se ainda, as Histórias Brasileiras e Narrativas militares como a Retirada da Laguna. TAUNAY. Visconde de. *Memórias*. São Paulo: Iluminuras, 2004. Sobre a importância da obra de Taunay veja SCHÄFER. Gabriel. Taunay e a frustrante ação militar brasileira em território paraguaio – A Retirada da Laguna. Estudos Histórico, Uruguay. Ano V, Julio 2013, nº10.

relato fixou momentos dramáticos vividos por ele e por seus companheiros mais íntimos.

Sob o ponto de vista da organização da tropa, da questão da indisciplina e da deserção seus relatos são pródigos em exemplos. À medida que as tropas iam adentrando o sertão no trecho de Campinas a Uberaba rumo a Mato Grosso, as deserções iam aumentando e o lema entre a tropa era o de que "Deus é grande, mas o mato ainda maior!"[334]

> E eis-me afinal,... a caminho, encontrando por toda a estrada vestígios da desordem que presidia a esta primeira marcha, soldados atrasados, cargueiros em disparada ou a pastarem ao lado de bagagens arrombadas, e fardos estripados, um mundo de mulheres e crianças por toda a parte, encetando às tontas penosa e longínqua viagem, carros e animais atolados, enfim todas as mostras da falta de um complexo de providências bem-combinadas e ativamente fiscalizadas até completa e boa execução.[335]

Os documentos oficiais têm o mesmo tom testemunhado por Taunay: "falta de mão de obra para o carregamento das tropas" além das deserções que se "repetem em larga escolta, seguindo os desertores caminho de São Paulo."[336] Luiz de Castro afirma que em Campinas apareceu o primeiro caso de cólera, e com ela, o início da deserção.[337] O 27º Batalhão de Voluntários não conseguiu sair de Uberaba tal o número de deserções[338] ainda em Minas. Na localidade de Piumhy o comandante da Brigada José Antônio da Fonseca Galvão reconhecia a deserção contumaz dos convocados, "as praças que tem desertado desde o começo da marcha" e pusilânime, o comandante confessava ignorar qual o motivo de tantas deserções, embora soubesse que os praças sofriam com os castigos corporais.[339] Em

---

334 TAUNAY, Visconde de. *Memórias*, op. cit., págs. 170, 181, 231.

335 TAUNAY, Visconde de. *Memórias*, op. cit., pág.171. Veja também TAUNAY, Visconde de. *A retirada da Laguna.* São Paulo: Melhoramentos, 13 ed., s/d, pág.31/32.

336 Arquivo Nacional, doravante AN: Correspondência sobre a Guerra do Paraguai. Códice 547, livro III.

337 SOUZA, Luiz de Castro. *A medicina na guerra do Paraguai.* s/d, s/l, p.49.

338 DUARTE, Paulo Queiroz Duarte. Os voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai. 2 vols., Tomo I e II. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981, p.212.

339 BN: *Coleção Mário Barreto*: 34A, 05, 005 n° 0004 (manuscritos). "Ofício ao comandante da Brigada mineira, coronel José Antônio da Fonseca Galvão, tratando de castigos corporais,

outra ocasião, o mesmo comandante Galvão ao descrever as dificuldades enfrentadas pela Força Expedicionária sob seu comando entre o percurso de Ouro Preto a Uberaba amenizou a precariedade da organização das tropas sob o seu comando, muito embora, em correspondência ao Marques de Olinda lamentava ter deixado Ouro Preto com "1.209 praças destas tenho já deixado 21 estropiadas" além de reclamar do desaparecimento de animais e a falta de muares acabou por comprometer os deslocamento da tropa e da bagagem.[340]

O coronel Fonseca Galvão em documento dirigido a um interlocutor anônimo, relata em tom de reclamo as diferenças entre ele e o coronel Drago. Segundo seu relato, as forças da Brigada Mineira lhe foram passadas, a seu comando, em Ouro Preto a 19 de outubro de 1865 e em seu percurso até Uberaba as ocorrências mais comuns foram as deserções dos soldados, segundo ele ao passarem em suas terras onde nasceram desertaram por amor ao torrão natal e as enfermidades existentes até então eram de benigno caráter e tratadas em uma enfermaria ambulante sob a supervisão dos médicos contratados pelo governador de Minas, doutor Manoel de Aragão Justino, Carlos José de Souza Nobre e o farmacêutico Manoel Frederico de Oliveira Jacques. A Brigada Mineira fez 120 léguas de Ouro Preto a Uberaba em 40 dias, quando então, o coronel Drago chegou com a força expedicionária vinda de São Paulo, a 18 de julho, e se juntou às de Minas. Todos se submeteram ao seu comando, segundo as ordens de 23 de maio daquele ano. Com a união das duas brigadas sob o comando do coronel Drago a tropa foi reestruturada e a tudo e a todos lhe submeteram. No deslocamento das tropas ao invés de optar pelo caminho do Santana do Parnaíba, onde havia recursos e o percurso era mais rápido, o coronel Drago optou por uma picada de "insuperáveis obstáculos, que se tem encontrado por esta estrada, ou antes, picada no centro de um bravio e por isso inóspito sertão e sem recursos de víveres". Até então os soldados mineiros que havia sentido ligeiros incômodos começaram a sofrerem com as bexigas contaminados pelos os que vieram de São Paulo, segundo relato criterioso do coronel Fonseca Galvão. Estiveram à espera da recomposição do trem militar, fornecimento de víveres e medicamento para os infectados. Levantou-se acampamento em 4 de setembro e o coronel Drago não sabia ao certo qual estrada tomar em direção a Mato

alimentação, material de guerra..." Piumi, Minas Gerais, 04/06/1865.

340 IHGB: Lata 207, pasta 76. Carta de José Antônio da Fonseca Galvão ao Marques de Olinda comunicando a partida de sua brigada de Ouro Preto para Mato Grosso, 1865.

Grosso e marchando foi que se soube que a estrada a tomar era a de Rio Claro.[341] O comando foi transferido já a caminho de Mato Grosso para o coronel Galvão no dia 19 de outubro com todos os problemas acumulados:

> além da travessia por estes inóspitos sertões, que é de certo de arrepiar, as chuvas ou como dizem águas ali estão, os lamaçais, as carrapatas, as cobras, os péssimos caminhos ou veredas, maus postos sem algum pouso, perda de animais por este serrados, tudo nos vem atormentar.[342]

Já em outra carta dirigida ao conselheiro Nabuco, o tom é desesperador; reclama da falta de respostas aos ofícios dirigidos ao Ministro da Guerra, reclama da falta de abastecimento de gêneros para alimentar a tropa e do constrangimento dos praças quase todos nus. E em tom de suplica, lamenta: "tenha dó destes pobres soldados e de mim e interceda para que me seja enviado dinheiro para compra de gado e para pagamento das praças".[343] Sobre a comunicação interna entre seus superiores é enfático:

> desde que assumi o comando desta força não tive ainda a satisfação de receber reposta dos meus ofícios dirigidos ao Exmo. Ministro da Guerra, entretanto vejo-me bastante aflito neste sertão para poder alimentar esta força sem gêneros, sem gado, sem cavalhada porque a peste tem acabado com todos os animais.[344]

---

341 Ainda sobre a atuação do coronel Drago veja as impressões anotadas por Benjamim Constant em LEMOS, Renato. Cartas da guerra: Benjamin Constant na campanha do Paraguai. Rio de Janeiro: IPHAN, Museu Casa Benjamin Constant,1999, 91-92.

342 IHGB: Lata 212, doc. 50. Carta de José Antônio Fonseca Galvão a destinatário não nomeado descrevendo o estado das forças expedicionárias sob seu comando... Córrego dos Cocais em 06/11/1865. O teor deste documento se assemelha da correspondência oficial expedida em 13 de novembro de 1865 por José Antonio da Fonseca Galvão – Quartel do comando das forças expedicionárias para Mato Grosso no acampamento em marcha junto à margem direita do rio Claro (Goiás) ao conselheiro José Antônio Saraiva ministro dos negócios estrangeiros e interinamente da guerra. Diário do Rio de Janeiro em 5 de janeiro de 1866, pág.1.

343 IHGB: Lata 363, pasta 49: Carta de José Antônio da Fonseca Galvão ao Conselheiro Nabuco de Araújo, dando conta das necessidades das tropas da Força Expedicionária de Mato Grosso. Acompanha cópia de Carta ao Barão de Melgaço sobre o assunto. Taquary, (MT), 1866.

344 Idem.

Junto a esta carta, há cópia de outra carta endereçada ao Barão de Melgaço, presidente da província de Mato Grosso onde o tom é, também, de reclamo, suplica e desespero deixando explícito em ambas as cartas a falta de estratégia das autoridades, tanto a nível provincial como em nível do governo central, com ênfase na falta de suprimentos para as tropas. Como não bastassem as dificuldades da marcha, a situação das tropas agravava-se pelo uso dos métodos punitivos consentidos à época.[345] A aplicação de castigos corporais devido à indisciplina causada por excesso de uso de bebidas alcoólicas é relatada em detalhes:

> (...) tem havido dois castigos Corporais hum no soldado da 1ª Companhia Joaquim Alves de Brito e outro no soldado da 2ª Jose Manoel Pereira ambos por se ter embriagado em faltarem com o respeito em presença de Oficiais e mais Praças pelo que os mandei prender e responder Conselho (...), tendo sido sentenciados o primeiro a quarenta pancadas d'espada de prancha no segundo a 30 cujos castigos se fizeram na Fazenda de Ponte de Pedra no dia vinte nove do mês com as formalidades do estilo, tendo o primeiro sofrido 30 e o 2° 20 pancadas d'espada de prancha em virtude de o médico ajudante ter declarado que os mesmos não podiam ser castigados conforme aderirão do referido conselho como V.Exª verá dos atestados juntos sob n° 1.[346]

Apesar da unanimidade dos relatos, tanto dos memorialistas quanto da documentação administrativa proveniente do Exército, ainda assim encontramos vozes dissonantes sobre as catastróficas contingências dessa Força Expedicionária. Os relatos discordantes são construídos com excesso de adjetivos, e caracterizados por efemérides heroicas a respeito da nação ultrajada; uma literatura que denominamos do tipo "samba exaltação" e que enseja uma leitura crítica.[347]

---

345 Sobre castigos veja CERQUEIRA, Dionísio. Reminiscências da Campanha do Paraguai. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980, p.90 e ss.

346 BN: Coleção Mário Barreto. Idem.

347 Veja o texto "A Guerra do Paraguai no teatro de Mato Grosso. Memória histórica para servir de base ao monumento aos heróis da Laguna e de Dourados". Capitão Genserico de Vasconcelos. Papelaria Confiança Alberto Silvares & Cia. Biblioteca Nacional: Códice 981.008, v 331 g.

No que toca ao quadro sanitário das tropas, uma rápida olhada no quadro abaixo, permite aquilatar os desconfortos da situação: 8% dos recém-convocados já representavam baixas por questões de saúde e 16% por deserção. Ou seja, 24% dos componentes desses Corpos já estavam fora de combate ainda em Campinas.

Quadro nº1: Mapa do movimento da Força Expedicionária estacionada no quartel da cidade de Campinas, São Paulo, em 1865.

Corpos de Batalhões	Prontos	Doentes	Desertores	Mortos	Total
Corpo de Artilharia do Amazonas	30	3	-	1	**34**
Corpo Policial de São Paulo	172	13	41	-	**226**
Corpo de Guarnição do Paraná	91	11	5	-	**107**
Corpo de Guarnição de São Paulo	115	12	24	1	**152**
Corpo de Cavalaria de São Paulo	34	6	26	-	**66**
Total	**442**	**45**	**96**	**2**	**585**

Fontes: AN: Códice 547, vol.3. Correspondência sobre a Guerra do Paraguai. "Mapa do Movimento da Força expedicionária para Mato Grosso em 10 de abril de 1865".

Somando-se à indisciplina e deserções dos soldados, a relação entre os comandantes, segundo Taunay, se agravava, ora por falta de decisão ora por descompasso do comando central. "Incessantes e acaloradas eram as discussões no círculo dos oficiais, médicos e engenheiros".[348]

Taunay critica o comandante Manuel Drago por ter-se deixado ficar mais tempo do que necessário em Campinas ao invés de marchar diretamente para Cuiabá e levantar o moral da mísera província de Mato Grosso humilhada com a invasão paraguaia.[349] Enquanto isso, toda a tropa e,

348 TAUNAY, Visconde de. *Memórias*. Pág.175.

349 Rebouças em seu diário advertia: "Na esquadra, como no exército, é geral o descontentamento pela morosidade, com que se faz esta guerra". REBOUÇAS, André. *Diário a Guerra do Paraguai*, 1866. Introdução e notas de Maria Odila Silva Dias. São Paulo: IEB,1973. (18 de março de 1866, p.29).

sobretudo, os oficiais engenheiros, patente a que Taunay se orgulhava em pertencer, se metiam em flertes e intrigas de namoro com as moças de Campinas.[350] O coronel Drago gastou sete meses da Corte a Uberaba viagem que pode ser feira em 15 dias.

> Desde os começos do comando, infelizmente mostrou, à evidência, o Coronel Drago que não estava à altura da Comissão, decerto espinhosa mas também cheia de glórias, que tinha de desempenhar. Tudo era pretexto para demoras e adiamentos.[351]

No percurso da Expedição entre Santos a Uberaba, segundo os relatos de Taunay, sobressaia os problemas de ordem administrativa, a indisciplina entre a soldadesca e uma demora permanente na condução das questões da guerra.[352] O noticiário vindo de São Paulo também confirmava a lerdeza com que a Força Expedicionária se move:

> Além do batalhão de caçadores, esquadrão de cavalaria, e duas companhias de voluntários da pátria que ha muito estão no Coxim à espera do coronel Drago e das forças de Minas e São Paulo, que tem vindo com uma morosidade e vagar de quem não tem vontade de chegar, já se acham aqui pontos em estado de marcharem à qualquer hra cerca de 600 praças entre guardas nacionais, voluntários da pátria e soldados de linha.[353]

Parte dos descompassos da Expedição, Taunay reputa às ordens vindas do Rio de Janeiro. "Todos os planos que partiam do Rio de Janeiro eram errados e só patenteavam a incompetência dos que os formularam e o absoluto desconhecimento das vastíssimas regiões em que havia sido abandonada aos azares da sorte a nossa triste e resumida coluna".[354]

---

350 TAUNAY, Visconde de. *Memórias*. Págs.164 e 190.
351 TAUNAY, Visconde de. *Memórias*. Pág.175.
352 TAUNAY, Visconde de. *Memórias* .Págs. 302, 308, 312, 313.
353 Diário de São Paulo, 11 de novembro de 1865 , pág. 3.
354 TAUNAY, Visconde de. Memórias, pág. 193. André Rebouças em seu diário também menciona o descompasso das ordens entre os ministérios e o corpo de oficiais, veja REBOUÇAS, André. Diário a Guerra do Paraguai, 1866. Introdução e notas de Maria Odila Silva Dias. São Paulo: IEB,1973. (15 de março de 1866, p.23).

De Uberaba em diante até atingir as terras de Mato Grosso e iniciar o ataque ao território paraguaio, as tropas foram acometidas por intensos períodos de escassez de víveres e expostas a epidemias. Os soldados brasileiros viram-se "a braços com um inimigo encarniçado... a cólera-morbo".[355]

As condições da expedição, as intempéries, afligem a Taunay e o leva a meditar sobre os condicionantes da expedição que, no seu entender, determinariam o seu futuro. Segundo o autor a chegada a Miranda custou muitas vidas pela "criminosa permanência na vila de Miranda". Uma epidemia de beribéri de setembro a janeiro. "E as vítimas da perneira continuavam a encher o cemitério e não víamos solução a tão dolorosa situação".[356] Em terras de Mato Grosso, os problemas vivenciados pela Expedição durante o percurso se agravaram. Quando acampada em Coxim, em terreno salubre, não tardou a chegada das enchentes, a privação de víveres, de cujas consequências, grassaram experiências intransferíveis, entre elas a fome. As condições de pestilência do pantanal disseminaram as febres entre o contingente concomitante com "epidemias climáticas" reconhecidas como sendo a paralisia reflexa, também chamada de beribéri e a malária ou intoxicação paludosa segundo a terminologia da época. O quadro epidemiológico em Coxim atingia a soldados, seus familiares, carreteiros e bagageiros resultando em "um lento martírio".[357] Resultado desta epopeia: percorridos "dois mil cento e doze quilômetros. E já um terço de nossa gente perecera."[358] O estado das tropas era descrito com o de uma epidemia cuja característica era "inchação de pernas e paralisia destes membros, que por tanto tempo lavrou entre as fileiras de oficiais e soldados".[359] Somente com a passagem das margens do rio Miranda a situação do estado higiênico das tropas se modificou, assentadas em um sítio chamado de fazenda do Jardim, a quantidade de laranjas e limões

---

355 Documento n°24. Narrativa dos episódios da Retirada da Laguna. Parte dada pelo Comandante interino das forças em operações no Sul de Mato-Grosso, que invadiram o território Paraguaio, Major José Tomás Gonçalves, ao Presidente da Província de Mato-Grosso, Dr. José Vieira Couto de Magalhães, em ofício de 16 de junho de 1867. In: TAUNAY, Visconde de. *A retirada da Laguna*, Op.cit.

356 TAUNAY, Visconde de. *Memórias*, pág.297.

357 SOUZA, Luiz de Castro. *A medicina na guerra do Paraguai.* Op. cit., p.64 e ss.

358 Idem. TAUNAY, Visconde de. *Memórias*, op.cit., pág.297.

359 Documento n.2: Estado sanitário do corpo expedicionário. Correspondência do coronel Comandante Carlos de Morais Camisão enviada para o vice-presidente da província de Mato-Grosso Ilmo. E Exmo. Sr. Albano de Sousa Osório. In: TAUNAY, Visconde de. *A retirada da Laguna*, Op.cit.

arrefeceu os estragos da doença beribéri.[360]

As condições ambientais desfavoráveis parecem ter sido a constante em toda a campanha descrita por Taunay e contemporâneos; o excesso de chuvas e inúmeros pântanos alagados embaraçam o desempenho das tropas, comprometidas em seus deslocamentos de Miranda a Nioc.

> É Miranda quase inabitável, rodeada como se acha, e numa extensão considerável, de depressões que a menor chuva, num instante, inunda, até mesmo na melhor estação, e que os raios solares, com a mesma rapidez, enxugam. Privada de boa água, pois a do Miranda é sempre agitada e lodosa, a disposição do terreno não oferecia ali, aliás, nenhuma das condições militares às quais, em rigor, poderiam ter sido sacrificadas as considerações higiênicas.[361]

A vila de Miranda é descrita como uma região propícia a focos epidêmicos. O rio que dá o nome à cidade é um imenso caudal cujas margens "uniformemente baixas" à menor chuva inundam. Ao chegarem a Miranda, a tropa trazia as consequências da estada nos pantanais existentes entre Coxim e Miranda. A temporada durou cento e treze dias, de 17 de setembro de 1866 a 11 de janeiro de 1867, produto das incertezas do comandante em chefe e da disseminação da epidemia de cólera.[362] A mesma região que propicia a epidemia de cólera também contribui para a paralisia reflexa que acometia os cavalos na região agravando a locomoção e a força de tiro.[363] Situação essa também descrita nos diários de outro combatente, para quem a epizootia ao enfraquecer as ancas dos cavalos comprometia a travessia dos rios, levando um bom número deles "para dentro do caudaloso rio e barbaramente sangrados, deixavam-se seguir pela correnteza, logo desaparecendo."[364]

---

360 Documento n°24. Narrativa dos episódios da Retirada da Laguna. Parte dada pelo Comandante interino das forças em operações no Sul de Mato-Grosso, que invadiram o território Paraguaio, Major José Tomás Gonçalves, ao Presidente da Província de Mato-Grosso, Dr. José Vieira Couto de Magalhães, em ofício de 16 de junho de 1867. In: TAUNAY, Visconde de. *A retirada da Laguna*, Op.cit.

361 TAUNAY, Alfredo d´Escragnolle Taunay, Visconde de. *A retirada da Laguna.* São Paulo: Melhoramentos, 13 ed., s/d, pág.33.

362 TAUNAY, Visconde de. *A retirada da Laguna*. Op.cit. págs.33/36.

363 TAUNAY, Alfredo d´Escragnolle. Visconde de. A retirada da Laguna. Op.cit., pág.49.

364 *Diário da Campanha do Paraguai,* por Francisco Pereira da Silva Barbosa, pág.13. www.geocities.

A comissão médica composta pelos primeiros cirurgiões Dr. Candido Manuel de Oliveira Quintana e Dr. Manuel de Aragão Gesteira.,[365] segundo Taunay, era despreparada e inerte, indolente "que só aspirava poder obter a reforma para viver sossegado com a mulher e os filhos",[366] A falta de um número suficiente de pessoal qualificado na comissão médica comprometia "os serviços terapêuticos", situação agravada pela falta de medicamento e de um auxiliar de farmácia segundo o comandante da Expedição.[367] Taunay acrescentava:

> Já falei na insuficiência científica da nossa comissão médica, abundante em pessoal, mas desfalcada de elementos aproveitáveis e que servissem regularmente, sobretudo no caso em que nos víamos, a braços com moléstia de todo desconhecida. (...) Aliás, de desanimados, tratavam esses médicos de se safar das forças e do pestilento Miranda, licenciando-se uns aos outros e partindo para o Rio de Janeiro, à formiga.[368]

A cólera inicialmente se apresentou aos batalhões vitimando um índio quando da estada em Bela Vista e não mais abandonou as tropas.[369] Apresentava-se com uma performance pintada pelos contemporâneos como sendo a própria presença da morte.

> vômitos, evacuações alvinas abundantes de uma matéria semelhante à água de arroz, grande sede, dispnéia, pulso pequeno frequente, supressão de urinas, mudança extrema no metal da voz e mesmo afonia, pele fria, cianose, magreza e desfiguramento rápido de

---

com/cvidalb2000/diariob.html.

365 Documento n°.21. Parte do 1° Cirurgião, Dr. Cândido Manuel de Oliveira Quintana, sobre a epidemia e os ferimentos havidos na expedição de Mato-Grosso. Anexo à obra TAUNAY, Alfredo d´Escragnolle. *A retirada da Laguna*, op.cit.

366 TAUNAY, Visconde de. *Memória*. São Paulo: Iluminúrias, pág.186.

367 Documento n°.1. Ofícios e ordens do dia expedido pelo Coronel Carlos de Morais Camisão, Comandante das Forças em operações ao sul da província de Mato-Grosso. Anexo à obra TAUNAY, Alfredo d´Escragnolle. A retirada da Laguna, op.cit.

368 TAUNAY, Visconde de. Memórias, pág.297 e ss.

369 Para outras experiências com o cólera veja LEMOS, Renato. Cartas da Guerra. Benjamim Constant na Campanha do Paraguai. Rio de Janeiro: IPHAN-6 SR. Museu Casa de Benjamim Constant, 1999, pág.142 carta de 2 de abril de 1867 e pág. 153 carta de 11 de abril de 1867.

rosto, etc."[370]

Quanto à maneira com que a junta médica atendia os enfermos de cólera, Taunay comenta as concessões feitas pelos médicos ao darem água aos coléricos, recurso considerado fatal e a "isto se limitavam os seus cuidados".[371] Todos os outros recursos de atendimento aos coléricos agravavam suas sortes: falta de víveres, de barracas e roupas suficientes no rigoroso inverno, escassez de medicamentos e os poucos lugares nos carros de bois que lhes serviam de transporte eram arduamente disputados com a artilharia, sem esquecer os enfermos graves tão necessitados no penoso transporte.[372] O número de padiolas não dava conta da necessidade obrigando a transportar em uma mesma padiola dois a três enfermos, o que sobrecarregava aqueles que se encarregavam de locomovê-la. O número de enfermos era tal que metade da tropa "era empregada em carregá-los".[373]

Há uma passagem acusatória no relato de Taunay, quando recupera a fala de um companheiro, membro da comissão médica que justificando as baixas argumentava que o motivo por haver tantas baixas era por culpa das tropas que "foram tolamente remexer os lodos dos pantanais e pestearam os ares."[374] Um exemplo da crença na teoria miasmática em que as pestilências do ambiente e os ares eram considerados como os causadores das doenças.

Os focos de infecção eram, sistematicamente, apontados pela junta médica como a "causa de ruína da expedição, pois de contínuo diminuía o seu pessoal, quer pela morte, quer pela dispensa forçada dos doentes". Consequência dos grandes pantanais que a tropa cruzara entre Coxim e Miranda.

Somado às condições de salubridade dos acampamentos, das condi-

---

370 Documento n° 21. Irrupção da cólera-morbo. Parte do 1° Cirurgião Dr. Cândido Manuel de Oliveira Quintana, sobre a epidemia e os ferimentos havidos na expedição de Mato-Grosso. In: TAUNAY, Alfredo d´Escragnolle. Visconde de. *A retirada da Laguna*, op.cit.

371 TAUNAY, Visconde de, *A Retirada da Laguna*, op.cit., pág.107.

372 Documento n° 21. Irrupção da cólera-morbo. Parte do 1° Cirurgião Dr. Cândido Manuel de Oliveira Quintana, sobre a epidemia e os ferimentos havidos na expedição de Mato-Grosso. In: TAUNAY, Alfredo d´Escragnolle. Visconde de. *A retirada da Laguna*, op.cit.

373 Documento n°24. Narrativa dos episódios da Retirada da Laguna. Parte dada pelo Comandante interino das forças em operações no Sul de Mato-Grosso, que invadiram o território Paraguaio, Major José Tomás Gonçalves, ao Presidente da Província de Mato-Grosso, Dr. José Vieira Couto de Magalhães, em ofício de 16 de junho de 1867. In: TAUNAY, Visconde de. *A retirada da Laguna*, Op.cit.

374 TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle. Visconde de. *Memórias*. São Paulo: Iluminuras, 2004, p.298.

ções higiênicas das tropas, havia um perigo iminente; o temor da fome era uma constância entre as tropas. Interessante que Taunay por duas passagens em sua obra relaciona a experiência da fome com a dificuldade dos comandantes em decidir estratégias de combate, como se a presença da fome, uma experiência atordoante influenciasse na tomada de decisão pelos superiores.

> Continuava sempre iminente a fome. Segundo rebanho de duzentas cabeças, que Lopes ainda trouxera de suas terras, estava a acabar. Nenhuma remessa nova se anunciava e a Intendência em ofício, datado de Nioac, declarava achar-se incapaz de prover, daí em diante, ao abastecimento de gado. Nesta contingência acentuaram-se as hesitações do coronel com maior frequência".[375]

A fome e a cólera são as responsáveis pelo aumento das deserções. Pelo desespero e o medo de serem abandonados sem socorro os soldados desertavam na esperança vã de se salvarem fugindo. Condições impróprias agravavam o pouso das tropas em campos insalubres dificultando sua retirada durante os enfrentamentos com o inimigo. Cenas deploráveis de saques a que se entregava o comércio ambulante que acompanhava o exército nacional. Atividade não exclusiva dessa população civil, mas comentada pelos memorialistas que testemunharam os pequenos furtos, os expedientes ilícitos dos próprios soldados nacionais. Acresce-se ainda, a esse teatro de horror, as mulheres e os índios que despojavam os defuntos, fossem esses, inimigos ou não.[376] A crença na existência estava na certeza de você se manter vivo, a todo custo.

Em outra passagem, Taunay minimiza a indisciplina dos soldados brasileiros. "De vez em quando, alguma rapinazinha sem maior importância."[377] Ainda assim, não deixou de reconhecer que o despojar de defuntos era um hábito que só em situações extremas podiam as autoridades constituídas refrear.

A epidemia de cólera é o algoz durante a marcha penosa das tropas pelos pântanos distribuindo a todos a experiência da inanição. O número

375 TAUNAY, Alfredo d´Escragnolle. Visconde de. *A retirada da Laguna.* Op.cit., pág. 42.
376 TAUNAY, Alfredo d´Escragnolle. Visconde de. *A retirada da Laguna*. Op.cit., pág. 78, 83 e 103.
377 TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle. Visconde de. *Memórias*, pág. 187.

de enfermos era tanto que os amontoavam em carroças que acabavam por sobrecarregar aquelas disponibilizadas para o embarque das munições.[378]

O relato que Taunay dedica à descrição da retirada concomitante ao aparecimento da cólera é, sem sombra de dúvidas, o texto mais pungente e de efeito imagético realista que a literatura sobre a guerra nos deixou. Desde o momento em que circulou no acampamento a notícia da existência de um caso de cólera sua descrição é vigorosa retratando situações limites que, em sua pena, obteve um realce literário perene. Soube entremear os conflitos existenciais com as condições adversas da organização da tropa e o pipocar da epidemia entre a soldadesca.

> Mas a 18 [no dia 18] rasgou-se o véu do mistério: caíram três homens atacados pela epidemia e com os mais graves sintomas, e, desde então, os nossos dois médicos que haviam assistido à primeira irrupção da cólera no Rio de Janeiro, julgaram imperioso dever não mais dissimular a verdade. Fora-nos necessário, contudo, prosseguir na marcha, subitamente salteados de mal-estar e desmaios caíram alguns soldados; o que provocou a perturbação e a confusão gerais em nossas fileiras. Não se caminhava mais. Os três homens já atingidos pelo flagelo sucumbiram. Dentro em pouco estavam a carreta que nos restava e um carroção de munições, que se lhe adicionara, repletos de enfermos, cujos gemidos por toda a parte apressavam o surto da epidemia.
>
> A que causa devíamos atribuir esta irrupção da cólera ou, melhor, a que causa não a atribuirmos? Seria talvez a carne estragada que éramos obrigados a comer, ou a fome curtida quando as náuseas venciam o apetite, ou ainda o insuportável ardor dos incêndios que nos escaldavam o sangue, quiçá a infecção

378 TAUNAY, Alfredo d´Escragnolle taunay, Visconde de. *A retirada da Laguna.* Op.cit., pág.105.

> oriunda de todas as substancias vegetais que devorávamos, brotos, frutos verdes e podres, ou também, enfim, a insalubridade do ar viciado pela água estagnada dos charcos e lodaçais que naquela região tanto abundam.[379]

A situação se agravava diante do aumento expressivo do número de enfermos que se acumulava e das condições das tropas em marcha que não possibilitavam um atendimento médico aos acometidos pela doença. A solução foi abandonar os doentes acometidos por cólera nos campos.

> Como desvairado, ordenou, então, o Coronel que, à luz de fachos imediatamente na mata vizinha se abrisse uma clareira, para onde seriam os coléricos transportados e abandonados. Ordem terrível de dar, terrível de executar; mas que, no entanto (forçoso é confessá-lo), não provocou um único reparo, um único dissentimento. Puseram os soldados, logo, mãos à obra como se obedecessem a uma ordem comezinha; e — tão facilmente cede o senso moral ante a pressão da necessidade — colocaram no bosque, com a espontaneidade do egoísmo todos estes inocentes condenados, os desventurados coléricos, muitos deles companheiros de longo tempo, alguns até amigos provados por comuns padecimentos.[380]

Esse relato de Taunay está respaldado em um documento do 1º Cirurgião das Tropas Expedicionárias onde relata com detalhe de estatísticas o número e em que condições os coléricos eram abandonados nos campos.

> As marchas muitas vezes durante o dia inteiro, algumas vezes à noite, a péssima condução em carros puxados a bois, em que os doentes comprimiam-se mutuamente pela exiguidade de espaço, deviam ter grande parte no acréscimo da mortalidade, que era

379 TAUNAY, Alfredo d´Escragnolle, Visconde de. *A retirada da Laguna.* Op.cit., pág. 105 e106.
380 TAUNAY, Alfredo d´Escragnolle, Visconde de. *A retirada da Laguna.* Op.cit., pág.113.

> de quase todos os atacados. Afinal! Todos os carros forma queimados por necessidade: os doentes eram conduzidos em padiolas por soldados enfraquecidos pela fome, estropiados, que se recusavam a carregá-los e que os deixavam atirados no caminho sempre que o podiam fazer.[381]

Este desespero não passou despercebido à imprensa da época, a Gazeta Médica da Bahia denunciou o espetáculo escabroso das Forças Expedicionárias. Membros da Academia Francesa, como Cuvillier Fleury, também se manifestaram. José Pereira Rego em seu relatório de 1868 a ele se referiu e, Dom Pedro II diante do jovem oficial Taunay, por ocasião de sua entrega do relatório sobre esses fatos, não deixou de manifestar seu horror.[382] Majestático, suponho.

O próprio Taunay em artigo publicado no Jornal do Comércio em 7 de agosto de 1867 tentava remedia o descalabro que fora a Força Expedicionária tentando retocar sua imagem. Depois de reconhecer as mil dificuldades com que a Força se expôs sendo dizimada pela fome e as epidemias das mais singulares, evoca um espírito altruísta e patriótico. De todos os males que ela sofrera com paciência heróica nasceu em seu seio, sentindo-se, para assim dizer, em plena convalescença e refeita de forças, o desejo ardente e impaciente de consagrar esse novo vigor ao serviço da pátria".[383]

Se acompanharmos o percurso da Força Expedicionária pelo noticiário dos jornais da época se pode, passo a passo, obter uma idéia de como se forja a construção dos valores pátrios. A expectativa com que o público espera a chegada dos batalhões em suas cidades, a certeza de ter a cidade fervilhando em música, bailes, missas e outras quermesses enaltecia o sentimento patriótico do público. Concomitante às festividades nas cidades visitadas pela Força Expedicionária, na imprensa, através de manifestações estudantis, autoridade municipal, ia-se construindo uma imagem de heróis, representantes da nação.[384] Em Jundiaí, o batalhão saído de São

---

381 Documento n° 21 Irrupção da cólera-morbo. Parte do 1° Cirurgião, Dr. Cândido Manuel de Oliveira Quintana, sobre a epidemia e os ferimentos havidos na expedição de Mato-grosso. In: TAUNAY, Alfredo d´Escragnolle, Visconde de. Op.cit.

382 SOUZA, Luiz de Castro. *A medicina na guerra do Paraguai.* Op. cit.

383 BN: Jornal do Comercio, quarta feira 14 de agosto, 1867, p.2.

384 BN: Correio Paulistano, sexta feira 21 de abril de 1865, p.3.

Paulo rumo a Santos foi recebido com coroas e arcos e meninas inocentes eram vestidas com faixas verde e amarelo.[385]

Passado os momentos de euforia, de fervor pátrio e ocorrido a derrocada da Força Expedicionária em seu episódio da Retirada de Laguna onde a fome, a deserção e as epidemias foram, juntamente com o inimigo, a causa de sua dispersão e quase dizimação, as manifestações nos periódicos são tomadas por críticos que questionam sua organização, seus planos e, principalmente, questionam o porquê de sua derrocada entre Coxim, Miranda e Nioac.[386]

A historiografia militar reconhece as agruras sofridas pelos voluntários assaltados por epidemias que grassaram com furor e intensidade, tais como a bexiga, o sarampo, a cólera e a disenteria. Em uma avaliação nos três primeiros anos da guerra entre o período de agosto de 1864 até 1867 as baixas em consequência da guerra somavam um total de 1.154 mortos, sendo 962 por moléstias, o que representa 83,3% do total dos falecidos. As maiores perdas se deram no Corpo de Imperiais Marinheiros 374, Batalhão Naval 263 e Marinhagem 260.[387] No caso específico dos 9.000 homens recrutados para compor as Forças Expedicionárias, pouco mais de ¼ conseguiu chegar a seu destino. A burocracia militar da época e ministerial têm seu quinhão de responsabilidade.[388]

Na correspondência ministerial com as autoridades encarregadas das tropas expedicionárias as dificuldades são explicitadas: falta de abastecimento alimentar, de vestimentas, cavalos que incessantemente morrem devido à paralisia reflexa.[389] A falta de alimentos levou a soldadesca a invadir roças de camponeses indígenas por onde a expedição passava. O 17° Batalhão de Voluntários da Pátria quando inspecionava um sítio chamado Retiro na região de Miranda mandou "distribuir à força grande quantidade de abóboras, mandiocas e canas" em evidente saque a produ-

385 BN: Correio Mercantil, sábado 29 de abril de 1865.

386 BN: Correio Mercantil, quarta feira 24 de agosto de 1867.

387 "Mapa das perdas... desde 4 de agosto de 1864 a 1867" - Mapa nº20 In: BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório da Secretaria Geral da Marinha ano 1867.

388 DUARTE, Paulo Queiroz. *Os voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981, 2 vol., p.189; veja ainda MARTINS, Zildete Inácio de Oliveira. *A participação de Goiás na Guerra do Paraguai, 1865-1870.* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás/ICHL,1978.

389 IHGB: Lata 212, Doc.50. Coleção Marques de Olinda. Carta de José Antônio Fonseca Galvão a destinatário desconhecido, descrevendo o estado das forças expedicionárias sob seu comando, destinadas à guerra do Paraguai.

ção local.[390]

A epizootia desfalcava o suporte da cavalaria resultando em um desempenho pífio das tropas. O rebanho de muares além de servir às tropas de combate servia como força motriz no deslocamento de cargas e mobilidade das tropas.[391] Na correspondência oficial são inúmeros os exemplos de reclamação dos comandantes de que quando do ataque dos paraguaios a cavalaria nacional não podia responder em pé de igualdade por falta de cavalos e nos deslocamento das tropas o cenário era de formigas caminhando lentamente por falta de meios mais ágeis para a retirada.

O quadro aos poucos, se mostrava alarmante e "os praças seminus" enfrentavam as condições do charco mato-grossense.[392] A condição do tratamento dado aos doentes resulta em um retrato que pode ser generalizado. Cartas de combatentes que não participaram da Força Expedicionária relatam cenas idênticas às que viveram os soldados expedicionários. Benjamim Constant em suas cartas refere-se ao estado deplorável em que os soldados acometidos por cólera chegavam a Corrientes trazidos pelos vapores Dona Teresa e Dona Francisca: "os desgraçados doentes vinham no mais completo abandono, quase nus... sem um só médico, sem enfermeira, sem ninguém que os trouxesse, sem um só medicamento, sem comida."[393] Mesmo em situações de confronto em que o exército brasileiro saiu vencedor como foi o caso da batalha de Tuiuti, a presença da cólera foi avassaladora.[394]

As condições sanitárias das instalações hospitalares em outros sítios não diferiam das condições descritas por Taunay para as Forças Expedicionárias. No Passo da Pátria o General Osório comentava o estado do corpo médico e sobre o atendimento aos doentes afirmando que ao contrário do que se dizia, os médicos do hospital do Passo da Pátria não permitiam que doentes simulassem moléstias para se esquivar dos combates. Afirmativa controversa que induz a uma leitura positiva, qual seja, a desorganização no atendimento e nas entradas e saídas dos pacientes

---

390 Documento n°5. Reconhecimento das cercanias do Retiro. Parte do Tenente-coronel Antônio Enéias Gustavo Galvão, comandante do Batalhão 17° de Voluntários da Pátria. In: TAUNAY, Alfredo d´Escragnolle, Visconde de. *A retirada da Laguna.* Op.cit.

391 Documento n°4. De Nioac à colônia de Miranda. Impossibilidade de se obter cavalhada. In: TAUNAY, Alfredo d´Escragnolle, Visconde de. A retirada da Laguna. Op.cit.

392 IHGB: Lata 363, Pasta 49. Carta de José Antonio Fonseca Galvão ao Conselheiro Nabuco de Araújo dando contas das necessidades das tropas da Força Expedicionária de Mato Grosso.

393 LEMOS. Renato. *Cartas de Guerra*. Benjamim Constant na Campanha do Paraguai. Rio de Janeiro: IPHAN-6 SR. Museu Casa de Benjamim Constante, 1999, págs.142 e 153.

394 Carta de Brito ao Capitão Lace. Tuiuti em 24 de novembro de 1867. IHGB: lata 576, pasta 14.

ali acolhidos era uma constante. E mais, no próprio ofício o General Osório reconhecia o expressivo número de doentes naquele estabelecido em conseqüências da "natureza insalubre do clima e das circunstancias do nosso Exército exposto muitas vezes as intempéries atmosféricas e as demais fadigas da guerra. Males estes inerentes a mesma guerra".[395]

Francisco Otaviano noticiava de forma assustadora as condições com que os feridos eram transportados para os hospitais em Buenos Aires. Para minimizar os tropeços nos transportes dos enfermos fretou um vapor–hospital e aparelhou-o de modo a evitar maus tratos aos enfermos. Em Corrientes encontrou grande confusão em tudo o que dizia respeito à administração do exército; gastos excessivos no serviço de depósitos dos hospitais achando-se misturados gêneros alimentícios com fardamento e este com munição de guerra. Os galpões construídos para os hospitais de marinha em Corrientes foram erguidos desconsiderando qualquer rigor de salubridade. Em lugar chamado Saladero, que jaz a margem do rio de mesmo nome, o estabelecimento foi construído de tal modo que sempre entre taboa e taboas há uma larga fresta de alto a baixo, por aonde o frio e a umidade das noites de inverno no mês de junho vinham acabar de matar muitos dos feridos.[396]

A documentação oficial atesta todas essas agruras às quais se submeteram as tropas brasileiras, entretanto, o reverso da moeda dessa historiografia militar exalta a coragem e a dedicação dos soldados brasileiros como estratagema para minimizar as agruras dos soldados devido à falta de organização das tropas convocadas.[397]

---

395 IHGB: Carta ao B.Herval sobre tratamento nos hospitais em 31 de agosto de 1866. Coleção General Osório. Lata: 263 – Mss: 13542.

396 BN: Coleção Mário Barreto: 34A, 03, 003 n° 020. Correspondência de Francisco OTAVIANO a Ângelo Muniz da Silva Ferraz, comunicando as péssimas condições das enfermarias em Corrientes, a falta de profissionais e o mau planejamento na construção das mesmas. Corrientes, 08/07/1866.

397 Documento n° 5. Fim da Retirada. Ordem do dia do Comandante interino das forças em operações ao sul da província de Mato-grosso Major José Tomás Gonçalves. In: TAUNAY, Alfredo d´Escragnolle Visconde de. *A retirada da Laguna.* Op.cit.

Guerra do paraguai: correntes historiográficas nos livros didáticos

Eva Faustino da Fonseca de Moura Barbosa [398]

Luiz Paulo Ferreira [399]

Introdução

As Guerras fazem parte da história da humanidade e no que concerne a "Guerra do Paraguai" isso não seria diferente. Ela marcou a história do Brasil no século XIX e em meados de 2014 historiadores brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios divulgaram pesquisas que revolucionaram antigas versões sobre a "Guerra do Paraguai". Informações estas que não constam na maioria dos livros didáticos das escolas públicas. Assim, o presente estudo analisou alguns dos atuais conteúdos sobre a "Guerra do Paraguai" descritos nos livros didáticos utilizados nas escolas da rede pública de Ensino de Mato Grosso do Sul-MS e as correlações destes conteúdos com as novas pesquisas apresentadas em 2014.

Em constantes buscas de novos fatos a respeito da maior guerra ocorrida na américa latina no século XIX, pesquisadores e estudiosos sobre a "Guerra do Paraguai", também conhecida por outras nomenclaturas, como por exemplo, "Guerra das quatro nações", "A Grande Guerra", "Guerra da Tríplice Aliança", "Guerra contra o Paraguai", "Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai", publicaram suas pesquisas científicas e interpretações que trouxeram a luz novos episódios sobre o conflito que por sua vez refletiram nos bancos escolares, principalmente, por meio dos

---

398 Prof.ª Dr. Adjunta do Curso de Geografia – Unidade Universitária de Campo Grande – MS – UEMS. E-mail: evamoura@terra.com.br

399 Prof. de Licenciatura Plena em Geografia e mestrando do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – Mestrado Profissional – 2018/2020 - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS da Unidade Universitária de Campo Grande – MS. E-mail: luizpauloferreira2013@gmail.com

livros didáticos das escolas brasileiras. Diante dessas nomenclaturas, se optou em utilizar "Guerra do Paraguai" no decorrer do texto.

Com base em três correntes historiográficas em períodos distintos, tradicional/patriótica (1920 a 1960), a revisionista (1960 a 1980) e a neo-revisionista (1980 a 1990), este texto apresenta parte das pesquisas científicas publicadas em 2014 em comparação aos fatos descritos em alguns livros didáticos da disciplina de História aprovados pela equipe de avaliação do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD de 2017/2018, disponibilizados aos alunos da Rede Pública de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul-MS do Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

Correntes historiográficas

Ao longo do período de pós-guerra foram publicadas diferentes interpretações sobre a "Guerra do Paraguai". Situadas em contextos históricos e políticos distintos e ideologias diferentes três correntes publicaram suas obras. A primeira foi a corrente "Tradicional/Patriótica" que compreendeu o período da década de 1920 até a década de 1960, com interpretações patrióticas, forte influência do positivismo e base nos relatos e obras de protagonistas da guerra, descreveram Solano López como ditador que se aproveitou da interferência do Brasil no Uruguai para romper relações e invadir o território brasileiro. Os relatos dessa corrente patriótica influenciaram o ensino público daquele período onde os educandos aprenderam que o responsável pelo conflito foi o presidente do paraguaio que invadiu terras do Mato Grosso e o Brasil se defendeu. Segundo Garcia (2014),[400] as interpretações dos autores da corrente tradicional/patriótica os motivos do conflito tiveram como base as ações isoladas de Solano López e não em reflexões e problematizações dos acontecimentos.

Para Squinelo (2011)[401] a influência dessa corrente historiográfica tradicional/patriótica nesse período de 1920 a 1960 foi significante na escrita dos manuais didáticos utilizados em salas de aulas brasileiras daquela época.

---

400 GARCIA, Gabriel Ignácio. A Guerra do Paraguai em diferentes interpretações. Cadernos de Clio, Curitiba, n.º 5, 2014, p. 20. Disponível em: < https://revistas.ufpr.br/clio/article/view/40213/24567>.

401 SQUINELO, Ana Paula. Revisões historiográficas: a guerra do Paraguai nos livros didáticos brasileiros – pnld 2011. Diálogos, v. 15, n. 1, p. 19-39, 2011. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:B5RDybWITWoJ:ojs.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/download/36228/18768+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>.

> Os educandos que passaram pelos bancos escolares naquela época aprenderam que a nação brasileira cumpriu "grande e significativa missão" na Guerra do Paraguai, isto é, libertou a população do "tirano" paraguaio – Francisco Solano López – que, de acordo com esses escritos, dominava e governava o Paraguai como uma propriedade particular, mantendo também a população em constante ameaça e opressão.[402]

Nesse período (1920-1960) os educandos brasileiros aprenderam a idolatrar a Pátria, ou seja, o Brasil, assim como os heróis protagonistas da "Guerra do Paraguai". Segundo Squinelo (2011),[403] com esse entendimento, a maioria dos brasileiros dessas gerações criaram certo tipo de rancor aos governantes paraguaios e preconceitos a que se referia a nação paraguaia.

Squinelo (2011)[404] cita como exemplo um excerto do livro "História do Brasil" de 1960 de publicação do historiador paranaense Rocha Pombo,[405] autor de vários manuais didáticos daquela época,

> É o ditador do Paraguai, Francisco Solano López, que vai renovar as pretensões de Rosas, de formar no Prata um grande império, rival do Brasil. Para isso preparava-se solícita, mas dissimuladamente; e só aguardava agora, um pretexto para entrar em cena. Êsse pretexto vai ser a nova intervenção do Império no Estado Oriental, em 1864. (POMBO, 1960 apud SQUINELO, 2011, p. 21-22).[406]

Com essas premissas, autores de livros didáticos difundiram suas interpretações sobre a "Guerra do Paraguai" aos educandos no período que compreendeu de 1920 a 1960.

A partir da década de 1960 surgiram os revisionistas, a segunda cor-

---

402 *Ídem*, p. 21.
403 *Íbidem*.
404 *Íbidem*, p. 21.
405 POMBO, Rocha. *Nossa Pátria.* Rio de Janeiro, 1917.
406 SQUINELO, op. cit. p. 21-22.

rente, com objetivo de se fazer uma revisão sobre a guerra onde questionaram a ideia de se responsabilizar Solano López como único responsável pelo conflito. Na interpretação dessa corrente o Brasil passa a ser visto como culpado pela devastação do Paraguai e a Inglaterra como geradora do conflito.

No contexto da corrente revisionista a Inglaterra é vista como a principal interessada no conflito, visto que dominava o comércio daquela época e o Paraguai se constituía como obstáculo ao comércio no Plata.[407]

Nas palavras de Squinelo (2011)[408], o objetivo da corrente revisionista foi de questionar os governos ditatoriais daquele momento, onde abordaram em seus escritos questões como os excessos cometidos pelo Exército brasileiro no conflito, assim como a ideia de que a Inglaterra fora a grande manipuladora do conflito e assim suscitado o Brasil, a Argentina e o Uruguai a se unirem contra o Paraguai.

Os escritos desse período (1960 a 1980), também refletiram nos bancos escolares. A maioria dos educandos daquela época passaram a admirar e a defender a nação Paraguaia e seu presidente, Francisco Solano López, assim como, muitos brasileiros passaram a culpar a nação brasileira pelas mazelas do Paraguai.

Squinelo (2011)[409] apresentou em seu texto dois autores dessa corrente revisionista. O primeiro foi o argentino León Pomer (1968, 1979, 1985) que publicou em 1968 a obra La Guerra del Paraguay: Gran negocio! e o segundo foi o brasileiro que publicou em 1979 a obra Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai onde apresenta a "nação guarani" da seguinte forma,

> [...] em 1840 o Paraguai é um país sem analfabetos. Existiam naquele tempo, para uma pequena população de menos de quatrocentos mil habitantes, quatrocentas e trinta e duas escolas com vinte e quatro mil alunos. Esse dado muito bom para a época e para as circunstâncias do país chega a ser magnífico. Mais significativo que isso, porém, é que toda uma estrutura sócio-econômica atendendo plenamente os interesses populares está livre

407 GARCIA, op. cit. p. 22.
408 SQUINELO, op. cit. p. 22.
409 *Ídem*, p. 23.

> de burocratas, cortesãos e parasitas do gênero: no Paraguai só existe trabalho produtivo. Não há dívida externa – algo absolutamente impensável dentro das normas de governo de El Supremo. O país pronto para o desenvolvimento só não é pleno pelas altas taxas de juros que Buenos Aires cobra para permitir a saída de seus produtos (CHIAVENATO apud NADAI; NEVES, 1984, p. 157).[410]

Os escritos de Chiavenato tiveram grande influência entre muitos intelectuais e público em geral. As interpretações desse autor sobre a "Guerra do Paraguai" encontraram respaldo na academia que por sua vez refletiram nos textos dos livros didáticos daquela época.

A partir das décadas de 1980/90, surgiu uma nova linha de pesquisadores, os neo-revisionistas que publicam obras desenvolvidas por meio de metodologias de pesquisa em acervo documental, com dinâmica política e social dos países envolvidos, seus interesses no Plata naquela época e com abordagens que problematizaram o conflito.

Nessa corrente historiográfica os pesquisadores criticaram as interpretações do conflito de ambas as correntes anteriores, visto que, tanto a corrente tradicional/patriótica e a revisionista simplificaram as causas e o desenrolar do conflito.

Com bases documentais essa corrente historiográfica denominada de neo-revisionistas refutou a maioria das interpretações das duas correntes anteriores. Essa terceira corrente defende que a "Guerra do Paraguai" se constituiu das contradições platinas e da consolidação dos Estados Nacionais na região.[411]

Squinelo (2011) cita alguns autores dessa terceira corrente historiográfica, como por exemplo, Moniz Bandeira (1998), Ricardo Salles (1990), Wilma Peres Costa (1996), Alfredo da Mota Menezes (1998), Maria Eduarda Magalhães Marques (1995), André Toral (2001) e Francisco Fernando Monteoliva Doratioto (1991, 1996, 2002).[412]

Segundo Squinelo (2011)[413], Moniz Bandeira publicou em 1990 ou-

410 *Íbidem.*
411 GARCIA, op. cit. p. 27.
412 SQUINELO, op. cit. p. 24.
413 *Ídem.*

tras interpretações ao analisar a formação dos Estados Nacionais na Bacia do Prata, onde buscou as origens do conflito com analise dos problemas fronteiriços, de navegação e sobre a diplomacia brasileira que na época encontrava-se com relações diplomáticas rompidas com a Inglaterra. Bandeira (1998),

> [...] não se pode, absolutamente, creditar a supostos interesses da Grã-Bretanha por trás do Império do Brasil a responsabilidade pela erupção da guerra com o Paraguai, a fim de incorporá-lo ao mercado mundial, destruir um possível modelo de desenvolvimento econômico alternativo para o capitalismo e/ou buscar terras para o cultivo de algodão. Este é um teorema que nem a lógica comprova nem os fatos comprovaram. A guerra, evidentemente, acelerou a integração com o Paraguai, como, aliás, dos outros países da Bacia do Prata, na economia capitalista, à medida que o processo de acumulação de capital, cujo centro mais importante se localiza, àquela época, na Grã-Bretanha, impunha a dissolução progressiva e contínua das formações pré-capitalistas. A integração do Paraguai, iniciada ao tempo de Carlos Antônio López, completar-se-ia, no entanto, mais cedo ou mais tarde, em função das próprias exigências internas de acumulação de capital, sem a necessidade de uma guerra, que destruiria, como destruiu, as potencialidades do mercado e de suas forças produtivas (1998, p. 131).[414]

Continuando com as palavras de Bandeira (1998), segundo Squinelo (2011),

> A Grã-Bretanha não possuía, entretanto, nenhum interesse específico tão grande, nem mesmo a procura de terras para o cultivo

414 *Íbidem*, p. 24-25.

> de algodão, que justificasse a preparação da guerra com o Paraguai, mormente usando um país como o Brasil, com o qual suas relações diplomáticas estavam rompidas desde 1863[Questão Christie] (BANDEIRA, 1998, p. 133).[415]

Nesse contexto, seguiram outros autores dessa terceira corrente historiográfica, como por exemplo, Ricardo Salles, Wilma Peres Costa, André Toral, Maria Eduarda Castro Magalhães Marques, Francisco Doratioto.

A história da "Guerra do Paraguai" é complexa e gerou várias versões na historiografia, com conteúdo didático repleta de interpretações divergentes que atraem a atenção da maioria dos estudantes, pesquisadores e leitores em geral. No século XIX o Governo da República do Paraguai entrou em conflito com seus vizinhos, a Argentina e o Uruguai e invadiu parte das terras do Brasil em Mato Grosso, atualmente, Mato Grosso do Sul. A "Guerra do Paraguai" foi o confronto mais relevante na História da América do Sul do século XIX.

Estudos científicos de 2014 revelam como era a economia da República do Paraguai antes da Guerra, os ataques às cidades brasileiras muito além da fronteira reivindicada pelo Governo do Paraguai sem declaração de Guerra e os interesses da Inglaterra neste mercado.

Após quase cento e cinquenta anos do fim da "Guerra do Paraguai", foram escritas inúmeras obras de várias partes do Mundo e um dos debates atuais mais fervorosos dessa Guerra é sobre as ordens dos comandantes de Campanhas contra as mulheres, crianças e idosos. Sendo importante ressaltar um pequeno trecho de Dionísio Cerqueira no livro Reminiscências da Campanha do Paraguai, "[...] não basta determinar as críticas, é necessário percepção aos pontos discutíveis com conhecimentos que se apoiem as soluções ao que foi apontado. Ainda com Cerqueira (1980), "Que luta terrível aquela entre a piedade cristã e o dever militar! Os nossos soldados diziam que não dava gosto a gente brigar com tanta criança" (CERQUEIRA, 1980, p. 329).[416]

Quanto as causas, são diversas as interpretações sobre a "Guerra do Paraguai" nos livros didáticos, a maioria divulga interesse da Inglaterra

---

415 *Íbidem*.

416 CERQUEIRA, Dionísio. Reminiscências da Campanha do Paraguai. – 1865-1870. RJ – Biblioteca do Exército. Editora. 1980, p. 329.

em derrubar um país autônomo. Segundo Francisco Doratioto (2013, p. 43)[417], os resultados da pesquisa original demoram anos a chegarem aos livros didáticos do Ensino Básico das escolas brasileiras, visto que, muitas vezes, autores e editoras de livros didáticos não querem fazer essas inclusões devido a custos ou comodidade. Para Doratioto (2002, p. 93)[418], a causa da "Guerra do Paraguai" "[...] foi fruto das contradições platinas, tendo como razão última à consolidação dos Estados nacionais na região [...]". Divergências com os textos que se encontram na maioria dos livros didáticos nas escolas brasileiras.

Para Doratioto (2013, p. 41)[419] a polarização política levou prejuízo à intelectualidade brasileira, explica o que ocorre na maioria das vezes, exemplificando o que aconteceu em sua graduação no período militar que por falta de liberdade acadêmica interpretavam equivocadamente a figura de Caxias, como herói "[...] tudo que o regime afirmava a gente pensava o contrário. Se o regime apresentava Caxias como herói, nós éramos contra [...]".

Segundo o brasileiro historiador Ricardo Salles,[420] não havia interesse nenhum do Brasil em ampliar seus territórios, além do mais, a Inglaterra não se interessava em ter o Brasil forte no Rio da Prata.

Motivações para invasão de terras brasileiras

O Paraguai obteve sua independência em 15 de maio de 1811 e se isolou das nações da atual América-Latina. O primeiro Presidente do novo país foi José Gaspar Rodrigues de Francia que faleceu em 1840. O país passou a ser governado por Carlos Antônio López, que intensificou a industrialização e abriu a República ao mundo. (FARIAS *Apud* FERREIRA, 2016).[421]

Na década de 1850, o Paraguai fechou o acesso do Brasil ao Rio Pa-

417 DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 9, nº 97. out. 2013. p. 43.

418 DORATIOTO, Francisco Monteoliva. Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai. – São Paulo: Companhia das Letras. 2002, p. 93.

419 DORATIOTO, 2013, op. cit. p. 41.

420 SALLES, Ricardo. In: A Última Guerra do Prata. TV Escola-Digitallcine. Brasil – 2014. Longa metragem de 1h49min. Filme: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p63oMrdltas>.

421 FERREIRA, Luiz Paulo; BARBOSA, Eva Faustino da Fonseca de Moura. Contextualização da Guerra do Paraguai nos Livros Didáticos. Disponível em: < http://www.congressohistoriaregional.com.br/anais/resumos/luiz_paulo_ferreira.pdf>.

raguai justificando problemas de fronteiras, onde reivindicava parte do território de Mato Grosso até o Rio Branco, visto que, para o Governo brasileiro a fronteira sempre foi o Rio Apa. Com uma guerra engatilhada, o Governo da República do Paraguai assinou um tratado de livre navegação, recuando em seus interesses, em 1856.[422]

Segundo Telesca (2014),[423] houve um desenvolvimento econômico neste período (1844-1864) comparado com o que existia antes, mas, nada comparado com as potências da época: Estados Unidos, Inglaterra, neste contexto o Brasil, por ser ponto de exploração poderia de certa forma ser enxergado como potência, no sentido de possuir possibilidades de se explorar e construir impérios em terras tupiniquins. Reconhecida a independência do Paraguai, em 1852, há uma relação entre o mesmo e a Argentina como dois Estados independentes, existindo um desenvolvimento muito maior no Paraguai e que começou a exportar seus produtos e trazer gente do exterior. Começando aí uma série de estabelecimentos industriais, como, por exemplo: estaleiro, fundição de ferro e ferrovia. Houve um desenvolvimento industrial voltado, primeiramente, para a guerra.

Com a morte de Carlos Antônio López em 1862, assume a presidência do Paraguai o seu filho Francisco Solano López com recomendações de seu pai de não resolver as questões pendentes, principalmente com o Brasil, por meio da espada, mas pela caneta, ou seja, de forma diplomática.

Em 1860 Bernardo Berro do Partido Blanco assumiu a presidência do Uruguai e em troca de proteção ofereceu apoio e acesso ao mar. O Apoio do governo Paraguaio ao Partido Blanco do Uruguai se deu por causa do acesso ao mar, pois, buscava uma saída para o mar, além disso, o Governo Uruguaio queria marcar uma forte presença na região.

Em 1863 o Partido Blanco, liderado pelo presidente Bernardo Berro entrou em conflito com o Brasil. "Não renovou o tratado de comércio e navegação, investiu contra os estancieiros gaúchos, recusou a devolver escravos fugitivos e proibiu trabalho escravo em terras de brasileiros"

---

422 FARIAS, Júlio. In: A Última Guerra do Prata. TV Escola-Digitallcine. Brasil – 2014. Longa metragem de 1h49min. Filme: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p63oMrdltas>.

423 TELESCA, Ignácio. In: A Última Guerra do Prata. TV Escola-Digitallcine. Brasil – 2014. Longa metragem de 1h49min. Filme: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p63oMrdltas>.

(FARIAS, 2014)[424]. Em busca de um acordo de paz, o Imperador do Brasil Dom Pedro II enviou, sem sucesso, um conselheiro do Império, Antônio José Saraiva a Montevidéu.

Em 04 de agosto de 1864 o Governo brasileiro emite um ultimato ao Governo Uruguaio para que fossem atendidas as reivindicações brasileiras no prazo de seis dias, caso contrário,

> as forças do Exército brasileiro estacionadas na fronteira receberão ordens para proceder as represálias sempre que forem violentados os súbditos de Sua Majestade, ou ainda, que também o Almirante Barão de Tamandaré receberá instruções para do mesmo modo proteger, com a força da esquadra os agentes consulares e os cidadãos brasileiros ofendidos.[425]

A reação do Governo Uruguaio foi o rompimento das relações com o Governo Imperial Brasileiro e uma cópia do documento ao Governo Paraguaio de Francisco Solano López, que por sua vez respondeu oficialmente as exigências impostas ao Uruguai,

> O Senhor presidente da República ordena declarar que o Governo da República do Paraguai considera qualquer ocupação do território Oriental como atentatório ao equilíbrio aos Estados do Prata que interessa a República do Paraguai como garantia de sua segurança, paz e prosperidade, e que protesta de maneira solene contra tal ato encarregando-se desde já de toda a responsabilidade das implicações dessa presente declaração.[426]

No mesmo ano do rompimento das relações com o Governo Uruguaio, em setembro a esquadra da Marinha Brasileira saiu da Bahia de Guanabara no Rio de Janeiro para derrubar o Governo Uruguaio. Com a vitória brasileira o governo do partido Colorado toma posse do Governo Uruguaio, assumindo como novo presidente o político Venâncio Flores, em

---

424 FARIAS, 2014, op. cit.
425 *Ídem.*
426 *Íbidem.*

fevereiro de 1865.

Em retaliação a Guerra do Brasil, ainda sem declaração de guerra o Governante paraguaio Francisco Solano López apreendeu em 11 de novembro de 1864 o navio brasileiro "Marques de Olinda", que passava por Assunção, capital do Paraguai, transportando o recém-empossado presidente da província de Mato Grosso, coronel Frederico de Carneiro de Campos.

Segundo Doratioto (2002, p. 99),[427] a invasão a Mato Grosso foi bem preparada pelo Governo paraguaio. Espiões fizeram levantamentos em 1862 na região Sul da província de Mato Grosso percorrendo o distrito de Miranda.

Em abril de 1863, o tenente da Marinha paraguaia André Herreras visitou as cidades de Corumbá e o porto de Dourados. Outro militar apontado como espião foi o coronel paraguaio Francisco Isidoro Resquín, que em novembro de 1863, visitou Corumbá disfarçado de fazendeiro interessado em adquirir terras no município de Miranda, mas visitou o município de Nioaque e percorreu a região do Sul de Mato Grosso; sendo que alguns meses depois esses mesmos militares comandavam forças invasoras a essas regiões.

Da parte dos brasileiros, continuando com Doratioto (2002, p. 99), um dos informantes sobre a situação militar em Mato Grosso foi José Antônio Acosta, desertor do forte Coimbra, que revelou ao Governo paraguaio que a situação dos soldados brasileiros naquele forte não era boa e não haveria muita resistência diante de poucos os soldados.

Em 1864, no dia 26 de dezembro, a Marinha paraguaia chegou ao forte Coimbra. Com uma força trinta vezes maior que a do forte, o comandante do Exército paraguaio enviou um emissário ao forte Coimbra com a proposta de rendição o que foi negado pelo coronel Hermenegildo Portocarrero. Após vários combates, na noite de 28 de dezembro de 1864 o coronel Portocarrero reuniu os oficiais e pelo motivo de pouca munição e contingente inferior ao agressor deu a ordem de evacuação da tropa com objetivo de se refugiarem em Corumbá. O forte Coimbra tomado pelos paraguaios ficou em poder dos paraguaios até abril de 1868.

A cidade de Corumbá foi ocupada pelo Exército paraguaio em 04 de janeiro de 1865 pelo coronel Barrios. As instruções eram para que o coronel Barrios tomasse a Capital da Província de Mato Grosso – Cuiabá, mas,

427 DORATIOTO, 2002, op. cit. p. 99.

satisfeitos com grande quantidade de armamento, se fixaram em Corumbá e região.[428]

Os invasores chefiados pelo coronel Barrios saquearam as casas, violentaram as mulheres, interrogaram os habitantes da cidade que foram espancados, torturados e alguns foram mortos. Mulheres e parentes de Barrios visitaram Coimbra e Corumbá com a desculpa de cuidar dos feridos paraguaios, mas o objetivo real era de se apropriarem das riquezas saqueadas. Os prisioneiros brasileiros e estrangeiros foram enviados ao Paraguai que chegou em fevereiro de 1865,[429] conforme Mapa 1 (Ofensiva Paraguaia – 1864-5).

MAPA 1 – OFENSIVA PARAGUAIA (1864-5)[430]

Fonte: "Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai". (DORATIOTO, 2002, p. 94).

428 *Ídem*, p. 97-106.
429 *Ídem*, p. 106-107.
430 *Íbidem*, p. 94.

No mapa 1, se verifica os dois rios, o Rio Apa e o Rio Branco. Para o Governo brasileiro o Rio Apa sempre foi a fronteira entre o Brasil e o Paraguai naquela região, mas para o Governo da República do Paraguai no Governo de Solano López o Rio Branco é que seria a fronteira entre os dois países. O que não se compreende é o porquê da invasão do Exército paraguaio em terras brasileiras (1864) muito além do rio Branco que o Governo paraguaio reivindicava. Mas, qual a justificativa da invasão e saques às cidades de Corumbá e Ladário muito além das terras reivindica? A essa pergunta não se encontrou justificativas fundamentadas até o momento.

Com a conquista das principais cidades e vilas da região Sul da Província do Mato Grosso, o Governo paraguaio garantiu a retaguarda e voltou-se para o Rio da Prata. Nesse período, o Sul de Mato Grosso ficou à própria sorte. No livro "Maldita Guerra" (DORATIOTO, 2002, p. 103-107), o autor relata sobre a invasão a Corumbá, atualmente, Mato Grosso do Sul em 04 de janeiro de 1865 pelo Exército paraguaio comandado pelo coronel Barrios. A saber:

> Em Corumbá, os paraguaios tomaram "um botim de imenso valor". Os habitantes que fugiram para o mato foram procurados pelos soldados e obrigados a voltar à vila, onde encontraram suas casas saqueadas. As mulheres sofreram violências sexuais; o próprio coronel Barrios ficou com uma moça, após atirar fora do seu barco o pai e ameaçá-lo de fuzilamento, caso resistisse a deixá-la. [...][431]

Episódios como o mencionado sobre a "Guerra do Paraguai" estão abstraídos na maioria dos conteúdos dos livros didáticos da Rede Pública de Ensino Básico das escolas brasileiras, o que oculta às atrocidades cometidas pelo Exército paraguaio aos civis das cidades além-fronteiras reivindicadas pelo Governo da República Paraguaia, comanda pelo ditador Francisco Solano López.

Em maio de 1865 foi assinado o Tratado da Tríplice Aliança entre Argentina, Brasil e Uruguai. Uma aliança ofensiva e defensiva na Guerra proporcionada pelo Governo Paraguaio se comprometendo a não abdicar das armas, a não ser de um acordo em conjunto, sendo o mesmo a nego-

431 *Íbidem.*

ciar com o Governo Paraguaio.

Estabelecido no Tratado da Tríplice Aliança, a fronteira do Brasil com o Paraguai continuou sendo o Rio Apa e o limite da fronteira do Paraguai com a Argentina seria delimitado pelo Rio Pilcomayo. Com Vitórias consecutivas dos aliados, Solado López tentara negociar um acordo com o Presidente Argentino Bartolomeu Mitre em um encontro de Tuyuti Cora, após a famosa derrota de Tuyuti de acordo com a historiadora paraguaia Milda Rivarola.[432]

O Governo brasileiro se mobilizou e o ponto de encontro das tropas foi a vila de Uberaba-MG com destino a Cuiabá, na época capital da província de Mato Grosso. Um dos oficiais a fazer parte foi o tenente Alfredo d'Escragnolle de Taunay, futuro visconde de Taunay que em 1871 publicou o livro "A Retirada da Laguna".

Após dois anos em marcha, tropas brasileiras que caminharam de São Paulo até Mato Grosso do Sul, Mato grosso na época, para combaterem os invasores paraguaios, famintos e doentes foram expulsos pelo Exército paraguaio. Combatentes desse ocorrido, como Cel. Camisão, Ten. Antônio João, Guia Lopes entre outros, foram homenageados com uma cripta no Rio de Janeiro/RJ, no Aterro do Flamengo.

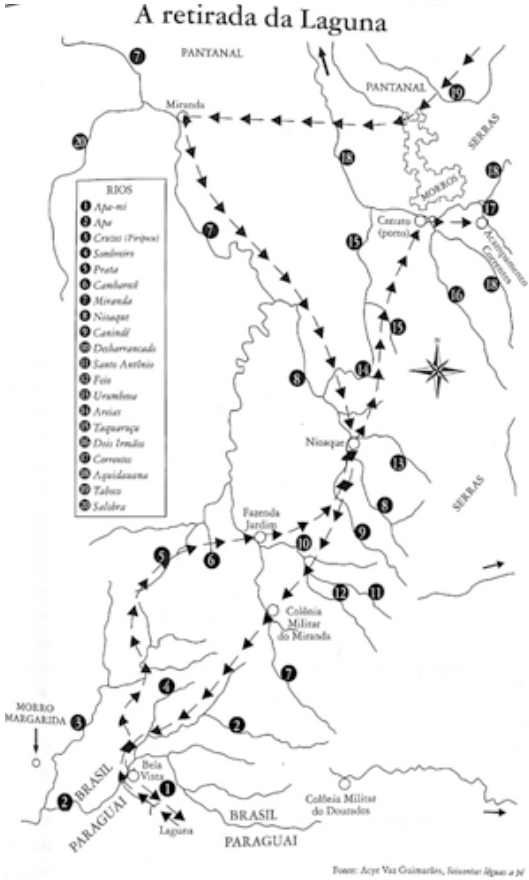
O livro "A Retirada da Laguna"[433] de autoria do Visconde de Taunay (1871), revela a dificuldade dos soldados para chegarem à fronte e iniciarem os combates com os inimigos. Após oito meses da declaração de Guerra, em julho de 1865 dois mil soldados saíram de Uberaba (MG) a pé em direção Oeste do Brasil, muitos ficaram pelo caminho porque morreram de doenças ou fome.

---

432 RIVAROLA, Milda. In: A Última Guerra do Prata. TV Escola-Digitallcine. Brasil – 2014. Longa metragem de 1h49min. Filme: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p63oMrdltas>.

433 TAUNAY, Visconde de. A Retirada da Laguna. – São Paulo: Martin Claret. – 2005.

MAPA 2 – A RETIRADA DA LAGUNA[434]



Fonte: "Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai". (DORATIOTO, 2002, p. 125).

As Forças deslocadas para o Sul de Mato Grosso foi composta por 2203 combatentes e 1300 civis, entre mulheres, crianças, carreteiros e bagageiros, visto que nos Exércitos da época as famílias dos soldados, comerciantes acompanhavam as tropas para a Guerra.[435]

Após todo o processo de levante, o exército brasileiro cria acampamentos que, posteriormente, sofrem perdas, mas, que em sentido geral, apesar dos pesares, consegue reivindicar o que Don Pedro II achava que lhe era de direito.

434 DORATIOTO, 2002, op. cit. p. 125.
435 TAUNAY, op. cit. p. 121-123.

O que os fatos, por meio das pesquisas científicas documentais de 2014, apontam é que a Inglaterra não incentivou ou promoveu a "Guerra contra Paraguai" como se verificam em textos de alguns livros didáticos distribuídos aos estudantes da Rede Pública de Ensino Básico, pelo contrário, as recentes pesquisas trazem transcrições de documentos, cartas com objetivos de se evitar uma guerra entre o Paraguai e seus vizinhos. O que se constata com os novos fatos relatados pelos historiadores é que o Brasil não cometeu genocídio contra a Nação Paraguaia, mas uma tragédia por conta da irresponsabilidade de seu governante maior, o ditador Solano López, que não se rendeu e prolongou o sofrimento e sacrifício de seu povo com uma guerra contra três países vizinhos.

Em pesquisas em sítios na Internet sobre a "Guerra do Paraguai", como por exemplo, no site da Brasil Escola encontra-se disponibilizados textos sobre o assunto com pesquisas dos historiadores de 2014. A disponibilidade e atualizações via internet auxilia a divulgações de pesquisas científicas em todas as áreas do conhecimento, o que pode levar muitos anos com as atualizações nos livros didáticos da Rede Pública de Ensino das escolas brasileiras.

A análise desse estudo possibilitou concluir que os conteúdos da maioria dos livros didáticos disponibilizados aos estudantes da Rede Pública de Ensino estão desatualizados, e não mais corresponde aos fatos ocorridos na "Guerra do Paraguai". Nesse caso, torna-se necessário aos professores que ministrarem tais conteúdos e que busquem fontes mais recentes sobre o referido episódio para as devidas atualizações, visto que os livros didáticos, como mencionado no corpo do trabalho, demoram anos a serem atualizados.

Novas evidências do conflito

Os livros didáticos analisados nesta pesquisa divergem em vários pontos sobre a "Guerra do Paraguai". Com as atuais versões publicadas pelos historiadores dos quatros países envolvidos no conflito de 1864 a 1870, como, por exemplo, Baratta (2014)[436] historiadora argentina; Do-

436 BARATTA, Victoria. In: A Última Guerra do Prata. TV Escola-Digitallcine. Brasil, 2014. Longa metragem de 1h49min. Filme: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p63oMrdltas>.

ratioto (2013)[437] historiador brasileiro; Ribeiro (2014)[438] historiadora uruguaia; Rivarola (2014)[439] historiadora paraguaia; Telesca (2014)[440] historiador argentino; Salles (2014)[441] historiador brasileiro.

A primeira divergência encontrada foi à versão sobre a causa do início do conflito que originou a "Guerra do Paraguai". Para a maioria dos autores dos livros didáticos utilizados nas escolas públicas da Rede Estadual de Ensino Básico o conflito se iniciou pelo interesse da Inglaterra em promover a desestabilização de um país mais desenvolvido da América Latina daquela época, o Paraguai. A saber:

> [...] Os britânicos tinham interesse em derrubar Solano López, governante paraguaio, empenhado em manter o país autônomo, o que faria os interesses comerciais da Grã-Bretanha no continente sul-americano. Depois de cinco anos de guerra, o Paraguai estava derrotado e destruído, [...]. Além disso, perdeu parte de seu território para o Brasil e para a Argentina [...].[442]

De acordo com Ricardo Salles,[443] historiador brasileiro, após a Guerra da Cisplatina (1825-1828) não havia nenhum interesse do Brasil em ampliar seu território, além do mais, não havia interesse algum para a Inglaterra que o Brasil se fortalecesse no Rio da Prata. Assim, como afirmam pesquisas em 2014 de historiadores dos países envolvidos na "Grande Guerra".

O historiador e professor universitário Francisco Doratioto, juntamente com outros historiadores, publicaram por meio de pesquisas científicas em documentos oficiais, relatórios estatísticos e cartas diplomáticas onde relatam versões não tão políticas como as encontradas nos livros didáticos.

---

437 DORATIOTO, 2013. op. cit.

438 RIBEIRO, Ana. In: A Última Guerra do Prata. TV Escola-Digitallcine. Brasil – 2014. Longa metragem de 1h49min. Filme: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p63oMrdltas>.

439 RIVAROLA, op. cit.

440 TELESCA, op. cit.

441 SALLES, op. cit.

442 RODRIGUES, Joelza Ester Domingues. História em documento: imagem e texto. 8º Ano. 2ª ed. – São Paulo: FTD. 2012, p, 266-267.

443 SALLES, op. cit.

O livro "Maldita Guerra" (2002)[444] do professor Dr. Francisco Doratioto, historiador que viveu três anos no Paraguai, relata que o Brasil e a Inglaterra não tinham interesses em guerrear com o país vizinho, tanto que o Brasil não possuía um Exército formado. Segundo os historiadores, o Exército paraguaio de 1864 contava com 77 mil soldados contra 18 mil homens brasileiros. O Governo brasileiro estava tão despreparado que levou cinco meses para iniciar uma reação contra a invasão do país vizinho.

A Inglaterra, na pessoa do representante britânico na Argentina Sr. Edward Thornton, tentou evitar uma guerra escrevendo ao governo paraguaio.

> Vossa Excelência sabe que a Inglaterra também está em atritos com o Brasil, de modo que tanto por esse motivo, como pela falta de instruções do meu governo, não poderia fazer nada de oficial com seu governo; mas particularmente sim, se puder servir, no mínimo que seja, para contribuir para a reconciliação dos dois países, espero que Vossa Excelência não hesite em me utilizar.[445]

Mas, o que se apresenta na maioria dos livros didáticos disponibilizados aos alunos das escolas brasileira é que a Inglaterra manipulou a Guerra em benefício próprio, como por exemplo, nessa versão do livro História do Mato Grosso do Sul (2011, p. 74).

> O Paraguai mantinha tratados de comércio com vários países e dependia cada vez menos do fornecimento das companhias marítimas inglesas que dominavam o comércio internacional. Isso contrariava os interesses da Inglaterra, que acabaria apoiando o Brasil, a Argentina e o Uruguai na guerra que travariam contra o Paraguai entre 1865 e 1870.[446]

De acordo com o historiador Doratioto (2002, p. 87-91)[447], a Inglaterra tentou evitar o conflito, visto que as empresas inglesas investiram em

444 DORATIOTO, 2002, op. cit.
445 DORATIOTO, 2002. op. cit. p. 90.
446 GRESSLER, Lori Alice. História de Mato Grosso do Sul – 4º/5º Ano. 1ª ed. – São Paulo: FTD – 2011, p. 73-84.
447 DORATIOTO, 2002. op. cit. p. 87-91.

projetos de infraestrutura, tanto no Brasil, Argentina e Paraguai.

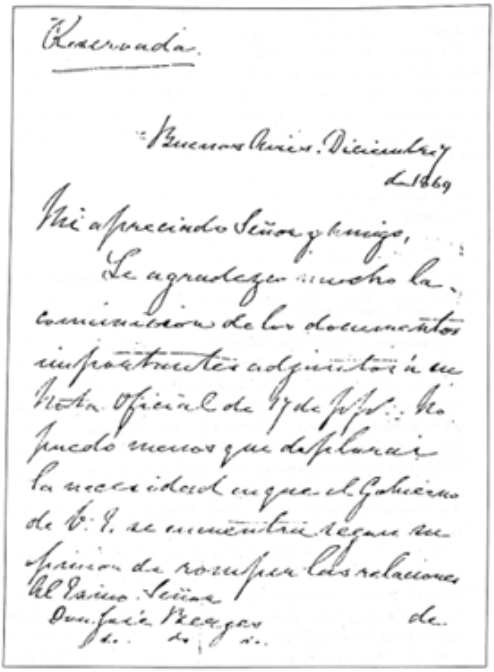
> Culpar a Grã-Bretanha pelo início do conflito satisfaz, nas décadas de 1960 a 1980, a distintos interesses políticos. [...] Como resultado, o leitor desavisado, ou os estudantes que aprenderam por essa cartilha, podem ter concluído que a história do nosso continente não se fez ou não se pode fazer aqui, pois os países centrais tudo decidem inapelavelmente. [...]. (DORATIOTO, 2002, p. 87-88).[448]

As pesquisas de Doratioto (2002)[449] apontam que, as relações entre o Governo paraguaio e Grã-Bretanha antes da Guerra não eram caracterizadas por excesso de cordialidades, assim como o Brasil, que rompeu relações diplomáticas com Londres em 1863. Em dezembro de 1864 com o fim das relações entre Paraguai e Brasil, o representante britânico na Argentina e no Paraguai, Edward Thornton escreveu uma carta ao Chanceler paraguaio José Berges com objetivo de evitar uma guerra entre o Paraguai e seus vizinhos.

> Rompida as relações entre o Paraguai e o Império, Edward Thornton, representante britânico na Argentina e, cumulativamente, no Paraguai, tentou evitar o início da guerra entre os dois países. Thornton escreveu ao chanceler paraguaio José Berges uma carta que é prova adicional de não interessar à Grã-Bretanha uma guerra entre o Paraguai e seus vizinhos. Por sua importância, essa carta merece ser transcrita:[450]

448 *Ídem*, p. 87-88.
449 *Íbidem.*
450 *Íbidem*, p. 90.

Imagem 1 – Trecho da Carta de Edward Thornton[451]



Trecho da carta em que Edward Thornton, representante inglês em Buenos Aires, oferece ao chanceler paraguaio José Berges mediação para enviar a guerra entre o Paraguai e o Brasil.

Fonte: "Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai". (DORATIOTO, 2002, p. 89)"

Ao Exmo. Senhor
Dom José Berges
Reservada
Buenos Aires, 7 de dezembro de 1864.
Meu prezado Senhor e Amigo,
Muito agradeço a comunicação dos documentos importantes anexos à sua Nota Oficial de 17 p. Não posso deixar de deplorar a necessidade de seu governo, segundo sua opinião, romper as relações de amizade com o Brasil. V.E. [Vossa Excelência] já conhece meu pensamento sobre esse assunto. Creio que o Brasil, a julgar pelos documentos que vi, tem justos

451 *Íbidem*, p. 89.

> motivos de queixa contra o governo oriental e tem o direito de pedir satisfação pelas ofensas que seus súditos tiveram que agüntar. Também não tenho o menor motivo para suspeitar que o governo do Brasil tenha a menor intenção de ameaçar a independência da República Oriental do Uruguai. Contudo, devo reconhecer que o governo paraguaio é o melhor juiz do que mais convém à sua pátria e não me é permitido dizer nada contra suas resoluções.
> V.E. sabe que a Inglaterra também está em atritos com o Brasil, de modo que tanto por esse motivo, como pela falta de instruções de meu governo, não poderia fazer nada oficial com seu governo; mas particularmente sim, se puder servir, no mínimo que seja, para contribuir para a reconciliação dos dois países, espero que V.E. não hesite em me utilizar.
> Me atrevo a lembrar a V.E. sua promessa de enviar-me alguma informação sobre a quantia total das contas da República do [Paraguai]. Quando V.E. tenha um momento para dedicar-se a esse assunto, ficarei imensamente agradecido.
> Ao mesmo tempo, suplico a V.E. que apresente meus respeitos ao Exmo. Senhor e que tenha a certeza de minha alta consideração, com o que tenho a honra de subscrecer-me.
> De V.E.
> O atento servidor
> e amigo
> [??]
> Edward Thorton (assinatura)[452]

Carta datada de 07 de dezembro de 1864 do representante britânico ao Chanceler paraguaio publicada no livro: "Maldita Guerra" (2002, p. 89-

452 *Íbidem*, p. 90.

90)[453] do professor e historiador Francisco Doratioto é um documento oficial que desfaz a interpretação de que a Inglaterra tinha interesse em derrubar o Governo da República do Paraguai.

Em 02 de março de 1866, durante a guerra, o governo britânico tomou iniciativa e apresentou-se ao seu parlamento com opinião desfavorável ao tratado que constituiu a Tríplice Aliança. O que se verifica com as pesquisas é que, durante a "Guerra do Paraguai" os aliados obtiveram empréstimos de banqueiros ingleses, que pela lógica empresarial os banqueiros optaram em fazer empréstimos aos países que honrariam com suas dívidas, o que foi uma das primeiras derrotas do Governo da República do Paraguai.

A "Guerra do Paraguai" nos livros didáticos e o impacto na Educação

O livro didático, principalmente o de história, é o espelho das interpretações dos momentos históricos que os autores das correntes historiográficas delineiam nessas obras pedagógicas aos docentes e discentes em cada período escolar, principalmente para a grande maioria das escolas públicas brasileiras, visto que o livro didático é em muitos casos a principal ferramenta utilizada em sala de aula.

Os livros didáticos que são substituídos em períodos regulares de três em três anos por meio do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD e que na maioria das vezes não são atualizados, passam a não refletirem os fatos divulgados por pesquisadores e historiadores que desenvolveram, em alguns casos, anos de pesquisas com a finalidade de se evidenciarem novos conhecimentos científicos.

Diante desse fato notório sobre as desatualizações dos livros didáticos, buscou-se nesse trabalho analisar alguns livros didáticos utilizados na rede pública de ensino de Campo Grande – MS distribuído pelo Programa Nacional do Livro Didático de 2017/2018 para o período compreendido entre 2017 e 2020, afim de se verificar quais os conteúdos correspondem as pesquisas científicas de 2014, suas novas evidências e responsabilidades sobre a "Guerra do Paraguai".

De antemão, a hipótese mais plausível é que a maioria dos livros didá-

453 *Íbidem*, 89-90.

ticos não estão atualizados, visto que os livros didáticos disponibilizados aos alunos, principalmente para a rede pública de ensino básico, estão relacionados ao problema da organização da educação no país, como por exemplo, interesses ideológicos que refletem na qualidade dos livros didáticos.

Com essa hipótese, surgiram as seguintes questões: O que dificulta as atualizações dos livros didáticos? Quais as sugestões para que novos conhecimentos científicos cheguem aos alunos e professores com menor tempo possível? Essas são questões que nortearam esse estudo.

As discussões sobre os relatos históricos mundiais e nacionais são fundamentadas principalmente em sala de aula do ensino básico. A "Guerra do Paraguai" ocorrida em solo latino-americano no período de 1864 a 1870 é um dos assuntos de relevância para a formação e compreensão do espaço territorial Sul-americano.

Para se compreender os fatos ocorridos na "Guerra do Paraguai" (1864-1870), a maioria dos alunos recorrem aos livros didáticos disponibilizados nas escolas, principalmente os das escolas públicas brasileiras. Com esse entendimento, se compreende a necessidade que os livros didáticos estejam atualizados periodicamente, afim de contextualizarem as mais recentes pesquisas científicas com veracidade dos fatos.

Nesse contexto, é notório o fato que os livros didáticos não acompanham as pesquisas científicas disponibilizadas em publicações científicas nacionais e internacionais. Segundo o professor e historiador Francisco Doratioto,

> Leva alguns anos até os resultados de uma pesquisa original chegarem aos livros didáticos dos ensinos Fundamental e Médio. Muitas vezes editoras e autores de livros didáticos não querem fazer essas inclusões, por comodidade ou custo financeiro. Ademais, o professor do Fundamental e do Médio, que é um herói, pois ganha pouco e trabalha muito em condições precárias, não tem tempo e nem dinheiro para se atualizar. [...].[454]

Doratioto (2013)[455] aponta na entrevista à Revista de História da Bi-

454 DORATIOTO, op. cit. 2013. p. 43.
455 Ídem.

blioteca Nacional as principais causas e dificuldades para a inclusão das novas pesquisas científicas nos livros didáticos brasileiros. "[...] Muitas vezes editoras e autores de livros didáticos não querem fazer essas inclusões, por comodidade ou custo financeiro. [...]."[456]

Autores, como por exemplo, Vesentini (2008, p. 55) disse "[...] o que se constata na realidade é que o livro didático constitui um elo importante na corrente do discurso da competência: é o lugar do saber definido, pronto, acabado, correto e, dessa forma, fonte última de referência e contrapartida [...]",[457] que propõe aos professores critérios para se utilizarem os livros didáticos, confrontando-os com outros livros, revistas e jornais. Segundo Vesentini (2009, p. 134),

> [...] com base em pesquisas feitas em 1995-6 por alunos do meu curso, *Geografia Crítica e Ensino*, nas antigas Delegacias Regionais de Ensino da Grande São Paulo, quando constatamos que 54% dos professores de Geografia na rede pública (de 5ª a 8ª séries e no ensino médio) não são formados nesta disciplina, sendo estudantes (principalmente de História, Ciências Sociais ou Geografia) ou engenheiros, advogados, teólogos ou seminaristas, historiadores ou sociólogos etc. A única referência que grande parte desse pessoal possui, sobre as mudanças na Geografia, é a que está contida nos (poucos) bons livros didáticos, que algumas vezes eles usam para preparar suas aulas (mas não como livro-texto dos alunos, que no máximo possuem um caderno). Se essa é a realidade da Grande São Paulo, o centro dinâmico da economia nacional, imagine-se então a situação mediana no restante do país![458]

O livro didático é constantemente analisado, investigado e denuncia-

456 *Íbidem.*

457 VESENTINI, José William. Para uma geografia crítica na Escola. Editora do Autor. São Paulo. 2008. p. 55. Disponível em: http://www.geocritica.com.br/.

458 VESENTINI, José William. Ensaios de geografia crítica: história, epistemologia e (geo) política. – São Paulo: Plêiade, 2009.

do, mas na maioria das vezes esses trabalhos acadêmicos são negligenciados pelos autores e editoras, conforme destaca Megid Neto e Fracalanza (2003),

> [...] pesquisadores acadêmicos vêm se dedicando há pelo menos duas décadas a investigar a qualidade das coleções didáticas, denunciando suas deficiências e apontando soluções para melhoria de sua qualidade. Podemos citar, por exemplo, os trabalhos de PRETTO (1983), MORTIMER (1988), FRACALANZA (1993), PIMENTEL (1998) E SPONTON (2000). No entanto, suas vozes – via-de-regra – não são ouvidas nem pelas editoras e autores de livros didáticos, nem pelos órgãos gestores das políticas públicas educacionais.[459]

Problemáticas essas que ultrapassam décadas e que refletiram e refletem atualmente em sala de aulas das escolas, principalmente das escolas públicas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de número 9394/96 no seu artigo 4º traz em seu texto "O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante garantia de: VIII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, [...]" (BRASIL, 1996, p. 3).[460]

Em análise ao texto da LDB/96[461] é de responsabilidade do Estado proporcionar aos discentes materiais didáticos que auxilie no ensino-aprendizagem. Entretanto, o que se observa são lacunas que não são atendidas no cotidiano escolar, principalmente quanto as atualizações de seus textos.

A seleção dos livros didáticos no Brasil é de responsabilidade do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Para aprovação das obras que

---

459 MEGID NETO; FRACALANZA. O Livro Didático de Ciências: Problemas e Soluções. In: Ciência & Educação, v. 9, n. 2. 2003, p. 147. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/01.pdf.

460 BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional – LDB. Centro de documentação do Congresso Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>.

461 *Ídem.*

serão destinadas a Educação Básica as Coleções Didáticas devem atender aos requisitos e critérios estipulados pelo Ministério da Educação e da Cultura (MEC). Esses requisitos e critérios são os seguintes:

1. a condição de o Livro Didático auxiliar a formação de cidadãos conscientes;

2. respeito à legislação que rege o ensino público nacional;

3. a qualidade pedagógica e didática das coleções;

4. a qualidade do Manual do Professor (MP);

5. a correção das informações apresentadas aos estudantes;

6. a qualidade e adequação do projeto gráfico e estrutura editorial da coleção.

Esta avaliação segue um ciclo trienal que é realizada por equipes de profissionais de cada área de conhecimento. Os livros didáticos aprovados são disponibilizados aos professores por meio de um guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) onde o professor analisa as resenhas contidas nos guias e escolhe o/os livro/s que serão utilizados no triênio.

De acordo com especialistas em educação citados nesse texto, o livro didático não deve se tornar a única fonte de pesquisa e de produção de conhecimento dentro de sala de aula, mas, que também é sabido que devido à educação precária que o país possui alguns professores não possuem alternativa. O livro não é perfeito, ele possui inúmeras lacunas que o professor com sabedoria precisa administrar. Ele de certa forma, continua sendo um aliado fiel à figura do professor. Mesmo não sendo um perfeito, o livro didático usado de maneira consciente e pontual pode, sim, contribuir em sala de aula, podendo se tornar se já não o é, a ferramenta que o professor mais poderá contar em sala de aula.

Neste sentido salienta-se aqui a importância da figura do livro didático, para deixar claro que, a desatualização do mesmo, assim como, a confecção do mesmo com informações desatualizadas, ou que de certa forma, não dialoguem com a realidade da maioria dos alunos, com conteúdo atualizado, não somente no quesito da história, como também, da geografia, da literatura, da arte, de toda a grade que os alunos possuem. Isto pode prejudicar, paulatinamente, o ensino-aprendizagem dos alunos.

O tema, "Guerra do Paraguai" que se trata nesse presente estudo é motivo de pesquisas ao longo de várias décadas. A cada nova descoberta sobre o assunto, historiadores apresentam as suas pesquisas em Artigos,

Revistas Científicas, Congressos e Livros, mas, a demora nas atualizações dos livros didáticos é um problema para o profissional da educação.

Atualmente, o Livro Didático utilizado na Rede Pública de Ensino das escolas estaduais de Mato Grosso do Sul/MS, em sua maioria, é a principal ferramenta de apoio aos professores. Com base em pesquisadores, como por exemplo, Doratioto (2013)[462] e Ferreira e Barbosa (2016)[463] conclui-se que os livros didáticos demoram anos a serem atualizados.

No livro didático Projeto Araribá: história elaborado aos alunos do 8º ano do Ensino Fundamental disponibilizados no PNLD/2018, p. 196 o conteúdo sobre a "Guerra do Paraguai" é de certa forma bem sucinto, mas traz em seu resumido texto as interpretações da terceira corrente historiográfica no que diz respeito ao motivo principal da "Guerra do Paraguai".[464]

Nesse referido livro, observou-se que no exemplar elaborado ao professor existe uma sugestão para que o mesmo pesquise as principais linhas de interpretações historiográficas sobre a "Guerra do Paraguai" no artigo "A Guerra contra o Paraguai – história e historiografia: da instauração à restauração historiográfica (1871-2002), do historiador Mário Maestri.

O livro didático #Contato história para o 2º ano do Ensino Médio PNLD/2018 aborda o assunto "Guerra do Paraguai" em duas páginas com interpretações resumidas sobre o conflito de 1864-1870. Entretanto, parte da intepretação sobre a "Guerra do Paraguai" é da terceira corrente historiográfica, visto que traz em seu texto que o motivo da guerra foi a interferência do Governo Imperial brasileiro no Governo do Uruguai.[465]

Verifica-se nos textos desses dois livros didáticos do PNLD/2018 que o assunto "Guerra do Paraguai" é abordado de maneira resumida, mas que timidamente reconhece-se as novas pesquisas desenvolvidas pela terceira corrente historiográfica, ou seja, as pesquisas dos neo-revisionistas.

---

462 DORATIOTO, 2013, op. cit.

463 FERREIRA, Luiz Paulo; BARBOSA, 2016, op. cit.

464 APOLINÁRIO, Maria Raquel. Projeto Araribá: história. – 4. ed. – São Paulo: Moderna, 2014, p. 196.

465 PELLEGRINI, Marco César; DIAS, Adriana Machado; Grinberg, Keila. #Contato história, 2º ano. – 1. ed. – São Paulo: Quinteto Editorial, 2016, p. 272-273.

Considerações finais

A análise deste trabalho possibilitou concluir que os conteúdos da maioria dos livros didáticos disponibilizados aos estudantes da Rede Pública de Ensino PNLD-2017/2018 estão desatualizados, e não mais corresponde aos fatos ocorridos na "Guerra do Paraguai".

Observou-se que é notório o fato que o livro didático é uma das principais ferramentas em salas de aulas e que é, na maioria dos casos, associado à figura do professor, principalmente das escolas públicas brasileiras.

Nesse estudo, um dos fatos de maior relevância e de contradições em relação as interpretações entre a segunda e a terceira corrente historiográfica foi a acusação de que a Inglaterra promovera o conflito entre os países latinos, mas pesquisas científicas publicadas em 2014 apontaram que a Inglaterra não incentivou ou promoveu a "Guerra do Paraguai" como se verificam em textos de alguns livros didáticos, pelo contrário, as recentes pesquisas trazem transcrições de uma carta do representante britânico com objetivos de se evitar uma guerra entre o Paraguai e seus vizinhos.

Verificou-se nesse estudo que os atuais procedimentos adotados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) para as aquisições e substituições do material didático ainda não satisfazem as necessidades dos estudantes e profissionais da educação brasileira.

Entretanto, essa associação entre o professor e o livro didático pode, em muitos casos, causar alguns inconvenientes, principalmente aos alunos, visto que o comodismo afrouxa o interesse e a busca pela pesquisa. O professor que utiliza o livro didático fielmente, não se atualiza corre o risco de delimitar o conhecimento dos alunos por meio dos textos que estão disponibilizados nos livros didáticos e que nas entrelinhas de seus textos podem atender a um interesse político do momento.

Atualmente com a disponibilidade de recursos digitais, sugerimos ao Governo Federal do Brasil a utilização de livros digitais aos alunos das escolas públicas, o que poderá minimizar as desatualizações dos livros didáticos. Os Hardware (parte física do livro) solucionaria a questão de logística em grande parte das escolas e também o grande volume e peso que os estudantes transportam diariamente. Quanto ao Software (todos os programas que existem para um referido sistema) do livro digital poderá ser atualizado todos os anos nas próprias escolas, viabilizando a inclusão de novas pesquisas e solucionando as desatualizações dos livros

didáticos.

Com a intenção de contribuir com a divulgação das atuais pesquisas científicas de pesquisadores e historiadores sobre os fatos ocorridos na "Guerra do Paraguai", principalmente, para Educação Básica, propõe-se urgente revisão historiográfica sobre o assunto "A Guerra do Paraguai" nos livros didáticos, visto que, há uma profunda necessidade de se divulgar as novas pesquisas científicas sobre a "História do Brasil" e nesse caso em específico a "Guerra do Paraguai".

“La campaña de Mato Grosso (1864-1868) en la retina de la historiografía brasileña y argentina (s.XIX-XXI)”

Cleverson Rodrigues da Silva [466]

Esteban Pablo Chiaradía [467]

Introducción

La Guerra de la Triple Alianza[468] contra Paraguay (1864-1870) fue, sin duda, el mayor conflicto armado latinoamericano y uno de los cuatro mayores del siglo XIX.[469] Su magnitud devastadora le ganó el apelativo de *Guerra Guasú* (Guerra Grande) entre los paraguayos.

Esta guerra se encadena con la crisis oriental originada en abril de

---

466 Universidad Federal de Mato Grosso del Sur (UFMS).

467 Universidad de Buenos Aires (UBA).

468 Alianza militar entre el Imperio de Brasil, la República Argentina y la República Oriental del Uruguay. La denominación del conflicto ocurrido en tierras sudamericanas durante la década de 1860 es, en sí, un tema controvertido que presenta una serie de significados y valoraciones. La designación “Guerra do Paraguai” es más conocida en Brasil y su uso viene de larga data, dando a entender que la responsabilidad por el inicio de la lucha se debió a Paraguay. En la región del Río de la Plata el conflicto es más conocido como “Guerra de la Triple Alianza”, confiriendo a las naciones aliadas la posición de protagonistas de las hostilidades. En Paraguay se prefiere llamarla “Guerra Grande”, enfatizando de esta manera la duración de las dimensiones de la disputa y sus consecuencias. Véase MARCHESIN, Rafael Pessolato (2011). *Os grupos populares e as representações nacionais em narrativas sobre a Guerra do Paraguai.* Disertación de Mestría, Programa de Posgraduación en Historia Económica. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponible en: www.teses.usp.br. Acceso en: mayo de 2014. p. 9.

469 HOBSBAWM, Eric. *La era del capital (1848-1875).* Buenos Aires: Crítica, 2010 [1975], pp. 88, 89 y 152.

1863 con la invasión desde Buenos Aires del colorado uruguayo Venancio Flores contra el gobierno oriental del Partido Blanco. Frente a esta situación, Paraguay declara *casus belli* una posible intervención brasileña en los asuntos orientales ya que desde la apertura del río Paraná su comercio exterior se realizaba por el puerto de Montevideo, a la par que crecían los conflictos con Buenos Aires y Río de Janeiro. La invasión imperial a Uruguay, el 12 de octubre de 1864, inició la fatídica *Guerra Guasú* que se prolongó hasta 1870.[470]

Los relatos de corte patriótico-militar sobre este conflicto dedicaron numerosas páginas a los episodios de armas en Yatay y Uruguayana en los inicios, a Tuyutí, Estero Bellaco, Curupayty y Humaitá en la fase central de la guerra, seguida de la *Dezembrada* y, finalmente, la última etapa concluida en Cerro Corá. Sin embargo, el frente norte en la fase inicial de la guerra, en Mato Grosso (1864-1868), no obtuvo los ríos de tinta de los demás episodios bélicos. Esto sin duda puede atribuirse a las dimensiones menores -en términos militares- de la campaña y al hecho de no presentar grandes batallas con despliegue de grandes ejércitos y enormes mortandades, como sí ocurrió con Yatay, Tuyutí y Curupayty, especialmente. Pero también puede deberse a otras dos cuestiones.

Una de estas cuestiones puede ligarse a la situación de Mato Grosso, territorio de importancia estratégica disputado por las coronas española y lusitana primero, y luego por sus herederas la república paraguaya y la corona brasileña, respectivamente, pero cuyo acceso – y en especial con los medios de transporte de la época- era eminentemente fluvial y con severas dificultades para la travesía, tanto operativas como políticas.

La otra cuestión es que los motivos para la campaña militar en Mato Grosso responden a diversas necesidades paraguayas, motivos que en la historiografía ligada al bando vencedor carecieron de relevancia. Incluso en la historiografía paraguaya esta campaña se valoró como suceso de

470 Véase, entre otros: CÁRCANO, Ramón J. (1939). *La Guerra del Paraguay. Orígenes y causas.* Buenos Aires: Domingo Viau. CHIAVENATO, Julio José. *Genocidio Americano. La Guerra del Paraguay.* Asunción: Carlos Schauman Editor, 1989. DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra. Nueva historia de la Guerra del Paraguay.* Buenos Aires: Emece, 2008. GUERRA VILABOY, Sergio. *Paraguay: de la independencia a la dominación imperialista: 1811-1870.* Asunción: Carlos Shaumann Editor, 1991. HERRERA, Luis Alberto de. *El drama del '65: la culpa mitrista.* Montevideo: Cámara de Representantes, 1990. POMER, León. *La Guerra del Paraguay.* Estado, política y negocios. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1968. NABUCO, Joaquín. La Guerra del Paraguay. París: Garnier Hermanos, 1901. ROSA, José María. *La Guerra del Paraguay y las montoneras argentinas.* Buenos Aires: Hyspamérica, 1985. WHIGHAM, Thomas. *La Guerra de la Triple Alianza.* Asunción: Taurus, 2011.

armas en una interpretación patriótica, pero no se profundizó en las diversas motivaciones para la misma.

En este trabajo haremos un repaso sobre las producciones de la historiografía brasileña y argentina, es decir los pilares de la Triple Alianza, respecto a esta campaña paraguaya al Mato Grosso.

Si bien este frente norte de la guerra fue mencionado en casi todas las obras generales sobre el conflicto, no tuvo especial atención entre los historiadores de Brasil y Argentina. El panorama comenzó a cambiar con la creación del estado de Mato Grosso do Sul (1977), dando paso a un proceso de construcción de la memoria histórica del flamante estado, ubicando esta guerra en un lugar central de su patrimonio histórico, como lo demuestran las nomenclaturas de espacios públicos y los manuales escolares. Pero este cambio en la historiografía local no se acompañó por tendencias similares en el ámbito de la historiografía de otras latitudes brasileñas y menos aun en el ámbito argentino, si bien en este último hubo cierto proceso que dejaba las puertas entreabiertas para un abordaje de la guerra que incluyera la particularidad de Mato Grosso en la misma.

La campaña paraguaya a Mato Grosso

La batalla de Caseros (1852) implicó la caída del gobernador bonaerense Juan Manuel de Rosas y condujo a la libre navegación de los ríos de la Plata y Paraná, lo que mejoró la economía de Paraguay y de Mato Grosso, pero también trajo aparejados nuevos y poderosos conflictos. El Imperio brasileño necesitaba remontar el Paraná-Paraguay para acceder a la provincia en disputa, pero Paraguay insistía en mantener el río cerrado hasta que no se firmara un tratado de límites, coincidiendo con la posición imperial respecto al Amazonas y los países ribereños de esa otra cuenca. Entonces, el Imperio se decidió a actuar mediante una expedición militar al mando de Pedro Ferreira de Oliveira en 1854-1855. Pero lo inapropiado de la flota imperial para la navegación fluvial y la habilidad diplomática paraguaya lograron abortar la expedición. Brasil optó entonces por incrementar el parque bélico en Mato Grosso y firmó un tratado en 1856 con Paraguay donde las partes se comprometían a no realizar nuevas ocupaciones en el territorio en disputa. Pero el incumplimiento brasileño a partir del establecimiento ilegal de los fuertes de Dourados, veinte días después de la firma del tratado, y de Miranda en 1858 llevaron a una nueva fase del conflicto cuyo corolario fue la campaña paraguaya en Mato

Grosso en 1864.[471]

Como ya indicamos, esta campaña fue una de las primeras acciones de la guerra entre la Triple Alianza y Paraguay. En diciembre de 1864 Paraguay ocupó el territorio en disputa remontando el río por vía fluvial y terrestre hasta Corumbá y por el interior hasta Coxim, estableciendo de inmediato un intenso comercio con el Oriente boliviano.[472] La ocupación continuó apenas conmovida por la malograda *Retirada da Laguna* y la efímera *Retomada* de Corumbá, hasta que los paraguayos evacuaron la región (abril 1868) para la defensa de Asunción.

Entre los sucesos de armas más destacados tenemos, al inicio de la campaña, la ocupación tras un breve asedio del fuerte de Coimbra, llave del sistema defensivo de la región. Corumbá fue tomada sin resistencia poco después. Las fuerzas brasileñas se concentraron en evitar el avance hacia la capital del estado, Cuiabá. Sin embargo, las tropas paraguayas no manifestaron mayor interés en avanzar mucho más allá del territorio históricamente disputado.

Mato Grosso y los historiadores brasileños

La Guerra de la Triple Alianza (1864-1870), la mayor guerra de la historia de América del Sur, involucró a Brasil, Argentina y Uruguay en la llamada Triple Alianza contra Paraguay, y marcó indeleblemente la historia de los países que de ella participaron. Más allá de las fuertes consecuencias económico-sociales que suceden al conflicto, también generó tantos escritos como controversias.

Acontecimiento central de la historia brasileña, la Guerra se inició con

---

471 Véase BATISTA CORRÉA, Válmir. *Fronteira Oeste,* Campo Grande (MS): UFMS, 2014, pp. 35-38. CHIARADÍA, Esteban. "¿Paraguay en las antípodas? A propósito de la campaña de Mato Grosso durante la Guerra de la Triple Alianza", en: *Cuadernos de Marte,* 7 (10), 2016, Buenos Aires (pp. 11-42). CORONEL PROSMAN, Jorge, (2016), *Prisioneros paraguayos en Mato Grosso (1864-1868),* Asunción: Arandurá, pp. 20-21. TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. A Primeira Guerra do Paraguai. A expediçao naval do Império do Brasil a Assunçao (1854-5). Passo Fundo: Méritos, 2012. MAESTRI, Mário, (2015), "A invasão paraguaia do sul do Mato Grosso", en: *CONTRAPONTO*, Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI, Teresina, v. 2, n. 2, ago. 2015 (pp. 105-129), p. 107. MIRANDA FILHO, Orlando de, (2015), "Guerra da Tríplice Aliança: os motivos da ocupação paraguaia no sul-mato-grossense (1864-1868)", en: *Anais Eletrônicos do III Congresso Internacional de História Regional,* octubre de 2015, Passo Fundo (RS).

472 Sobre las relaciones comerciales con Bolivia, véase NUNES DA SILVA, Leonam Lauro, (2012), "Caminhos abertos pela Guerra (1865-1868)", en: *Relações raciais e educação: dez anos de estudos e pesquisas na UFMT,* R. Educ. Públ. Cuiabá, v. 21, n. 46, p. 413-424, maio/ago. 2012.

la intervención del Imperio en Uruguay, el 16 de octubre de 1864, y concluyó con la muerte del presidente paraguayo Francisco Solano López, el 1º de marzo de 1870.

> A discussão historiográfica acerca do conflito com o Paraguai é tema sempre em voga nos debates entre historiadores, tanto brasileiros como argentinos, uruguaios e paraguaios, sendo alvo de inúmeras revisões que, em sua maioria, visavam atender a interesses oficiais.[473]

En un artículo publicado en el año 2009, Mário Maestri realizó una revisión completa y muy acertada sobre la historiografía de la Guerra de la Triple Alianza. Para Maestri y otros autores, la historiografía sobre el conflicto estaría dividida, principalmente, en tres momentos: los primeros escritos, el revisionismo – ya en el siglo XX - y la corriente "neorrevisionista" de la década del 90 del siglo XX.[474]

Hay una historiografía que trata la Guerra a partir de las acciones del Imperio de Brasil desde Río de Janeiro y más recientemente una historiografía que coloca a Mato Grosso en el escenario del conflicto, una participación negada en un primer momento por muchos historiadores y estudiosos que relegaron la provincia a un lugar secundario en la Guerra, muy probablemente por no haber ocurrido en su territorio grandes episodios de armas.

Sobre la historiografía brasileña, amplia y controvertida, los primeros escritos son los que se llama por convención "historiografía de trinchera", tratando, principalmente, de narrativas sobre el heroísmo de los militares en defensa de su país, presentes en relatos de ex-combatientes de ambos lados.

Entre esas obras, podemos citar, sin agotar la lista, *Retirada da Laguna* del ingeniero militar Alfredo de Escragnolle-Taunay publicada en francés en 1871, narrando la invasión al territorio paraguayo en 1867 a partir de

---

473 SALES, Thiago Rabelo. "Guerra do Paraguai: Controvérsias da Historiografia sobre as causas do conflito". *Anais do I° Encontro Memorial do ICHS, noviembre de 2004.* <http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab/h9_2.pdf>. Acceso en: 1 abril 2015. P. 1, *com modificações.*

474 MAESTRI, Mário. *A Guerra Contra o Paraguai, História e Historiografia: da instauração à restauração historiográfica (1871-2002).* Estudios Historicos, CDHRP, Nº 2, Agosto de 2009 (pp. 1-29).

Mato Grosso.[475] Este relato puede ser considerado uno de los más próximos a la realidad, dejando de lado la retórica "patriótico-militarista" que fue habitual en esa literatura. La obra describe la operación arriesgada y mal planeada, decidida por oficiales en busca de "consagración", que llevó al Ejército brasileño a la derrota en el sur del territorio de Mato Grosso.

También en este primer momento tenemos la obra La Guerra del Paraguay de Jorge Thompson, Teniente Coronel de Ingenieros en la guerra, publicada en el año de 1869 en Buenos Aires, y que recibió severas críticas.

> A narrativa memorialista sobre a guerra contra o Paraguai foi produzida em geral por oficiais e profissionais liberais que participaram da Guerra, sem grandes informações sobre suas razões profundas, sobre o Paraguai e sua sociedade e, não raro, sobre o próprio Império, uma entidade na época sobretudo política, devido à fortíssima regionalização do país.[476]

En el segundo momento, que corresponde al *revisionismo*, destacamos dos libros: *La Guerra del Paraguai: gran negócio!,* publicada en 1968 por León Pomer -que será analizada con mayor detalle en la sección siguiente sobre la historiografía argentina.[477] En ella, el autor realizó un análisis político, económico y diplomático de las razones que llevaron a la guerra, enfatizando, principalmente, en las contradicciones entre Paraguay y el Imperio de Brasil. La otra obra, *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*, del periodista Júlio José Chiavenatto, publicada en 1979, retomó algunas tesis revisionistas; fue – al mismo tiempo - bien recibida y muy criticada, sobretodo en lo que respecta a las fuentes utilizadas.

> O livro tornou-se referência da historiografia brasileira, pautando o ensino escolar daqueles sucessos e os futuros estudos sobre a Guerra. A redação para o grande público, sem notas de rodapé, em linguagem jornalís-

475 TAUNAY, Alfredo De'Escragnolle. *A Retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai.* São Paulo: Melhoramentos, 1967 [1871, 1° ed. en frances].

476 MAESTRI, Mário. *Op. Cit.,* 2009, p. 3.

477 Aquí utilizamos la última edición, con un nuevo título: POMER, León. *La Guerra del Paraguay. Estado, política y negocios.* Buenos Aires: Colihue, 2008 [1968].

> tica erudita, facilitou o enorme acolhimento, determinado sobretudo pelo momento da publicação, que condicionou a própria feitura do trabalho.
>
> Chiavenatto desconstruía a grande narrativa militar-patriótica da história do Brasil, em 1979, ano em que a retomada das lutas sindicais alcançou o apogeu, colocando o mundo do trabalho como referência por mais de uma década no país. A nova realidade político-social exigia representações do passado interpretando as necessidades dos trabalhadores e criava condições para a sua recepção/legitimação.[478]

Este momento se cierra con la publicación de la que sería la mayor obra revisionista erudita, fruto de una investigación realizada en los años setenta. Nos referimos a *O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do rio da Prata. Da colonização ao Império, de Luiz Moniz Bandeira* (1985). La guerra contra Paraguay tiene un lugar destacado en este libro, y el abordaje regional y sistemático del autor será profundizado iniciado el siglo XXI con *La formación de los Estados en la cuenca del Plata*, donde Mato Grosso tiene un lugar.[479]

Ya en el tercer momento, que corresponde a la corriente neorrevisionista, encontramos como mayor representante a Francisco Doratioto, que publicó a lo largo de los años noventa e inicio de los años 2000 tres obras: A Guerra do Paraguai: 2ª. Visão (1991), O Conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil (1996) y Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai (2002). Esta última obra criticó al revisionismo paraguayo, brasileño y latinoamericano.[480] Retomó cuestiones importantes y propuso otras nuevas, como una descripción y análisis más detallado de la Guerra en el territorio matogrossense, principalmente de los combates,

---

478 MAESTRI, Mário. Op. cit., 2009, p. 9.

479 MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Expansionismo Brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Prata. Da colonização ao Império.* Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985. Y también, MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *La formación de los Estados en la cuenca del Plata.* Buenos Aires: Norma, 2006.

480 DORATIOTO, Francisco. *A guerra do Paraguai: 2ª Visão.* São Paulo: Brasiliense, 1991. Del mismo autor: *O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil.* São Paulo: Ática, 1996. Finalmente: *Maldita guerra. Nueva historia de la Guerra del Paraguay.* Buenos Aires: Emece, 2008 [1° edición: 2002, en portugués].

entretanto;

> Em minuciosa análise política, diplomática e militar, Doratioto não contextualiza as sociedades em questão, sobretudo quanto às raízes escravistas do Império [como proposto por Salles] e à singularidade do Paraguai [como ensaiado por Andrada e Silva]. Singularidades econômico-sociais que permitiu acumulação original de capitais pelo Estado e, sobretudo, amplo acesso tendencial dos camponeses à terra, como proprietários ou arrendatários.
>
> Apesar de utilizar "país" e "nação guarani" como sinônimos de Paraguai, o autor não aborda as eventuais decorrências da coesão étnico-cultural de população camponesa de origem guarani, com raízes históricas que desbordava as fronteiras nacionais. A clara homogeneização das nações em luta resulta igualmente no uso anacrônico de categorias como "povo", "cidadão", "opinião pública" para a sociedade escravista do Brasil, na qual grande parte da população encontrava-se objetiva e subjetivamente à margem de comunidade cidadã.[481]

También en este tercer momento tenemos *A Catástrofe dos Erros: razões e emoções da Guerra contra o Paraguai* del coronel del Ejército Maya Pedrosa, que vivió en Paraguay.[482] El libro es, principalmente, una crítica a los marxistas que intentaban minimizar la importancia de la participación en el conflicto de estadistas, diplomáticos y soldados.[483]

Más recientemente, sobretodo luego de la creación del estado de Mato Grosso do Sul (1977) se ampliaron los estudios realizados sobre la Guerra de la Triple Alianza que hacen referencia a la provincia de Mato Grosso.

---

481 MAESTRI, Mário. Op. cit., 2009, pp. 26-27.

482 PEDROSA, José Fernando Maya. *A catástrofe dos erros: razões e emoções na Guerra contra o Paraguai.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

483 MAESTRI, Mário. Op. cit., 2009, p. 5.

Entre ellos podemos destacar tres obras: *História de Mato Grosso do Sul* (2016), escrita por Hildebrando Campestrini y producida por el Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS); *Brasil e Paraguai: uma releitura da Guerra* (2012), organizado por Fernando Tadeu de Miranda Borges y Maria Adenir Peraro y editado por la EdUFMT; *y 150 anos após. A Guerra do Paraguai: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai* (2016), organizado por Ana Paula Squinelo en dos volúmenes y editado por la EdUFMS.[484]

En sus escritos sobre la historia de Mato Grosso do Sul Campestrini rescata la Guerra de la Triple Alianza en el territorio que hoy corresponde al nuevo estado creado en 1977. El libro tiene el mérito de describir minuciosamente cómo fue la incursión de Paraguay en el territorio de *Matto Grosso* en momentos que anteceden al conflicto, también una descripción minuciosa de cómo fueron las invasiones de las columnas *Resquín, Urbieta y Barrios,* y indica del mismo modo la retirada paraguaya en el año 1868. Aunque no profundiza el análisis sobre la Guerra, los detalles de movimientos de tropas tanto de Brasil como de Paraguay dan al lector una visión panorámica de los acontecimientos, permitiendo un conocimiento sobre el teatro de operaciones durante el conflicto, colocando a Mato Grosso -ahora Mato Grosso do Sul- en el centro del conflicto.

Borges y Peraro ubican en el centro de la Guerra la participación de Mato Grosso, discutiendo temas relevantes como la organización de la defensa a partir de la provincia, destacando por ejemplo la producción de la fábrica de pólvora de Coxipó, temas dejados de lado como el hambre, las enfermedades y epidemias, también la actuación de los médicos y la importancia de los batallones y las acciones políticas y militares tomadas en Cuiabá para la defensa del territorio de Mato Grosso, destacando la defensa desde la provincia.

Squinelo organizó una obra de gran aliento en el sesquicentenario de la Guerra con autores de los cuatro países implicados en el conflicto. Obra organizada en dos volúmenes trazando un panorama del conflicto en los cuatro países y - así como Borges y Peraro - colocando a Mato Grosso en el escenario de la Guerra al discutir la historiografía, la historia, el teatro

484 BORGES, Fernando T. de Miranda y PERARO, Maria Adenir, (Orgs.). *Brasil e Paraguai: uma releitura da Guerra.* Cuiabá: EdUFMT & Entrelinhas, 2012. CAMPESTRINI, Hildebrando. *História de Mato Grosso do Sul.* 8ª. edição. Campo Grande: IHGMS, 2016. SQUINELO, Ana Paula. *150 anos após. A Guerra do Paraguai: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai.* Campo Grande: EdUFMS, 2016.

de operaciones en Mato Grosso y Rio Grande do Sul, los símbolos de la Guerra y acontecimientos de posguerra y del Paraguay contemporáneo. La participación de un número grande de estudiosos del tema, la amplitud de los temas cubiertos por la obra y el hecho de ser muy reciente (2016), muestran cómo la historiografía reciente reconoció y recuperó la importancia de Mato Grosso en el conflicto.

Finalmente, nuevos estudios se focalizaron específicamente en la participación de Mato Grosso en la guerra analizando aspectos específicos. Mário Maestri (2015) se detiene en las razones de la debilidad de la defensa imperial durante la campaña paraguaya al sur del territorio, profundizando los trabajos que dicho autor viene realizando sobre esta guerra. Orlando de Miranda Filho (2015) se centra en las interpretaciones historiográficas sobre este frente bélico. Por último, Leonam Nunes da Silva (2012) investiga la realización del camino que comunicó Corumbá con el Oriente boliviano inmediatamente ocupado el Mato Grosso, rescatando la importancia de esta ruta para el Paraguay.[485]

Se percibe, entonces, que hay una vasta pero controversial historiografía sobre el tema, tanto en Brasil como en Argentina. Es prácticamente imposible agotar la lista acerca de la Guerra. Además de las obras -libros y artículos - que fueron producidos a lo largo de estos 150 años sobre el conflicto, hay también producciones - sobre todo en los programas de Posgraduación - que se refieren a temas específicos de la Guerra, como por ejemplo, acciones militares, economía y comercio, sociedad y población. Podemos apuntar también estudios que hacen referencia a la literatura y a la iconografía, como los realizados por Francisco Alambert y André Toral.[486] Otros que tratan específicamente de la participación de países y de regiones como Río Grande do Sul, Corrientes, Entre Ríos, Concepción y Mato Grosso. Hay también estudios que buscaron trazar un panorama del

485 MAESTRI, Mário, (2015), "A invasão paraguaia do sul do Mato Grosso", en: *CONTRAPONTO*, Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI, Teresina, v. 2, n. 2, ago. 2015 (pp. 105-129). MIRANDA FILHO, Orlando de, (2015), "Guerra da Tríplice Aliança: os motivos da ocupação paraguaia no sul-mato-grossense (1864-1868)", en: *Anais Eletrônicos do III Congresso Internacional de História Regional,* octubre de 2015, Passo Fundo (RS). NUNES DA SILVA, Leonam Lauro, (2012), "Caminhos abertos pela Guerra (1865-1868)", en: *Relações raciais e educação: dez anos de estudos e pesquisas na UFMT,* R. Educ. Públ. Cuiabá, v. 21, n. 46, p. 413-424, maio/ago. 2012

486 ALAMBERT, Francisco. *Civilização e barbárie, história e cultura Representações culturais e projeções da "Guerra do Paraguai" nas crises do 2º Reinado e da 1ª República.* Tesis doctoral en Historia, Faculdad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas, Universidad de San Pablo, Sao Pablo, 1999. TORAL, André. *Imagens em Desordem, A iconografia da Guerra do Paraguai (1864- 1870),* San Pablo, Humanitas FFLCH/USP, 2001.

Brasil Imperial, como el realizado por Keila Grinberg y Ricardo Salles.[487] Entretanto, hay también puntos de consenso en la historiografía. Uno de ellos admite que el hecho crucial para el inicio de la Guerra fue la invasión de Uruguay por Brasil en octubre de 1864.

Mato Grosso y los historiadores argentinos

La campaña paraguaya en Mato Grosso tuvo un lugar marginal en la historiografía argentina, en todas sus etapas y con sus diferentes corrientes. Incluso puede decirse que la mayoría de los autores la ignoraron. Entre las primeras producciones historiográficas predominaban las obras escritas por protagonistas de la guerra, y esto les daba un carácter memorialista donde destacaba el relato militar y la justificación del accionar de los aliados por sobre cualquier análisis fundado.

Entre esos primeros autores, destacamos aquí a José Ignacio Garmendia (1841-1925), un militar cuya hoja de servicios incluyó la batalla de Pavón (la imposición del porteño Bartolomé Mitre sobre la Confederación urquicista), la guerra contra Paraguay, las campañas del "desierto" (Pampa-Patagonia y Chaco) contra la población nativa, la represión a la Revolución de 1890 que depuso al presidente Miguel Ángel Juárez Celman y la dirección del Colegio Militar de la Nación. Su paso por la guerra contra Paraguay le inspiró varios escritos y pinturas. En sus obras retomó la defensa de la política mitrista y su impopular alianza con Brasil.

En su artículo "El Paraguay durante la guerra contra la Triple Alianza", se refirió a las primeras acciones de la guerra, y señaló que López

> [c]omenzó la lucha invadiendo como una irrupción de hunos, que no respeta ni el honor de la mujer, a Corrientes, Río Grande y Matto Grosso; en seguida viendo malogrado el éxito de esas poco meditadas empresas, se reconcentran cargados de botín en el territorio paraguayo; vil botín que había dejado en la miseria y en la orfandad a centenares de pudientes familias; y allí, en la tierra clásica de la tiranía, empieza la pertinaz resistencia.[488]

487 GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial.* Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

488 GARMENDIA, José Ignacio. Del Brasil, Chile y Paraguay. Buenos Aires: Librería La Facultad,

Estas expresiones parecen idénticas a las de su contemporáneo brasileño Joaquim Nabuco (1849-1910), destacado diplomático e historiador:

> Un mes después del atentado contra el Marqués de Olinda, invade Matto Grosso, llevando sus tropas las mismas órdenes de saqueo y lascivia con que más tarde las vemos cruzar el Uruguay. No era una guerra civilizada la que nos sorprendía. Era como una invasión de bárbaros, una horda de hunos lanzados de repente sobre nuestras indefensas poblaciones.[489]

Podemos ver, entonces, que la alianza no fue solo en el campo militar y diplomático, sino que proyectó su sombra sobre las historiografías nacionales de los países aliados y, como desenlace de la guerra, también del país vencido.

El dogma mitrista sobre la guerra, coincidente con la postura oficial brasileña, creó un discurso donde Mato Grosso era un primer y fugaz escenario idóneo para mostrar la barbarie del tirano que se venía a derrocar enarbolando la bandera de la "libertad" y la "civilización". Así, la provincia invadida era presentada como la indefensa y sorprendida víctima de una operación militar que no tenía una explicación lógica. Los historiadores tradicionales argentinos continuaron repitiendo ese libreto.

Iniciada la década de 1930, el coronel Juan Beverina (1877-1943) continuó esa tendencia, agregando en su Resumen Histórico sobre la guerra que Mato Grosso era una provincia casi olvidada por el Imperio y que estaba estrangulada por el capricho de los gobernantes paraguayos, quienes controlaban su acceso por el río. Beverina destinó unos párrafos a fustigar a historiadores (a los cuales no menciona) que otorgaban al presidente paraguayo Francisco Solano López una genialidad militar por esta campaña a Mato Grosso. Con reiteradas alusiones a F. Solano López como moderno Nerón, Calígula o César Borgia, Beverina sostuvo que dicha campaña no tenía lógica militar respecto a la guerra en la que se insertó, que no dañaba en mucho a Brasil y sólo se explicaba por razones políticas:

1915, p. 206.

489 NABUCO, Joaquim. *La Guerra del Paraguay.* Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1977 [París, 1901], p. 53.

> …Solano López quiere, por cualquier medio, llamar hacia sí la atención del mundo, preparando un golpe de efecto que le proporcione un éxito inmediato, fácil y seguro, en la esperanza de que los acontecimientos, magnificados por la distancia y la sorpresa, tendrán una repercusión desastrosa, si no en el Gobierno imperial, por lo menos en la opinión pública del Brasil [que] no dejará de hacer graves cargos al Gobierno por el abandono en que ha dejado esa parte del país, y que le obligará a entrar en arreglos con Paraguay ante la imposibilidad inmediata de reconquistar por vía militar lo que el enemigo ha sabido arrebatarle tan rápida y fácilmente.[490]

Los años treinta del siglo XX trajeron novedades. Se publicaron dos obras importantes sobre la guerra de la Triple Alianza: *La Guerra del Paraguay. Orígenes y causas* (1939), seguida de *Guerra del Paraguay. Acción y reacción de la Triple Alianza* (1941). Ambas eran de autoría de un prestigioso abogado, político, veterinario e historiador cordobés de peso en la elite argentina: Ramón José Cárcano (1860-1946). Este autor venía publicando títulos menores sobre el tema de la guerra desde 1910, siendo ambos trabajos de los años treinta el resultado de ese esfuerzo intelectual. Cárcano resaltó aspectos diplomáticos y supo ligar la guerra a los avatares de la organización nacional argentina y sus luchas facciosas, distinguiendo diferentes niveles de causas y remontándose al conflicto por Colonia del Sacramento entre las dos coronas ibéricas. Pero estos avances se deslucieron al no escapar el autor al esquema interpretativo heredado del mitrismo, centrado en los asuntos de la boca del Plata. En su obra de 1941 Cárcano dedicó apenas unas líneas a esta campaña paraguaya:

> Una división de su ejército realizará la fácil ocupación del territorio "usurpado" de Matto Grosso, conquistado por Alvar Núñez. Su objeto consiste en apoderarse del enorme material allí reunido, que representa la mayor parte de lo consumido durante la guerra;

490 BEVERINA, Juan. *La Guerra del Paraguay (1865-1870). Resumen histórico.* Vol. 118. Buenos Aires: Biblioteca del Suboficial/Inspección de Infantería, 1943, p. 41.

> requisar todos los elementos de movilidad y alimentación, y destruir el peligro que el Imperio pueda organizar una fuerza que perturbe su retaguardia.
>
> [...]
>
> Matto Grosso representa un importante objetivo de guerra, como hecho de valor material y ofensiva moral.[491]

La década del cincuenta fue crucial en Argentina. Transcurre entre la etapa final del primer peronismo y la restauración conservadora. En términos de la historiografía sobre la guerra, estos años aportaron una renovación desde vertientes críticas al liberalismo tradicional en la producción historiográfica argentina. Tres autores destacaron: Enrique Rivera (1922-1995), proveniente de la llamada izquierda nacional, el trotskista Milcíades Peña (1933-1965) y el nacionalista José María Rosa (1906-1991).

Enrique Rivera fue uno de los primeros en establecer, aunque de modo difuso, la responsabilidad del capitalismo inglés en la guerra:

> Si nos despojamos de la visión de fronteras 'nacionales' [...] comprobamos que solo hay dos bandos en la lucha: por un lado, la oligarquía porteña, la uruguaya y el imperio brasileño, que en resumidas cuentas, reflejan los intereses del capitalismo inglés; por el otro, la gran mayoría del pueblo argentino, uruguayo y paraguayo.[492]

Si bien su obra tiene como objeto y pretexto la figura del autor del *Martín Fierro*, José Hernández, la cuestión de la guerra contra el Paraguay predomina en sus páginas. Rivera destacó el carácter innovador del desarrollo capitalista autónomo del Paraguay. En definitiva, es un título que problematiza la historia de esta guerra. Sin embargo, no dio mayor relevancia a la campaña a Mato Groso.

---

491 CÁRCANO, Ramón J. *Guerra del Paraguay. Acción y reacción de la Triple Alianza.* Vol. 1. Buenos Aires: Domingo Viau y Cía, 1941, p. 164.

492 RIVERA, Enrique. *José Hernández y la Guerra del Paraguay,* Buenos Aires: Colihue, 2012 [1954], p. 63.

El segundo autor mencionado, Milcíades Peña, presentó al conflicto como "*la continuación lógica y la última etapa [...] de la guerra de la oligarquía mitrista contra el Litoral y las provincias interiores argentinas*"[493], aunque exculpó a Gran Bretaña de haberla favorecido. Pero tampoco realizó aportes respecto a la campaña norte paraguaya.

Finalmente, el tercero de los historiadores aludidos, José María Rosa, elaboró la obra más completa sobre el tema: *La Guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*, aparecida primero como artículos sucesivos en el semanario *Mayoría* (1958-1959) y luego como libro completo (1964).[494] Los artículos fueron resultado de una intensa labor consultando archivos y bibliotecas durante el exilio del autor tras el golpe de estado de la Revolución Fusiladora (1955). Es de destacar que para su labor historiográfica Rosa fue alentado por el historiador revisionista oriental Luis Alberto de Herrera (1873-1959), quien realizó una temprana acción revisionista sobre la guerra contando con el archivo personal de su padre Juan José de Herrera, quien fuera canciller del gobierno blanco durante la crisis oriental que antecede a la fatídica guerra, y publicando cinco volúmenes entre 1908 y 1926 acompañados de una profusa documentación. Rosa le dedicó su libro L.A. de Herrera.

Rápidamente *La Guerra del Paraguay y las montoneras argentinas* se convirtió en una obra clásica y un claro contrapunto a la versión liberal sobre esta guerra. En esa obra, Rosa incorporó al análisis la situación política interna brasileña, presentando una saga que va de la batalla de Caseros (1852) contra el gobernador Juan Manuel de Rosas a la batalla de Cerro Corá (1870) donde es asesinado el presidente paraguayo Francisco Solano López. En el transcurso de esta saga el Imperio brasileño llegó a su apogeo e inició su declive.

Sin embargo, tampoco este autor revisionista otorgó un papel destacado a Mato Grosso, si bien intentó una explicación de mayor vuelo. Tras repetir algunos conceptos de obras anteriores (la provincia desguarnecida, la sorpresa de la guerra), introdujo elementos de análisis que escapaban al fantasioso recurso mitrista del tirano loco como razón última:

> Algunos han criticado esta expedición,
> juzgando inútil y peligroso distraerse en los

493 PEÑA, Milcíades. *La era de Mitre. De Caseros a la Guerra de la Triple Infamia*, Buenos Aires: Fichas, 1972 [1955-1957], p. 47.

494 Aquí tomamos la siguiente edición: ROSA, José María. *La Guerra del Paraguay y las montoneras argentinas.* Buenos Aires: Hyspamérica, 1985 [1958-1959].

> momentos iniciales del conflicto con una operación secundaria. El cargo no es consistente: en primer lugar los soldados enviados al Norte no pasaron de 8 mil; los preparados en la costa del Paraná para cuando Urquiza o Mitre les permitieran cruzar por el territorio argentino e ir en defensa de Montevideo, superaban 20.000. Además la pertenencia del Matto Grosso era una vieja ambición de los paraguayos, ya que había sido de los españoles desde el tratado de Tordesillas hasta que la ocuparon, contra todo derecho, los bandeirantes en el siglo XVII. Si bien España reconoció la posesión portuguesa, entusiasmaba a los paraguayos la esperanza de recuperarla. Por otra parte Matto Grosso permitiría a Paraguay abastecerse de carne si las comunicaciones con Corrientes quedaban cortadas en una guerra por el sur. Y finalmente es posible que López haya pensado en detener la marcha de João Propicio contra Montevideo por la necesidad brasileña de defender su propio territorio antes de ocupar el ajeno.[495]

Estos avances historiográficos de los años cincuenta, ajenos al ámbito de la producción académica, se profundizaron en la década siguiente. Hacia fines de esa década destaca la mayor obra de la historiografía argentina sobre el tema: *La Guerra del Paraguay. ¡Gran negocio!* (1968), que en su segunda edición de 1987 cambió su nombre a *La Guerra del Paraguay. Estado, política y negocios.* Tuvo tres ediciones en Argentina y dos en Brasil, influyendo sobre el brasileño J. J. Chiavenato y su *Genocidio americano* (1979). Su autor, León Pomer (nacido en 1928), abrevando en el marxismo, rompió con la manera tradicional de abordar esta guerra, relegando la narración bélica característica de las obras clásicas y se centrándose en factores económicos y políticos en el contexto de la consolidación del capitalismo a nivel planetario. Así, dedicó cinco capítulos a presentar la situación de cada uno de los países beligerantes y también de Gran Bre-

495 ROSA, José María. *Op. cit.*, p. 170.

taña, potencia de peso indiscutible en la región, y se detuvo en las consecuencias del conflicto para los cinco países. El mundo académico, por lo general, recibió con encono y frialdad cada edición de esta obra, como relató el autor en su prólogo a la tercera edición.[496]

En el capítulo dedicado a Brasil, Pomer analizó la relación entre las coronas lusitana y británica, la economía y sociedad brasileña y los conflictos diplomáticos y militares con Paraguay desde mediados del siglo XIX en torno a la libre navegación y la cuestión limítrofe en Mato Grosso. Señaló que uno de los principales problemas de la burguesía anglo-brasileña era la unificación del mercado interno y su libre acceso, y en ese plano ubicó el autor el episodio de los fuertes ilegales de Miranda y Dourados (1862), que derivó en la ocupación paraguaya en 1864 del territorio en disputa:

> La fuerza paraguaya exigirá el desalojo de esas posiciones, lo que genera un pedido de explicaciones por el encargado de negocios del Brasil […] En diciembre de 1864 los paraguayos ocupan los territorios en disputa con el Brasil entre los ríos Apa y Blanco; Paraguay está en guerra con el Brasil. Las preliminares de la declaración de guerra, que incluyen reiteradas advertencias paraguayas al Brasil por su intervención en los sucesos uruguayos, han sido vastamente tratados por distintos historiadores, de modo que prescindiremos de detallarlos.[497]

Lo interesante en el abordaje historiográfico que realiza Pomer es que colocó la campaña de Mato Grosso coronando la relación de los conflictos en torno a la cuenca del río Paraguay y la inserción mundial de la economía brasileña, relegando a un segundo plano el conflicto en la boca del Plata, al cual analizó en el capítulo siguiente dedicado al Uruguay. Por primera vez contaba la historiografía argentina con un relato que intentaba enlazar una explicación amplia y plural de las distintas áreas de la extensa cuenca del Plata-Paraná-Paraguay en un contexto de creciente integración a la economía mundial. Presentaba un buen punto de partida

496 POMER, León. *Opb. cit.,* p. 7.
497 POMER, León. *Op. cit.,* p. 71

para profundizar aspectos locales dentro de la totalidad y experimentar con nuevos elementos, por ejemplo el carácter de triple frontera de Mato Grosso que permitiría incorporar a Bolivia en un análisis enriquecido de la alta cuenca platina. La obra de Pomer no realizó ese recorrido, se interesó poco en el episodio de Mato Grosso, pero su enfoque dejó la puerta abierta a futuros investigadores.

Los años setenta continuaron con esta secuencia de aportes destacables en la producción historiográfica, también en gran medida a extramuros de las instituciones académicas. Entre ellas se puede mencionar el libro de los revisionistas de izquierda Rodolfo Ortega Peña (1935-1974) y Eduardo Luis Duhalde (1939-2012), *Felipe Varela contra el Imperio Británico* (1975). Los autores pusieron el acento en la injerencia inglesa y la política mitrista de "guerra de policía" sobre la oposición en las provincias.[498] Si bien hay una interesante mirada del contexto del capitalismo mundial, que complementa el planteo de Pomer, la situación de Mato Grosso no tiene gran relevancia en esta obra.

Pero la puerta que se entreabrió fines de los sesenta para la historiografía argentina respecto a la campaña del frente norte a partir de estas últimas producciones, fue cerrada con violencia a partir de la segunda mitad de los años setenta. La mayoría de los historiadores profesionales continuaron con los viejos relatos liberales, mostrándose reacios a los aportes del marxismo y el revisionismo, incluso algunos se alegraron de la sangrienta represión dictatorial sobre dichas corrientes rivales.[499]

En las últimas décadas las obras argentinas sobre la guerra se ocuparon de diversos temas, pero los relatos globales del conflicto fueron abandonados o reiteraron los términos que definieron las corrientes historiográficas en pugna décadas atrás.

Tal es el caso de Leonardo Castagnino, quien utiliza la denominación de "guerra de la Triple Alianza contra los países del Plata",[500] retomando varios de los planteos de José María Rosa. Respecto a Mato Grosso, el autor señala que "*[e]l primer objetivo paraguayo era la defensa y auxilio a los 'blancos' orientales, pero mientras se obtiene el paso por territorio*

498 ORTEGA PEÑA, Rodolfo y DUHALDE, Eduardo. *Felipe Varela contra el Imperio Británico,* Buenos Aires, Shapire, 1975.

499 ROMERO, Luis Alberto. "La historiografía argentina en la democracia: los problemas de la construcción de un campo profesional". En: *Entrepasados*, Revista de Historia, año VI, N° 10, Buenos Aires, 1996, pp. 93-94.

500 CASTAGNINO, Leonardo. *Guerra del Paraguay. La Triple Alianza contra los países del Plata*, Buenos Aires: Ediciones Fabro, 2014.

argentino, Solano López decide la ocupación de Matto Grosso",[501] volviendo al planteo de la provincia desguarecida y la búsqueda de parque bélico como objetivo militar. Por su parte, Miguel Ángel de Marco, ligado a la tradicional Academia Nacional de la Historia, continuó con una versión *aggionada* de la interpretación mitrista de la guerra.[502]

Respecto a Mato Grosso, algunos trabajos recientes se limitaron a citar a Luiz Moniz Bandeira[503] o Francisco Doratioto[504]. Sin embargo, Mato Grosso siguió siendo un rincón olvidado para los historiadores argentinos, centrando su mirada desde la boca del Plata hacia las regiones interioranas y de río arriba.

A modo de conclusión

Este breve recorrido por la historiografía sobre la guerra en Mato Grosso nos mostró para el caso brasileño que Mato Grosso estuvo, así como en Argentina, relegado por mucho tiempo a un lugar secundario. A excepción de algunas obras, como la Retirada da Laguna que abordó la incursión realizada en territorio paraguayo a partir de Mato Grosso, es sólo y principalmente a partir de los años 90 del siglo XX que la provincia comienza a aparecer en este escenario. La presencia paraguaya en este territorio, aunque no ocurrieron grandes batallas, fue significativa y modificó la estructura política, económica y social de la provincia. Entre tanto, el rescate de Mato Grosso realizado por la historiografía mas reciente muestra la gran relevancia no solo para ubicar la región hacia el centro del conflicto como hemos demostrado, también la importancia de la presencia paraguaya para la historia de este territorio. Este rescate demuestra también cómo se torna incompleta una historia que no incluya Mato Grosso como uno de los teatros de operaciones.

Para el caso argentino pudimos ver el paso de interpretaciones "patológicas" propias de la argumentación de los aliados, con mayor vuelo hacia los años cuarenta, a una lectura en clave revisionista y marxista que pudo ensayar algunas explicaciones más racionales mostrando un escenario regional complejo e inserto en un contexto mundial cambiante. Sin embargo, el desinterés de los historiadores profesionales y la represión

501 CASTAGNINO, Leonardo. *Op. cit.,* p. 199.
502 DE MARCO, Miguel Ángel. *La Guerra del Paraguay,* Buenos Aires: Emecé, 2007).
503 MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Op.cit.,* 2006.
504 DORATIOTO, Francisco. *Op. cit.,* 2008.

dictatorial volvieron a relegar como *terra ignota* a Mato Grosso para la historiografía argentina.

Más allá del esfuerzo de varios historiadores locales, la compresión de este episodio bélico no ha sido considerada desde un abordaje que integre tanto el plano local (Mato Grosso) como el regional (la cuenca del Plata y el Alto Paraguay), el nacional (ligado a la gestación de los estados nacionales) y el mundial (en un momento de integración de los mercados bajo la lógica capitalista).

Retomando las investigaciones locales, las producciones de distintas corrientes historiográficas desde hace décadas tanto en Brasil como en Argentina, y el concurso de especialistas de otros países, la investigación histórica e historiográfica en la actualidad sobre Mato Grosso puede aportar nueva luz a los estudios de la Guerra de la Triple Alianza. Un nuevo ángulo desde donde contemplar y comprender el escenario regional de la gestación de los estados nacionales en el Cono Sur.

Fotografías Y Litografías del sitio de Paysandú (1864-1865)

Alberto del Pino Menck [505]

A modo de introducción: conflicto bélico y fotografía.

Temprano fue el uso de la fotografía para representar episodios bélicos. Escribe al respecto Susan Sontag:

> Desde que se inventaron las cámaras en 1839, la fotografía ha acompañado a la muerte. Puesto que la imagen producida con una cámara es, literalmente, el rastro de algo que se presenta ante la lente, las fotografías eran superiores a toda pintura en cuanto evocación de los queridos difuntos y del pasado desaparecido.[506]

El primer conflicto armado retratado con la novel tecnología, fue la guerra que mantuvieron entre 1846-1848, México y Estados Unidos, aunque con un uso moderado, generándose una serie de daguerrotipos del conflicto predominando el retrato individual de los combatientes.[507] El

---

505 Licenciado en Historia por la Universidad Católica del Uruguay. Miembro de Número del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay; Miembro del Grupo de Investigación "Guerra y Sociedad" asociado a la Universidad Católica del Uruguay; Miembro de la Sección Nacional (Uruguay) del Instituto Panamericano de Geografía e Historia.

506 SONTAG, Susan *Ante el dolor de los demás,* Buenos Aires, Alfaguara, 2003, p. 33. Cfr. DEL PINO MENCK, Alberto "Fotografía y sus relaciones con la iconografía general de la Guerra del Paraguay" In: DA SILVA RODRIGUES, Fernando y VELÔZO PEDROSA, Fernando (Org.) *Uma tragedia americana: a Guerra do Paraguai sob novo solhares*, Editora Prismas, Rio de Janeiro/ Curitiba, 2015, pp. 343-348.

507 Cfr. SANWEISS, Martha A., STEWART, Rick, HUSMEAN, Ben W. *Eyewitness to War. Prints and Daguerreotypes of the Mexican War,* 1846-1848, Amon Carter Museum, Fort Worth, Texas, 1989.

uso sistemático de la fotografía, cubriendo un conflicto bélico en su totalidad, lo podemos situar desde comienzos de marzo de 1855, cuando comenzó su labor el fotógrafo Roger Fenton en Crimea. Esa guerra (1854-1856), incorporó a otros colegas de Fenton a saber: James Robertson, Carol Popp de Szathmari, León-Eugène Méhédin, Jean Charles Langlois y Jean-Batptiste-Henry Durand-Brager; los cuales generaron una apreciable cantidad de imágenes fotográficas del conflicto, favorecidos por el empleo de negativos al colodión húmedo y placas de vidrio.[508]

Desde finales de la década de 1850, Uruguay contaba con numerosas galerías fotográficas, regenteadas por extranjeros. De allí la exhortación que realizó en Montevideo el periódico Mercantil Español con fecha 24 de diciembre de 1864 – ya en las postrimerías de la Guerra Civil –cuando afirmaba con certeza el éxito que supondría para el fotógrafo "que tomara la vista de Paysandú bombardeado."[509]

Poco faltaba para la finalización del sitio de la ciudad del litoral. El 2 de enero de 1865 cayó en manos de las fuerzas imperiales brasileñas y del caudillo revolucionario de facción colorada Brigadier General Venancio Flores. Fue tras un prolongado y cruento asedio donde quedaron literalmente reducidas a escombros algunas de sus edificaciones, así como abatidos muchos de sus defensores. Fue el resultado del bombardeo incesante de las artillerías combinadas de la armada imperial brasileña y de las baterías brasileñas y revolucionarias, así como por las luchas encarnizadas por la posesión de las edificaciones donde se guarecían los defensores.

Las baterías destacadas sobre la elevación denominada Bella Vista, desde donde se dominaba la ciudad uruguaya hecha bastión, provocaron mucho más daño que las potentes piezas de la escuadra imperial. Sobre la "nueva Sebastopol" - como le denominarían los sitiadores en exagerada evocación -, el día 31 de diciembre de 1864, se desató un diluvio de fuego y destrucción. Así lo narró el Teniente Orlando Ribero, uno de sus defensores:

---

508 Cfr. James, Lawrence 1854-56. *Crimea. The war with Russia from contemporary photographs,* New York, Van Nostrand Reinhold Company, 1981; ROUILLÉ, André "Fictions photographiques de la guerre", in: *Crimeé 1854-1856: premiers reportages de guerre. Exposition du 24 de outubre de 1994 au 8 de janvier de 1995.* Musée de l'Armée. Hôtel national des Invalides, Paris. 1995.

509 BRUNO, Mauricio "Fotografía militar. Guerra e identidad a través de las imágenes 1865-1910", in: BROQUETAS, Magdalena (Coord.), *Fotografía en Uruguay. Historia y usos sociales. 1840-1930.* Centro de Fotografía/División Información y Comunicación, Intendencia Municipal de Montevideo, 2011, p. 73.

> Se oscureció nuevamente la claridad del nuevo día en la posición nuestra, con el humo de las granadas que hacían explosión y los escombros del edificio de la Comandancia Militar, cuyos lienzos de pared se venían abajo.
>
> Treinta y seis piezas de cañón y varias coheteras hacían fuego simultáneo sobre el recinto atrincherado, fuera de la gruesa artillería que funcionaba desde la Escuadra.
>
> Las que habían emplazado sobre la Comandancia Militar, el Torreón y la Iglesia, eran en número considerable, y nos barrían los obstáculos y barreras de resguardo que teníamos. Cuando amainó un poco el fuego y clareó de nuevo la atmósfera que se había oscurecido, contemplamos la Comandancia Militar toda desmantelada, mostrando los tirantes en descubierto, que se venían abajo.[510]

El día 2 de enero de 1865, tras una denodada resistencia, Paysandú fue tomada por los aliados brasileños y floristas. Poco después, el General Leandro Gómez y otros jefes de la defensa de la plaza sitiada, serían fusilados por un piquete de soldados floristas pertenecientes a la fuerza revolucionaria al mando del Coronel José Gregorio (a) "Goyo Jeta" Suárez. Al día siguiente, cargando sus pesados enseres el francés Emilio Lahore dio comienzo la primera cobertura fotográfica de Paysandú en ruinas. Una semana después – 9 de enero de 1865 - decía presente en la ciudad el fotógrafo de la empresa Bate y Cía., hecho que es registrado por un viajero inglés que estando en la plaza donde se encontraban los edificios de la Comandancia y la Iglesia nueva al comentar: "Mi amigo el fotógrafo que viajaba conmigo tomó algunas vistas muy buenas de los lugares mas [sic] notables."[511]

---

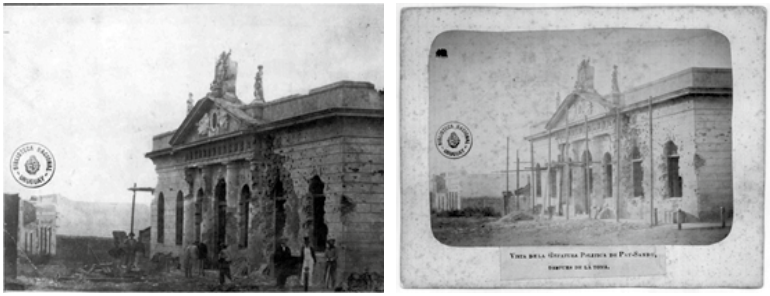
510 RIBERO, Orlando *Recuerdos de Paysandú. Apuntes históricos de la Defensa de Paysandú en 1865,* Prólogo de C.E. Mena Segarra (Cuadernos uruguayos, Ediciones del Nuevo Mundo), Montevideo, GEGA, Taller de Impresos, 1987, p. 57.

511 GUNNYBAGS para The Standard (Buenos Aires), Paysandú, 10 Ene. 1865, El Paraná (Paraná), 31 Ene. 1865, in: PÉREZ COLMAN: El Sitio de Paysandú. Cit. CORRÊA MARTINS, Francisco José "Paysandú, Uruguay, 1 de diciembre de 1864 a 2 de enero de 1865. Entre ilusiones y realidades, el comienzo de la Guerra de la Triple Alianza (1864-1870)". In: CASAL, Juan Manuel

Puesta a punto de un tema pendiente.

Recientemente – 15 al 17 de noviembre de 2018 - tuve el privilegio de participar en el X Encuentro Internacional de Historia de la Guerra de la Triple Alianza, con sede por tercera vez en la República del Paraguay. En esa oportunidad, se nos concedió al amigo Magister en Historia Doctor Eduardo Nakayama y al que escribe, la curaduría de una muestra iconográfica del Sitio de Paysandú (1864-1865), organizada con el auspicio del Ministerio de Cultura de la República del Paraguay y la Embajada de Uruguay en Paraguay. En esta muestra, se destacaban principalmente la labor de los estudios fotográficos de Emilio Lahore de Buenos Aires y de Bate y Cía de Montevideo.

Fotografías 1 y 2 – Ruinas de la Jefatura de Policía de Paysandú , fotógrafo desconocido.



Fuente: ABN 262 Biblioteca Nacional, Uruguay, Materiales Especiales. La Jefatura, ubicada en la calle 8 de Octubre (hoy Leandro Gómez) y Montevideo, constituía - según el memorialista de la Defensa de Paysandú Orlando Ribero - el extremo sudoeste de la línea de trincheras. El edificio había sido recientemente inaugurado, con ventanas enrejadas y altos muros pintados de cal. Fue uno de los puntos más disputados de la defensa como atestiguan las memorias de Ribero y Masante y los impactos de los proyectiles en su fachada. En la albúmina 1, ya no se ven las bolsas de lana usadas como parapetos por los defensores. En la 2, se aprecian los tirantes de madera para sostener la estructura dañada por el bombardeo. Está montada sobre un passpartout con una leyenda en caracteres tipográficos "Vista de la Gefatura Política de Paysandú, después de la toma". Fotografías tomadas luego del 9 de enero de 1865.

Para el "ojo de la cámara", se tendría en cuenta solo este episodio postrero de la guerra civil uruguaya de 1863-1865, convertida en conflicto internacional al producirse la invasión brasileña de octubre de 1864, sin

y WHIGHAM, Thomas L. (editores) Paraguay: *Investigaciones de historia social y política (II). Estudios en homenaje a Jerry W. Cooney. IV Jornadas Internaciones de Historia de Paraguay en la Universidad de Montevideo,* Asunción, Paraguay: Editorial Tiempo de Historia, 2016, p. 224.

estimar las injerencias previas de argentinos y brasileños en el conflicto,[512] prolegómeno de la Guerra de la Triple Alianza o Guerra del Paraguay. La muestra y el catálogo llevaron un significativo título: "Paysandú, antesala de una tragedia".

Ahora bien. La iconografía generada por la Defensa de Paysandú fue soslayada por mí hasta entonces, en ocasiones mencionándola solo como obligado preludio del tema que acaparó mi atención en cuanto a imágenes se refiere: la Guerra de la Triple Alianza contra el Paraguay. Incursioné brevemente con algún avance sobre el tema[513], aunque solo de ensayos se trataba; sin concluir en un estudio mayor sobre el asunto. La oportunidad de acompañar a Eduardo Nakayama en la muestra de marras, hizo necesario un abordaje mucho más completo. ¡Nada menos que del antecedente directo de la cobertura fotográfica que realizó Bate y Cía. de la Guerra del Paraguay!

Coincido pues con otros autores en cuanto a que el exitoso empeño de fotografiar las ruinas de Paysandú - como elocuente testimonio gráfico de los horrores de la guerra - estimularon a la firma Bate para enviar a su fotógrafo Javier López, a realizar similar reportaje al conflicto iniciado en territorio paraguayo desde abril de 1866. Pululaban por otra parte los estudios fotográficos en el Río de la Plata y en Río de Janeiro para que no se intentara un esfuerzo similar a lo que quedó plasmado en las vistas fotográficas de Paysandú. Por otra parte, estas mismas fotografías tomadas en suelo sanducero retroalimentaron el interés de los fotógrafos argentinos y brasileños. La reproducción de las mismas a través de la litografía en periódicos brasileños y argentinos evidencia ese interés.

---

512 Cfr. DEL PINO MENCK, Alberto. "Militares argentinos en la guerra civil uruguaya (1863-1865)". In: RUIZ MORENO, Isidoro J. (org.). *Revista de Historia Militar*, Editorial Armerías, Buenos Aires, 2014. CORRÊA MARTINS, Francisco José "Paysandú, Uruguay, 1 de diciembre de 1864 a 2 de enero de 1865. Entre ilusiones y realidades, el comienzo de la Guerra de la Triple Alianza (1864-1870)". In: CASAL, Juan Manuel y WHIGHAM, Thomas L. (editores) Paraguay: *Investigaciones de historia social y política (II). Estudios en homenaje a Jerry W. Cooney. IV Jornadas Internaciones de Historia de Paraguay en la Universidad de Montevideo,* Asunción, Paraguay: Editorial Tiempo de Historia, 2016.

513 Cfr. DEL PINO MENCK, Alberto "Fotografías de guerra", *Diario El País, Miniserie Gráfica Batallas que hicieron historia, Nº 23,* Montevideo, Uruguay, 2005, pp. 7-8.

"Paysandú bombardeado" despierta el interés del pintor Juan Manuel Blanes.

El destacado artista plástico uruguayo Juan Manuel Blanes también acudió a Paysandú, siendo utilizado por éste, el uso de fotografía para cargar de "realidad" su obra pictórica, lo que vincula sólidamente su quehacer reconocido en el medio, con la técnica fotográfica.[514] Durante su permanencia en Paysandú, mientras el pintor sacaba apuntes, se alojó en el vapor de guerra argentino "Guardia Nacional", nave capitana de la escuadrilla que mandaba José Murature, "para quien llevaba cartas de Mitre y de Andrés Lamas".[515]

Volvió el artista a Buenos Aires con gran acopio de apuntes y bocetos para iniciar su tela. A fines de febrero expuso el cuadro en la casa de Costa y Francischelli. De un periodista porteño, "asesorado evidentemente por Blanes" acota Fernández Saldaña, proviene la minuciosa descripción que ofrece el historiador en su obra:

> El óleo representa el ataque a Paysandú el 1.º de Enero de 1865, por el conjunto de fuerzas de mar y tierra. En primer término se descubre una parte de la isla argentina que sirvió de refugio a las desgraciadas familias; entre los árboles, a la derecha, hay una carpa y en varios puntos grupos de mujeres y uno que otro hombre, todos con la vista fija en el espectáculo bélico, del que los separan las aguas tranquilas del Río Uruguay.
>
> Los buques brasileros con la bandera uruguaya al tope y fuera del alcance de las piezas de la plaza, aparecen vomitando proyectiles y envueltos en humo. Cerca de ellos están los navíos de guerra argentinos, españoles, ingleses y franceses, que fueron espectadores

514 Cfr. FERDINAN, Valentín. *Relaciones entre fotografía y pintura en el Montevideo del Siglo XIX,* Universidad de la República, Facultad de Humanidades y Ciencias, Montevideo, 1989; FERDINAN, Valentín. *Usos sociales de la fotografía en el Montevideo del Siglo XIX. Aculturación y permisibilidad.* Instituto Panamericano de Geografía e Historia, Revista de Historia de América, Número 108, julio-diciembre, 1989.

515 FERNANDEZ SALDAÑA, José María. *Juan Manuel Blanes. Su vida y sus cuadros,* Montevideo, Impresora Uruguaya S.A., 1931, p. 73.

de los combates, y en cuyos mástiles ondean sus respectivos pabellones.

Fotografía 3- Ataque general a Paysandú, óleo de Juan Manuel Blanes, Col. J. M. Fernández Saldaña.

Fuente: Biblioteca Nacional, Materiales Especiales, Uruguay. Según su biógrafo Fernández Saldaña, Juan Manuel Blanes viajó a Paysandú, buscando tema para un cuadro. Se embarcó el 12 de enero con rumbo a Concepción del Uruguay. El 20 de enero se hallaba en Paysandú. "El aspecto desolado de la ciudad, tomada por asalto después de un vigoroso bombardeo que la dejó poco menos que en escombros, impresionó al pintor hasta las lagrimas."

> A lo lejos se divisa la ciudad en el momento en que es atacada por todas partes, resistiendo vigorosamente. En medio del fuego y de las columnas de humo que se alzan el cielo azul y transparente, distínguese la iglesia, el Baluarte de la Ley, y la batería sitiada de las Tunas. Las distancias – concluye la descripción – aparecen exactas, siendo de 26 cuadras entre la población y las cañoneras atacantes.[516]

Hablando de su cuadro subraya el mismo Blanes mismo, que todo está fielmente representado: terreno, población, alrededores, río. "Y todo ello, en afán de servir a la historia, y no para lisonjear fantasías." Concluye su biógrafo Fernández Saldaña:

> Las impresiones y los apuntes de Paysandú

516 Ibidem, pp. 74-75.

> no quedarían solo en esa vista general del combate: pensaba hacer varios cuadros más divididos en episodios, tales como la fusilación [sic] de Leandro Gómez, la herida de Píriz, etc. Para eso necesitaba fotografías de los personajes del drama, y pedía que se las procurasen en Montevideo de igual modo que compradores al firme para alguno de los proyectados episodios.[517]

Según el historiador uruguayo Salterain Herrera, el 16 de mayo de 1865 Blanes solicitó se le acordara el derecho de propiedad exclusivo por la reproducción del cuadro "que cedió al Sr. Gobernador Provisorio [Venancio Flores] de la vista del pueblo de Paysandú en el primer ataque". El reclamo fue denegado pues según opinión del magistrado Plácido Ellauri, el cuadro había sido vendido sin condición, y por haber sido obsequiado al Almirante Tamandaré, el cual lo remitió fuera de la república, donde no sería extraño que fuera fotografiado.

Las fotografías que han quedado del cuadro, "nos dan idea completa del mismo, pues destacan más que la propia escena bélica del bombardeo, las figuras humanas del primer plano, que recuerdan a algún lienzo semejante de Besnes Irigoyen.". Salterain, hace un relato similar al de Fernández Saldaña, respecto de su viaje a Paysandú. En una carta escrita a su hermano Mauricio desde Paysandú el 22 de enero de 1865, escribe que extraña a su familia, "porque no me puedo acomodar á estar lejos de ella, sobre todo cuando se está en un pueblo cuyo aspecto sólo se disimula llorando."[518]

La cobertura de Emilio Lahore.

Los investigadores Miguel Ángel Cuarterolo y Juan Antonio Varese, atribuyen a este fotógrafo francés haber realizado el día 3 de enero de 1865 – un día después de la caída de la plaza sitiada - vistas fotográficas de la ciudad de Paysandú.[519] Emilio Lahore (1825-1889), fotógrafo lorenés, discípulo de Ingres y de Vernet, desarrolló una proficua actividad en

517 Ibidem.

518 SALTERAIN HERERA, Eduardo de. *Blanes. El hombre y la época*, Montevideo: Talleres de Impresora Uruguaya, 1950, pp. 99-101.

519 CUARTEROLO, "Soldados", op. cit. p. 150; VARESE, "Historia" op. cit. p. 274.

Buenos Aires desde el año 1856 como pintor y daguerrotipista. En 1859 ya regenteaba una galería, realizando ambrotipos, electrotipos y fotografía en papel, además de retratos al óleo. En Buenos Aires mantuvo galerías por lo menos en tres locales: Buen Orden 96, Santiago del Estero 770 y Santa Fé 1553. Recién en agosto de 1867 se estableció en Montevideo, en sociedad con el también fotógrafo francés, Desiderio Jouant, que giró en la ciudad con el nombre de "Fotografía Artística".[520]

La serie que consta de un número desconocido de vistas, fue impresa "en papel platino bromuro", y las fotografías pegadas sobre un passpartout de cartón, donde luce en su margen inferior derecho "E. Lahore". Varese además informa que el fotógrafo tenía familiares en la ciudad sitiada, por lo que decidió visitarla ante las noticias de su próxima caída. El 3 de enero de 1865 obtuvo fotografías "de excelente calidad y dramatismo, que luego comercializaría en Argentina."[521] De sus entrevistas con el historiador argentino Augusto I. Schulkin (radicado en Uruguay desde muy joven), Varese tuvo acceso a un álbum que contenía precisamente las fotografías tomadas en Paysandú por Lahore. Entre ellas, señala el investigador las que muestran a la calle principal de la ciudad, a la Jefatura de Policía, distintas tomas de la iglesia bombardeada y la torre que Leandro Gómez denominaba "Baluarte de la Ley", "sobre la que pueden apreciarse las marcas de los *angelitos* balas de cañón con el agregado de eslabones de cadenas para aumentar el daño."[522]

De estas fotografías, la que halló más impactante, fue la de la plaza frente a la Comandancia Militar, con un cadáver en primer plano lo cual le sugiere que Lahore para darle más dramatismo a la imagen, haya solicitado a un voluntario que posara en el suelo. Armar escenas con caídos en los combates por cuenta de los fotógrafos, fue de uso durante la guerra civil norteamericana. Al menos esto sugiere el especialista español Juan Pando Despierto al referirse a la labor realizada por el fotógrafo Gardner del equipo de Brady, al registrar en fotografías estereoscópicas a los muertos en el encarnizado combate en Corinth, pequeña población de Mississippi:

---

520 DEL PINO MENCK, Alberto "Fotografiando la Historia. Uruguay 1865-1869" in: MATTOS, Tomás de (org.) *La Guerra del Paraguay en fotografías,* Biblioteca Nacional, Montevideo, Escuela de Industrias Gráficas, 2008, p. 101.; CUARTEROLO, Miguel Ángel y CASABALLE, Amado Bequer *Imágenes del Rio de la Plata,* 2ª edición, Buenos Aires, Editorial del Fotógrafo, 1985, p. 89.

521 VARESE, Juan Antonio. *Historia de la fotografía en el Uruguay. Fotógrafos de Montevideo,* Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, Imp. Zona Libro, 2007, p. 274.

522 Ibídem.

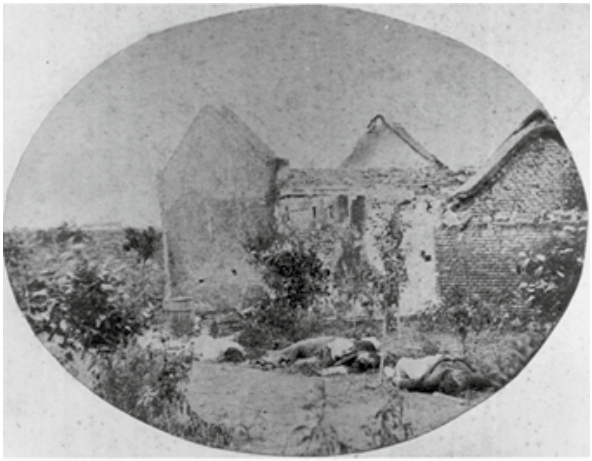
Fotografía 4 –3 de enero de 1865, Plaza de Paysandú frente a la Comandancia Militar, fotografía de Emilio Lahore.

Fuente: Juan Antonio Varese "Historia de la Fotografía en el Uruguay", p. 273. "Plaza principal de Paysandú, con cadáver simulado en primer plano".

Al día siguiente (4 octubre 1862), un reportero de la Unión, N. Brown, descubrió un amontonamiento de cadáveres ante Battery Robinette, el reducto ante el cual murieron las infanterías del 2º de Texas y la brigada de Missouri. Allí yacía el jefe de la primera, el coronel William P. Rogers. No muy lejos, boca arriba, el de la segunda, el coronel William H. Moore Rofs. Estaban ya descalzos, las ropas destrozadas, las caras negras, los ojos aún abiertos. Y entonces alguien – Brown o un oficial nordista – ordenó que levantaran a Rofs y lo pusieran junto a Rogers. Ambos coroneles quedaron el uno apoyado en el otro. Como si fueran dos bandoleros al uso, cuando eran sólo dos padres militares, fulminados a la cabeza de sus hijos […]. Brown y sus manipulaciones quedaron en el anonimato. Pero los originales de Gardner fueron expuestos al

público por deseo de Brady. Fue una conmoción nacional.[523]

Fotografía 5 - "Quinta de Don Maximiniano Ribero donde fueron fusilados Leandro Gómez y otros jefes de la defensa de Paysandú". Fotógrafo desconocido.



Fuente: 460_PA_1 Archivo Digital, Biblioteca Nacional del Uruguay. Lleva el título "Quinta donde murió Leandro Gómez." En la compilación del periodista Rómulo Rossi, sobre "episodios históricos" de la Guerra Civil uruguaya de 1863-1865, publicados en el periódico montevideano El Diario, aparece publicada esta misma imagen con la siguiente leyenda "Los cadáveres de Leandro Gómez, Fernández Braga y Acuña, a poco de ser fusilados" ("Episodios Históricos – Bombardeo, Toma de Paysandú, Cruzada Libertadora", Montevideo, Peña Hnos, Imp. 1923, p. 29).

El práctico Pablo A. Dugrós, francés que se radicó en Uruguay con su familia a los 13 años, a los 86 ofreció valiosos testimonios al periodista uruguayo Rómulo Rossi sobre los fusilados en la quinta de Don Maximiano Ribero. Dugrós – previamente práctico de los vapores gubernistas "Artigas" y "Treinta y Tres" - posteriormente, pasó a ejercer alternativamente su profesión en los buques brasileños "Jequitinhonha" y "Araguaya". Entre otros interesantes datos, consultado sobre la profanación de los cuatro cadáveres, relató: "Yo los vi a poco de los fusilamientos y a no ser las heri-

523 PANDO DESPIERTO, Juan "El ojo de la guerra. Azules y grises (I) El ejército de la imagen entra en combate: Guerra de Secesión (Estados Unidos , 1861-1862)", *David Solar (Dir) La Aventura de la Historia,* Año I, Nº 10, agosto 1999, Madrid, p. 96.

das de bala de las ejecuciones no presentaban otras. Lo único que se hizo fue despojarlos de la ropa exterior y de los calzados." Previamente, brinda un testimonio ampliado sobre el suceso del fusilamiento. Luego de bajar a tierra con el capitán de la cañonera "Araguaya", a eso de las 7 u 8 de la mañana del día 2 de enero de 1865, luego de sentir una descarga cercana se enteró del fusilamiento de Leandro Gómez. Al penetrar a la casa de Maximiano Ribero, "allí en el jardín, frente a una pared que miraba hacia el Oeste, estaban tendidos en el suelo, sin sus ropas, exteriores, los cadáveres de Gómez, Braga, Acuña y Fernández, […]".

Similar efecto producen estas fotografías macabras al contemplar las conocidas imágenes de la firma Bate y Cía, de los cadáveres momificados y amontonados de los caídos paraguayos en los combates de mayo de 1866. André Amaral de Toral refiriéndose a una de las dos fotografías que se conocen (*Montón de cadáveres paraguayos*), realizadas por el fotógrafo Javier López, y a la que considera la "foto mais impresionante de conjunto, de toda a guerra talvez,"[524] reflexiona: "As imagens da guerra não permitiam ufanismo, mesmo as de sua fase inicial. Vendo o inimigo prisioneiro, ou em pilhas de cadáveres, só se conseguía sentir pena. Longe de emularem os espíritos guerreiros, as fotos faziam desejar a paz."[525]

524 TORAL, André "Entre retratos e cadáveres: a fotografía na Guerra do Paraguai", In: Revista Brasileira de História, Vol. 19, Nº 38, Sao Paulo, 1999.

525 TORAL, André Amaral de *Imagens em desordem. A iconografía da Guerra do Paraguai (1864-1870),* Universidade de Sao Paulo, Facultade de Filosofía, letras e Ciências Humanas, Sao Paulo, 2001, p. 91.

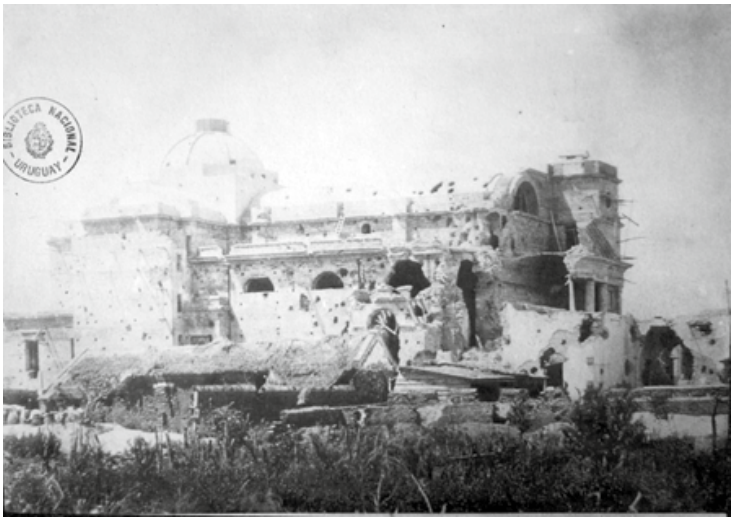
Fotografía 6 –3 de enero de 1865, El Baluarte de la Ley, fotografía de Emilio Lahore.

Fuente: ABN 259 Biblioteca Nacional, Materiales Especiales, Uruguay. Mandado construir en el ángulo sureste de la Plaza Constitución, esta construcción era un torreón de doble pared de ladrillo, destinado a polvorín y emplazamiento de la artillería al mando del comandante Juan María Braga Para ascender al torreón, se recurría a una explanada en forma de caracol. En primer plano se aprecia el basamento en mármol de carrara que llevaba una representación de la libertad, destruida por la artillería.

Miguel Ángel Cuarterolo y Juan Antonio Varese[526] atribuyen esta fotografía de la Iglesia Nueva de Paysandú así como otras, al fotógrafo Emilio Lahore, perteneciendo la que reproduce el primero de los citados en su obra "Soldados de la Memoria" al Archivo General de la Nación, Buenos Aires.

526 CUARTEROLO "Soldados", op. cit. pp. 14-15; VARESE, "Historia" op. cit. p. 273.

Fotografía 7 – 3 de enero de 1865. La iglesia nueva de Paysandú en ruinas, fotografía de Emilio Lahore.



Fuente: ABN 285 Materiales Especiales, Biblioteca Nacional, Montevideo, Uruguay.

El Licenciado Antonio Boero, también menciona esta imagen de la iglesia destruida, tomada desde el norte el día 3 de enero de 1865. Informa que se puede apreciar en los daños ocasionados en su estructura, impactos de tres tipos de munición de artillería: de ánima lisa, de ánima rayada (La Hitte) y proyectiles explosivos.[527]

Las fotografías de la firma Bate y Cía.

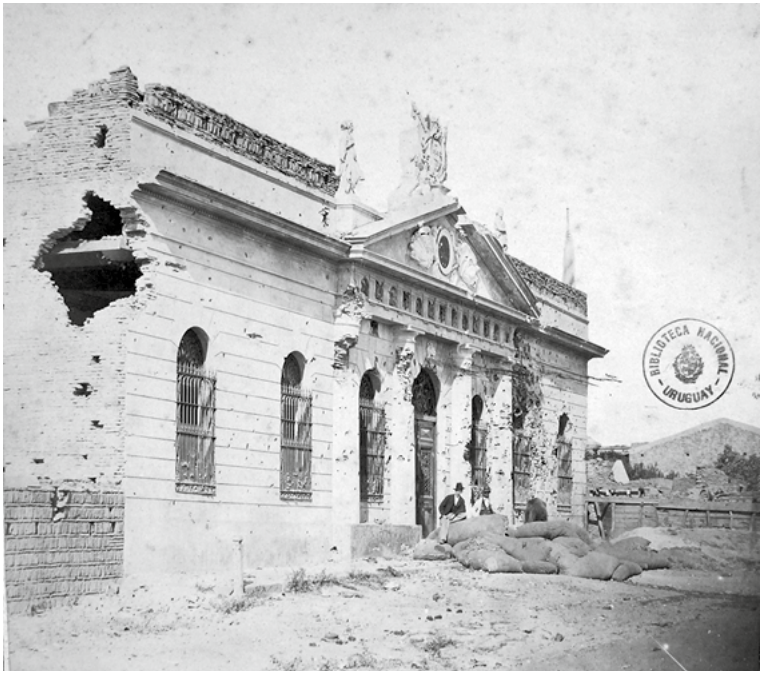
Bate y Cía. fue una prestigiosa empresa fotografica que operó en ambas márgenes del Río de la Plata. La alta sociedad de la época confiaba en la excelencia de los retratos obtenidos por el irlandés George Thomas Bate (1834-1882) y su desconocido socio. En mayo de 1859 ya estaba establecida la firma en Montevideo, asociados al fotógrafo Francisco Zugarramurdi, y en julio de 1861 anunciaban que quedaba abierto su nuevo establecimiento fotográfico en la calle 25 de Mayo Nº 369, entre Cámaras y Cerro, hoy calles Juan Carlos Gómez y Bartolomé Mitre. Desde 1862 Bate se asocia con el químico y fotógrafo belga Juan J. Vander Weyde.[528]

527 BOERO, Antonio María y BOERO, Ramiro Antonio. *La Guerra del Paraguay. La Historia a través de la imagen,* Museo sin fronteras, Rivera, Uruguay, 2005, p. 36.

528 Cfr. DEL PINO MENCK,"Fotografiando la Historia", op. cit. , pp. 98-99

Miguel Ángel Cuarterolo, escribe que al retornar en 1864 el irlandés George Tomás Bate de su viaje a Estados Unidos, impresionado "por el realismo de las fotografías que eran empleadas por los grabadores de prensa para ilustrar los relatos de los corresponsales de guerra"[529] se encontró con el desarrollo final de la guerra civil uruguaya. Le sugiere al investigador argentino que su experiencia reciente en Estados Unidos con las imágenes producidas por Brady y otros fotógrafos que registraron en miles de fotografías a la Guerra de Secesión, proporcionó a Bate el impulso necesario para enviar a un fotógrafo a Paysandú.

Fotografía 8 - Jefatura de Policía de Paysandú, 9 de enero de 1865, fotografía de Bate & Cía,



Fuente: Biblioteca Nacional, Uruguay, ABN 264. Una fotografía igual se conserva en la Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro (icon581038), montada la albúmina sobre su passpartout original que muestra la fecha y el nombre de la firma fotográfica. Inaugurado en 1864, en su frente se destacan dos altorelieves (la Esperanza y la Justicia) realizados por el escultor italiano José Livi: Este edificio, actual sede de la Jefatura de Policía de Paysandú, aún conserva huella del impacto de las balas en su enrejado.

529 CUARTEROLO, "Soldados", op. cit. p. 23.

En un artículo escrito en 1992 sobre iconografía de la Guerra de la Triple Alianza, Cuarterolo nos habla de esa cobertura: "Seis imágenes que recuerdan aquella gesta fueron editadas por Bate & Cía. con el título "Paysandú, 2 [sic] de enero de 1865". La fotografía más interesante de esa serie muestra la iglesia parroquial destruida tras los bombardeos de la escuadra brasileña."[530] Pocos años después, vuelve a mencionar someramente el tema, afirmando ahora que con las imágenes obtenidas tras la caída de la ciudad, "Bate produjo una serie de 10 fotografías que mostraban los estragos causados por los bombardeos brasileños, que podían comprarse en Montevideo por 1 real."[531]

El investigador uruguayo Juan Antonio Varese exhuma del diario montevideano El Plata, edición del 21 de enero de 1865, un anuncio sobre lo que mostraban las fotografías de Bate y Cía: "los horribles estragos causados por el bombardeo".[532] Las mismas se vendían en su galería de la calle 25 de Mayo Nº 369 así como en la Librería de Lastarria. Varese agrega que significó un éxito la venta de las fotos, que "se vendían a 15 centavos cada una o a real la serie de diez, […]". Ese éxito llevó a que otros fotógrafos reprodujeran las imágenes, lo que obligó a la firma a enfrentar una competencia desleal que reproducía sus imágenes a menor precio lo que ponía en el tapete los derechos autorales en materia fotográfica.

En el diario *La Reforma Pacífica* del 26 de enero de 1865, Bate y Cía. publicó un anuncio que llevaba como título "NO COMPREN COPIAS" al que le seguía el siguiente texto:

> Las vistas de Paysandú que se venden en varias casas en tarjeta sin nombre, son copiadas de nuestros originales escogidos, y el público juzgará si pueden compararse con las que se venden con nuestro nombre, que son las originales verdaderas, sacadas en Paysandú el 9 del corriente.
>
> Las vistas de estereocopio que se encuentran en las mismas casas, sin nombre, no son

530 CUARTEROLO, Miguel Ángel "Iconografía de Guerra. Fotografías de la Triple Alianza 1865-1870" In: *Memoria del 1º Congreso de Historia de la Fotografía en la Argentina,* Vicente López, 1992, p. 55.

531 CUARTEROLO, Miguel Ángel "Una guerra en el lienzo. La fotografía y su influencia en la iconografía de la guerra del Paraguay" In: *Memoria del 4º Congreso de Historia de la Fotografía en la Argentina,* Buenos Aires, 1995, p. 31.

532 VARESE, "Historia" op. cit. p. 271.

> esteroescópicas, pues siendo copias no tienen ni pueden tener el relieve necesario, como cualquiera verá poniéndolas en el estereoscopio. Todo lo que se vende con el nombre de nuestra casa, tanto vistas como retratos de notabilidades, son originales y no copias.[533]

En la sala de materiales especiales de la Biblioteca Nacional y del Museo Histórico Nacional de Uruguay, encontramos fotografías originales de Bate y Cía. Varese accedió en su momento las que se conservaban en la Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro (sala Aloísio Magalhaes, sección Iconografía). Allí encontró la serie de seis fotografías de la toma de Paysandú, fechadas el 9 de enero de 1865, las que pertenecieron a la colección privada de la emperatriz Maria Theresa Cristina.[534] Ignoramos si estas fotografías corrieron igual suerte que otras 946 imágenes robadas de ese repositorio, el 24 de julio del año 2005 – casi todas pertenecientes al Siglo XIX - durante una huelga de funcionarios de la institución, según relata en su obra el Doctor Sebastián Díaz-Duhalde.[535]

Fotografía 9 – (izquierda) 9 de enero de 1865 Baluarte de la Ley, Bate y Cía (izquierda); Fotografía 10 – (derecha) 9 de enero de 1865, Iglesia Nueva, Bate y Cía.

Fuente: Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro, (icon581033) Acervo digital. Disponible en:http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/diviconografía/icon581033/icon581033.jpg.; Fotografía 10 - Fuente: Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro, (icon581035) Acervo digital. Disponible en: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div iconografía/icon581035/icon581035.jpg.

533 Ibídem.
534 Ibídem, p. 272.
535 DÍAZ-DUHALDE, Sebastián *La última guerra. Cultura visual de la Guerra contra el Paraguay,* Buenos Aires, Sans Soleil Ediciones, p. 183.

Hay dos aspectos controvertidos respecto de estas fotos. Uno es quien fue realmente el fotógrafo enviado a Paysandú por la firma Bate. Hasta el año 1997 se hablaba de Esteban García debido a las publicaciones periodísticas del historiador uruguayo José María Fernández Saldaña. A partir de un artículo de mi autoría, dedicado a la cobertura de Javier López en Paraguay,[536] se impuso este último nombre.[537] En el año 2000, Cuarterolo publicó su espléndido trabajo "Soldados de la Memoria". Es allí donde reconoce a Javier López como el fotógrafo acreditado por Bate para la cobertura en Paraguay, pero presume que "los fotógrafos de la compañía Bate" fueron dirigidos por Esteban García.[538] Varese – por el contrario – ratifica a Javier López como el "principal operador" de la firma al frente de un equipo de fotógrafos enviados a Paysandú: "La casa Bate y Cía. envió un equipo de fotógrafos a Paysandú y después al Paraguay, tarea que encargó a su principal operador, el uruguayo Javier López."[539]

La identidad del fotógrafo es un aspecto que sigue sin dilucidarse. ¿Acaso fue un solo o un equipo el encargado de realizar la cobertura?. Otro es el relativo a la cantidad de fotografías realizadas por Bate. Conocemos una serie de seis, que conservan su passpartout original donde están pegadas las albúminas y que formaron (forman) parte del acervo de la Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro. Estas mismas seis imágenes fueron reproducidas en varias oportunidades en litografías como veremos más adelante. Esto hace necesario buscar las cuatro restantes para completar las diez mencionadas por Varese y Cuarterolo en sus publicaciones.

536 DEL PINO MENCK, Alberto "Javier López, fotógrafo de Bate y Cía durante la Guerra del Paraguay", In: Boletín Histórico del Ejército Nos. 294-97, Año 68, Montevideo, Imprenta del Ejército, 1997, pp. 33-69.

537 DEL PINO MENCK, Alberto "La hazañosa saga de Javier López, fotógrafo de Bate y Cía en el Paraguay" in: MATTOS, Tomás de (org.) *La Guerra del Paraguay en fotografías,* Biblioteca Nacional, Montevideo, Escuela de Industrias Gráficas, 2008, pp. 69-70. Cfr. *Colección Javier Jubi. La Guerra Grande. Imágenes de una epopeya.* 2ª edición. Asunción, Paraguay, Editorial Servilibro, 2012, p. 7; VARESE, "Historia", op. cit. p. 278.

538 CUARTEROLO, "Soldados" op. cit., p. 15.

539 VARESE, "Historia", op. cit. pp. 267 y 270.

Fotografía 11 –9 de enero de 1865 El Ancla de Oro, Bate y Cía; Fotografía 12 –9 de enero de 1865, Quinta de Don Maximiano Ribero, Bate y Cía.

"El Ancla de Oro" (también conocido por "El Ancla Dorada"), era un edificio que se levantaba en las actuales esquinas Leandro Gómez y Treinta y Tres Orientales de la ciudad de Paysandú. En él estaba instalado un comercio de barraca, siendo lugar de encarnizados combates durante la defensa. Las primeras fuerzas brasileñas en penetrar en la plaza, se introdujeron por la zona donde estaba emplazado. En una pieza de la barraca, fue depositado el cadáver sin vida del teniente coronel Pedro Rivero alcanzado por una descarga de fuerzas brasileñas. Fuente: Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro, (icon581037) Acervo digital. Disponible en: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div iconografía/icon581037/icon581037.jpg. La quinta de Don Maximiano Ribero fue el lugar donde se fusilo a los comandantes de la defensa de Paysandú, general Leandro Gómez, teniente coronel Juan María Braga, capitanes Federico Fernández y Eduviges Acuña poco tiempo después de rendida la plaza .Fuente: Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro, (icon581036) Acervo digital. Disponible en: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div iconografía/icon581036/icon581036.jpg.

Las seis que conocemos, son copias de contacto en papel pegadas sobre un passpartout de cartón con el título de la serie en la parte superior "PAYSANDU /ENERO 9 DE 1865" y debajo de la albúmina, en el margen inferior izquierdo "BATE Y C.IA" y "MONTEVIDEO" en el derecho. Ninguna leyenda alusiva al motivo de cada fotografía se aprecia en las piezas de la colección de la Biblioteca Nacional de Río de Janeiro. En la que se conserva en el Museo Histórico Nacional, reproducida por Mauricio Bruno, la albúmina mide 24 X 31 cm, sin constar las medidas del passpartout de formato rectangular donde se advierte una anotación manuscrita descriptiva.[540]

Exitosa en verdad debe haber sido la venta de estas imágenes. En sus historias del viejo Montevideo, relata el historiador José María Fernández Saldaña: "Cuando Rafael Ruano remató el famoso primitivo estable-

540 BRUNO, Mauricio "Fotografía militar", op. cit., p. 74.

cimiento de Bate y Cía. en 1867, decía [el periódico] "El Siglo" que esa fotografía había hecho la fortuna de tres personas."[541]

Fotografía 13 –9 de enero de 1865 La Comandancia Miltiar, Bate y Cía. Litografía 14 – La Comandancia Militar . Litografía publicada en 1887 en Montevideo, en la obra "La defensa de Paysandú" de Rafael A. Pons y Demetrio Errausquin, basada en la fotografía de Bate y Cía.

Fuente: JUBI, "La Guerra", op. cit. p. 43). El edificio de la Comandancia Militar – donde Leandro Gómez estableció su cuartel general - era una casa de azotea, propiedad de la familia Paredes. Estaba situada en la intersección de las calles Monte Caseros y Florida, con frente a la plaza Constitución de la Ciudad de Paysandú. En la imagen puede advertirse el poste de telégrafo, la garita de madera de la guardia y restos de las paredes con los boquetes producidos por la artillería sitiadora brasileña y revolucionaria. Quedó totalmente desmantelada tras el bombardeo del día 31 de diciembre de 1864. Leandro Gómez no volvió más a ese punto, estableciendo su puesto de comando en la misma esquina de la plaza, sobre la calle Florida. Relata Orlando Ribero en sus memorias, que el frente de las trincheras que guarnecían la comandancia, quedaba en descubierto lo cual favorecía su defensa contra el ataque de la infantería enemiga, "pero en cambio, el mismo descubierto la ponía en blanco a la batería emplazada a nuestro frente, la que habiendo ajustado su puntería, no nos daba un momento de reposo. Teníamos que estar sentados o medio echados en el suelo, porque a una vara de tierra, pasaban la pared las balas y granadas por docenas, originándonos infinidad de bajas." (RIBERO, "La Defensa", op. cit. pp. 58-59).

El álbum del comodoro Murature

En el Departamento de Estudios Históricos Navales de la Armada Argentina, se conserva un Álbum fotográfico que perteneció al Comodoro

541 FERNANDEZ SALDAÑA, José María *Historias del viejo Montevideo.* Montevideo, Editorial Arca, 1967 p. 92

José Murature[542] italiano al servicio de la escuadra argentina. Este álbum contiene doce fotografías – algunas desconocidas y otras iguales a las pertenecientes a otros repositorios - todas correspondiendo a Paysandú después del sitio. Esta colección mereció un trabajo de investigación, publicado en 1993 en el II Congreso de Historia de la Fotografía, cuyos autores fueron Mirta S. Larrandart de Lux-Wurm y Julio M. Luqui Lagleyze.[543]

Según éstos, el álbum tiene una tapa forrada en terciopelo color verde inglés con punteras de plata labrada, y contiene las siguientes fotografías: 1 – Vapor de guerra argentino "25 de Mayo", comodoro José Murature y su plana mayor; 2 – Desembarco de oficialidad y tropa para el ejército de Flores; 3 – Buque de palas a vapor (incendiado en la costa); 4 – Buque de vela; 5 – Ruinas de la nueva iglesia de Paysandú; 6 – Plaza y baluarte de la Ley, restos de columna de mármol de carrara; 7 – Vista del Cuartel de la Guardia Nacional; 8 – Jefatura de Policía de Paysandú; 9 – Almacén de Ramos Generales "El Ancla de Oro"; 10 – Banco Mauá en Paysandú; 11 – Partida de familias sitiadas; 12 – La azotea de Paredes.

542 Nota del autor. José Murature (Génova 1804-Buenos Aires 1880). De nacionalidad italiano, comandó la pequeña escuadra argentina en el período de la guerra civil uruguaya y la guerra del Paraguay. Protagonizó un papel humanitario muy ponderado luego de la rendición de la plaza, evitando mayores excesos por parte de las fuerzas revolucionarias para con los prisioneros, quienes habían ofrecido una heroica resistencia a lo largo del sitio de Paysandú.

543 LARRANDART DE LUX-WURM, Mirta S. y LUQUI LAGLEYZE, Julio M. "El álbum del bombardeo de Paysandú de la colección del Comodoro D. José Murature (1864-1865)", In: II Congreso de historia de la Fotografía, Buenos Aires, 9 al 11 de julio de 1993, Buenos Aires, 1993, pp. 129-134.

Fotografía 15 – Comodoro José Murature y Plana Mayor del vapor "Guardia Nacional".

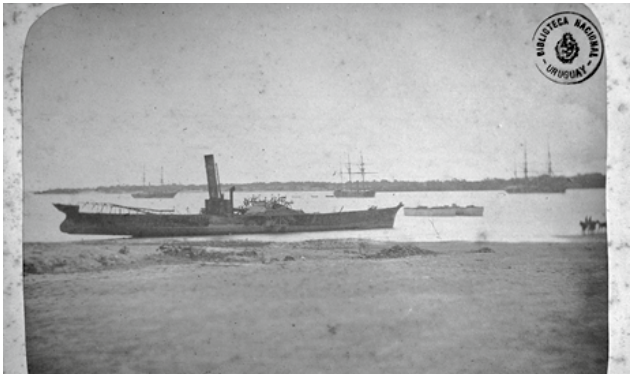
Fuente: Departamento de Estudios Históricos Navales, original digitalizado por Histarmar disponible en: https://www.histarmar.com.ar/ArchivoFotosGral/ArchDEHN.htm En primer plano, sobre la cubierta del buque argentino "Guardia Nacional", sentados, el primer personaje desde la derecha es el Comodoro José Murature quién se distinguió en su defensa de los derechos de los prisioneros de la defensa, expuestos a represalias por parte de las fuerzas al mando del General Flores.

Como aporte relevante de esta mirada, además se transcriben en el artículo, algunos fragmentos con interesantes escritos personales de Murature, relacionados con las fotografías de marras. Aunque no haya constancia alguna del autor de las fotografías, podemos atribuir a Bate algunas de ellas, por ser casi una réplica de las ya conocidas. Nos referimos al almacén "El Ancla de Oro", a la iglesia y a la Jefatura Política. Cotejando la nómina de las fotografías con las imágenes escaneadas y publicadas por Histarmar nos encontramos con algunas discrepancias. Por ejemplo, el buque insignia en el cual está retratado Murature con su plana mayor no es el "25 de Mayo" sino el "Guardia Nacional".

Fotografía 16 – Agencia del Banco Mauá en Paysandú.

Fuente: ABN 266. Biblioteca Nacional, Uruguay. Materiales Especiales. El local ocupaba las esquinas de las calles Treinta y Tres y 18 de Julio. En esta misma esquina, se levantaba una trinchera en forma de semicírculo. Esta fotografía es una réplica exacta de la que se conserva en el álbum Murature.

Fotografía 17 – Vapor "Villa del Salto" incendiado en la costa de Paysandú.



Fuente: ABN 272. Biblioteca Nacional, Uruguay. Materiales Especiales. Este buque fue embicado y luego destruido por el comandante Pedro Ribero, para evitar que cayera en manos de la escuadra bloqueadora brasileña. Mantuvo este vapor con propulsión a ruedas, un desigual duelo con la "Jequitinhona", buque insignia del almirante Tamandaré. Esta fotografía es una réplica exacta de la que se conserva en el álbum Murature.

Fotografía 18- Partida de familias sitiadas; Fotografía 19 - Plaza y baluarte de la Ley, restos de columna de mármol;

Fotografía 20 – Comandancia Militar (azotea de Paredes; 21 – Aduana de Paysandú.

Fuente: Departamento de Estudios Históricos Navales, original digitalizado por Histarmar disponible en: https://www.histarmar.com.ar/ArchivoFotosGral/ArchDEHN.htm Cuatro de las doce fotografías que contiene el álbum del Comodoro Murature. La aduana estaba asentada en el cruce de las calles Treinta y Tres y 18 de Julio, haciendo esquina con la Agencia del Banco Mauá y con el Cantón Azambuya.

Las litografías basadas 3en las fotografías y publicadas por la prensa periódica de la época.

Por limitación tecnológica de la época, la única manera de reproducir una fotografía en la prensa era a través de la litografía, invención de Alois Senefelder en 1789. Basada en la repulsión del agua con el aceite, la imagen era dibujada por el artista sobre piedra o chapa con el uso de un lápiz graso:

> Após o desenho feito na pedra, esta deve receber água, pois o princípio de impressão

se baseia na repulsão entre esta e os corpos gordurosos. A pedra umedecida permite que a tinta graxa, passada com um rolo, se agregue somente nas partes que contêm o desenho, também executado com lápis graxo. A impressão que resulta na reprodução da imagem é executada em prensa manual especial. Na indústria gráfica, a litografia deu origem ao processo off-set em máquina plana.[544]

Litografía 22 - "Vista de la Iglesia de Paysandu/Después de la toma de la plaza", Correo del Domingo, Nº 57, Buenos Aires, 29 de enero de 1865, dibujo de Henry Mayer, litografía Julio Pelvilain.

Fuente: Cuarterolo, "Soldados", op. cit. p. 140. Este dibujo de Henry Mayer, litografiado por Pelvilain, está copiado de una de las fotografías tomadas por el fotógrafo de Bate y Cía de Montevideo el 9 de enero de 1865. A la derecha, otra litografía de época de la Iglesia Nueva, el edificio del Paysandú en ruinas que más concito la atención de fotógrafos y artistas (ABN 257, Materiales Especiales, Biblioteca Nacional, Uruguay, colección Fernández Saldaña). En este caso, una litografía inglesa publicada por el Illustrated London News de Londres, de la cual no poseemos fecha de edición.

544 MARTINS, Itajahy. *Gravura*: arte e técnica. São Paulo: Fundação Nestlé de Cultura, 1987, p. 19. Cit. MARCUS TÚLIO BOROWISKI LAVARDA *A iconografía da Guerra do Paraguai e o periódico Semana Illustrada – 1865-1870: um discurso visual.* Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, para a obtenção do título de Mestre em História, p. 102. Disponible en: https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/06/MARCUS-T%C3%9ALIO-BOROWISKI-LAVARDA.pdf.

Las fotografías de Bate y Cía. fueron las más favorecidas por el uso extensivo que hizo de ellas la prensa. Miguel Ángel Cuarterolo señala al Correo del Domingo, como la única publicación argentina donde aparecían ilustraciones con criterio periodístico. Dirigido por José María Cantilo, colaboraban en el Correo del Domingo, el artista francés Henry Mayer y el litógrafo Julio Pelvilain. En su número Nº 57, correspondiente al 29 de enero de 1865, se publicó la imagen de Bate y Cía. de la iglesia nueva de Paysandú, reducida a escombros por la artillería brasileña y revolucionaria.[545]

El periódico gráfico Le Monde Ilustrée de Paris, representó una selección de las fotografías de las ruinas de Paysandú, tomadas por Bate, a través del sistema litográfico, haciendo conocer en el ámbito europeo el conflicto armado que había culminado en Uruguay.[546] La litografía además era acompañada de una larga y significativa leyenda descriptiva de su contenido, que declaraba que estaba basada en las fotografías obtenidas por Bate y Cía. en Paysandú: "Guerre sur les bords de la Plata – Bombardement de la ville de Paysandu par le général Florès [sic] et l'escadre brésillienne. (D'aprés des photographies de M.M. Bate et. Ce, à Paysandu.)"

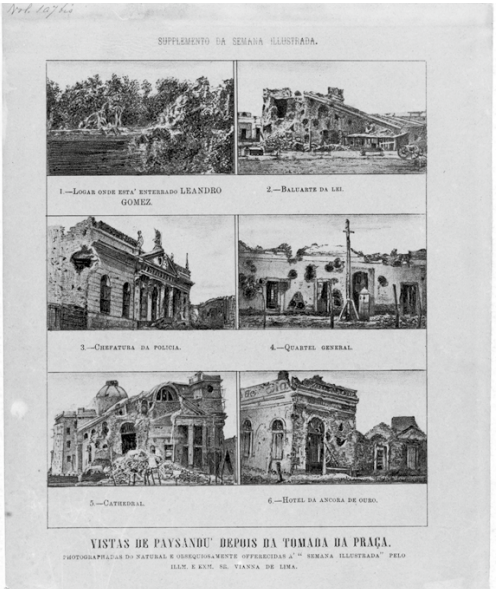
Litografía 23 - 1865, Bombardement de la ville de Paysandu, litografía de Le Monde Illustré, Paris.

Fuente: Le Monde Illustré, nº 413, Paris, 11 de mars de 1865, p.153, disponible en: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6224531r/f9.item. En la litografía, están representadas cinco de las seis fotografías conocidas de Bate. Falta la que corresponde a la quinta de Don Maximiano Ribero, donde fuera fusilado Leandro Gómez, quién es representado en el grabado por el artista en actitud de combate, alentando a la defensa de la plaza sitiada.

545 Cuareterolo, Soldados de la Memoria, p. 136.
546 VARESE, "Historia", op. cit. p. 274.

Daniel Bruno se explaya sobre esta litografía, en lo que denomina una "composición especial", ya que esas mismas fotografías de Bate rodean a una extraña ilustración que representa al General Leandro Gómez en actitud de combatir. También constata el investigador que los autores de la litografía, incorporaron a figuras humanas que no se advierten en las fotografías originales, acentuando en ese montaje una imagen más real de la devastación y desolación que reinaba en la ciudad inmediatamente después del sitio.[547]

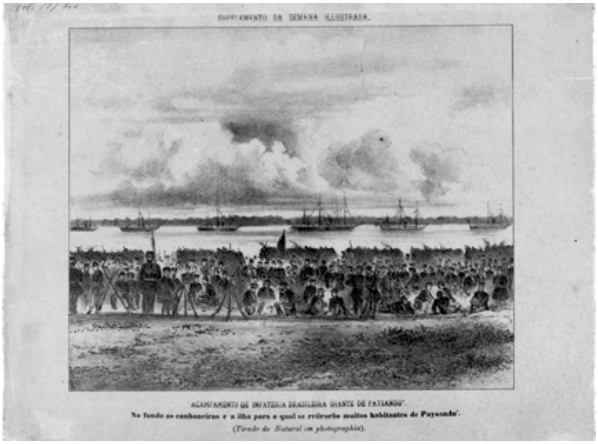
Litografía 24 - VISTAS DE PAYSANDU DEPOIS DA TOMADA DA PRAÇA/Photographadas do natural e obsequiasamente offerecidas a Semana Illustrada pelo Illm. eExm. Sr. Vianna de Lima, S/D, suplemento da Semana Illustrada.



Fuente: Fondo Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro, (icon17568) Acervo digital. Disponible en: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div iconografía/icon1433540/ icon1433540.jpg. Las seis fotografías clásicas de Bate y Cía se difundían también en las litografías publicadas por el periódico grafico semanal carioca, que desarrolló su actividad entre los años 1860-1876. Fueron sus propietarios, los hermanos Henrique y Carlos Fleiuss y el litógrafo Carlos Linde.

547 BRUNO, Mauricio "Fotografía militar", op. cit., p. 73-74.

Litografía 25 - "Acampamento de infantería brasileira diante de Paysandu / No fundo as canhoneiras e a ilha para a qual se retirarao muitos habitantes de Paysandu / (Tirado do Natural em photographia). Suplemento da Semana Illustrada. 5 de marzo de 1865.



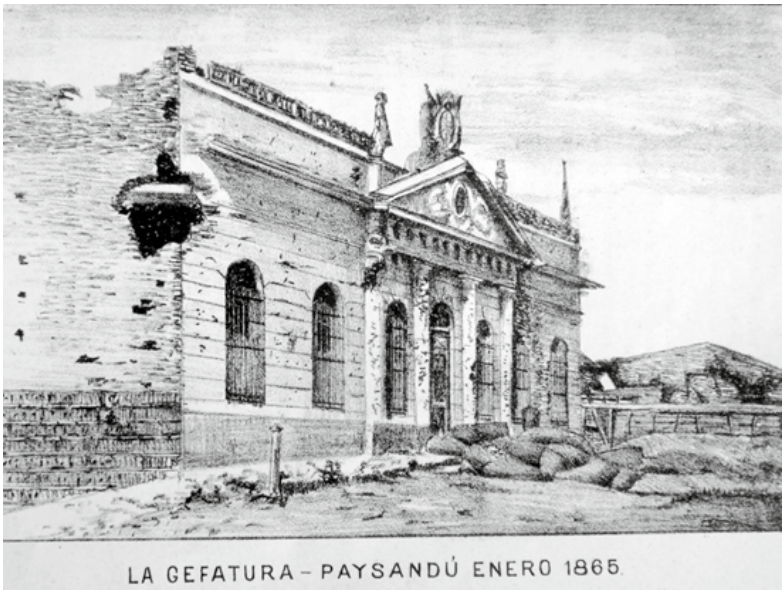
Fuente: Fondo Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro, (icon17566) Acervo digital. Disponible en: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div iconografía/icon1433541/ icon1433541.jpg.Esta imagen del suplemento de A Semana Illustrada, muestra un campamento de la infantería y marina brasileñas, desembarcados frente a Paysandú.

Fotografía 26 – Ca. 1865. Campamento brasileño frente a Paysandú. Fotógrafo desconocido.

Fuente: Biblioteca Nacional, Uruguay, Materiales Especiales. Fotografía que sirvió de modelo para la realización de la litografía anterior. Al fondo cañoneras y la isla Caridad donde hallaron refugio muchas familias sanduceras. Esta albúmina también forma parte del álbum Murature.

Litografía 27 "La quinta de D.n Maximiano Rivero – Paysandú enero 1865". Litografía 28 - "La Iglesia Nueva – Paysandú enero 1865".

Litografía 29 - "La Gefatura – Paysandú enero 1865".



Fuente: PONS, Rafael A. y ERAUSQUIN, Demetrio.La defensa de Paysandú: recopilación de documentos, narraciones, extractos de la prensa, biografías, episodios y recuerdos personales que reflejan el momento político en que tuvo lugar la heróica defensa de Paysandú. Montevideo, Impr. á Vapor y Encuadernación de El Laurak-Bat, 1887. Como la Semana Illustrada y Le Monde Illustré, en esta obra publicada en Montevideo veinte años después de los sucesos, volvían a publicarse por el sistema litográfico, cinco de las seis fotografías identificadas de la empresa Bate. Los grabados pertenecen al litógrafo francés Alfredo Teodoro Godel (Paris 1836-Montevideo 1914), radicado desde muy joven en Uruguay.

Litografía 30 - "Ruins of the tower and fort". Detalle de las ruinas del "torreón" del Baluarte de la Ley.

Fuente: ABN 261 Biblioteca Nacional, Uruguay, Materiales Especiales, colección Fernández Saldaña. Otra litografía publicada por el periódico Illustrated London News de Londres.

Conclusiones

Aún reconociendo falta de pesquisa en la prensa periódica y la necesidad de un nuevo contacto con las piezas originales que se conservan en sus repositorios conocidos (Biblioteca Nacional y Museo Histórico Nacional de Uruguay, Departamento de Estudios Históricos Navales de Argentina, y la Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro), podemos establecer algunas conclusiones:

Se conocen dos series de fotografías tomadas inmediatamente después de concluido el sitio de Paysandú. La de Bate y Cía, empresa afincada en Montevideo, contando con 10 fotografías según los especialistas Cuarterolo y Varese (solo conocemos y confirmamos 6 albúminas sobre passpartout), y la de Emilio Lahore, fotógrafo que regenteaba una galería en Buenos Aires, y que realizó probablemente un número que excede a la decena.

Fotografía 31 - "Vista del Fuerte (Baluarte de la Ley) después de la toma de Pay-Sandu."

Fuente: ABN 260 Biblioteca Nacional, Uruguay, Materiales Especiales. Fotógrafo desconocido. Presumimos que esta fotografía y la número 3, corresponden a la cobertura de Emilio Lahore.

No he podido establecer una relación exacta de la serie tomada por Lahore, ni tampoco hallar originales que conservaran el passpartout mencionado por Varese. Tampoco he tenido acceso a la prensa periódica como si lo hice de manera exhaustiva con la cobertura de Javier López en Paraguay iniciada en junio de 1866.

Seis fotografías de Bate y Cía. que muestran los efectos que padeció Paysandú a consecuencia del prolongado asedio, generaron litografías enteramente basadas en ellas, en Brasil, Argentina y muy posteriormente a la guerra, en Uruguay. También la prensa gráfica europea francesa e inglesa se sirvió de ellas.

El éxito significativo que tuvo la cobertura fotográfica de los fotógrafos de los estudios de Bate y Lahore en Paysandú, coadyuvaron significativamente para la futura saga de Javier López, fotógrafo acreditado de Bate y Cía, en sus dos viajes realizados en el curso del año 1866 al Paraguay.

Terminaba la Guerra de Secesión en Norteamérica y comenzaba otra guerra en Sudamérica. Como pocas, una horrenda guerra, de bosta como

la definió el historiador uruguayo Lincoln Maiztegui Casas. La misma que asoló por cinco años a las cuatro naciones que hoy integran el Mercosur. Una guerra de hace 150 años. La Guerra de la Triple Alianza contra Paraguay.

O mito da expansão: as fronteiras brasileiras no Mato Grosso do Sul e os antecedentes da Guerra da Tríplice Aliança

Adler Homero Fonseca de Castro [548]

A Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)/Campus de Aquidauana, apresentou a proposta de discutir a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, ou, como é mais comumente conhecida no Brasil, a Guerra do Paraguai, um evento que durou perto de cinco anos, de dezembro de 1864 a março de 1870, e envolveu dezenas de milhares de soldados de quatro países. A proposta da UFMS nos pareceu interessante por dois motivos: primeiro pelo título do Congresso, pois este trata do "expansionismo Brasileiro" com relação ao Paraguai. Em segundo lugar pela afirmação feita no programa do seminário que os estudos exis-tentes sobre a Guerra são insuficientes, por causa dos "os muitos pontos obscuros e as diversas controvérsias entre os historiadores, a exemplo da persistente falta de consenso sobre as motivações que levaram ao início do conflito",[549] algo com que concordamos plenamente.

A conjugação dessas duas afirmações é fascinante, pois de fato há pontos obscuros e diversas controvérsias sobre o conflito. Entretanto, uma opinião em que há um consenso que se aproxima da unanimidade é que *houve* um expansionismo por parte do Brasil. Devemos frisar que essa é um ponto de vista que claramente faz sentido com relação à visão dominante no Paraguai. Afinal, para eles a Guerra implicou na perda

548 Historiador, mestre e doutor em história, pesquisador e professor do mestrado profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pesquisador associado do Centro de Estudos e Pesqui-sas de História Militar do Exército (CEPHiMEx), membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

549 *IV Congresso Internacional de História Regional – Apresentação.* https://tinyurl.com/y87n2mch (acesso em novembro de 2018).

de territórios que consideravam como seu. No entanto, essa opinião, que pela lógica e pela historiografia tradicional brasileira, deveria ser restrita aos paraguaios, se tornou universal, hoje em dia, livros acadêmicos ou didáticos do Brasil[550] abraçam esta tese, de que o Paraguai teve territórios seus "conquistados" pelo Impé-rio, uma opinião que vamos questionar nas páginas seguintes.

Apresentação do conceito

Para iniciarmos, devemos dizer que o expansionismo como objeto de estudo pode ser visto de diferentes formas, todas recentes: a palavra é uma de uso contemporâneo, aparecendo na literatura apenas em meados do século XIX.[551] O termo teria dois sentidos claros: a "atitude de um país visando à expansão territorial ou econômica além de suas fronteiras" ou a "tendência de um país no qual o crescimento da poder econômico é sistematicamente encorajado pelo Estado".[552] Essa última acepção é a mais conhecida hoje em dia, sendo associada ao termo *imperialismo*, em seu sentido marxista, no qual um país, ou mesmo um grupo econômico/mercantil, toma o controle de determinados aspectos da produção agrícola, comercial, industrial e os mercados consumidores de outro país.[553]

Em outra definição, mais clássica, o expansionismo seria a obtenção de territórios, podendo ser associado a processos de exploração econômica, o *colonialismo* clássico, ou simplesmente a ocupação de espaços, que podem ter ou não valor de uso imediato. É uma ação que implica em ampliação territorial para um Estado, geralmente fomentada pela administração governamental. Entretanto, deve-se dizer que, ao contrário do entendimento normal que é feito a partir da definição tradicional, a ampliação territorial nem sempre é uma ação feita por agentes governamentais ou encorajada por eles, pode até ocorrer à revelia desses, chegando a contrariando os desejos da diplomacia nacional. Assim, antes da "corrida

550 SQUINELO, Ana Paula. Revisões historiográficas: a guerra do Paraguai nos livros didáticos brasileiros – PNLD 2011. *Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História.* vol. 15, núm. 1, enero-abril, 2011. p. 29.

551 Apesar do termo expansão vir do latim *expandĕre*, a palavra expansionismo especificamente é citada co-mo sendo de origem francesa, seu primeiro uso registrado sendo de 1844. CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. p. 343.

552 *DICTIONAIRE de Français Larousse.* Verbete Expansionnisme. https://tinyurl.com/y9fhemwe (acesso em novembro de 2018). A tradução é nossa.

553 BOBBIO, Norberto et alii. Dicionário de Política. Brasília: EDUNB, 1993.Vol. 1. pp. 612 e segs.

pela África", na década de 1880, o governo do Império Britânico desestimulava que seus administradores locais assumissem compromissos territoriais, apesar de acréscimos ocorrerem de forma muito comum, por meio da ação de autoridades locais.[554]

Nesse sentido, deve-se dizer que pelo menos um caso semelhante ocorreu no Brasil, em 1825 quando o governo de Mato Grosso[555] aceitou a oferta do governador espanhol de Chiquitos, de incorporação ao Brasil da província espanhola, que estava em processo de se tornar independente. No caso, a incorporação do território foi vista como negativa pela administração central brasileira, que imediatamente determinou o abandono da província vizinha.[556]

Estudando as formas como acontecem, observamos que os processos de expansionismo clássico podem ser dos mais diversos, inclusive alguns de caráter de negação da posse, nos quais não há ocupação do território, mas sim a destruição da presença de outras populações, criando um espaço que posteriormente poderá ser anexado. Assim, na conquista da Amazônia, os luso-brasileiros fizeram a partir de 1616 um grande esforço para aniquilar a presença estrangeira, as fortificações, feitorias e colônias inglesas, holandesas e irlandesas que havia no local. Também foi feita uma campanha de terror contra os indígenas, para os intimidar, de forma que não apoiassem assentamentos estrangeiros.[557] Entretanto, os próprios portugueses inicialmente não criaram seus próprios assentamentos, o que só ocorreu na margem norte do rio Amazonas no terceiro quartel do século XVII.[558]

Outro exemplo que é muito citado como de expansionismo é o das bandeiras paulistas no século XVII, que teriam "rompido" a linha de Tordesilhas, levando a ocupação de vastas extensões de terras. Entretanto, de novo, o que houve no caso das bandeiras não foi uma ocupação com povoações, mas sim um processo de esvaziamento dessas áreas, através da escravização de indígenas e destruição dos assentamentos populacio-

---

554 WISE, Antony & MAJOR, John. *Send a Gunboat: the Victorian Navy and Supremacy at Sea, 1854-1904.* London: Conway, 2007. p. 36.

555 Devemos lembrar que quando falamos de Mato Grosso, estamos nos referindo a um governo que, na épo-ca, se estendia do Atual Estado de Rondônia até o Mato Grosso do Sul.

556 CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso.* Rio de Janeiro: INL, 1969. p. 439.

557 INFORMAÇÃO de Jacome Raymundo de Noronha, Provedor da Fazenda do Estado do Maranhão e de João Pereira e Cáceres, Capitão do Forte de Santo Antônio de Gurupá. 1637. IN: ANNAES da Biblioteca Nacional, v. 26, 1904. p. 421.

558 CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Muralhas de Pedra, canhões de bronze, homens de ferro: fortifica-ções do Brasil -1504-2006.* Rio de Janeiro: FUNCEB, 2013. p. 90.

nais criados pelos espanhóis. Foi o que Roberto Simonsen chamou eufemisticamente de *ciclo do despovoamento* do interior do Brasil em sua *História Econômica do Brasil*, ao se referir às expedições de bandeirantes em caça de escravos indígenas, comparando essa ação aos outros ciclos econômico por ele definidos, como o do açúcar e do ouro.[559] Uma atividade que foi muito eficiente no caso da fronteira Oeste, com a destruição das povoações espanholas da província do Guairá.

Uma coisa que deve ser lembrado no caso dos bandeirantes e suas explorações no século XVII, é que suas expedições nunca tiveram uma relação com um projeto governamental de expansão. Apesar de serem toleradas e até certo ponto incentivadas pelas autoridades locais, interessadas nos escravos indígenas, as bandeiras não eram, nem podiam ser, parte de uma atividade oficial, não deixavam de ser uma atividade ilegal, por a escravização de indígenas não ser legalmente aceita. Além disso, no seu período áureo, até 1640, as bandeiras aconteciam em terras que pertenciam à um só monarca, o rei de Espanha, já que estávamos no período da União das Coroas Ibéricas. Assim, não poderia haver expansionismo, pelo menos "oficial", pois as colônias de Portugal e de Castela, apesar de terem administrações distintas, não deixavam de ser parte do mesmo Império.

Com a Restauração da monarquia lusitana a situação não mudou: as expedições bandeirantes continuaram a ser montadas apenas para a captura de nativos, os assentamentos fei-tos no interior sendo temporários, apenas bases de onde expedições a caça de escravos operavam, como foi o caso do campo de Mboteteí, próximo a Miranda, em Mato Grosso do Sul, mantido por um curto período.[560] Mais tarde, a ocupação do interior de fato ocorreu, mas por ações dos próprios colonos: no Nordeste pela exploração de gado nos sertões, para abastecer a economia agrária das regiões costeiras e no Sudeste e Centro-Oeste pela descoberta do ouro, primeiro nas Minas Gerais, no final do século XVII, depois Cuiabá (Mato Grosso, em 1719) e em Goiás (1722). Com esses eventos houve um grande movimento de pessoas em busca de riqueza rápida, ocupando rapidamente as regiões em torno das áreas produtoras.

---

559 SIMONSEN, *História econômica do Brasil (1500/1820).* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. p. 293.

560 SILVEIRA DE MELLO, Raul. *História do forte de Coimbra.* 1º vol. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1958. p. 184.

Um expansionismo lusitano?

Do ponto de vista do presente trabalho, o importante é voltar a frisar que esse movimento de ocupação de terras por parte dos luso-brasileiros não pode ser chamado de expansionismo, no sentido de que não foi determinado ou mesmo patrocinado pela coroa portuguesa. Esta, de fato, chegou até a tentar – futilmente – restringir a movimentação de pessoas para a região das Minas, por causa do impacto que a corrida do ouro teve sobre as povoações costeiras.[561]

Essa ressalva é de fundamental importância para entender a colonização do interior: o modelo colonial adotado a partir de 1534 aqui foi o das capitanias hereditárias, pelo qual a fundação de povoações permanentes ficava a cargo dos capitães hereditários, dentro de um esquema de colonização privado. Mesmo com o suposto fracasso do sistema e com a implanta-ção do Governo Geral, em 1548, a estrutura implantada em 1534 permaneceu como sendo a básica na ocupação do território. Assim, houve algumas capitanias que foram originárias de ações do governo geral, como as do Norte: o Rio de Janeiro, em 1565, o Rio Grande do Norte, em 1599, do Ceará, Maranhão e Pará, de 1615-1616 ou a todo importante Colônia do Sacra-mento, em 1680.

Entretanto, em praticamente todos esses casos, a ação não foi um projeto de metrópole portuguesa e se deu em grande parte usando recursos e efetivos coloniais, no caso do Rio de Janeiro por parte dos moradores de São Vicente (São Paulo), enquanto a Paraíba e Rio Grande do Norte foram conquistadas por Pernambucanos, desejosos de adquirir terras para si.[562] Ao norte, do Ceará até o Amazonas, a expansão foi feita por ordem do Rei, mas novamente as forças enviadas foram formadas de colonos de Pernambuco: nenhum auxílio veio de Portugal e, mais importante, a ação inicial não pode ser vista como expansionista em termos de política europeia, já que foi feita durante a União das Coroas Ibéricas, sendo autori-

---

561 Ver, por exemplo, o caso do Espírito Santo, no qual o Rei proibiu a ida de pessoas a procura de minas de ouro. Carta do Governador Geral, D. Rodrigo da Costa, para o Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo, Francisco Ribeiro, em que se lhe ordena se recolha para aquela vila com toda a gente que levou ao descobrimento das minas por haver Sua Majestade ordenado se suspendam e que evite com todo o aperto não vá ninguém às ditas minas. Salvador, 4 de janeiro de 1704. DOCUMENTOS Históricos, 1675-1709. *Correspondência dos Governadores Gerais; 1664-1668, provisões.* Vol. XI da série e IX dos Docs. da Bibliote-ca Nacional. Rio de Janeiro: p. 351.

562 VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal.* Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981. v. 2. pp. 47-48.

zada pelo governo de Madri, desejoso de expulsar os intrusos europeus da região.

A proposta de Portugal, de não se dedicar diretamente à defesa do Brasil, fazia pleno sentido no século XVI e na primeira metade do seguinte: inicialmente, os lusitanos estavam interessados nas riquezas que poderiam ser obtidas com a exploração das especiarias asiáticas, de alto valor e facilmente exploradas, pois se podia usar a rede de produção já existente, os vice-reis da Índia se valendo do controle dos mares para estabelecer um monopólio do comércio desses produtos. Para isso, a coroa concentrou seus esforços no envio de frotas e na montagem de uma extensa rede de fortificações no Oceano Índico, o que necessitava de grandes investimentos. Só que essa proposta não foi alterada no século XVIII, as questões de defesa do Brasil ficando sempre a cargo dos colonos, com fundos arrecadados estritamente de forma local.

A privatização da defesa

Na verdade, não havia um interesse de Portugal para investir na defesa do Brasil, pois no período inicial da ocupação o novo território não tinha riquezas que pudessem ser facilmente exploradas: não havia especiarias de alto valor comercial e inicialmente não se encontraram metais preciosos. Era o contrário do que ocorria na Ásia Portuguesa, era necessário a ocupação do território com povoações de colonos europeus e escravos indígenas e africanos, que iriam o explorar por meio da agricultura de exportação, a cana de açúcar.

O sistema implantando pela coroa no Brasil era um em que o governo abandonava muitas das suas responsabilidades, dando uma grande autonomia local aos capitães hereditários. Estes tinham, inclusive, a responsabilidade pela defesa do território, com a obrigação de construir fortes e até comprar artilharia.[563] Até o século XVIII se emitiam ordens para que os capitães hereditários cuidassem da defesa: em 1704, o governo-geral

563 CERTIDÃO que passou o provedor mor ao provedor Antônio Cubas provedor da fazenda de Sua Alteza nas capitanias de São Vicente e Santo Amaro, Salvador, 13 de fevereiro de 1552. DOCUMENTOS histórico-s. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Tipografia Monroe, 1929. p. 399. Mais conhecida é a determinação do Re-gimento de Tomé de Souza, de 1548, determinando o que cada capitão-mor, senhor de engenho e morador teria que ter em termos de armas e de fortificações. *REGIMENTO de Tomé de Sousa, Almeirim, 17 de dezembro de 1548.* IN: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Raízes da Formação Administrativa do Brasil. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972. Tomo I. p. 46

emitiu uma ordem proibindo que se fizessem despesas da fazenda real na construção de fortificações do Espírito Santo, pois, segundo o governador, o "Donatário é obrigado a fazer a fortaleza e mais fortificações dessa Capitania, à sua custa para defensa dela".[564] Mesmo nas capitanias que não foram um sucesso ou foram compradas pelo governo, as questões de defesa permaneceram sob o controle local, das câmaras municipais, que financiavam a construção de fortificações e o pagamento dos salários das tropas. Um sistema que só acabou oficialmente no governo de Pombal, em 1759, com a compra pela coroa das últimas capitanias hereditárias e com restrições que foram implantadas ao poder das câmaras em controlar o orçamento da defesa.

O expansionismo lusitano

É verdade que houve regiões onde houve uma expansão dirigida ou, pelo menos, de-terminada pela Coroa. Este foi o caso da Colônia do Sacramento, criada por uma ordem emitida por Lisboa em 1678, mas nesse caso a situação se assemelha mais ao que ocorreu na Ásia Portuguesa do que no resto do Brasil, já que o objetivo era explorar um recurso "comercial", o contrabando com as províncias espanholas,[565] além, é claro, de ocupar um território que os portugueses diziam que era seu.

No caso de Sacramento, a diferença é notável em termos não só de objetivos com o resto do Brasil, mas também de práticas: essa foi a única região em que houve um projeto militar coordenado pelo governo, com o envio de recursos diretos de Portugal para o empreendimento: foram levantadas tropas na Europa para formar a colônia original, em 1680,[566] um caso raríssimo a história do Brasil. Entretanto, deve-se fazer uma ressalva que, apesar de haver um claro interesse de Portugal na expansão em direção da fronteira sul, a maior parte dos investimentos foi feita com pessoal e recursos brasileiros, coletados no Rio de Janeiro, Bahia e Per-

564 CARTA para o provedor da Fazenda Real da Capitania do Espírito Santo Francisco Monteiro de Morais sobre ficar suspenso o descobrimento das minas daquela capitania em razão das guerras, e que não assista com coisa alguma da Fazenda Real às obras da fortaleza, por pertencer esta despesa ao Donatário. Dom Rodrigo da Costa, Salvador, 24 de outubro de 1704. IN: *DOCUMENTOS HISTÓRICOS. 1675-1709.* Correspondência dos Governadores gerais, 1664-1668. Provisões. Vol. XI. Rio de Janeiro: Augusto Porto, 1929. p. 379.

565 Para a questão do contrabando no rio da Prata, ver: CANABRAVA, Alice P. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640).* Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1984.

566 CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre os postos que se deveriam criar para a guarnição da Fortaleza de Montevidéu. Lisboa, 29 de outubro de 1701. Mss. Arquivo Histórico Ultramarino.

nambuco.[567]

Mais tarde, em 1737, quando a Colônia no Uruguai se encontrava ameaçada, o governo ordenou a fundação das Capitanias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com recursos retirados do Rio de Janeiro. No caso, novamente, se percebe um projeto de expansão, pois a colonização das duas áreas foi decidida como uma forma de garantir a linha de comunicações com a Colônia de Sacramento, apesar de Santa Catarina já ter uma ocupação – São Francisco do Sul já existia em 1640; Desterro, a futura Florianópolis, tivera sua colonização iniciada em 1675 e fora elevada a vila em 1726; enquanto Laguna fora fundada em 1676.

Do nosso ponto de vista, a Colônia do Sacramento adquire um importante papel para entendermos a questão do expansionismo luso-brasileiro. Especificamente ali, e somente nesse local, vemos, com grande evidência, uma proposta de ampliação territorial, por meios diplomáticos, militares e de colonização. A reação espanhola no caso do Uruguai foi imediata e houve uma forte resistência ao assentamento lusitano no Prata, a Colônia do Sacramento sendo atacada nada menos do que cinco vezes durante a ocupação portuguesa: 1681, 1705, 1735-37, 1763 e 1777. As capitanias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina também foram objeto de ofensivas espanholas, em 1762 e 1777, sendo notável o caso dessa última data, uma ofensiva que ocorreu quando havia paz na Europa. Outro ponto, que é relevante na atualidade, mas na época não era considerado como importante, é que em praticamente todos esses conflitos, o iniciador das hostilidades, o *agressor*, foi a Espanha. A única exceção sendo a Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1713), quando Portugal inicialmente tinha se unido à aliança Franco-Espanhola, do pretendente ao trono espanhol Filipe de Anjou, neto de Luís XIV da França, mudando de lado em 1703, passando a compor a coalização que apoiava a pretensão do Arquiduque Carlos, austríaco.

Aqui é importante fazer um aparte, ao discutirmos a questão da legitimidade da posse das colônias: os direitos da Espanha ao Uruguai poderiam ser questionados, já que pelo Tratado Provisional de 1681 o rei espanhol, Carlos II reconhecia a posse da Colônia do Sacramento para os Portugueses.[568] Mais tarde, pelo Tratado de Lisboa, de 1701, o Rei de Es-

567 INFORMAÇÃO do Governador Antônio de Brito de Menezes, sobre a execução que dera às ordens que lhe tinham sido transmitidas. Rio de Janeiro, 4 de março de 1718. Mss. Arquivo Ultramarino.

568 TRATADO provisional sobre a Colônia do Sacramento, entre Carlos II, Rei de Espanha, e o

panha "cede e renuncia todo e qualquer direito que possa ter nas terras sobre que se fez o tratado provisional (..) o domínio da dita Colônia e uso do campo [ficando com] a coroa de Portugal, como de presente o tem".[569] Mais tarde, o Tratado de Utrecht, de 1715, devolveu a cidade "e seu território" a Portugal.[570] Mais tarde, a cessão do território feita aos espanhóis pelo Tratado de Madri, de 1750, foi anulada pelo do Pardo (1761).

Em suma, em termos diplomáticos, a posição espanhola no tocante a posse da Colônia do Sacramento era precária, pois sucessivamente reconhecera o direito português ao local, que efetivamente era ocupado pelos luso-brasileiros. No entanto, a questão não foi resolvida na mesa de negociações, mas pela força das armas, o argumento sendo que os conflitos anulavam os tratados existentes. Esse ponto é de extrema importância, pois antes da independência dos países da América houve um conflito, a Guerra das Laranjas (1801), que em termos práticos anulou o último tratado de limites assinado pelas duas coroas, o de 1777. Dessa forma, ne-nhum acordo diplomático, inclusive o de Tordesilhas, poderia ser considerado como ainda sendo válido depois de 1801, apesar das nações vizinhas ainda tentarem se valer desses acordos para tratar da definição de suas fronteiras com o Brasil.

Príncipe D. Pedro, Regente de Portugal, assinado em Lisboa a 7 de maio de 1681, e ratificado em Madrid a 25 do dito mês. http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/20560. (Acesso em novembro de 2016).

569 Tratado de mutua alianza entre España y Portugal; firmado en Lisboa el 18 de junio de 1701. In: CANTILLO Alejandro del. *Tratados, convenios y declaraciones de paz y de comercio que han hecho con las potencias extranjeras los monarcas españoles de la casa de Borbón desde el año de 1700 hasta el día.* Madrid: Alegría y Charlain, 1843. p. 31. A tradução é nossa.

570 Tratado de paz y amistad ajustado entre España y el Portugal en Utrech a 6 de febrero de 1715. In: *id*. p. 166.

Mapa mostrando o território "usurpado" por Portugal.

Detalhe de um mapa uruguaio tratando de questões militares daquele país. Mostra os terrenos da "usurpação" (sic) feita por Portugal em 1801 (linha amarela),[571] na Guerra das Laranjas, daquele ano. A expansão dos limites ocorrida naquele ano, resultou também no cancelamento do Tratado de Santo Idelfonso, de 1777 (linha verme-lha no mapa).

Voltando ao tema, podemos dizer que o objetivo do governo português da expansão para o sul e para a foz do Amazonas era evidente, baseado em um princípio diplomático da época, de que o país que controla a foz de um rio tem o direito de navegá-lo, apesar da via fluvial não estar em seus domínios. Dessa forma, com a presença em Belém e Colônia do Sacramento, em teoria, se garantiria para Portugal o comércio com as colônias espanholas, apesar de isso só ter se concretizado na forma de contrabando, ou seja, comércio ilegal.

Afora a Colônia de Sacramento – e mesmo considerando a região Norte, depois do movimento inicial de ocupação, de 1616 –, não se pode dizer que a coroa portuguesa tenha tido um interesse maior em colonizar o interior do Brasil. Não que essa ocupação não tenha ocorrido, mas foi

571 MAPA militar de la República Oriental del Uruguay para los oficiales del Ejército y Armada, 1885.

"espontânea". De fato, se lembrarmos que o tratado de Tordesilhas foi o documento que oficialmente definia os limites entre as duas potências ibéricas, qualquer aumento "oficial" de território seria um motivo para hostilidades com a Espanha, um país que tinha uma população cinco vezes superior à de Portugal e, portanto, era um inimigo a temer em caso de uma guerra, como de fato se comprovou em diversas ocasiões.

População da Espanha, Portugal e Brasil – 1500-1800.

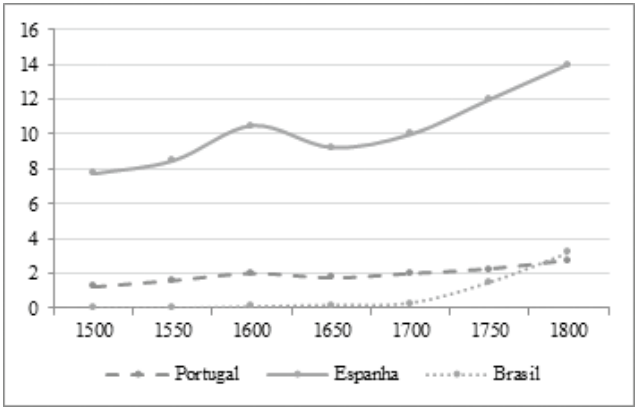


Gráfico com a população em milhões de pessoas. Em caso de um conflito armado entre as potências ibéricas, o poderio militar, econômico e populacional espanhol era muito superior ao que poderia ser mobilizado em Portugal, de forma que os lusitanos procuravam evitar o início de hostilidades com seu vizinho mais poderoso.[572]

Assim, nos séculos XVI, XVII e no início do XVIII, houve de fato uma grande expansão do território original da Colônia, mas, repetimos, não se pode apontar um projeto centralizado de ocupação do território. Pelo contrário, o que havia era uma privatização, não só das políticas defensivas, como também as de expansão, deixadas a cargo dos moradores locais, quase sempre sem supervisão, a administração governamental normalmente chegando depois das áreas de colonização já estarem consolidadas. Este foi o caso de Minas Gerais, capitania que foi criada em 1720, mais de vinte anos depois de iniciada a exploração do ouro na região. Goiás e Mato Grosso também foram transformadas em capitanias em 1748, bem após a descoberta do ouro ter se iniciado. Na verdade, a instalação

572 MCEVEDY, Colin & JONES, Richard. *Atlas of World Population History.* Harmondsworth, Penguin, 1985. p. 103, 105 e 306.

do governo na fronteira Oeste se deu apenas no contexto das negociações luso-espanholas pela definição de uma nova fronteira, no que viria a ser o tratado de Madri, cujas negociações foram iniciadas em 1746, o texto do tratado sendo assinado em janeiro de 1750.

Mapa das Cortes, 1749.

Carta geográfica apresentada por Portugal para discutir os limites com a Espanha, em 1749. O mapa índica que as áreas em amarelo eram ocupadas por lusitanos, enquanto as em rosa o eram por espanhóis.[573]

573 Mapa das Cortes. *Espelhos do mundo.* http://revistapesquisa.fapesp.br/2014/11/18/espelhos-mundo/. (acesso em novembro de 2018).

Os acordos de limites

O Tratado de Madri tentou resolver o problema da ocupação de territórios além dos limites de Tordesilhas. Por ele, a Espanha admitia que tinha se apossado de áreas que deveriam ser portuguesas, as ilhas Molucas, Filipinas e Marianas, enquanto a corte de Lisboa reconhecia seus avanços na América portuguesa, na Amazônia e na atual região Centro-Oeste. Ou seja, nesse momento, Portugal assumiu que tinha havido uma expansão de seus territórios nas Américas, mas que isso fora compensada por movimento semelhante feito pelos espanhóis no Oceano Pacífico, ambas as coroas aceitando o preceito do *uti possidetis de facto*.

Aqui devemos fazer mais um aparte, para discutir o *uti possidetis*. Este é um termo jurídico que vem da expressão latina *uti possidetis, ita possideatis*, que se traduz como: "assim como possuis, continuarás a possuir". Este conceito foi um elemento de fundamental importância na diplomacia portuguesa e, posteriormente a brasileira, pois tratava da legitimidade da posse de territórios pelo controle que uma coroa exercia sobre eles. Entretanto, deve-se fazer uma distinção, pois há duas leituras diferentes para o conceito, um partindo do domínio real e efetivo do território, o *uti possidetis de facto*, enquanto o outro seria o *uti possidetis de jure*, a posse baseada no direito, nos tratados. Neste último caso, não haveria a necessidade de se controlar um território e o direito das pessoas morando na área em disputa não seria relevante, e sim o que constava dos acordos de limites. Esta última leitura do conceito de *uti possidetis* foi adotada por diversos países que tinham fronteira com o Brasil, defendendo a validade dos acordos assinados entre as metrópoles europeias para definir as fronteiras.[574]

Devemos frisar que, *em nossa opinião*, é somente no momento da assinatura do tra-tado de Madri que podemos falar de um real movimento expansionista português, afora dos problemas da Colônia do Sacramento. Somente em meados do século XVIII é que a Coroa Portuguesa resolveu consolidar administrativamente a invasão dos territórios que tinha sido feita ao longo de séculos pelos moradores da colônia. Nesse sentido, é importante frisar que o sistema de fortificações que foi implantado pelos portugueses para garantir esses pontos é *posterior* ao tratado de Madri. Até então tinham sido feitos alguns fortes além da linha de Tordesilhas, especialmente a já falada colônia de Sacramento e, na Amazônia, fora er-

574 PARODI, Carlos. *The Politics of South American Boundaries.* Westport: Praeger, 2002. p. 49.

guida uma série de obras defensivas na foz do Rio: Fortes do Presépio (Belém, 1616); de Gurupá (1623) e do Desterro (Almerim, 1637), todos no período da União das Coroas Ibéricas. Nada foi feito para o interior até o final do século e o que foi efetivamente construído não foi propriamente um esforço governamental. Novamente temos um caso de privatização de esforços militares: Francisco da Mota Falcão, começou a construir quatro fortes no Amazonas em 1669, mas como um esforço particular, pagando as edificações com seu próprio dinheiro, em troca do comando de um deles por três gerações.[575] No caso, o relevante é que o sobrinho de Falcão concluiu os fortes (em 1697), inclusive o que daria origem à cidade de Manaus, mas isso não foi feito dentro de um programa governamental lusitano, e sim como uma forma de Falcão ganhar dinheiro, através da cobrança de impostos.

No resto das fronteiras, os fortes foram feitos bem mais tarde: Conceição (RD, 1759), Marabitanas (AM, 1761), Iguatemi (MS, 1765), Tabatinga (AM, 1768), Coimbra (MS, 1775), e São Joaquim (RR, 1778). As datas são importantes, pois o sistema de fixação das fronteiras por instalações militares, o que poderia ser classificado como uma forma de expansionismo, aconteceu não apenas depois do tratado de Madrid, mas também depois da assinatura do de El Pardo, de 1761, que anulou o tratado de 1750. Na verdade, a construção de obras defensi-vas permanentes se inicia durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), quando havia uma real ameaça as fronteiras – de fato, em 1763 os espanhóis atacaram e tomaram a Colônia do Sacramento e os fortes de Santa Tereza e São Miguel, no Uruguai, bem como a cidade de Rio Grande (RS).

575 CARTA do governador Artur de Sá e Meneses para o rei sobre o falecimento do superintendente das fortifi-cações dos Tapajós, Francisco da Mota Falcão, 12 de março de 1688. Mss. Arquivo Ultramarino.

Fortes fronteiriços no Brasil.

A delimitação das fronteiras do Brasil por meio de fortes. Desenho do autor.

Assim, do período de 1761, com o tratado de El Pardo, até o de Santo Idelfonso (1777), não havia um acordo de fronteiras que definisse os limites entre as possessões das duas coroas ibéricas. Nesse intervalo realmente houve um esforço para garantir o território mais a oeste possível, especialmente na Região Amazônica, que era uma área ocupada apenas por missões religiosas, a maior parte delas portuguesa. No caso, não houve uma verdadeira competição por esses territórios ao norte, os espanhóis apenas tentando retomar, em dois ataques fracassados, a posse da área a leste do rio Guaporé, que já tinha sido ocupada por missões jesuíticas. As regiões realmente contestadas foram as do Uruguai, Rio Grande e Mato Grosso do Sul.

No caso do Uruguai, a questão das fronteiras foi objeto de sucessivos acordos, o último sendo de 1909, sendo que, novamente, se percebe um esforço português de expandir as fronteiras do Brasil até o Prata, seguindo o padrão adotado desde o século XVII. Isso resultaria, finalmente, na ocupação do atual Uruguai em 1816, incorporado ao Brasil até 1828 como a Província Cisplatina. No entanto, deve-se frisar que esse era um projeto português e não brasileiro, tanto é que, pela primeira vez na his-

tória do Brasil, foi enviado da metrópole um corpo de tropas,[576] a *Divisão de Voluntários Reais*, para atuar lá, um custo tão elevado que este chegou a ser considerado como uma das causas da Revolução do Porto,[577] que acabou com o governo absolutista em Portugal e no Brasil. Depois da Independência do Uruguai, em 1828, o governo do Império continuou a agir de forma imperialista com relação ao país vizinho,[578] mas não houve um movimento de expansão do território, mesmo considerando os grandes interesses econômicos e populacionais do Brasil que havia na região. Na verdade, o acordo de limites de 1909 devolveu ao Uruguai alguns direitos territoriais que tinham sido retirados em acordos anteriores, como a posse de parte da Lagoa Mirim.

A questão dos limites do Mato Grosso do Sul foi mais complicada, ou pelo menos disputada, devido a diferentes interpretações dos tratados de limites. Tudo se iniciou em 1749, com o mapa das cortes, que não era preciso o suficiente para a definição de fronteiras, pois a área era muito pouco conhecida – só que o mapa foi usado na redação do tratado. Assim, as cláusulas V e VI do documento de 1750 definiam que a fronteira do atual Paraguai como sendo o trecho que subindo pelo rio Iguaçu até encontrar o Paraná, o texto continuando que a linha seguiria então "desde esta boca prosseguirá pelo álveo do Paraná acima, até onde se lhe ajunta o rio Igureí pela sua margem Ocidental." No Artigo VI, o tratado especificava:

> "Desde a boca do Igureí continuará pelo álveo acima até encontrar a sua origem principal: e dali buscará em linha reta pelo mais alto do terreno a cabeceira principal do rio mais vizinho que deságua no Paraguai pelo sua margem Oriental, talvez será o que chamam Corrientes, e baixará pelo álveo deste rio até a sua entrada no Paraguai, desde a qual bo-ca subirá pelo canal principal que deixa o Para-

576 Anteriormente, Portugal tinha enviado unidades isoladas para o Brasil, como na fundação de Salvador, em 1548, em diversas ocasiões nas Guerras Holandesas, para a Colônia de Sacramento e para a Fundação de Macapá, em 1752. O maior número de unidades enviadas antes de 1816, foram três regimentos, os de Moura, Bragança e Extremoz, que chegaram ao Brasil em 1767, mas essas unidades logo foram "naciona-lizadas", já que não vinham recrutas de Portugal para elas.

577 SIMONSEN, Roberto C. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. p. 451.

578 Para um estudo do assunto ver: BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Prata: da colonização ao Império.* Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

> guai em tempo seco (...)[579]

O Mapa das Cortes, tinha a delimitação proposta traçada, mostrando os rios Igureí e Corrientes, colocando o primeiro abaixo do Salto Grande do rio Iguaçu. Entretanto, as instruções dadas aos demarcadores em 17 de janeiro de 1751, especificavam que:

> E porquanto em alguns mapas se acha mudado o nome, e situação do rio Igureí, determinado para servir de fronteira na margem ocidental do Paraná, se declara que há de servir de fronteira o primeiro rio caudaloso que desagua no Paraná da banda do Poente acima do Salto Grande do mesmo Paraná. E ainda que este rio se não chame Igurei, se notará por confim o nome que tiver, ou se lhe porá nome de comum acordo (...)[580]

Pela leitura das instruções, comparando com o Mapa das Cortes, havia um problema de localização do rio Igureí, que poderia se localizar tanto acima, quanto abaixo do Santo Grande. Uma dificuldade que foi aumentada quando os demarcadores, que tinham se reunido em Assunção, no Paraguai, não encontraram guias ou informações sobre a localização do Rio Igureí, afirmação que os comissários portugueses, ingenuamente, aceitaram. De qualquer forma, o processo de demarcação começou no rio Paraguai em 1753, seguindo o curso do Ipané para leste, na direção do rio Iguatemi, que seria o rio caudaloso acima do Salto Grande. Do ponto de vista do presente artigo, deve-se dizer que a demarcação proposta, pelo Ipané, implicava que a fronteira ficaria 160km ao sul da foz do Apa, que seria a fronteira definitiva entre o Brasil e o Paraguai. Ou seja, pela demarcação de 1753, uma razoável parcela do atual território paraguaio pertenceria ao Brasil.

---

579 TRATADO dos limites e das conquistas entre os mui altos e mui poderosos D. João V Rei de Portugal, D. Fernando VI. Rei de Espanha, abolida a demarcação da linha meridiana ajustada no tratado de Tordesi-lhas. Madri, 13 de janeiro de 1750. Lisboa: José da Costa Coimbra, 1750. pp. 20 e 22.

580 Artigo X das Instruções de 17 de janeiro de 1751. In: SILVEIRA DE MELLO, Raul. *História do forte de Coimbra. 2º vol.* Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1959. p. 21.

Detalhe do Mapa das Cortes mostrando a região entre os rios Paraguai e Paraná.

Reforçamos em vermelho a linha de fronteira usada no mapa. Este foi usado para definir os termos do tratado, o mapa contém alguns acidentes geográficos sobre os quais depois houve divergências de interpretação entre os dois países ibéricos.[581]

Como dito antes, o Tratado de Madri foi anulado pelo de El Pardo, de 1761, voltando a vigorar a delimitação de Tordesilhas, que ninguém levava mais a sério. Aproveitando-se desse interregno, os Portugueses começaram a ocupar pontos no rio Paraguai, com a construção do Forte de Coimbra e da povoação de Albuquerque, a atual Corumbá, feitos em 1775. Ambos se encontravam bem ao norte da linha demarcatória proposta em 1753, só que certamente estavam em terreno que antes era espanhol, pois foram feitas na margem direita, espanhola, do rio.

Os Espanhóis também tinham iniciado uma expansão, fundando a Vila de Concepción em 1773, ao norte do Ipané, que tinha sido selecionado como limite entre as duas coroas. As ações de expansão foram feitas em uma situação próxima a um vácuo legal, por causa da evidente caducidade da delimitação de Tordesilhas. De qualquer forma, qualquer tratado vigente foi cancelado em 1777, quando a Espanha iniciou hostilidades contra os domínios portugueses, atacando Santa Catarina, a Colônia do

581 *Mapa dos confins do Brasil com as terras da Coroa da Espanha na América Meridional.* Mss. Biblioteca Nacional.

Sacramento e destruindo o forte de Iguatemi, no Mato Grosso do Sul.

Em termos de delimitação de fronteiras no atual Mato Grosso do Sul, o Tratado Provisório de Santo Idelfonso, assinado ainda em 1777, repetiu, mais ou menos, os termos do tratado de Madri, mantendo a delimitação pelos rios Igureí e Corrientes.[582] Só que surgiu um novo problema: dois anos antes o cosmógrafo da coroa espanhola, Juan de Olmedilla, tinha feito um mapa, colocando como alternativa para o rio Ivinhema os nomes de Ytaguari, Iaguarey e Meneci. Com base nos dois primeiros nomes, o espanhol comissário das demarcações, Felix Azara, se recusou a reconhecer o limite pelo Iguatemi, dizendo que a linha deveria seguir pelo Ivinhema, por semelhança fonética com o nome Iaguarey. Por sua proposta, a nova de-marcação, defendida pelos espanhóis, seria feita 150km rio acima do Iguatemi, mesmo que os portugueses tenham argumentado que descobriram o rio Igureí em 1783, abaixo do Iguatemi. Pelo Ivinhema, a linha seguiria até o Rio Branco, nada menos do que 360km rio acima do Ipa-né, o marco oeste da delimitação de 1750.

A reivindicação espanhola era inaceitável aos portugueses, nem que fosse por sua base geográfica precária – um mapa feito pelos espanhóis e uma interpretação fonética, que não tinha bases para os lusitanos, já que o Ivinhema não aparecia com outros nomes em suas próprias fontes cartográficas. Além disso, os portugueses fizeram um esforço e acabaram encontrando o Igureí, ao sul do Salto Grande, como marcado no Mapa das Cortes – e aqui devemos fazer um aparte, pois a identificação do Igureí, feita pelos luso-brasileiros, acabou sendo reconhecida pelo Paraguai, o rio aparecendo em mapas posteriores daquele país, na posição identificada em 1783 pelos portugueses.[583]

O resultado dessa reinvindicação de Azara, inaceitável para os lusitanos, é que as demarcações na região do Mato Grosso do Sul não avançaram e, para os Portugueses, a questão se tornou acadêmica em 1801, com a guerra das Laranjas, que anulou os acordos de limites existentes, já que o Tratado de Badajoz, que encerrou a guerra, não fez menção à questão de limites nas Américas, o texto só tratando de algumas áreas conquistadas pela Espanha na Europa. O texto do acordo é importante, pois do pon-

582 TRATADO preliminar de paz e de limites na América Meridional, relativo aos estados que nela possuem as coroas de Portugal e de Espanha, assinado em Madri pelos plenipotenciários de suas majestades fidelíssima e católica, em o primeiro de outubro de 1777. Lisboa: Regia Oficina Tipográfica, 1777. Artigos VIII e IX. pp. 14-15

583 Ver, por exemplo: MAPA de la República del Paraguay por Cleto Romero, ex-director del Departamento General de Ingenieros. Asunción: J. Kraus, 1910.

to de vista de Portugal, valeria a pena voltar à situação do *status quo ante*, pois um dos terrenos que foram ocupado na Europa e não foi devolvido foi a cidade e região de Olivença. Isso mesmo implicando na devolução das conquistas feitas no Rio Grande do Sul naquele conflito. No entanto, a opção da Espanha não foi seguir esse caminho, de permuta de territórios ocupados, de forma que os lusitanos e, depois, o governo brasileiro considerou o tratado de 1777 como definitivamente anulado,[584] a questão de fronteiras devendo ser resolvida caso a caso, a posteriori.

Limites com o Paraguai independente

Depois da Independência, o Brasil não teve interesse em resolver a questão de limites. Inicialmente, o governo estava concentrando seus esforços na Província Cisplatina. Por sua vez, o ditador do Paraguai, Francia, adotou uma política de isolacionismo a partir de 1811, sem manter representações diplomáticas em nenhum país e proibindo todo o comércio, a não ser pelo porto de Itapúa, na fronteira sul do País – os contatos com o Mato Grosso do Sul foram proibidos, pois o ditador considerava que a região sul da Província, inclusive o forte de Coimbra e a povoação de Albuquerque pertenciam ao Paraguai, apesar de estarem bem além da linha reivindicada por Azara em 1777.

O Império tentou estabelecer relações com o Paraguai, enviando um "agente comercial e político", Antônio Manuel Correa da Câmara, para o Paraguai, em 1824, suas instruções dizendo que o governo do Império desejava se "ligar com os mais Estados deste hemisfério as mais íntimas relações políticas e comerciais e, para isso, o encarrega de fazer todas as aberturas que julgar convenientes e transmitir as respostas que se lhe derem".[585] O texto das instruções continuava com a determinação que Correa da Câmara deveria "promover as relações comerciais e políticas", mas o agente não conseguiu ser recebido por Francia. Correa da Câmara foi nomeado encarregado de negócios junto ao governo do Paraguai em 1826, só que dessa vez sequer conseguiu entrar no País, sendo retido por ordem de Francia na fronteira de Itapúa.

---

584 ACCIOLY, Hildebrando. *Limites do Brasil.* A fronteira com o Paraguai. Rio de Janeiro: Companhia Edito-ra Nacional, 1938. p. 7.

585 INSTRUÇÕES datadas de 30 de julho de 1824 de Luís José de Carvalho e Melo, ministro dos Negócios Es-trangeiros, a Antônio Manuel Correa da Câmara, agente comercial e político no Rio da Prata. http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/component/content/article?id=229. (acesso em novembro de 2018).

Depois dessas primeiras tentativas, o Império enfrentou um longo período de revoltas internas, de forma que só na década de 1840, após a morte de Francia, pode-se voltar para discutir com os países vizinhos suas questões de fronteira. Como parte de sua política do Prata, que visava reduzir o poder do governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, o governo brasileiro procurou acordos com outros países, no caso do Paraguai tentando fazer uma aliança. Para isso enviou um embaixador para Assunção e reconheceu a Independência do Paraguai em 1844 – foi o primeiro país a efetivar isso. Foi até além, usou de sua extensa rede diplomática para solicitar que outros países fizessem o mesmo, conseguindo que a Venezuela e a Áustria[586] reconhecessem o Paraguai.

Como dissemos, a preocupação do Império na época era isolar ao máximo possível Rosas, algo que coincidia com alguns dos interesses paraguaios, já que o ditador portenho teria interesse em incorporar o Paraguai a Argentina, recriando o Vice-Reinado do Prata, do tempo do domínio espanhol. Entretanto, os interesses paraguaios eram mais complexos, incluindo a definição dos limites com o Brasil. Dessa forma, ainda em 1844, foi apresentado um tratado de aliança, comércio, navegação, extradição e limites para os dois países, mas este não foi ratificado pelo Império. A razão disso foi que o governo paraguaio apresentou um artigo para que os limites do tratado de Santo Idelfonso de 1777 fossem utilizados,[587] proposta inaceitável para o Brasil, especialmente nos termos defendidos pelo Paraguai, ou seja, o limite pelos rio Ivinhema e Branco.

Em 1850 houve um incidente, quando o governo do Mato Grosso, obedecendo à uma ordem enviada pelo Rio de Janeiro três anos antes, mandou uma expedição para fundar um forte em uma ilha no rio Paraguai, no Fecho dos Morros, um local que era reclamado pelos Portugueses desde o século XVIII, só que, ficava na área considerada pelo Paraguai como sendo sua. Naquele ano, o Brasil estava negociando com o sucessor de Francia, Lopéz I, um acordo contra Rosas, de forma que o encarregado de Negócios em Assunção enviou correspondência para o governador de Mato Grosso para que a posição fosse abandonada, mas isso não foi seguido, se mudando a posição brasileira da ilha para a margem esquerda do rio, mas isso não foi considerado como suficiente pelos paraguaios. Estes montaram uma grande expedição, atacando os brasileiros e expulsando-os, com

586 ALCALÁ, Guido Rodríguez & ALCÁZAR, José Eduardo. *Paraguay y Brasil: documentos sobre las relaciones binacionales, 1844-1864.* Asunción: Tiempo de Historia, 2007. p. 73 e segs.

587 *id*. p. 22.

a perda de alguns soldados de ambos os lados. E aqui entramos no ponto de interesse para o presente artigo: em seguida, a força paraguaia seguiu para a região ao norte do Apa, onde: "atacaram nossas [brasileiras] fazendas de vacaria, roubaram cavalhada, bois, caros, aprisionaram mais de 20 pessoas, inclusive um parente do Sr. Barão de Antonina, e depois concentram-se no Forte Olimpo".[588] Como represaria, os índios guaicurus, aliados do Brasil,

> puseram-se em campo, e dirigiram-se ao Forte de Coimbra, o que sendo percebido pelos Paraguaios, [estes] tomaram a valente resolução de abandonar o forte com a proteção da noite, e dar as lampas [mover-se] rio abaixo, levando as 6 pequenas peças de ferro esfogonadas [desgas-tadas], que aí haviam por todo o armamento do célebre forte e tudo mais inclusive o couro de boi que servia de porta à casa da pólvora.
>
> Os Guaicurus atacaram, e não achando quem os repelisse, meteram machados no portão e arrancaram a fechadura e os gonzos, que trouxeram como troféus para Coimbra, e que se acham no palácio do governo em Cuiabá.[589]

O que interesse no caso, é a presença de fazendas de gado brasileiras na região contestada, o que embasava a posição do Império, de reivindicar a área com base no uti possidetis. A questão dos guaicurus também é importante, pois estes ocupavam a região contestada e tinham feito a paz com os luso-brasileiros em 1791, passando a estar sujeitos à autoridade e proteção da coroa portuguesa e, depois, da brasileira.

Com a deposição de Rosas, em 1852, o Império pode se dedicar de forma mais intensa na questão das relações com o Paraguai. Por essa época, o governo do Império tinha um objetivo específico e premente: obter a livre navegação do rio Paraguai, para que pudessem ser estabelecidas comunicações mais rápidas e econômicas com o Mato Grosso. Isso era

588 Publicações a pedido. O brigadeiro João José da Costa Pimentel ao Ex. Sr. senador José Martins da Cruz Jobim. Sobre acusação feita em discurso do senador Jobim, publicado no Diário do Rio de 5 de abril. *Diário do Rio de Janeiro,* 15 de junho de 1854.

589 *id.*

importante, pois as únicas formas de contato com os centros populacionais do Brasil eram pela rota fluvial do Amazonas-Madeira-Guaporé e pelos rios da bacia do Tiete. Em ambos os casos, eram viagens complicadas, tendo que atravessar várias corredeiras e cachoeiras, em viagens que levavam um longo tempo: no final do século XVIII, um autor estimava o tempo de viagem entre Vila Bela (MT) até Belém (PA) em 430 dias, 14 meses.[590]

Naturalmente, as viagens para o Mato Grosso eram muito dispendiosas e só podiam levar uma pequena quantidade de produtos. Isso virtualmente isolava a província em termos comerciais, inviabilizando o seu desenvolvimento – o governo local sequer podia arcar com os gastos administrativos, vivendo em permanente situação de déficit orçamentário. Em 1828, as despesas do governo da capitania foram de 102.135.050 réis, enquanto as rendas tinham sido de apenas 32.644.620, com um déficit de 69.490.430 réis, ou seja, as despesas correspondiam a 310% da receita, uma situação financeiramente insustentável se não fossem feitos envios de subsídios pelo governo central.[591]

Dessa forma se entende perfeitamente o desejo do governo brasileiro de liberar a navegação fluvial pelo rio Paraguai, este sendo um dos principais objetivos da diplomacia do Império no Prata. Em 1850, no contexto das articulações contra Rosas, o Brasil conseguiu que o Paraguai assinasse um acordo de amizade e livre navegação, mas a implementação do mesmo novamente não foi levada a cabo. O governo do presidente Lopéz I adiou a abertura do rio, tentando forçar uma solução da questão de limites.[592] Isso era algo que fazia sentido para ele, já que a liberação da navegação era o único trunfo que o Paraguai tinha para forçar a negociação nos termos que lhe interessavam, os limites pelos rios Branco e Ivinhema.

Por sua vez, a protelação da abertura do rio à navegação era muito prejudicial à província do Mato Grosso, de forma que se reiniciou a ofensiva diplomática brasileira. Novamente, era algo que fazia muito sentido para o governo do Império, já que os paraguaios tinham assinado acordos de livre navegação com a Argentina, Grã-Bretanha, França e Estados Uni-dos. Entretanto, a ação diplomática teve uma resposta ríspida por parte

590 MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a província de Mato Grosso seguida d'um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo.* São Paulo: Tipografia Ferreira Schroeder, 1869. p. 176.

591 CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso.* Rio de Janeiro: INL, 1969. p. 677.

592 TRATADO de alianza defensiva entre Paraguay y Brasil. Asunción, 25 de diciembre de 1850. Artigo 15°. ALCALÁ, *op. cit.* p. 120.

de Lopéz. Primeiro, ele só liberou a navegação estrangeira até Assunção, excluindo a província brasileira do comércio. Pior ainda, em 1853 o presidente entregou os passaportes do encarregado de negócios brasilei-ro em Assunção, o capitão Pereira Leal, acusando-o de conspirar contra o governo paraguaio. Tal ato correspondia a uma expulsão do diplomata do país, um ato que foi visto como uma ofensa pelo Império, e se tornou um bom motivo desculpa para o Império atuar de forma mais direta. Uma demonstração de força era vista como necessária, pois o governo via as ações de Lopéz com desconfiança, como escrevia o ministro dos estrangeiros (relações exteriores) ao governador de Mato Grosso:

> O que se tem passado deve ter convencido a V. M.ce de que o Presidente Lopez tem um caráter extremamente manhoso e pérfido, e aproveita com muita habilidade as vantagens de sua posição isolada pela qual na-da tem nada a perder, não tendo navegação, indústria e comércio, e sendo muito difícil e dispendioso a qualquer nação a não a Argentina ir dar-lhe uma lição.[593]

Depois da entrega dos passaportes a Pereira Leal, o ministro dos estrangeiros voltou a escrever para o governador, dizendo que era "preciso, portanto, mudar de política com o presidente do Paraguai, ameaça-lo e incomodá-lo, e fazer por todos os meios ao nosso alcance efetivo o nosso direito", ou seja, a livre navegação pelo Paraguai.[594]

Em 1855 foi enviado o almirante Pedro Ferreira de Oliveira para obter reparações do governo paraguaio. Isso não seria feito por meios diplomáticos convencionais, mas pela ameaça, concreta, do uso da força. Foi montada uma expedição de 13 navios, com 72 canhões. Nos navios iam embarcados dois batalhões, o Naval (fuzileiros navais) e o 1º de Infantaria, ambos especialmente equipados com fuzis modernos, o Batalhão Naval tendo recebido armas de retrocarga para a expedição.[595] Para complementar a força naval, a Divisão de Observação, que tinha estado no

593 AVISO reservado do Ministro de Estrangeiros, Limpo de Abreu, ao presidente de Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, 17 de abril de 1853. In: SILVEIRA DE MELLO. Vol. 4. *op. cit.* p. 18.

594 AVISO reservado do Ministro de Estrangeiros, Limpo de Abreu, ao presidente de Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, 26 de agosto de 1853. In: SILVEIRA DE MELLO, vol. 4. p. 18.

595 BRASIL – Arsenal de Guerra. *Ofício do diretor do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, Jeronimo Francisco Coelho, ao Ministro da Guerra, Pedro d'Alcantara Bellegarde, sobre fornecimentos ao Chefe de Esquadra Pedro Ferreira de Oliveira*, 22 de dezembro de 1854. Mss. Arquivo Nacional.

Uruguai entre 1854 e 1855, foi deslocada para a fronteira da Argentina, esta unidade do Exército tinha 4.000 homens, que poderiam invadir o Paraguai por Corrientes. Na frente de Mato Grosso, o ministro da Guerra ordenou que toda a tropa disponível fosse enviada para o forte de Coimbra e o governador, Augusto Leverger seguindo para lá, estabelecendo-se no forte por vários meses.[596] Para facilitar as comunicações por terra entre São Paulo e o Mato Grosso, foram fundadas as colônias militares de Nioaque e Brilhante no Mato Grosso do Sul, fora da zona em litígio,[597] e construído um *varadouro*, uma estrada carroçável entre as duas colônias.[598]

Os objetivos da missão do Almirante eram triplos: conseguir uma reparação pela ofensa cometida contra o Império, na figura do encarregado de negócios Pereira Leal e obter o cumprimento do tratado de 1850, no que tange à liberdade de navegação. Em terceiro lugar se previa: "Celebrar, *se o governo da República a isso se prestasse*, os ajustes concernentes aos limites, e à navegação e comércio entre os dois países, em conformidade do art. 15 do mesmo tratado."[599]

Para o Império, a expedição do almirante Pedro de Oliveira foi um fracasso: conseguiu o desagravo a bandeira do Império, com o Paraguai fazendo uma saudação a bandeira do Império, respondida por uma salva brasileira à bandeira paraguaia, e foi assinado um tratado de navegação que, novamente, permitia o trânsito de navios até o Mato Grosso. Como colocado nas instruções, a solução da questão dos limites não era uma prioridade, e sim a abertura do rio Paraguai. Entretanto, Lopéz I se valeu de uma cláusula do tratado assinado, de que a navegação só seria liberada com a resolução dos limites – ou seja, o objetivo principal da demonstração de força não foi alcançado.

Para o Paraguai, a determinação da linha de fronteiras teria que ser feita nos termos levantados por Azara, ou seja, a interpretação de qual seria o rio Igureí por semelhança fonética. Isso por eles reconhecerem que a área em disputa era controlada pelo Brasil. O reconhecimento des-

---

596 SILVEIRA DE MELLO, *op. cit.* p. 22.

597 BRASIL - Decreto 1578 de 10 de março de 1855. *Cria duas Colônias militares na Província de Mato Grosso*.

598 PENA, Herculano Ferreira. *Reservadíssimo sobre a situação da fronteira do Mato Grosso com o Paraguai. Herculano Ferreira Pena, presidente de província ao ministro de estrangeiros, Marquês de Abrantes.* 29 de setembro de 1862. Mss. Arquivo Nacional, coleção Polidoro, Maço 11, pasta 1.

599 RELATÓRIO da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da nona legislatura pelo respectivo ministro e secretário de estado, José Maria da Silva Paranhos. Rio de Janeiro: Laemmert, 1855. p. 33. O grifo é nosso.

sa situação se vê nas próprias instruções dadas ao representante plenipotenciário do Paraguai no Rio de Janeiro, José Berges. No texto, o presidente paraguaio escreveu que "as povoações de selvagens [indígenas] dependentes de Miranda [MS] e as de um ou outro brasileiro estabelecido clandestinamente não podem apresentar-se como um signo de posse legítima".[600] Ou seja, o paraguaio aceitava que a presença que efetivamente havia na região era de brasileiros, o que era reforçado pelo fato da região ser regularmente patrulhada por forças militares do Império, que exerciam um certo controle sobre a região, enquanto os paraguaios estavam restritos a margem sul do Apa.

Em 1856 os dois governos assinaram um acordo adiando a resolução dos problemas de fronteira por seis anos, mas a navegação fluvial continuou a ser bloqueada, o que era inaceitável para o Império. Uma nova tentativa de abrir o rio foi feita em 1856: foi enviado José Maria do Amaral, para negociar o assunto. Contudo, ele não foi bem-sucedido – na verdade, partiu de Assunção acusando o governo paraguaio de ter um comportamento ultrajante. Dessa forma, uma última tentativa foi feita em 1858, com o envio de José Maria Paranhos. Esse, ao contrário do que tinha acontecido com o almirante Pedro de Oliveira, não seguiu com uma forte expedição militar, mas o Brasil se preparou para atacar o Paraguai, caso este não cedesse.

Como preparação para o conflito, foram deslocadas tropas das províncias vizinhas pa-ra reforçar o Mato Grosso: vieram unidades militares de Goiás, Paraná, São Paulo, bem como outras transferidas de mais longe, Minas Gerais e até do Rio de Janeiro. Essas formaram um corpo de tropa de 2.750 soldados de linha no Mato Grosso, para resistir a um ataque paraguaio, havendo a previsão de, no caso de eclodirem hostilidades, se aumentarem os efetivos combatentes com voluntários e indígenas aliados.[601]

Para atacar o Paraguai por sua fronteira sul, o Brasil conseguiu a autorização Argentina para a passagem de tropas pelo território de Corrientes, na antiga rota de São Borja-Encarnación. Como força de ataque, foi reunido um corpo de exército com dez unidades de linha e seis corpos de cavalaria da Guarda Nacional,[602] uma força de 6.779 homens, que foram

600 Instrucciones a José Berges, enviado plenipotenciario del Paraguay ante al Gobierno del Brasil. Carlos An-tonio Lope, Asunción, 6 de diciembre de 1855. ALCALÁ, *op. cit*. p. 293.

601 OFÍCIO reservadíssimo *op. cit*.

602 RELATÓRIO do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Ângelo Moniz da Silva

estacionados no Rio Ibicuí, próximo de onde teriam de operar para invadir o Paraguai.

Finalmente, a Marinha encomendou uma série de navios apropriados para operar em rios – um dos problemas encontrados pelo Almirante Pedro de Oliveira fora a dificuldade de seus navios oceânicos chegarem até Assunção, devido a profundidade reduzida do Rio Paraguai. Um elemento naval foi formado no Rio de Janeiro com treze navios, 120 canhões, 1.600 marinheiros e todo o batalhão Naval (500 praças).[603]

A ameaça de guerra foi suficiente para obrigar o governo paraguaio a assinar um novo acordo, liberando a navegação, o que era o objetivo brasileiro. Novamente, devemos apontar que, apesar da ameaça de guerra ser real e aberta – os preparativos foram amplamente divulgados pela imprensa –, não se resolveu a questão de fronteiras. De fato, o Império, apesar de ter meios para compelir o Paraguai a ceder, não fez um esforço nesse sentido, pois isso não era considerado como relevante, tanto é que depois disso, em 1862, quando terminou o prazo estabelecido para se resolver o problema dos limites, nada foi feito.

A guerra do Paraguai e a fixação dos limites

Em 1864 a situação mudou. O Brasil interviu militarmente no Uruguai, uma situação sobre a qual o Paraguai apresentou uma nota, no sentido de que consideraria qualquer ação militar brasileira como "atentatória do equilíbrio dos estados do Prata",[604] a nota prosseguindo com um protesto contra tal ato. Uma texto ameaçador, mas que não indicava necessariamente a possibilidade de uma guerra. Apesar disso, o governo de Lopéz II iniciou hostilidades contra o Brasil, capturando o navio *Marquês de Olinda*, em 10 de novembro de 1864, sem que houvesse declarado a guerra. Em seguida, em um plano preparado com antecedência, invadiu o Mato Grosso do Sul, com imensa superioridade numérica, rapidamente derrotando os destacamentos existentes na região da fronteira.

As forças paraguaias avançaram tomando as principais povoações da

---

Ferraz, apresentado à Assembleia legislativa provincial na 1ª Sessão da 8ª Legislatura. Porto Alegre: Tipografia do correio do Sul, 1858. p. 67.

603 O ARGOS da província de Santa Catarina. 3º ano, nº 378. Desterro [Florianópolis], 16 de dezembro de 1858.

604 NOTA do governo do Paraguai ao ministro do Brasil em Assunção, César Sauvan Vianna de Lima, Assunção, 30 de agosto de 1864. In: FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. vol. 1.* Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1934. p. 199.

região sul da província: Albuquerque [Corumbá], Miranda, Nioaque e Coxim. Ao norte do Apa, prenderam as famílias que ocupavam as fazendas de gado na região, inclusive a do guia Lopes, imortalizado no livro *A Retirada da Laguna*.

Deve-se dizer que essas operações se entendem perfeitamente em uma situação de guerra e, também compreensível na forma de pensar do século XIX, os paraguaios incorpora-ram a região conquistada, com o nome de Departamento do Alto Paraguai. De fato, o General paraguaio Resquin tomou posse "para todo o sempre", de Miranda.[605] Só que *todas* essas povoações se encontravam fora da área contestada, definida pelo espaço entre os rios Apa, Branco e Ivinhema. Aqui se nota um expansionismo paraguaio, feito a força de armas, sem outro embasamento que não o "direito do mais forte".

Uma vez derrotado o Paraguai, em 1870, o Império não impôs sua vontade a força. O tratado da Tríplice Aliança, assinado entre o Brasil, Argentina e Uruguai em 1865, já definia quais seriam os limites do Brasil com o Paraguai, seguindo a linha do Apa e Igureí, como era a posição histórica adotada desde 1750, seguindo o princípio do *uti possidetis* de facto. Ao contrário da posição do Paraguai em 1865, não havia previsão de fazer valer hipotéticos direitos dos tratados de 1750 e 1777, com uma linha de fronteiras passando pelo rio Jejuí ou até pelo Ipané, o que representaria um grande ganho territorial para o Império. Na verdade, quando foi estabelecida a linha de fronteiras em 1872/74, o Brasil aceitou *perder* territórios, cedendo uma faixa entre o rio Igureí e a serra de Maracajú, procurando uma definição mais adequada para os limites.

O que nos interessa no caso não é fazer uma defesa sobre os "direitos" da posição adotada pelo Brasil. Não se pode censurar o Paraguai por tentar proteger o que considerava serem seus interesses nacionais, independente desses interesses terem uma base firme ou não. O que gostaríamos de fazer com esse artigo é aumentar a "persistente falta de consenso sobre as motivações que levaram ao início do conflito", tal como colocado na proposta do seminário da UFMS.

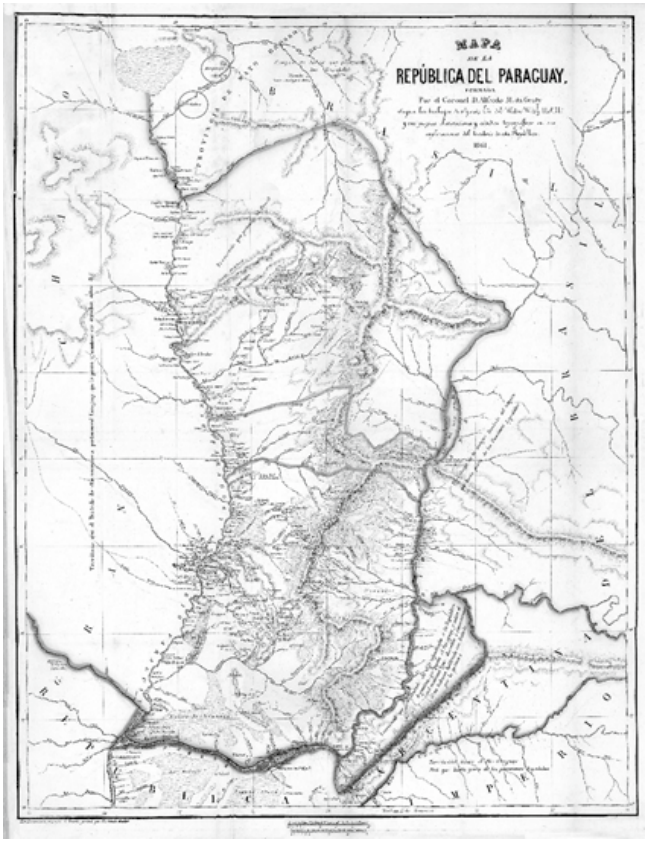
Nesse sentido, esperamos ter embasado com uma interpretação histórica, a interpretação que a solução do problema de fronteiras *não* foi uma perda de territórios paraguaios. A área em disputa só lhes pertencia com base em uma leitura dúbia dos tratados de 1750 e 1777. Estes foram

605 MAIA, Jorge. *A invasão do Mato Grosso.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1964. p. 243.

anulados pela guerra de 1801, eliminando a possibilidade do uso do *uti possidetis de jure*, enquanto, em termos de posse efetiva, os territórios cujos limites foram definidos em 1872 só estiveram sob efetivo controle paraguaio durante três anos, de 1865 a 1868, quando foram reconquistados. Depois do conflito, voltaram à sua situação anterior, de serem controlados por brasileiros.

De forma alguma se pode assumir a posição que se tornou comum nos livros de história, de que o Paraguai "perdeu" territórios, pois esses nunca tinham sido efetivamente deles, por serem ocupados por brasileiros, o máximo que se poderia dizer é que os territórios *em disputa* foram anexados ao Brasil. Nesse sentido, devemos dizer que também é difícil falar de um expansionismo brasileiro em seu sentido clássico: o Império deixou de se valer de sua superioridade em termos militares em três ocasiões: 1855, com a expedição do almirante Pedro de Oliveira; 1858, na missão Paranhos e em 1872, depois da Guerra, para aumentar seus territórios usando a força. Não houve um esforço para usar as linhas de limites do Ipané e Jejuí, que poderiam ser ditas pertencer a Portugal nos termos dos tratados de 1750 e 1777, já que estes territórios nunca foram ocupados por brasileiros. A solução do conflito de limites foi um tratado, estritamente restrito ao que no Brasil sempre se considerou pertencer a luso-brasileiros, a linha do Apa.

Mapa das pretensões territoriais do Paraguai, 1861.



Esse mapa, de autoria de um coronel belga a serviço do governo do Paraguai, mostra, em vermelho e amarelo, as fronteiras pretendidas pelo Paraguai com o Brasil, em amarelo e azul as do Brasil com a Argentina e azul e vermelho as da Argentina com o Paraguai. No desenho acrescentamos três linhas: uma verde, mostrando a linha de fronteiras seguindo do Igureí até o Jejuí, em azul as do Iguatemi e Ipané e em amarelo as do Apa e serra de Maracaju, esta última sendo a fronteira final entre os dois países. Também marcamos com dois círcu-los a posição do forte de Coimbra e da povoação e Albuquerque (Corumbá), para mostrar que ficavam além da linha pretendida pelos paraguaios. Consideramos essas linhas relevantes, para mostrar que, numa leitura estrita dos tratados de 1750 e 1777, inclusive pelo que foi efetivamente demarcado por Portugal e Espanha em 1753, o Paraguai perderia uma grande quantidade de territórios que hoje lhe pertencem.[606]

606 DU GRATY, Alfredo M. *Mapa de la República del Paraguay formada por el Coronel D. Alfredo M. du Graty, según los trabajos de Azara, los del Water Witch U.S.N. y sus propias observaciones y estudios to-pográficos en sus exploraciones del territorio de esta República. 1861.* Bruxelas: Ph. Van der Maelen, 1861.